

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TVR

N.º 187, DE 2016

(Do Poder Executivo)

MSC 232/2016

AV 272/2016

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 106, de 19 de abril de 2013, que outorga permissão à FM Tobias Barreto Almeida Reis Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Lagarto, Estado de Sergipe.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).. REGIME DE TRAMITAÇÃO : ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA(PARECER 09/90 - CCJR))

Mensagem nº 232

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões às entidades abaixo relacionadas para explorarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 355, de 17 de agosto de 2011 – Sistema Norte de Radiodifusão Ltda., no município de Novo Gama – GO;
- 2 - Portaria nº 21, de 20 de janeiro de 2012 – Rádio Arari FM Ltda., no município de Itamogi – MG;
- 3 - Portaria nº 297, de 6 de junho de 2012 – Sistema Tecchio de Radiodifusão Ltda., no município de Santa Rosa do Sul – SC;
- 4 - Portaria nº 347, de 11 de julho de 2012 – Rio Doce Comunicação e Marketing Ltda., no município de Angelândia – MG;
- 5 - Portaria nº 376, de 28 de agosto de 2012 – Comunicações Maranhenses Ltda-ME, no município de Olho d'Água das Cunhãs – MA;
- 6 - Portaria nº 379, de 28 de agosto de 2012 – Oia FM Sociedade Ltda., no município de Paranapuã – SP;
- 7 - Portaria nº 436, de 17 de outubro de 2012 – Amazônia Comunicações Ltda., no município de Jaci – SP;
- 8 - Portaria nº 493, de 19 de dezembro de 2012 – Rainha FM Ltda., no município de Mandaguacu – PR;
- 9 - Portaria nº 106, 19 de abril de 2013 – FM Tobias Barreto Almeida Reis Ltda., no município de Lagarto – SE;

10 - Portaria nº 107, de 19 de abril de 2013 – Sistema Anton de Radiodifusão Ltda., no município de Campo Novo do Parecis – MT;

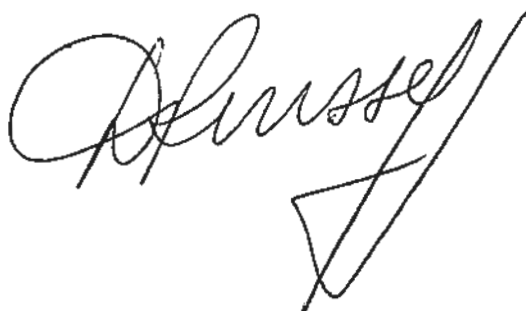
11 - Portaria nº 110, de 19 de abril de 2013 – LB – Sistema de Comunicação do Vale Ltda., no município de Encantado – RS;

12 - Portaria nº 213, de 18 de julho de 2013 – TOTAL – Comunicação, Publicidade e Produções Artísticas Ltda., no município de Irará – BA;

13 - Portaria nº 221, de 18 de julho de 2013 – Rádio Nova Princesa FM de Pitanga Ltda., no município de Tamarana – PR; e

14 - Portaria nº 508, de 4 de fevereiro de 2016 – Legal-Cat Cadanduva Comunicações Ltda., no município de Santa Adélia – SP.

Brasília, 10 de maio de 2016.

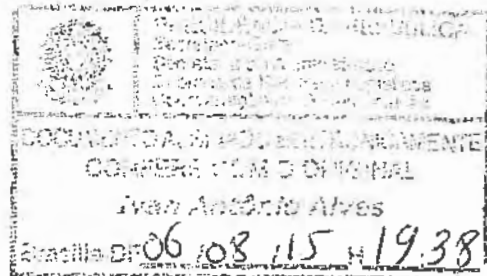
A handwritten signature in black ink, appearing to read 'A. Russel', followed by a large, stylized checkmark or flourish.

Port. 106/13.

A5

53000.041092/2010-24 (A 6)

EM nº 00240/2015 MC



Brasília, 6 de Agosto de 2015

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 048/2010- CEL/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município Lagarto, Estado de Sergipe.

2. A Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão, constituída pela Portaria nº 223, de 6 de junho de 2011, publicada no Diário Oficial da União do dia 7 subsequente e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e na legislação específica de radiodifusão, concluiu que a FM Tobias Barreto Almeida Reis Ltda (Processo nº 53000.041092/2010-24) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência. O ato de homologação do certame foi publicado no Diário Oficial da União de 12 de março de 2013, e a Portaria nº 106, de 19 de abril de 2010, publicada no D.O.U. do dia 23 de abril de 2013.

3. Contudo, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional. Portanto, solicito que seja encaminhado o referido ato outorga com cópia do processo em comento à Casa Legislativa para prosseguimento do feito.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ricardo Jose Ribeiro Berzoini

PUBLICADO NO DIÁRIO	
OFICIAL DE 23 / 04 / 13	
Página: 86	Seção: 1
ANOTADO POR: Rex	



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 106 , DE 19 DE ABRIL DE 2013.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.041092/2010, Concorrência nº 048/2010-CEL/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no Município de Lagarto, Estado de Sergipe.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


PAULO BERNARDO SILVA

PRIMEIRA SECRETARIA	
RECEBIDO Nesta Secretaria	
Em 13/05/16 às 15:10 horas	
<i>JWR</i>	5876
Nome legível	Ponto

Aviso nº 272 - C. Civil.

Em 10 de maio de 2016.

MSC 232/2016


A Sua Excelência o Senhor
Deputado BETO MANSUR
Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem da Excelentíssima Senhora Presidenta da República na qual submete à apreciação do Congresso Nacional os atos que outorgam permissões para exploração de serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada constantes das Portarias nºs 355, de 2011; 21, 297, 347, 376, 379, 436, 493, de 2012; 106, 107, 110, 213 e 221, de 2013, 508, de 2016.

Atenciosamente,


EVA MARIA CERNA DAL CHIAVON
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República, substituta

PRIMEIRA SECRETARIA
Em 13/05/2016
De ordem, ao Senhor Secretário-Geral da Mesa, para as devidas providências.
<i>Luiz César Lima Costa</i>
Luiz César Lima Costa Chefe de Gabinete

Secretaria-Geral da Mesa SETRO 13/Mai/2016 15:40
Ponto: 8109 Ass.: Jhe
Origen: 1º Sec



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASIL - DF

53000.041092/2010-24

SEPRODILUG/COLOGICGR/8

11/03/2010-10:39

Serviço Público Federal



Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
Comissão Especial de Licitação

TVR
187/2016

PROCESSO : 53000.041092/2010-24
PROponente : FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA
CONCORRÊNCIA : 048/2010 - CEL/MC SERVIÇO: FM
LOCALIDADE : LAGARTO - SE

SEQ.	SIGLA	DATA	SEQ.	SIGLA	DATA
37		/ /	37		/ /
38		/ /	38		/ /
39		/ /	39		/ /
40		/ /	40		/ /
41		/ /	41		/ /
42		/ /	42		/ /
43		/ /	43		/ /
44		/ /	44		/ /
45		/ /	45		/ /
46		/ /	46		/ /
47		/ /	47		/ /
48		/ /	48		/ /
49		/ /	49		/ /
50		/ /	50		/ /
51		/ /	51		/ /
52		/ /	52		/ /
53		/ /	53		/ /
54		/ /	54		/ /
55		/ /	55		/ /
56		/ /	56		/ /
57		/ /	57		/ /
58		/ /	58		/ /
59		/ /	59		/ /
60		/ /	60		/ /
61		/ /	61		/ /
62		/ /	62		/ /
63		/ /	63		/ /
64		/ /	64		/ /
65		/ /	65		/ /
66		/ /	66		/ /
67		/ /	67		/ /
68		/ /	68		/ /
69		/ /	69		/ /
70		/ /	70		/ /
71		/ /	71		/ /
72		/ /	72		/ /

AS MOVIMENTAÇÕES DEVERÃO SER COMUNICADAS AO PROTOCOLO

ANEXOS



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO



TERMO DE INSTAURAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº : 048/2010 – CEL/MC
SERVIÇO : FM (CANAL 230)
LOCALIDADE : LAGARTO -SE
PROPONENTE : FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS-LTDA.
CNPJ Nº : 03.826.865/0001-08

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASILIA - DF


53000 041092/2010-24


SEPRODILOG/LOG/CGRL/SPD

11/08/2010-10:10

A Comissão Especial de Licitação, instituída pela Portaria n.º 432, de 24 de julho de 2009, e suas alterações, por seu presidente, instaura o presente processo, consignando que o invólucro que segue em anexo, relativo aos documentos de habilitação da proponente em epígrafe, continha 65 páginas (excluídos os documentos a que se refere o subitem 8.2.1 do edital, também ora anexados).

Brasília (DF), 11 de agosto de 2010.


ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da Comissão Especial de Licitação


DIÓGENES JOSÉ DE OLIVEIRA ALMEIDA
FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA.
CNPJ nº 03.826.865/0001-08

PROCURAÇÃO


22
223. Comunicação
Sócio

Por este instrumento particular de mandato, **FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.826.865/0001-08, situada na Avenida 7 de Junho, n. 598, Centro, CEP 49.300-00 – Tobias Barreto, Sergipe, neste ato representada pelo sócio administrador **MARCELLUS DE OLIVEIRA ALMEIDA**, nomeia e constitui seu bastante procurador **DIÓGENES JOSÉ DE OLIVEIRA ALMEIDA**, portador da Carteira de Identidade n.º 3.086.782-SSP/SERJ e CPF 089.201.765-15, com residente e domiciliado na Rua. Epifanio Dorea, 379 na Cidade de Tobias Barreto, no Estado de Sergipe, a quem outorga poderes para representa-la em todos os atos da Concorrência n.º 048/2010-CEL/MC, localidade de Lagarto, Sergipe, promovida pelo Ministério das Comunicações, podendo apresentar Documentação de Habilitação, Proposta Técnica e Proposta de Preço pela Outorga, passar recibo, rubricar documentos, apresentar impugnações, assinar lista de presença e atas, desistir de prazo recursal, interpor recursos e impugna-los, ter vista dos autos, bem como praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato.

Aracaju, SE, 27 de Julho de 2010.


MARCELLUS DE OLIVEIRA ALMEIDA
Sócio Administrador

1º OFÍCIO
Tobias Barreto, SE

SE RF 0080379		Reconheço por semelhança a firma com
		o selo de nº <u>0080379</u> a
		Indicada pelo sinal
		e dou fé.
		Em test. <u>[assinatura]</u> da verdade
		Tobias Barreto/SE <u>30/07/2010</u>
		O Tabelião <u>[assinatura]</u>
100 SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE		

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SENGIPÉ

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO



MAO-DADAR DE

ORÇADOS/TECIBOS

CARTEIRA DE IDENTIDADE

ASSINATURA DO TITULAR

Diogenes Jose de Oliveira Almeida

CEL. 3

Min. das Comunicações

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL

DATA DE EXPEDIÇÃO

27/08/1999

NOME

3.886.782-7

DIÓGENES JOSÉ DE OLIVEIRA ALMEIDA

FILIAÇÃO

JOSÉ JUAREZ DE ALMEIDA

MARIA NANCINHA DE OLIVEIRA ALMEIDA

NATURALIDADE

TOBIAS BARRETO-SE

DATA DE NASCIMENTO

81/04/1955

DOC. ORIGEM

CT. CASAR. NR 216 LV B.11 FL 46V

CART DO DIST DA COM DE TOBIAS BARRETO-SE

889.281.765-15

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/06/83



SE AD 0176077		CARTÓRIO "O Tabellão" Tobias Barreto - Sergipe Substituto CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA PRATA ARTUR SCALES PRATA Tobias Barreto - Sergipe	Certifico e dou fé que a presente fotostática é a reprodução fiel do original que me foi exibido.
			Em test. Tobias Barreto/SE, 30/07/2010 O Tabellão

VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE



CONTRATO SOCIAL

FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA.

Luciano Vieira Nascimento
Presidente da JUCESE

MARCELLUS DE OLIVEIRA ALMEIDA, brasileiro, solteiro, engenheiro civil, portador da Carteira do CREA nº 7.565/D e da carteira de identidade nº 738.122-SSP/SE, CPF nº 392.942.185-20, residente e domiciliado na Rua Silvio Romero nº 247, centro, CEP 49.300-000, na cidade de Tobias Barreto, Estado de Sergipe e **ARTUR SERGIO DE ALMEIDA REIS**, brasileiro, casado, comerciante, portador de carteira de identidade nº 884.1423-SSP/SE e CPF nº 694.428.785-49, residente e domiciliado na Rua Raimundo Reis s/n, na cidade de Lagarto, Estado de Sergipe, constituem de comum acordo uma Sociedade por Cotas de Responsabilidade Limitada que se regerá pela legislação em vigor, sob as cláusulas e condições seguintes:

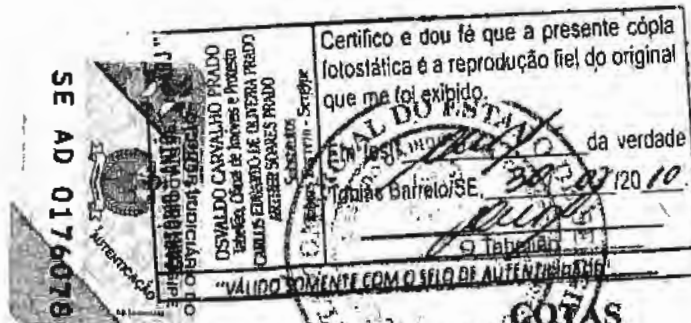
CLÁUSULA PRIMEIRA – A sociedade girará sob a denominação de **FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA.**, e terá como principal objetivo a exploração de Serviços de Radiodifusão Sonora, de Sons e Imagens (TV), de Televisão por Assinatura (TVA), seus serviços afins ou correlatos, repetição ou retransmissão de sinais de sons e imagens de radiodifusão, sempre com finalidades educativas, culturais e informativas, cívicas e patrióticas, bem como exploração de concessão ou permissão dos serviços de telecomunicações e radiodifusão, nesta ou em outras localidades do território nacional, tudo de acordo com a legislação específica em vigor.

CLÁUSULA SEGUNDA – A sede da sociedade será na **Avenida 7 de julho nº 598, CEP 49.300-000, Tobias Barreto, Sergipe**, podendo por deliberação de seus sócios e mediante prévia autorização do Poder Público Concedente, instalar, manter e extinguir sucursais, filiais e agências em quaisquer outras localidades.

CLÁUSULA TERCEIRA – O Foro da Sociedade será o da Comarca de **Tobias Barreto, Estado de Sergipe**, eleito para conhecer e decidir em primeira instância as questões judiciais que lhe forem propostas com fundamento neste Contrato Social.

CLÁUSULA QUARTA – O prazo de duração da Sociedade é por tempo indeterminado, podendo esta ser dissolvida a qualquer época pelo consentimento dos sócios que representem a maioria da capital social, observando-se, quando da sua dissolução, os preceitos da legislação específica.

CLÁUSULA QUINTA – O capital social é de **R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)**, representado por **30.000 (trinta mil)** cotas de **R\$ 1,00 (um real)** cada uma assim distribuído entre os cotistas:



COTISTAS

1. MARCELLUS DE OLIVEIRA ALMEIDA

2. ARTUR SERGIO DE ALMEIDA REIS

TOTAL

COTAS

21.000

9.000

30.000

VALOR R\$

21.000,00

9.000,00

30.000,00

CLÁUSULA SEXTA – A subscrição e integralização do capital social dar-se-á em moeda corrente nacional, da seguinte forma:

- 50% (cinquenta por cento) do capital social, ou seja, **R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)**, no ato da assinatura do presente instrumento; e,
- os restantes **R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)**, serão integralizados no prazo de **180 (cento e oitenta) dias**, a contar da data da publicação, no DOU, de ato do Poder Concedente que atribua à Sociedade concessão ou permissão de serviços de radiodifusão.

CLÁUSULA SÉTIMA – A responsabilidade dos sócios, nos termos do art. 2º in fine do Decreto nº 3.708, de 10 de janeiro de 1919, é limitada à importância total do capital social.

CLÁUSULA OITAVA – As cotas representativas do capital social são inalienáveis e incaucionáveis a estrangeiros ou pessoas jurídicas, exceto a participação do partido político e de sociedade cujo capital pertença exclusiva e nominalmente a brasileiro, através de capital sem direito a voto e não podendo exceder a trinta por cento do capital social, dependendo qualquer alteração contratual, bem como qualquer transferência de cotas de prévia autorização dos órgãos competentes.

CLÁUSULA NONA – As cotas em que se divide o capital social são nominativas e indivisíveis e para cada uma delas a Sociedade reconhece apenas um único proprietário.

CLÁUSULA DÉCIMA – O capital social, na totalidade, pertencerá sempre a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, aos quais caberá a responsabilidade por sua administração e orientação intelectual.

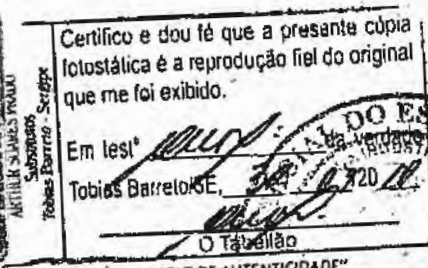
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Os administradores da Sociedade serão brasileiro natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, provada essa condição, a investidura nos cargos somente poderá ocorrer após haverem sido aprovados pelo Ministério das Comunicações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – O quadro de pessoal da Sociedade será sempre constituído, ao menos de 2/3 (dois terços) de trabalhadores nacionais.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Para os cargos de redatores, locutores e encarregados das instalações elétricas, somente serão admitidos brasileiros.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Fica indicado para gerir e administrar a Sociedade, no cargo de Sócio-Gerente, o cotista **MARCELLUS DE OLIVEIRA ALMEIDA**, eximido de prestar caução de qualquer espécie em garantia de sua gestão.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – O Sócio-Gerente, depois de ouvido o Poder Público Concedente, poderá, em nome da Sociedade, nomear procuradores para a prática de atos de gerência, gestão administrativa e orientação intelectual, mediante instrumento público ou



particular que defina os respectivos poderes, cujos mandatos, com prazo de duração determinado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – As cotas são livremente transferíveis entre os cotistas, desde que haja prévia autorização dos órgãos competentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Os sócios poderão ceder ou transferir parte ou totalidade de suas cotas a estranhos, mediante o consentimento dos sócios que representem mais da metade do capital social e obtida prévia autorização do Poder Público Concedente.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – No caso de morte de sócio, terá o cônjuge supérstite ou o herdeiro a faculdade de optar entre:

- a) – a sua participação na sociedade, o que ocorrerá desde que, para tanto, obtenha a aprovação dos sócios que representem a maioria do capital social e a prévia autorização dos Poderes Públicos Concedentes; ou,
- b) – o recebimento do capital e demais haveres do sócio falecido, mediante a cessão das cotas, de acordo com os termos da Cláusula décima Sexta deste instrumento, caso, por motivo qualquer, não possa ingressar na Sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – Ocorrendo a hipótese prevista na letra “b” da Cláusula anterior as cotas e os haveres do sócio falecido serão pagos ao cônjuge supérstite ou ao herdeiro, em 12 (doze) prestações iguais, mensais e sucessivas acrescidas de juros de 12% (doze por cento) ao ano.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – O exercício social coincidirá com o ano civil, ao fim do qual será levantado o balanço geral da sociedade, como de lei, sendo que os lucros ou prejuízos serão repartidos ou suportados pelos cotistas na proporção de suas cotas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – A distribuição dos lucros será sempre sustada quando verificar-se a necessidade de atender a despesas inadiáveis ou que impliquem o funcionamento das estações.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – A Sociedade, por todos os seus cotistas, obriga-se a cumprir rigorosamente as leis, regulamentos, normas e recomendações que lhe forem feitas pelos Poderes Públicos Concedentes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – O início das atividades da Sociedade será a partir da data do respectivo registro deste instrumento no órgão competente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – Os sócios cotistas declaram que não estão incurso em crimes previstos em lei que impeçam de exercer a atividade mercantil.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – Os casos não previstos no presente contrato social serão resolvidos de acordo com os dispositivos legais que regulam o funcionamento das Sociedades por cotas de responsabilidade limitada, pelos quais a Sociedade se regerá e pela legislação que disciplina a execução dos serviços de radiodifusão.

pp

W

72

MARCELLUS DE OLIVEIRA ALMEIDA

MARCELLUS DE OLIVEIRA ALMEIDA

TESTIMONIAS.

Justin Barker & wife

Richard Fritsch deserte

UAG/SC 1, 1986

<p>Em test^o <i>dupl.</i> da verdade</p> <p>Tobias Barreto SE 30/07/2008</p> <p><i>dupl.</i></p> <p>○ Tabella</p>	<p>Substitutos</p> <p>Tobias Barreto - Assessor</p>
<p>Certifico e dou fé que a presente cópia fotostática é a reprodução fiel do original que me foi exibido.</p>	<p>SE AD 0176080</p>

[illegible]

CANDIDA ALVES CARVALHO
SECRETÁRIA GERAL

PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA FIRMA
FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA
CGC 03.826.865/0001-08 NIRE 28200281601

Luciano Vieira Nascimento
Presidente da JUCESE

MARCELLUS DE OLIVEIRA ALMEIDA, brasileiro, maior, solteiro, Engenheiro Civil, CPF 392.942.185-20, CI 738.122 SSP/SE, Registro no CREA n.º 7.565/D, residente e domiciliado na Rua Silvio Romero n.º 247 centro - Tobias Barreto-SE e **ARTUR SERGIO DE ALMEIDA REIS** brasileiro, maior, casado, comerciante, CPF 694.428.785-49 CI 884.423 SSP/SE, residente e domiciliado na Rua Raimunda Reis, 162, Lagarto-SE, únicos sócios da firma **FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA**, com Contrato Social arquivado na JUCESE sob o n.º 28200281601, resolvem modificar cláusulas contratuais, mediante as seguintes alterações:

I - Transferir a sede da Av. 7 de Julho 598, para a Av. 7 de Junho 598, CEP 49300-000 Tobias Barreto-SE.

Em decorrência da alteração acima pactuada, a cláusula 2ª do ato de constituição passa a ter a redação a seguir transcrita, e as demais cláusulas, não alcançadas por este instrumento, permanecem inalteradas.

CLAUSULA SEGUNDA

A) A sociedade terá sua sede à Av. 7 de Junho 598, Tobias Barreto, Estado de Sergipe, CEP 49300-000, podendo por deliberação de seus sócios e mediante prévia autorização do Poder Público Concedente, instalar, manter e extinguir sucursais, filiais, e agências em quaisquer outras localidades.

E por estarem assim justos e combinados, assinam o presente instrumento de alteração contratual, em 04 (quatro) vias de igual teor e para um só efeito, na presença de duas testemunhas.

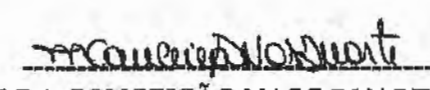

MARCELLUS DE OLIVEIRA ALMEIDA

Tobias Barreto, 26 de maio de 2000.


ARTUR SERGIO DE ALMEIDA REIS

TESTEMUNHAS:


WARLEY PIMENTA DA CUNHA


M.ª DA CONCEIÇÃO NASC. DUARTE



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SERGIPE
CERTIFICO O REGISTRO EM: 29/05/00

SOB O NÚMERO:
000056421

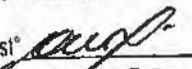
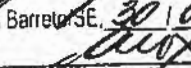
Protocolo: 000056421


CANDIDA ALVES CARVALHO
SECRETÁRIA GERAL

SE AD 0176081



Certifico e dou fé que a presente cópia fotostática é a reprodução fiel do original que me foi exibido.

Em test.  da verdade
Tobias Barreto-SE, 30/07/2010

Tobias Barreto

“JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SERGIPE”

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SERGIPE
GOVERNADOR DE SERGIPE
SECRETARIA DE ECONOMIA E COMÉRCIO
JULGAMENTO DE 1º Grau
1988

II ALTERAÇÃO CONTRATUAL

FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA

MARCELLUS DE OLIVEIRA ALMEIDA, brasileiro, maior, solteiro, natural de Aracaju/SE, nascido em 17/11/1967, engenheiro civil, portador da Carteira do CREA n.º 7.565/D e da carteira de identidade n.º 738.122- SSP/SE, CPF n.º 392.942.185-20, residente e domiciliado na Av. Francisco Porto n.º 239 Edf. Ouro Verde, Apartº 1004 Bairro Grageru, CEP 49.025-230, na cidade de Aracaju/SE, Estado de Sergipe.

ARTUR SERGIO DE ALMEIDA REIS, brasileiro, maior, casado em comunhão parcial de bens, natural de Lagarto/SE, nascido em 18/08/1974, portador da carteira de Identidade n.º 884.423-SSP/SE, e CPF n.º 694.428.785-49, residente e domiciliado na Rua Raimundo Reis s/n.º, CEP 49 400-000, na cidade de Lagarto, Estado de Sergipe, de comum acordo uma Sociedade por Cotas de Responsabilidade Limitada, Registrada na Junta Comercial de Aracaju/SE, sob o NIRE n.º 28 200281601 em 23/05/2000, com posterior alteração registrada e arquivada naquele órgão sob o n.º 28 000056421, em 29/05/2000, inscrita no CNPJ n.º 03.826.865/0001-08 sediada a Av. 7 de Junho n.º 598, centro na cidade de Tobias Barreto/SE, CEP 49.300-000, resolvem assim alterar o contrato social.

1- Altera-se o capital social para R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), recursos próprios dos sócios em moeda corrente deste país.

Em vista das modificações acima descritas a cláusula quinta do contrato social, passarão a vigor com a seguinte redação:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A sociedade girará sob a denominação de FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA, e terá como principal objetivo à exploração de Serviços de radiodifusão Sonora, de Sons e Imagens (TV), de televisão por Assinatura

SE AD 0176062	 JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SERGIPE GOVERNADOR DE SERGIPE SECRETARIA DE ECONOMIA E COMÉRCIO JULGAMENTO DE 1º Grau 1988	Certifico e dou fé que a presente cópia fotostática é a reprodução fiel do original que me foi exibido.	
		Em testº  da verdade Tobias Barreto/SE, 30/07/2010  O Tabelião	
"VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE"			

Continuação da alteração contratual da denominação FM Tobias Barreto Almeida Reis Ltda.



(TVA), seus serviços afins ou correlatos, repetição ou retransmissão de sinais de sons e imagens de radiodifusão, sempre com finalidade educativas, culturais e informativas, cívicas e patrióticas, bem como exploração de concessão ou permissão dos serviços de telecomunicações e radiodifusão, nesta ou em outras localidades do território nacional, tudo de acordo com a legislação específica em vigor.

CLÁUSULA SEGUNDA

A sede da sociedade será na Avenida 7 de Junho n.º 598, centro, CEP 49.300-000, na cidade de Tobias Barreto, Sergipe, podendo por deliberação de seus sócios e mediante prévia autorização do Poder Público Concedente, instalar, manter e extinguir sucursais, filiais e agências em quaisquer outras localidades.

CLÁUSULA TERCEIRA

O foro da Sociedade será o da Comarca de Tobias Barreto, estado de Sergipe, eleito para conhecer e decidir em primeira instância as questões judiciais que lhe forem propostas com fundamentos neste Contrato Social.

CLÁUSULA QUARTA

O sociedade teve suas atividades iniciadas 23/05/2000 data em que foi constituída, sendo sua duração por tempo indeterminado.

CLÁUSULA QUINTA

O capital social é de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), representado por 150.000 (cento e cinquenta) cotas de R\$ 1,00 (hum real) cada uma assim distribuído entre os cotistas).

COTISTA	COTAS	VALOR
Marcellus de Oliveira Almeida	105.000	105.000,00
Artur Sergio de Almeida Reis	45.000	45.000,00
TOTAL	150.000	150.000,00

CLÁUSULA SEXTA

O capital social totalmente integralizado dar-se á em moeda corrente nacional

CLÁUSULA SÉTIMA

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

da verdade

Certifico e dou fe que a presente é a reprodução fiel do original que me foi exibido.

Em teses

Tobias Barreto/SE 23/05/2000

AMARAL SOARES FILHO

Subscrito

Tobias Barreto - Sergipe

SE AD 0176083

Continuação da alteração contratual da denominação da FM Tobias Barreto Almeida Reis Ltda



CLÁUSULA OITAVA

As cotas representativas do capital social são inalienáveis e incalculáveis a estrangeiros ou pessoas jurídicas exceto a participação do partido político e de sociedade cujo capital pertença exclusiva e nominalmente a brasileiro, através de capital sem direito a voto e não podendo exceder a trinta por cento do capital social, dependendo qualquer alteração contratual, bem como qualquer transferência de cotas de prévia autorização dos órgãos competentes.

CLÁUSULA NONA

As cotas em que se divide o capital social serão nominativas e indivisíveis e para cada uma delas a Sociedade reconhece apenas um único proprietário

CLÁUSULA DÉCIMA

O capital, na totalidade, pertencerá sempre a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, aos quais caberá a responsabilidade por sua administração e orientação intelectual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

Os administradores da Sociedade será brasileiro nato ou naturalizado há mais de 10 (dez) anos, provada essa condição, a investidora nos cargos somente poderá ocorrer após haverem sido aprovados pelo Ministério das Comunicações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

O quadro de pessoal da Sociedade será sempre constituído, ao menos de 2/3 (dois terços) de trabalhadores nacionais.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

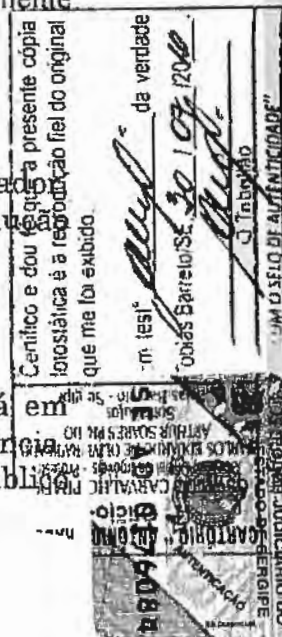
Para os cargos de redatores, locutores e encarregados das instalações elétricas, somente serão admitidos brasileiros.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

Fica indicado para gerir e administrar a Sociedade, no cargo de Administrador o cotista MARCELLUS DE OLIVEIRA ALMEIDA, eximido de prestar caução de qualquer espécie em garantia de sua gestão.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

O Administrador, depois de ouvido o Poder Público concedente, poderá em nome da sociedade, nomear procuradores para a prática de atos de gerência, gestão administrativa e orientação intelectual, mediante instrumento público ou



Continuação da alteração contratual da denominação FM Tobias Barreto Almeida Reis Ltda.



particular que defina os respectivos poderes, cujos mandatos, com prazo de duração determinado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

As cotas são livremente transferidas entre os cotistas, desde que haja prévia autorização dos órgãos competentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA

Os sócios poderão ceder ou transferir parte ou totalidade de suas cotas a estranhos, mediante o consentimento dos sócios que representem mais da metade do capital social e obtida prévia autorização do Poder Público Concedente.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

No caso de morte de sócio, terá o cônjuge supérstite ou o herdeiro a faculdade de optar entre:

- a) - a sua participação na sociedade, o que ocorrerá desde que para tanto, obtenha a aprovação dos sócios que representem a maioria do capital social e a prévia autorização dos Poderes Públicos Concedentes; ou,
- b) - o recebimento do capital e demais haveres do sócio falecido, mediante a cessão das cotas de acordo com os termos da Cláusula Décima Sexta deste instrumento, caso, por motivo qualquer, não possa ingressar na Sociedade.

[Handwritten signature]

CLÁUSULA DÉCIMA NONA

Ocorrendo a hipótese prevista na letra "b" da Cláusula anterior as cotas e os haveres do sócio falecido serão pagos ao cônjuge supérstite ou ao herdeiro, em 12 (doze) prestações iguais, mensais e sucessivas acrescidas de juros de 12% (doze por cento) ao ano.

CLÁUSULA VIGÉSIMA

O exercício social coincidirá com o ano civil, ao fim do qual será levantado o balanço geral da sociedade, como de lei, sendo que os lucros ou prejuízos serão repartidos ou suportados pelos cotistas na proporção de suas cotas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA

A distribuição dos lucros será sempre sustada quando se verificar a necessidade de atender a despesas inadiáveis ou que impliquem no funcionamento das estações.

Formulário de registro e autenticação. Contém campos para: "Certifico e dou fé que a presente cópia fotostática é a reprodução fiel do original que me foi entregue.", "Em test.", "Tobias Barreto Almeida Reis", data "20/07/2010", e rubrica "O Testado".

Continuação da alteração contratual da denominação da FM Tobias Barreto Almeida Reis Ltda.



CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA

A sociedade, por todos os seus cotistas, obriga-se a cumprir rigorosamente as leis, regulamentos, normas e recomendações que lhe forem feitas pelos Poderes Públicos Concedentes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA

A sociedade teve suas atividades iniciadas em 23/05/2000, data em que foi constituída, sendo sua duração por tempo indeterminado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA

Os sócios cotistas declaram que não estão incurso em crimes previstos em lei que impeçam de exercer a atividade mercantil.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA

Os casos não previstos no presente contrato social serão resolvidos de acordo com os dispositivos legais que regulam o funcionamento das sociedades por cotas de responsabilidade limitada, pelos quais a Sociedade se regerá e pela legislação que disciplina a execução dos serviços de radiodifusão.

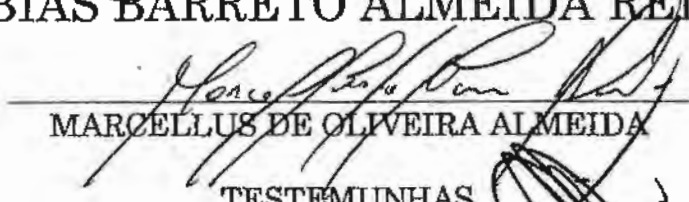
E pôr estarem de comum acordo, em tudo quanto neste instrumento particular foi lavrado, assinam na presença de duas testemunhas abaixo, em 03 (três) exemplares de igual teor e forma.

Tobias Barreto/SE, 21 de dezembro de 2007.

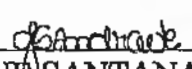

MARCELLUS DE OLIVEIRA ALMEIDA

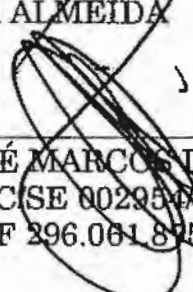
ARTUR SERGIO DE ALMEIDA REIS

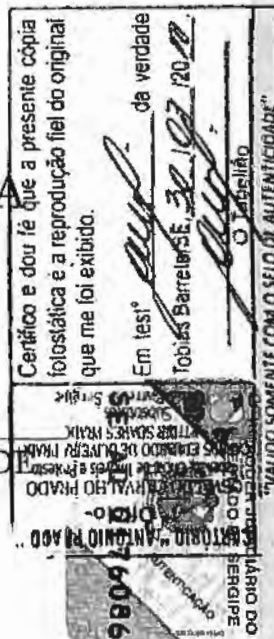

USO DA DENOMINAÇÃO SOCIAL
FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA


MARCELLUS DE OLIVEIRA ALMEIDA

TESTEMUNHAS


JOSIANE SANTANA ANDRADE
RG. N.º 1.389.436 SSP/SE
CPF N.º 923.268.035-15


JOSÉ MARCOS DE ANDRADE
CRC/SE 00295-00
CPF 296.061.875-00



023
CAN



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SERGIPE

CERTIFICO O REGISTRO EM: 03/02/2005

SOB Nº: 20040207854

JUCESE Protocolo: 04/020785-4

Empresa: 28 2 0028160 1
FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS
LTD A

CÂNDIDA ALVES CARVALHO
SECRETÁRIA-GERAL - JUCESE



<p>SE AD 0176087</p> <p>CARTÃO DE AUTENTICAÇÃO</p> <p>OCORRÊNCIA DE FALSA OS, ALVARO CORREIA LIMA Tabela, Oficial de Registro CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA PRADO ARTHUR SOARES PRADO Substituto Tobias Barreto - Sergipe</p>	<p>Certifico e dou fé que a presente cópia fotostática é a reprodução fiel do original que me foi exibido.</p>
	<p>Em test. <u>Arif</u> da verdade</p> <p>Tobias Barreto/SE, 30/07/2010.</p> <p><u>Arif</u> O Tabelião</p>


"VÁLIDO SOMENTE COM O SELLO DE AUTENTICIDADE"

14

FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA.
(CNPJ/MF n.º 03.826.865/0001-08)

TERCEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

SE AD 0176086

 ESTADO DE SERGIPE GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE SECRETARIA DE ESTADO DA INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SERGIPE	Certifico e dou fé que a presente cópia fotostática é a reprodução fiel do original que me foi exibido.
	Em test. <u>[assinatura]</u> da verdade Tobias Barreto/SE, 30/07/2010 <u>[assinatura]</u> D. Tobelão

"VALIDO ADMITINDO EM FÉ DE AUTENTICIDADE"



MARCELLUS DE OLIVEIRA ALMEIDA, brasileiro, maior, solteiro, natural de Aracaju, Sergipe, nascido em 17/11/1967, engenheiro civil, portador da Carteira do CREA n.º 7.565/D e da carteira de identidade n.º 738.122 – SSP/SE e do CPF n.º 392.942.185-20, residente e domiciliado na Avenida Francisco Portó, n.º 239, Edifício Ouro Verde, Apartamento 1004, Bairro Grageru, CEP 49.025-230, na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe e **ARTUR SERGIO DE ALMEIDA REIS**, brasileiro, maior, casado em comunhão parcial de bens, natural de Lagarto, Sergipe, nascido em 18/08/1974, portador da carteira de identidade n.º 884.423-SSP/SE e do CPF n.º 694.428.785-49, residente e domiciliado na Rua Raimundo Reis, s/n.º CEP 49.400-000, na cidade de Lagarto, Estado de Sergipe, únicos sócios componentes da Sociedade por Cotas de Responsabilidade Limitada, que nesta praça gira sob a denominação social de **FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA.**, com sede na cidade de Tobias Barreto - Estado de Sergipe, com contrato social devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de Sergipe, em 23 de maio de 2000, sob o NIRE n.º 28 200281601 e posteriores alterações registradas e arquivadas sob os n.ºs 28 000056421, de 29/05/2000 e 28200281601, de 03/02/2005, resolvem promover a presente alteração contratual com a finalidade de: 1) transferência de cotas e 2) adaptar ao Novo Código Civil Brasileiro, o que fazem de comum acordo e na melhor forma de direito, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Nesta data fica admitido na Sociedade como sócio cotista **RONIN MARQUES DOS SANTOS**, brasileiro, casado, engenheiro

1

[assinatura]

[assinatura]

RONIN MARQUES DOS SANTOS
ESCRIVENTE

eletricista, natural de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, nascido em 23/08/1973, portador da carteira do CREA n.º 6956/MS, expedida em 29/08/2000 e do CPF n.º 600.564.601-04, residente e domiciliado na Rua Armando Barros, n.º 550, Condomínio Andaluzia, apartamento 702, Cadiz, Bairro Luzia, CEP 49.045-080, Aracaju, Sergipe.

CLÁUSULA SEGUNDA - Com a expressa anuência recíproca o sócio quotista **ARTUR SERGIO DE ALMEIDA REIS** cede e transfere, como de fato cedido e transferido tem, com seus direitos e obrigações, pelo valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), 45.000 (quarenta e cinco mil) quotas, já pagos em moeda corrente nacional, correspondentes a 30% (trinta por cento) das quotas do capital social para o novo sócio quotista **RONIN MARQUES DOS SANTOS**. O sócio quotista cedente dá ao sócio quotista **RONIN MARQUES DOS SANTOS**, quitação geral e irrestrita com relação a presente cessão e transferência de quotas, para nada mais reclamar, seja a que tempo ou a que título for.

CLÁUSULA TERCEIRA - Tendo em vista as disposições contidas na **CLÁUSULA SEGUNDA** acima, os sócios quotistas decidem, de mútuo e comum acordo, que o capital social subscrito de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), dividido em 150.000 (cento e cinquenta mil) cotas, no valor unitário de R\$ 1,00 (um real), integralizado em moeda corrente nacional, fica distribuído entre os sócios, da seguinte forma:

SÓCIOS	%	N.º DE COTAS	VALOR
MARCELLUS DE OLIVEIRA ALMEIDA	70	105.000	R\$ 105.000,00
RONIN MARQUES DOS SANTOS	30	45.000	R\$ 45.000,00
TOTAL	100	150.000	R\$ 150.000,00

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A responsabilidade dos sócios é limitada ao valor das cotas, mas todos os sócios responderão solidariamente pela integralização do capital social na forma do artigo 1052 do Código Civil - Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As cotas não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento dos outros sócios, a quem fica assegurado em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para sua

SE AD 0176089

CERTIFICADO e dou fe que a presente cópia fotostática é a reprodução fiel do original que me foi exibido.

Em test. da verdade

Tobias Barreto SE, 30/04/2010

Tabella

AGENTE COM OSELO DE AUTENTICIDADE

CAUTION DO OFICIO

RONIN MARQUES DOS SANTOS

ESCREVENTE

2

1



16
aquisição, que deverão ser comunicados, por escrito, com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A transferência de cotas deverá atender a legislação de radiodifusão e, quando necessária, solicitar a prévia e expressa anuência do Poder Público Concedente.

CLÁUSULA QUARTA - A administração da empresa será exercida pelo sócio **MARCELLUS DE OLIVEIRA ALMEIDA**, já qualificado, no cargo de **SÓCIO ADMINISTRADOR** a quem caberá a representação ativa e passiva, judicial ou extrajudicial da sociedade, a ele cabendo, quando na representação legal, as atribuições e os poderes que a lei confere aos dirigentes da sociedade limitada, vedado, no entanto, a concessão de avais, endossos, fianças e quaisquer outras garantias em atividades estranhas aos interesses sociais ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A alienação e o gravame de bens imóveis dependerão da autorização da maioria representativa do capital social.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Havendo necessidade, os sócios, depois de ouvido o Poder Público Concedente, poderão designar, por prazo determinado, em ato separado, administrador não sócio para auxiliar na condução dos negócios, segundo o que dispõe os artigos 1061 a 1063 do Código Civil. Tais funções só poderão ser designadas a brasileiros natos ou naturalizados a mais de 10 anos, provada essa condição.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As atribuições de cada um dos administradores na condução dos negócios serão definidas em reunião dos sócios e registradas em Livro de Atas próprio.

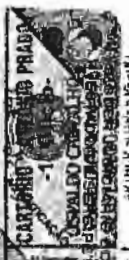
PARÁGRAFO QUARTO - O administrador, obtida autorização prévia do Poder Concedente, poderá em nome da sociedade, nomear procuradores para a prática de atos de gerência, gestão administrativa e orientação intelectual mediante instrumento público que defina os respectivos poderes, cujos mandatos, com prazo de duração determinado.

CLÁUSULA QUINTA - A reunião ordinária dos sócios será sempre realizada anualmente na sede social da empresa nos quatro meses seguintes ao término do exercício social para discutir e votar as contas do administrador e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico, dispensada a convocação formal, salvo se houverem outros assuntos a serem incluídos na ordem do dia e a ausência do local/data/horário, devidamente justificada.



CARTÓRIO
Mário Barreto
Escritório

SE AD 0176090



Certifico e dou fé que a presente cópia fotostática é a reprodução fiel da original que me foi exibida.	
Em testº	da verdade
Tobias Barreto SE, 30/07/10	
O Tabelião	

das Comite



182

PARÁGRAFO SEGUNDO - O valor da cota do sócio por ventura excluído, considerada pelo montante efetivamente realizado, será pago ao mesmo em dinheiro em 12 (doze) parcelas iguais, mensais e sucessivas, com base na situação patrimonial da sociedade à data da reunião, verificado em balanço especialmente levantado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da referida reunião.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os sócios remanescentes podem optar pelo suprimento da cota do excluído ou pela redução do capital, conforme deliberação da maioria na mesma reunião em que for decidida a exclusão.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Excetuada a hipótese de sucessão hereditária, não será permitida a transferência de concessão ou permissão, antes de decorrido o prazo previsto no artigo 91, do Decreto nº 52.795/63, com redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 91.837/85.

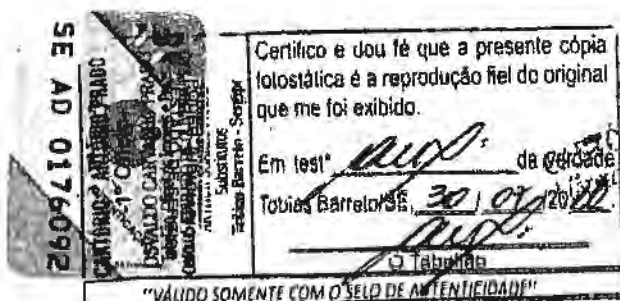
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O exercício coincidirá com o ano civil, ao fim do qual será levantado o balanço geral da Sociedade, como de lei, sendo que os lucros ou prejuízos serão repartidos ou suportados pelos cotistas na proporção de suas cotas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Em caso de liquidação, os próprios cotistas serão os liquidantes, ficando estipulado que o patrimônio social, depois de liquidado todo o passivo, será distribuído aos sócios na proporção das cotas que cada um possuir.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Em se tratando de alteração contratual a concessionária e/ou permissionária do serviço de radiodifusão deverá obedecer às normas vigentes do serviço de radiodifusão.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Ao presente contrato social aplicam-se supletivamente, no que couber, as disposições legais da Lei de Sociedades por Ações (Lei 6.404/76), nos termos do parágrafo único do artigo 1.053 do Código Civil (Lei 10.406/2002).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Os únicos e atuais titulares da sociedade resolvem consolidar o seu contrato social, conforme as seguintes cláusulas e condições.



das Fr.
19
CE
19


**CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL
FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA,
CNJP/MF N.º 03.826.865/0001-08/**

MARCELLUS DE OLIVEIRA ALMEIDA, brasileiro, maior, solteiro, natural de Aracaju, Sergipe, nascido em 17/11/1967, engenheiro civil, portador da Carteira do CREA n.º 7.565/D e da carteira de identidade n.º 738.122 – SSP/SE e do CPF n.º 392.942.185-20, residente e domiciliado na Avenida Francisco Porto, n.º 239, Edifício Ouro Verde, Apartamento 1004, Bairro Grageru, CEP 49.025-230, na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe e **RONIN MARQUES DOS SANTOS**, brasileiro, casado, engenheiro eletricitista, natural de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, nascido em 23/08/1973, portador da carteira do CREA n.º 6956/MS, expedida em 29/08/2000 e do CPF n.º 600.564.601-04, residente e domiciliado na Rua Armando Barros, n.º 550, Condomínio Andaluzia, apartamento 702, Cadiz, Bairro Luzia, CEP 49.045-80, Aracaju, Sergipe, únicos sócios componentes da Sociedade por Cotas de Responsabilidade Limitada, que nesta praça gira sob a denominação social de **FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA.**, com sede na cidade de Tobias Barreto - Estado de Sergipe, com contrato social devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de Sergipe, em 23 de maio de 2000, sob o NIRE n.º 28 200281601 e posteriores alterações registradas e arquivadas sob os n.ºs 28 000056421, de 29/05/2000 e 28200281601 de 03/02/2005, resolvem consolidar o seu contrato social o que fazem de comum acordo e na melhor forma de direito, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – A entidade gira sob a denominação de **FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA**, e tem como principal objetivo a exploração dos serviços de radiodifusão sonora (6130-2/00) e de sons e imagens (TV) (6022-5/01), de Televisão por Assinatura (TVA), repetição ou retransmissão de sinais de sons e imagens de radiodifusão, sempre com finalidades educativas, culturais e informativas, cívicas e patrióticas, bem como exploração de concessão ou permissão dos serviços de telecomunicações e radiodifusão, nesta ou em outras localidades do território nacional, tudo de acordo com a legislação específica em vigor.

CLÁUSULA SEGUNDA – A sede da entidade é na Rua 7 de Junho n.º 598, Centro, CEP 49.300-000, na cidade de Tobias Barreto, Sergipe, podendo por deliberação de seus sócios e mediante prévia autorização do Poder Público Concedente, instalar, manter e extinguir sucursais, filiais e agências em quaisquer outras localidades.

SE AD 0176093

 ARQUIVADO Tobias Barreto - Sergipe	Certifico e dou fé que a presente cópia fotostática é a reprodução fiel do original que me foi exibido.
	Em test: Tobias Barreto/SE 30/09/2010 O Tabelião

SOMENTE COM O Selo de Autenticidade





202

CLÁUSULA TERCEIRA – O Foro da sociedade é o da Comarca de Tobias Barreto, Estado de Sergipe, eleito para conhecer e decidir em primeira instância as questões judiciais que lhe forem propostas com fundamentos neste Contrato Social.

CLÁUSULA QUARTA – A sociedade teve suas atividades iniciadas em 23/05/2000, sendo sua duração por tempo indeterminado.

CLÁUSULA QUINTA - O capital social subscrito é de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), dividido em 150.000 (cento e cinquenta mil) cotas, no valor unitário de R\$ 1,00 (um real), integralizado em moeda corrente nacional, distribuído entre os sócios, da seguinte forma:

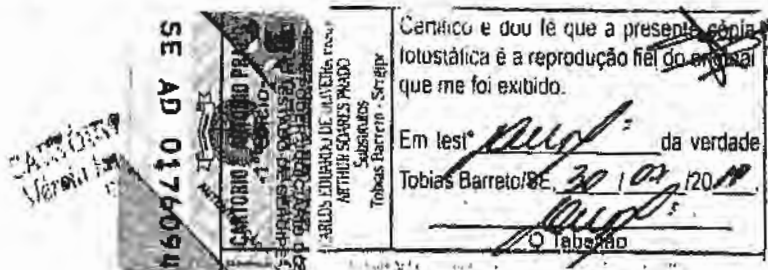
SÓCIOS	%	N.º DE COTAS	VALOR
1 MARCELLUS DE OLIVEIRA ALMEIDA	70	105.000	R\$ 105.000,00
2. RONIN MARQUES DOS SANTOS	30	45.000	R\$ 45.000,00
TOTAL	100	150.000	R\$ 150.000,00

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A responsabilidade dos sócios é limitada ao valor das cotas, mas todos os sócios responderão solidariamente pela integralização do capital social na forma do artigo 1052 do Código Civil – Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

PARÁGRAFO SEGUNDO – As cotas não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento dos outros sócios, a quem fica assegurado em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para sua aquisição, que deverão ser comunicados, por escrito, com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A transferência de cotas deverá atender a legislação de radiodifusão e, quando necessária, solicitar a prévia e expressa anuência do Poder Público Concedente.

CLÁUSULA SEXTA - A administração da empresa será exercida pelo sócio **MARCELLUS DE OLIVEIRA ALMEIDA**, já qualificado, no cargo de **SÓCIO ADMINISTRADOR** a quem caberá a representação ativa e passiva, judicial ou extrajudicial da sociedade, a ele cabendo, quando na representação legal, as atribuições e os poderes que a lei confere aos dirigentes da sociedade limitada, vedado, no entanto, a concessão de avais, endossos, fianças e



quaisquer outras garantias em atividades estranhas aos interesses sociais ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A alienação e o gravame de bens imóveis dependerão da autorização da maioria representativa do capital social.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Havendo necessidade, os sócios, depois de ouvido o Poder Público Concedente, poderão designar, por prazo determinado, em ato separado, administrador não sócio para auxiliar na condução dos negócios, segundo o que dispõe os artigos 1061 a 1063 do Código Civil. Tais funções só poderão ser designadas a brasileiros natos ou naturalizados a mais de 10 anos, provada essa condição.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As atribuições de cada um dos administradores na condução dos negócios serão definidas em reunião dos sócios e registradas em Livro de Atas próprio.

PARÁGRAFO QUARTO - O administrador, obtida autorização prévia do Poder Concedente, poderá em nome da sociedade, nomear procuradores para a prática de atos de gerência, gestão administrativa e orientação intelectual mediante instrumento público que defina os respectivos poderes, cujos mandatos, com prazo de duração determinado.

CLÁUSULA SÉTIMA - A reunião ordinária dos sócios será sempre realizada anualmente na sede social da empresa nos quatro meses seguintes ao término do exercício social para discutir e votar as contas do administrador e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico, dispensada a convocação formal, salvo se houverem outros assuntos a serem incluídos na ordem do dia e/ou mudança do local/data/horário, devidamente justificada.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os sócios reunir-se-ão extraordinariamente para deliberar sobre as matérias de ordem contratual e/ou legal, e para tratar também da condução dos negócios sociais, quando convocados pelo administrador, através de carta-circular ou de e-mail, entregue até o dia anterior à data marcada, constando o local, data, hora e ordem do dia.

CLÁUSULA OITAVA - As reuniões dos sócios serão instaladas, presididas e secretariadas segundo o que dispõe o art. 1.074, e seus parágrafos, e o art. 1.075 do Código Civil.

CLÁUSULA NONA - Dispensar-se-á a Reunião de Sócios quando todos decidirem, por escrito, sobre as matérias objeto da mesma, na forma do § 3º



do art. 1.072 do Código Civil.

CLÁUSULA DÉCIMA - os quoruns para as deliberações de assuntos de interesses econômico/social/administrativo/financeiro da empresa serão sempre de maioria simples, contados segundo o valor das cotas de cada sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Em caso de retirada, inabilitação, interdição ou morte de um dos sócios, a sociedade não se dissolverá, continuando suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do sócio remanescente, o valor de seus haveres são apurados e liquidados com a situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado para esta finalidade.

PARÁGRAFO ÚNICO - o mesmo procedimento é adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a um dos sócios.

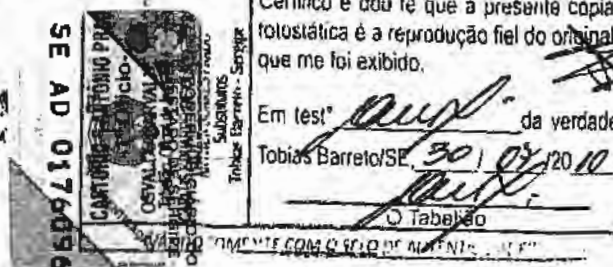
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - A maioria representativa de mais da metade do capital social, pode excluir por justa causa, mediante alteração do contrato social, o sócio que estiver pondo em risco a continuidade da empresa em virtude de inegável gravidade.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A exclusão de que se trata esta cláusula é determinada em reunião dos sócios cotistas convocada para esta finalidade, devendo o acusado ser notificado por escrito com antecedência mínima de 30 dias, para que possa comparecer à reunião e exercer seu direito de defesa, sob pena de revelia.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O valor da cota do sócio por ventura excluído, considerada pelo montante efetivamente realizado, será pago ao mesmo em dinheiro em 12 (doze) parcelas iguais, mensais e sucessivas, com base na situação patrimonial da sociedade à data da reunião, verificado em balanço especialmente levantado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da referida reunião.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os sócios remanescentes podem optar pelo suprimimento da cota do excluído ou pela redução do capital, conforme deliberação da maioria na mesma reunião em que for decidida a exclusão.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Excetuada a hipótese de sucessão hereditária, não será permitida a transferência de concessão ou permissão,



antes de decorrido o prazo previsto no artigo 91, do Decreto nº 52.795/63, com redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 91.837/85.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - O exercício coincidirá com o ano civil, ao fim do qual será levantado o balanço geral da Sociedade, como de lei, sendo que os lucros ou prejuízos serão repartidos ou suportados pelos cotistas na proporção de suas cotas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Em caso de liquidação, os próprios cotistas serão os liquidantes, ficando estipulado que o patrimônio social, depois de liquidado todo o passivo, será distribuído aos sócios na proporção das cotas que cada um possuir.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - A distribuição de lucros será sempre sustada quando verificar-se a necessidade de atender a despesas inadiáveis ou que impliquem o funcionamento das estações.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - Em se tratando de alteração contratual a concessionária e/ou permissionária do serviço de radiodifusão deverá obedecer às normas vigentes do serviço de radiodifusão.

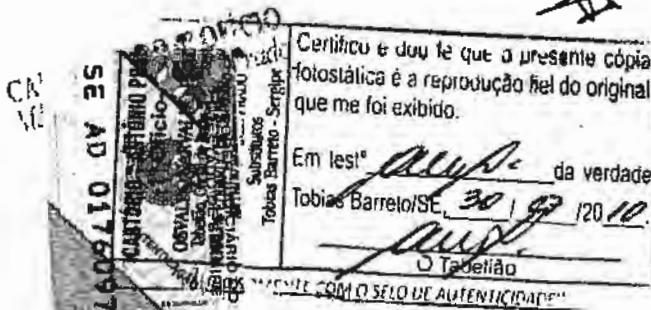
CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - Ao presente contrato social aplicam-se supletivamente, no que couber, as disposições legais da Lei de Sociedades por Ações (Lei 6.404/76), nos termos do parágrafo único do artigo 1.053 do Código Civil (Lei 10.406/2002).

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - A sociedade, por todos os seus cotistas, se obriga a cumprir rigorosamente as leis, regulamentos, normas e recomendações que lhe forem feitas pelo Poder Público Concedente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - Os sócios cotistas declaram que não estão incurso em crimes previstos em lei que impeçam de exercer a atividade mercantil.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - Os casos não previstos no presente contrato social serão resolvidos de acordo com os dispositivos legais que regulam o funcionamento das sociedades por cotas de responsabilidade limitada, pelos quais a entidade se regerá e pela legislação que disciplina a execução dos serviços de radiodifusão.

E por se acharem justos e contratados sobre tudo os que neste instrumento foi lavrado, obrigam-se a cumpri-lo, fielmente, assinando-o na presença das testemunhas abaixo, em 4 (quatro vias) de igual teor, e forma, para que



Tobias Barreto, SE, 21 de maio de 2007.



Marcellus de Oliveira Almeida
MARCELLUS DE OLIVEIRA ALMEIDA

Artur Sergio de Almeida Reis
ARTUR SERGIO DE ALMEIDA REIS

8.º OFÍCIO
Leônia Sara de Oliveira
TABELIAO

Ronin Marques dos Santos
RONIN MARQUES DOS SANTOS

USO DA DENOMINAÇÃO SOCIAL
FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA.

Marcellus de Oliveira Almeida
MARCELLUS DE OLIVEIRA ALMEIDA
SOCIO ADMINISTRADOR

TESTEMUNHAS

Maria Nilda Anjos de Santana

NOME: Maria Nilda Anjos de Santana

CI: 514086 SSP-SE

CPF: 216.511.755- 00

Michel Vieira dos Santos

NOME: Michel Vieira dos Santos

CI: 464233038 SSP-BA

CPF: 458.776.705- 06



Reconheço a(s) firma(s) por autenticidade

Ronin Marques dos Santos

23 MAIO 2007

Em test. *da verdade*

A Oficial

CARTÃO DO 8.º OFÍCIO
Mônica Helena Santos Prade
ESCREVENTE

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SERGIPE
CERTIFICADO DE REGISTRO EM: 25/05/2007
SOB Nº: 20070102651
JUCES-SE Protocolo: 07010265-1
Empresa: 28.2 0028160 1
FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA
ILDO VIANA GUMARÃES
SECRETÁRIO-GERAL

Certifico e dou fe que a presente cópia fotostática é a reprodução fiel do original que me foi exibido.

Em test. *da verdade*

Tobias Barreto
Tobias Barreto

2007/05/20

SE AD 0176098

das Comunicações
25
de Maio de 2010

CONJUNTO 1 -- DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
Edital da Concorrência n.º 048/2010- CEL/MC
SERVIÇO DE RÁDIO-DIFUSÃO

Localidade de Prestação do Serviço: **LAGARTO - SERGIPE**

Razão Social da Proponente: **FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA.**

CONTEÚDO

Conjunto 1 -- Documentação de Habilitação:

- a) Habilitação Jurídica;**
- b) Qualificação Econômico-Financeira;**
- c) Regularidade Fiscal.**

EDITAL DE CONCORRÊNCIA N.º 048/2010

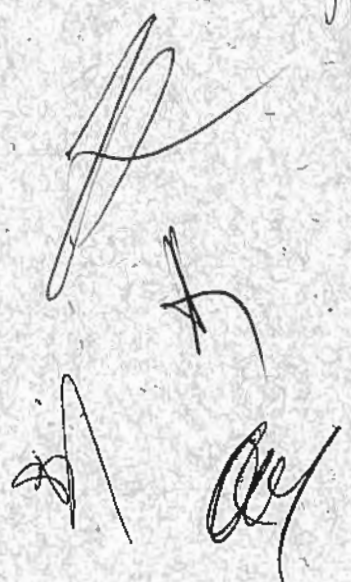
LAGARTO – SERGIPE

das Contas
26
CEL

ITEM	DOCUMENTOS	FLS.
-	INDICE	01
-	PROCURAÇÃO	02
5.1.1	CONTRATO SOCIAL E SUAS ALTERAÇÕES	04 a 24
5.1.2	DOCUMENTOS QUE COMPROVAM A CONDIÇÃO DE BRASILEIRO DOS SÓCIOS	26 e 27
5.1.3	DECLARAÇÃO ANEXO I	29
5.1.4	DECLARAÇÃO ANEXO II	31
5.1.5	CERTIDÕES DO ADMINISTRADOR: JUSTIÇA FEDERAL, JUSTIÇA ELEITORAL E CARTÓRIOS PROTESTOS DE TÍTULOS	33 a 40
5.1.6	CERTIDÃO JUSTIÇA ELEITORAL DO ADMINISTRADOR	42
5.1.7	ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO DA EMPRESA	44
5.2.1	BALANÇO PATRIMONIAL E SUAS DEMONSTRAÇÕES	46 a 48
5.2.3	COMPROVANTE DA CAUÇÃO	50 a 52
5.3	CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E COCORDATA	54
5.4	(a) PROVA DA INSCRIÇÃO NO CNPJ/MF	56
	(b) PROVA DE REGULARIDADE A SEGURIDADE SOCIAL	58
	(c) PROVA DE REGULARIDADE DO FGTS	60
	(d) CERTIDÕES DA EMPRESA:	
	FAZENDA NACIONAL	62
	FAZENDA ESTADUAL	63 e 64
	FAZENDA MUNICIPAL	65



FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA.
Rua 7 de Junho, n.º 598 – Centro – CEP 49.300-000
TOBIAS BARRETO – SE



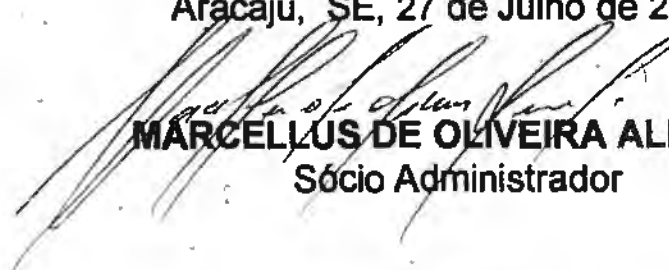
PROCURAÇÃO

42

das
27
p





Por este instrumento particular de mandato, **FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.826.865/0001-08, situada na Avenida 7 de Junho, n. 598, Centro, CEP 49.300-00 – Tobias Barreto, Sergipe, neste ato representada pelo sócio administrador **MARCELLUS DE OLIVEIRA ALMEIDA**, nomeia e constitui seu bastante procurador **DIÓGENES JOSÉ DE OLIVEIRA ALMEIDA**, portador da Carteira de Identidade n.º 3.086.782-SSP/SERJ e CPF 089.201.765-15, com residente e domiciliado na Rua. Epifanio Dorea, 379 na Cidade de Tobias Barreto, no Estado de Sergipe, a quem outorga poderes para representa-la em todos os atos da Concorrência n.º 048/2010-CEL/MC, localidade de Lagarto, Sergipe, promovida pelo Ministério das Comunicações, podendo apresentar Documentação de Habilitação, Proposta Técnica e Proposta de Preço pela Outorga, passar recibo, rubricar documentos, apresentar impugnações, assinar lista de presença e atas, desistir de prazo recursal, interpor recursos e impugna-los, ter vista dos autos, bem como praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato.

Aracaju, SE, 27 de Julho de 2010.


MARCELLUS DE OLIVEIRA ALMEIDA
Sócio Administrador



 SE RF 0080382	 ARTHUR SOARES PINEDO Substituto Tobias Barreto - Sergipe	Reconheço por semelhança a firma com o selo de nº <u>0080382</u> a
		indicada pelo sinal  a dou fé. Em test. <u>[Signature]</u> da verdade Tobias Barreto/SE, <u>30/07/2010</u> O Tabelião <u>[Signature]</u>
SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE		

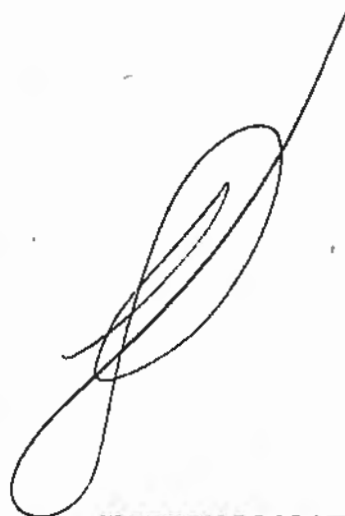





EDITAL DE CONCORRÊNCIA N.º 048/2010

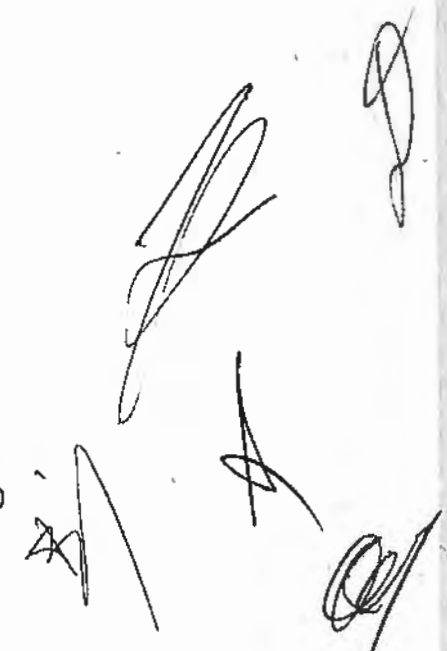
LAGARTO – SERGIPE

22
11
M. das C.
28
11

5.1.1 - CONTRATO SOCIAL E SUAS ALTERAÇÕES



FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA.
Rua 7 de Junho, n.º 598 – Centro – CEP 49.300-000
TOBIAS BARRETO – SE





SE AD 0176055

SELO DE AUTENTICIDADE ESPRESSÃO DO PODER PÚBLICO ESTADO DE SERGIPE CANOAS EDUARDO DE OLIVEIRA PRADO ARTUR SERGIO PRADO Substitutos Tobias Barreto - Sergipe	Certifico e dou fé que a presente cópia fotostática é a reprodução fiel do original que me foi exibido.
	Em test* <u>[assinatura]</u> da verdade Tobias Barreto/SE, 30/07/2012. O Tabelião [assinatura] VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE"

CONTRATO SOCIAL

29
[assinatura]

FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA.

[assinatura]
Luciano Vieira Nascimento
Presidente da JUCESE

MARCELLUS DE OLIVEIRA ALMEIDA, brasileiro, solteiro, engenheiro civil, portador da Carteira do CREA nº 7.565/D e da carteira de identidade nº 738.122-SSP/SE, CPF nº 392.942.185-20, residente e domiciliado na Rua Silvio Romero nº 247, centro, CEP 49.300-000, na cidade de Tobias Barreto, Estado de Sergipe e **ARTUR SERGIO DE ALMEIDA REIS**, brasileiro, casado, comerciante, portador de carteira de identidade nº 884.423-SSP/SE e CPF nº 694.428.785-49, residente e domiciliado na Rua Raimundo Reis s/n, na cidade de Lagarto, Estado de Sergipe, constituem de comum acordo uma Sociedade por Cotas de Responsabilidade Limitada que se regerá pela legislação em vigor, sob as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – A sociedade girará sob a denominação de **FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA.**, e terá como principal objetivo a exploração de Serviços de Radiodifusão Sonora, de Sons e Imagens (TV), de Televisão por Assinatura (TVA), seus serviços afins ou correlatos, repetição ou retransmissão de sinais de sons e imagens de radiodifusão, sempre com finalidades educativas, culturais e informativas, cívicas e patrióticas, bem como exploração de concessão ou permissão dos serviços de telecomunicações e radiodifusão, nesta ou em outras localidades do território nacional, tudo de acordo com a legislação específica em vigor.

CLÁUSULA SEGUNDA – A sede da sociedade será na **Avenida 7 de julho nº 598, CEP 49.300-000, Tobias Barreto, Sergipe**, podendo por deliberação de seus sócios e mediante prévia autorização do Poder Público Concedente, instalar, manter e extinguir sucursais, filiais e agências em quaisquer outras localidades.

CLÁUSULA TERCEIRA – O Foro da Sociedade será o da Comarca de Tobias Barreto, Estado de Sergipe, eleito para conhecer e decidir em primeira instância as questões judiciais que lhe forem propostas com fundamento neste Contrato Social.

CLÁUSULA QUARTA – O prazo de duração da Sociedade é por tempo indeterminado, podendo esta ser dissolvida a qualquer época pelo consentimento dos sócios que representem a maioria da capital social, observando-se, quando da sua dissolução, os preceitos da legislação específica.

CLÁUSULA QUINTA – O capital social é de **R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)**, representado por **30.000 (trinta mil)** cotas de **R\$ 1,00 (hum real)** cada uma assim distribuído entre os cotistas:

[assinaturas]



COTISTAS

1. MARCELLUS DE OLIVEIRA ALMEIDA

2. ARTUR SERGIO DE ALMEIDA REIS

TOTAL

COTAS

21.000

9.000

30.000

VALOR R\$

21.000,00

9.000,00

30.000,00

CLÁUSULA SEXTA – A subscrição e integralização do capital social dar-se-á em moeda corrente nacional, da seguinte forma:

- a) – 50% (cinquenta por cento) do capital social, ou seja, **R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)**, no ato da assinatura do presente instrumento; e,
- b) – os restantes **R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)**, serão integralizados no prazo de **180 (cento e oitenta) dias**, a contar da data da publicação, no DOU, de ato do Poder Concedente que atribua à Sociedade concessão ou permissão de serviços de radiodifusão.

CLÁUSULA SÉTIMA – A responsabilidade dos sócios, nos termos do art. 2º in fine do Decreto nº 3.708, de 10 de janeiro de 1919, é limitada à importância total do capital social.

CLÁUSULA OITAVA – As cotas representativas do capital social são inalienáveis e incaucionáveis a estrangeiros ou pessoas jurídicas, exceto a participação do partido político e de sociedade cujo capital pertença exclusiva e nominalmente a brasileiro, através de capital sem direito a voto e não podendo exceder a trinta por cento do capital social, dependendo qualquer alteração contratual, bem como qualquer transferência de cotas de prévia autorização dos órgãos competentes.

CLÁUSULA NONA – As cotas em que se divide o capital social são nominativas e indivisíveis e para cada uma delas a Sociedade reconhece apenas um único proprietário.

CLÁUSULA DÉCIMA – O capital social, na totalidade, pertencerá sempre a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, aos quais caberá a responsabilidade por sua administração e orientação intelectual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Os administradores da Sociedade serão brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, provada essa condição, a investidura nos cargos somente poderá ocorrer após haverem sido aprovados pelo Ministério das Comunicações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – O quadro de pessoal da Sociedade será sempre constituído, ao menos de 2/3 (dois terços) de trabalhadores nacionais.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Para os cargos de redatores, locutores e encarregados das instalações elétricas, somente serão admitidos brasileiros.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Fica indicado para gerir e administrar a Sociedade, no cargo de Sócio-Gerente, o cotista **MARCELLUS DE OLIVEIRA ALMEIDA**, eximido de prestar caução de qualquer espécie em garantia de sua gestão.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – O Sócio-Gerente, depois de ouvido o Poder Público Concedente, poderá, em nome da Sociedade, nomear procuradores para a prática de atos de gerência, gestão administrativa e orientação intelectual, mediante instrumento público ou



particular que defina os respectivos poderes, cujos mandatos, com prazo de duração determinado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – As cotas são livremente transferíveis entre os cotistas, desde que haja prévia autorização dos órgãos competentes.

CLAUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Os sócios poderão ceder ou transferir parte ou totalidade de suas cotas a estranhos, mediante o consentimento dos sócios que representem mais da metade do capital social e obtida prévia autorização do Poder Público Concedente.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – No caso de morte de sócio, terá o cônjuge supérstite ou o herdeiro a faculdade de optar entre:

- a) – a sua participação na sociedade, o que ocorrerá desde que, para tanto, obtenha a aprovação dos sócios que representem a maioria do capital social e a prévia autorização dos Poderes Públicos Concedentes; ou,
- b) – o recebimento do capital e demais haveres do sócio falecido, mediante a cessão das cotas, de acordo com os termos da Cláusula décima Sexta deste instrumento, caso, por motivo qualquer, não possa ingressar na Sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – Ocorrendo a hipótese prevista na letra “b” da Cláusula anterior as cotas e os haveres do sócio falecido serão pagos ao cônjuge supérstite ou ao herdeiro, em 12 (doze) prestações iguais, mensais e sucessivas acrescidas de juros de 12% (doze por cento) ao ano.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – O exercício social coincidirá com o ano civil, ao fim do qual será levantado o balanço geral da sociedade, como de lei, sendo que os lucros ou prejuízos serão repartidos ou suportados pelos cotistas na proporção de suas cotas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – A distribuição dos lucros será sempre sustada quando verificar-se a necessidade de atender a despesas inadiáveis ou que impliquem o funcionamento das estações.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – A Sociedade, por todos os seus cotistas, obriga-se a cumprir rigorosamente as leis, regulamentos, normas e recomendações que lhe forem feitas pelos Poderes Públicos Concedentes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – O início das atividades da Sociedade será a partir da data do respectivo registro deste instrumento no órgão competente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – Os sócios cotistas declaram que não estão incurso em crimes previstos em lei que impeçam de exercer a atividade mercantil.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – Os casos não previstos no presente contrato social serão resolvidos de acordo com os dispositivos legais que regulam o funcionamento das Sociedades por cotas de responsabilidade limitada, pelos quais a Sociedade se regerá e pela legislação que disciplina a execução dos serviços de radiodifusão.

PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA FIRMA
FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA
CGC 03.826.865/0001-08 NIRE 28200281601

Luciano Vieira Nascimento
Presidente da JUCESE

MARCELLUS DE OLIVEIRA ALMEIDA, brasileiro, maior, solteiro, Engenheiro Civil, CPF 392.942.185-20, CI 738.122 SSP/SE, Registro no CREA n.º 7.565/D, residente e domiciliado na Rua Silvio Romero n.º 247 centro -Tobias Barreto-SE e **ARTUR SERGIO DE ALMEIDA REIS** brasileiro, maior, casado, comerciante, CPF 694.428.785-49 CI 884.423 SSP/SE, residente e domiciliado na Rua Raimunda Reis, 162, Lagarto-SE, únicos sócios da firma **FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA**, com Contrato Social arquivado na JUCESE sob o n.º 28200281601, resolvem modificar cláusulas contratuais, mediante as seguintes alterações:

I - Transferir a sede da Av. 7 de Julho 598, para a Av.7 de Junho 598, CEP 49300-000 Tobias Barreto-SE.

Em decorrência da alteração acima pactuada, a cláusula 2ª do ato de constituição passa a ter a redação a seguir transcrita, e as demais cláusulas, não alcançadas por este instrumento, permanecem inalteradas.

CLAUSULA SEGUNDA

A) A sociedade terá sua sede à Av. 7 de Junho 598, Tobias Barreto, Estado de Sergipe, CEP 49300-000, podendo por deliberação de seus sócios e mediante prévia autorização do Poder Público Concedente, instalar, manter e extinguir sucursais, filiais, e agências em quaisquer outras localidades.

E por estarem assim justos e combinados, assinam o presente instrumento de alteração contratual, em 04 (quatro) vias de igual teor e para um só efeito, na presença de duas testemunhas.

Tobias Barreto, 26 de maio de 2000.


MARCELLUS DE OLIVEIRA ALMEIDA


ARTUR SERGIO DE ALMEIDA REIS

TESTEMUNHAS:


WARLEY PIMENTA DA CUNHA


M.ª DA CONCEIÇÃO NASC.DUARTE


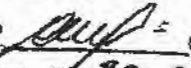


JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SERGIPE
CERTIFICO O REGISTRO EM: 29/05/00

SOB O NÚMERO:
000056421

Protocolo: 000056421

CANDIDA ALVES CAVALHEIRO
SECRETÁRIA GERAL

SE AD 0176059		Certifico e dou fé que a presente cópia fotostática é a reprodução fiel do original que me foi exibido.
		Em test.  da verdade Tobias Barreto/SE, 30/07/2010. M.ª da Conceição Nascimento Duarte

Continuação da alteração contratual da denominação FM Tobias Almeida Reis Ltda.



(TVA), seus serviços afins ou correlatos, repetição ou retransmissão de sinais de sons e imagens de radiodifusão, sempre com finalidade educativas, culturais e informativas, cívicas e patrióticas, bem como exploração de concessão ou permissão dos serviços de telecomunicações e radiodifusão, nesta ou em outras localidades do território nacional, tudo de acordo com a legislação específica em vigor.

CLÁUSULA SEGUNDA

A sede da sociedade será na Avenida 7 de Junho n.º 598, centro, CEP 49.300-000, na cidade de Tobias Barreto, Sergipe, podendo por deliberação de seus sócios e mediante prévia autorização do Poder Público Concedente, instalar, manter e extinguir sucursais, filiais e agências em quaisquer outras localidades.

CLÁUSULA TERCEIRA

O foro da Sociedade será o da Comarca de Tobias Barreto, estado de Sergipe, eleito para conhecer e decidir em primeira instância as questões judiciais que lhe forem propostas com fundamentos neste Contrato Social.

CLÁUSULA QUARTA

O sociedade teve suas atividades iniciadas 23/05/2000 data em que foi constituída, sendo sua duração por tempo indeterminado.

CLÁUSULA QUINTA

O capital social é de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), representado por 150.000 (cento e cinquenta) cotas de R\$ 1,00 (hum real) cada uma assim distribuído entre os cotistas).

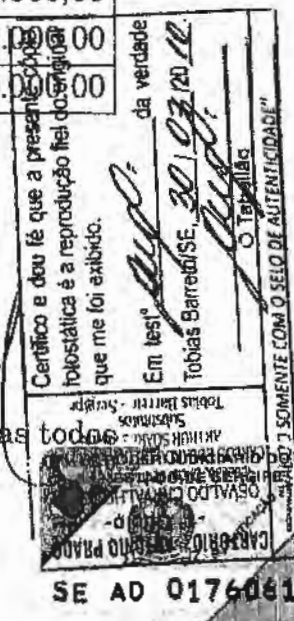
COTISTA	COTAS	VALOR
Marcellus de Oliveira Almeida	105.000	105.000,00
Artur Sergio de Almeida Reis	45.000	45.000,00
TOTAL	150.000	150.000,00

CLÁUSULA SEXTA

O capital social totalmente integralizado dar-se á em moeda corrente nacional

CLÁUSULA SÉTIMA

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social



Continuação da alteração contratual da denominação da FM Tobias Barreto Almeida Reis Ltda



CLÁUSULA OITAVA

As cotas representativas do capital social são inalienáveis e incalculáveis a estrangeiros ou pessoas jurídicas exceto a participação do partido político e de sociedade cujo capital pertença exclusiva e nominalmente a brasileiro, através de capital sem direito a voto e não podendo exceder a trinta por cento do capital social, dependendo qualquer alteração contratual, bem como qualquer transferência de cotas de prévia autorização dos órgãos competentes.

CLÁUSULA NONA

As cotas em que se divide o capital social serão nominativas e indivisíveis e para cada uma delas a Sociedade reconhece apenas um único proprietário

CLÁUSULA DÉCIMA

O capital, na totalidade, pertencerá sempre a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, aos quais caberá a responsabilidade por sua administração e orientação intelectual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

Os administradores da Sociedade será brasileiro nato ou naturalizado há mais de 10 (dez) anos, provada essa condição, a investidora nos cargos somente poderá ocorrer após haverem sido aprovados pelo Ministério das Comunicações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

O quadro de pessoal da Sociedade será sempre constituído, ao menos de 2/3 (dois terços) de trabalhadores nacionais.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

Para os cargos de redatores, locutores e encarregados das instalações elétricas, somente serão admitidos brasileiros.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

Fica indicado para gerir e administrar a Sociedade, no cargo de Administrador, o cotista MARCELLUS DE OLIVEIRA ALMEIDA, eximido de prestar caução de qualquer espécie em garantia de sua gestão.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

O Administrador, depois de ouvido o Poder Público concedente, poderá em nome da sociedade, nomear procuradores para a prática de atos de gerência, gestão administrativa e orientação intelectual, mediante instrumento público ou



012
4

via des Comptes

de
o,
al
a
ta
na

2/11/20

- 2/11/20

Em test
Tobias Barreto/STC 301 07900
O Tabellão

Em test
Tobias Barreto/STC 301 07900
O Tabellão

Em test

Tobias Barreto/STC 301 07900

O Tabellão

"FOM O BRASIL DE IDENTIFICAR"

Em test

Tobias Barreto/STC 301 07900.

O Tabellão

"FOM O BRASIL DE IDENTIFICAR"

Em test

Tobias Barreto/STC 301 07900.

O Tabellão

"FOM O BRASIL DE IDENTIFICAR"

Em test
Tobias Barreto/STC 301 07900
O Tabellão

Continuação da alteração contratual da denominação da FM Tobias Barreto Almeida Reis Ltda.



CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA

A sociedade, por todos os seus cotistas, obriga-se a cumprir rigorosamente as leis, regulamentos, normas e recomendações que lhe forem feitas pelos Poderes Públicos Concedentes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA

A sociedade teve suas atividades iniciadas em 23/05/2000, data em que foi constituída, sendo sua duração por tempo indeterminado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA

Os sócios cotistas declaram que não estão incurso em crimes previstos em lei que impeçam de exercer a atividade mercantil.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA

Os casos não previstos no presente contrato social serão resolvidos de acordo com os dispositivos legais que regulam o funcionamento das sociedades por cotas de responsabilidade limitada, pelos quais a Sociedade se regerá e pela legislação que disciplina a execução dos serviços de radiodifusão.

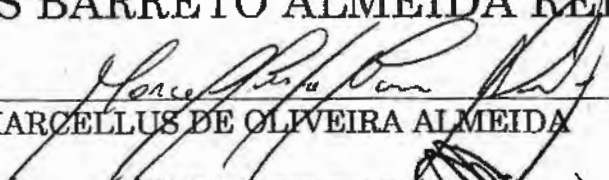
E pôr estarem de comum acordo, em tudo quanto neste instrumento particular foi lavrado, assinam na presença de duas testemunhas abaixo, em 03 (três) exemplares de igual teor e forma.

Tobias Barreto/SE, 21 de dezembro de 2007.

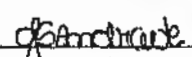

MARCELLUS DE OLIVEIRA ALMEIDA


ARTUR SERGIO DE ALMEIDA REIS

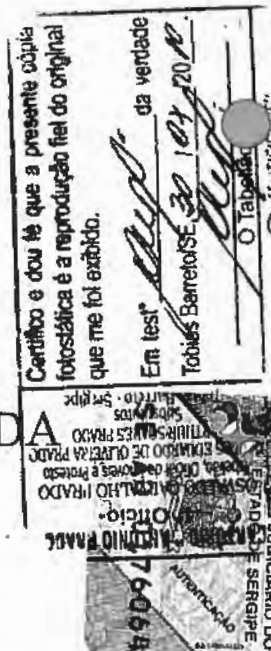
USO DA DENOMINAÇÃO SOCIAL
FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA


MARCELLUS DE OLIVEIRA ALMEIDA

TESTEMUNHAS


JOSIANE SANTANA ANDRADE
RG. N.º 1.389.436 SSP/SE
CPF N.º 923.268.035-15

JOSÉ MARCOS DE ANDRADE
CRC/SE 00295400
CPF 296.061.875-00





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SERGIPE
CERTIFICO O REGISTRO EM: 03/02/2005
SOB Nº: 20040207854
JUCESE Protocolo: 04/020785-4

Empresa: 28 2 0028160 1
FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS
LTDA

CANDIDA ALVES CARVALHO
SECRETÁRIA GERAL - JUCESE



SE AD 0176065		OSVALDO CARVALHO PRADO Belo, Oficial de Protesto e Protesto CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA PRADO ARTHUR SOARES PRADO Substituto Tobias Barreto - Sergipe	Certifico e sou fe que a presente cópia fotostática é a reprodução fiel do original que me foi exibido.
			Em testº Tobias Barreto SE, 30/07/2012. O Tabelião

"VÁLIDO SOMENTE EM BÔNITO DE AUTENTICAÇÃO"

FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA.
(CNPJ/MF n.º 03.826.865/0001-08)

TERCEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

SE AD 0176066

CERTELO CARVALHO PRADO
Médico, Oficial de Justiça e Promotor
JURAMENTO DE PROMOTOR
ANTONIO SOARES PRADO
Substituto
Tobias Barreto - Sergipe

Certifico e dou fé que a presente cópia
fotostática é a reprodução fiel do original
que me foi exibido.

Em test. *[assinatura]* da verdade
Tobias Barreto/SE. 30/04/2010
[assinatura]
Tabelião

"VALIDAMENTE EM FOLHA DE AUTENTICIDADE"



MARCELLUS DE OLIVEIRA ALMEIDA, brasileiro, maior, solteiro, natural de Aracaju, Sergipe, nascido em 17/11/1967, engenheiro civil, portador da Carteira do CREA n.º 7.565/D e da carteira de identidade n.º 738.122 - SSP/SE e do CPF n.º 392.942.185-20, residente e domiciliado na Avenida Francisco Porto, n.º 239, Edifício Ouro Verde, Apartamento 1004, Bairro Grageru, CEP 49.025-230, na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe e **ARTUR SERGIO DE ALMEIDA REIS**, brasileiro, maior, casado em comunhão parcial de bens, natural de Lagarto, Sergipe, nascido em 18/08/1974, portador da carteira de identidade n.º 884.423-SSP/SE e do CPF n.º 694.428.785-49, residente e domiciliado na Rua Raimundo Reis, s/n.º CEP 49.400-000, na cidade de Lagarto, Estado de Sergipe, únicos sócios componentes da Sociedade por Cotas de Responsabilidade Limitada, que nesta praça gira sob a denominação social de **FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA.**, com sede na cidade de Tobias Barreto - Estado de Sergipe, com contrato social devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de Sergipe, em 23 de maio de 2000, sob o NIRE n.º 28 200281601 e posteriores alterações registradas e arquivadas sob os n.ºs 28 000056421, de 29/05/2000, e 28200281601, de 03/02/2005, resolvem promover a presente alteração contratual com a finalidade de: 1) transferência de cotas e 2) adaptar ao Novo Código Civil Brasileiro, o que fazem de comum acordo e na melhor forma de direito, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Nesta data fica admitido na Sociedade como sócio cotista **RONIN MARQUES DOS SANTOS**, brasileiro, casado, engenheiro

[assinatura]

RONIN MARQUES DOS SANTOS
Alameda dos Santos Prado
ESCREVENTE

[assinatura] *[assinatura]* *[assinatura]*

eletricista, natural de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, nascido em 23/08/1973, portador da carteira do CREA n.º 6956/MS, expedida em 29/08/2000 e do CPF n.º 600.564.601-04, residente e domiciliado na Rua Armando Barros, n.º 550, Condomínio Andaluzia, apartamento 702, Cadiz, Bairro Luzia, CEP 49.045-080, Aracaju, Sergipe.

das Comunicações

CLÁUSULA SEGUNDA - Com a expressa anuência recíproca o sócio quotista **ARTUR SERGIO DE ALMEIDA REIS** cede e transfere, como de fato cedido e transferido tem, com seus direitos e obrigações, pelo valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), 45.000 (quarenta e cinco mil) quotas, já pagos em moeda corrente nacional, correspondentes a 30% (trinta por cento) das quotas do capital social para o novo sócio quotista **RONIN MARQUES DOS SANTOS**. O sócio quotista cedente dá ao sócio quotista **RONIN MARQUES DOS SANTOS**, quitação geral e irrestrita com relação a presente cessão e transferência de quotas, para nada mais reclamar, seja a que tempo ou a que título for.

CLÁUSULA TERCEIRA - Tendo em vista as disposições contidas na **CLÁUSULA SEGUNDA** acima, os sócios quotistas decidem, de mútuo e comum acordo, que o capital social subscrito de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), dividido em 150.000 (cento e cinquenta mil) cotas, no valor unitário de R\$ 1,00 (um real), integralizado em moeda corrente nacional, fica distribuído entre os sócios, da seguinte forma:

SÓCIOS	%	N.º DE COTAS	VALOR
1 MARCELLUS DE OLIVEIRA ALMEIDA	70	105.000	R\$ 105.000,00
RONIN MARQUES DOS SANTOS	30	45.000	R\$ 45.000,00
TOTAL	100	150.000	R\$ 150.000,00

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A responsabilidade dos sócios é limitada ao valor das cotas, mas todos os sócios responderão solidariamente pela integralização do capital social na forma do artigo 1052 do Código Civil - Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As cotas não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento dos outros sócios, a quem fica assegurado em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para sua

SE AD 0176067

CERTIFICADO DE VERIFICAÇÃO

Artur Sergio de Almeida Reis

Tobias Barreto

Em testilhado da verdade

30/09/20

3 Testilho

CERTIFICADO DE VERIFICAÇÃO

Artur Sergio de Almeida Reis

Tobias Barreto

Em testilhado da verdade

30/09/20

3 Testilho

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE

SECRETARIA DE ECONOMIA

ESCRIVENTE



aquisição, que deverão ser comunicados, por escrito, com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A transferência de cotas deverá atender a legislação de radiodifusão e, quando necessária, solicitar a prévia e expressa anuência do Poder Público Concedente.

CLÁUSULA QUARTA - A administração da empresa será exercida pelo sócio **MARCELLUS DE OLIVEIRA ALMEIDA**, já qualificado, no cargo de **SÓCIO ADMINISTRADOR** a quem caberá a representação ativa e passiva, judicial ou extrajudicial da sociedade, a ele cabendo, quando na representação legal, as atribuições e os poderes que a lei confere aos dirigentes da sociedade limitada, vedado, no entanto, a concessão de avais, endossos, fianças e quaisquer outras garantias em atividades estranhas aos interesses sociais ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A alienação e o gravame de bens imóveis dependerão da autorização da maioria representativa do capital social.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Havendo necessidade, os sócios, depois de ouvido o Poder Público Concedente, poderão designar, por prazo determinado, em ato separado, administrador não sócio para auxiliar na condução dos negócios, segundo o que dispõe os artigos 1061 a 1063 do Código Civil. Tais funções só poderão ser designadas a brasileiros natos ou naturalizados a mais de 10 anos, provada essa condição.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As atribuições de cada um dos administradores na condução dos negócios serão definidas em reunião dos sócios e registradas em Livro de Atas próprio.

PARÁGRAFO QUARTO - O administrador, obtida autorização prévia do Poder Concedente, poderá em nome da sociedade, nomear procuradores para a prática de atos de gerência, gestão administrativa e orientação intelectual mediante instrumento público que defina os respectivos poderes, cujos mandatos, com prazo de duração determinado.

CLÁUSULA QUINTA - A reunião ordinária dos sócios será sempre realizada anualmente na sede social da empresa nos quatro meses seguintes ao término do exercício social para discutir e votar as contas do administrador e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico, dispensada a convocação formal, salvo se houverem outros assuntos a serem incluídos na ordem do dia e em justificativa do local/data/horário, devidamente justificada.



CAROLINA DE
Almeida Ramos
Escritor

SE AD 0176068

	Certifico e dou fé que a presente cópia fotostática é a reprodução fiel do original que me foi exibido.
	Em test. da verdade Tobias Barreto/SE, 20/09/2010 Tabelião

LIQUIDAMENTO COMPLETO DE AUTENTICAÇÃO

PARÁGRAFO ÚNICO - Os sócios reunir-se-ão extraordinariamente para deliberar sobre as matérias de ordem contratual e/ou legal, e para tratar também da condução dos negócios sociais, quando convocados pelo administrador, através de carta-circular ou de e-mail, entregue até o dia anterior à data marcada, constando o local, data, hora e ordem do dia.

CLÁUSULA SEXTA - As reuniões dos sócios serão instaladas, presididas e secretariadas segundo o que dispõe o art. 1.074, e seus parágrafos, e o art. 1.075 do Código Civil.

CLÁUSULA SÉTIMA - Dispensar-se-á a Reunião de Sócios quando todos decidirem, por escrito, sobre as matérias objeto da mesma, na forma do § 3º do art. 1.072 do Código Civil.

CLÁUSULA OITAVA - os quoruns para as deliberações de assuntos de interesses econômico/social/administrativo/financeiro da empresa serão sempre de maioria simples, contados segundo o valor das cotas de cada sócio.

CLÁUSULA NONA - Em caso de retirada, inabilitação, interdição ou morte de um dos sócios, a sociedade não se dissolverá, continuando suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do sócio remanescente, o valor de seus haveres são apurados e liquidados com a situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado para esta finalidade.

PARÁGRAFO ÚNICO - o mesmo procedimento é adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a um dos sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA - A maioria representativa de mais da metade do capital social, pode excluir por justa causa, mediante alteração do contrato social, o sócio que estiver pondo em risco a continuidade da empresa em virtude de inegável gravidade.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A exclusão de que se trata esta cláusula é determinada em reunião dos sócios cotistas convocada para esta finalidade, devendo o acusado ser notificado por escrito com antecedência mínima de 30 dias, para que possa comparecer à reunião e exercer seu direito de defesa, sob pena de revelia.

SE AD 0176069

	Certifico e dou fé que a presente cópia fotostática é a reprodução fiel do original que me foi exibido.
	Em testº Tobias Barreto/SE, 30/10/2010

SOMENTE COM A ASSINATURA AUTÉNTICA



010
#

44
504

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

121

122

123

124

125

126

127

128

129

130

131

132

133

134

135

136

137

138

139

140

141

142

143

144

145

146

147

148

149

150

151

152

153

154

155

156

157

158

159

160

161

162

163

164

165

166

167

168

169

170

171

172

173

174

175

176

177

178

179

180

181

182

183

184

185

186

187

188

189

190

191

192

193

194

195

196

197

198

199

200

201

202

203

204

205

206

207

208

209

210

211

212

213

214

215

216

217

218

219

220

221

222

223

224

225

226

227

228

229

230

231

232

233

234

235

236

237

238

239

240

241

242

243

244

245

246

247

248

249

250

251

252

253

254

255

256

257

258

259

260

261

262

263

264

265

266

267

268

269

270

271

272

273

274

275

276

277

278

279

280

281

282

283

284

285

286

287

288

289

290

291

292

293

294

295

296

297

298

299

300

301

302

303

304

305

306

307

308

309

310

311

312

313

314

315

316

317

318

319

320

321

322

323

324

325

326

327

328

329

330

331

332

333

334

335

336

337

338

339

340

341

342

343

344

345

346

347

348

349

350

351

352

353

354

355

356

357

358

359

360

361

362

363

364

365

366

367

368

369

370

371

372

373

374

375

376

377

378

379

380

381

382

383

384

385

386

387

388

389

390

391

392

393

394

395

396

397

398

399

400

401

402

403

404

405

406

407

408

409

410

411

412

413

414

415

416

417

418

419

420

421

422

423

424

425

426

427

428

429

430

431

432

433

434

435

436

437

438

439

440

441

442

443

444

445

446

447

448

449

450

451

452

453

454

455

456

457

458

459

460

461

462

463

464

465

466

467

468

469

470

471

472

473

474

475

476

477

478

479

480

481

482

483

484

485

486

487

488

489

490

491

492

493

494

495

496

497

498

499

500

501

502

503

504

505

506

507

508

509

510

511

512

513

514

515

516

517

518

519

520

521

522

523

524

525

526

527

528

529

530

531

532

533

534

535

536

537

538

539

540

541

542

543

544

545

546

547

548

549

550

551

552

553

554

555

556

557

558

559

560

561

562

563

564

565

566

567

568

569

570

571

572

573

574

575

576

577

578

579

580

581

582

583

584

585

586

587

588

589

590

591

592

593

594

595

596

597

598

599

600

601

602

603

604

605

606

607

608

609

610

611

612

613

614

615

616

617

618

619

620

621

622

623

624

625

626

627

628

629

630

631

632

633

634

635

636

637

638

639

640

641

642

643

644

645

646

647

648

649

650

651

652

653

654

655

656

657

658

659

660

661

662

663

664

665

666

667

668

669

670

671

672

673

674

675

676

677

678

679

680

681

682

683

684

685

686

687

688

689

690

691

692

693

694

695

696

697

698

699

700

701

702

703

704

705

706

707

708

709

710

711

712

713

714

715

716

717

718

719

720

721

722

723

724

725

726

727

728

729

730

731

732

733

734

735

736

737

738

739

740

741

742

743

744

745

746

747

748

749

750

751

752

753

754

755

756

757

758

759

760

761

762

763

764

765

766

767

768

769

770

771

772

773

774

775

776

777

778

779

780

781

782

783

784

785

786

787

788

789

790

791

792

793

794

795

796

797

798

799

800

801

802

803

804

805

806

807

808

809

810

811

812

813

814

815

816

817

818

819

820

821

822

823

824

825

826

827

828

829

830

831

832

833

834

835

836

837

838

839

840

841

842

843

844

845

846

847

848

849

850

851

852

853

854

855

856

857

858

859

860

861

862

863

864

865

866

867

868

869

870

871

872

873

874

875

876

877

878

879

880

881

882

883

884

885

886

887

888

889

890

891

CLÁUSULA TERCEIRA – O Foro da sociedade é o da Comarca de Tobias Barreto, Estado de Sergipe, eleito para conhecer e decidir em primeira instância as questões judiciais que lhe forem propostas com fundamentos neste Contrato Social.

CLÁUSULA QUARTA – A sociedade teve suas atividades iniciadas em 23/05/2000, sendo sua duração por tempo indeterminado.

CLÁUSULA QUINTA - O capital social subscrito é de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), dividido em 150.000 (cento e cinquenta mil) cotas, no valor unitário de R\$ 1,00 (um real), integralizado em moeda corrente nacional, distribuído entre os sócios, da seguinte forma:

SÓCIOS	%	N.º DE COTAS	VALOR
1 MARCELLUS DE OLIVEIRA ALMEIDA	70	105.000	R\$ 105.000,00
2. RONIN MARQUES DOS SANTOS	30	45.000	R\$ 45.000,00
TOTAL	100	150.000	R\$ 150.000,00

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A responsabilidade dos sócios é limitada ao valor das cotas, mas todos os sócios responderão solidariamente pela integralização do capital social na forma do artigo 1052 do Código Civil – Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

PARÁGRAFO SEGUNDO – As cotas não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento dos outros sócios, a quem fica assegurado em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para sua aquisição, que deverão ser comunicados, por escrito, com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A transferência de cotas deverá atender a legislação de radiodifusão e, quando necessária, solicitar a prévia e expressa anuência do Poder Público Concedente.

CLÁUSULA SEXTA - A administração da empresa será exercida pelo sócio **MARCELLUS DE OLIVEIRA ALMEIDA**, já qualificado, no cargo de **SÓCIO ADMINISTRADOR** a quem caberá a representação ativa e passiva, judicial ou extrajudicial da sociedade, a ele cabendo, quando na representação legal, as atribuições e os poderes que a lei confere aos dirigentes da sociedade limitada, vedado, no entanto, a concessão de avais, endossos, fianças e



Carimbo manuscrito: "Carimbo manuscrito do Marcellus Almeida"

SE AD 0176072



Certifico e dou fé que a presente cópia fotostática é a reprodução fiel do original que me foi exibido.

Em test. da verdade

Tobias Barreto, 30/07/2010

O Tabelião

DOCUMENTO COM O SELLO DE AUTENTICIDADE

81
H

46

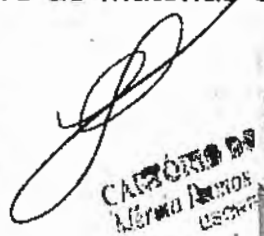
6



9

4

A



[Signature]

do art. 1.072 do Código Civil.

CLÁUSULA DÉCIMA - os quoruns para as deliberações de assuntos de interesses econômico/social/administrativo/financeiro da empresa serão sempre de maioria simples, contados segundo o valor das cotas de cada sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Em caso de retirada, inabilitação, interdição ou morte de um dos sócios, a sociedade não se dissolverá, continuando suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do sócio remanescente, o valor de seus haveres são apurados e liquidados com a situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado para esta finalidade.

PARÁGRAFO ÚNICO - o mesmo procedimento é adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a um dos sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - A maioria representativa de mais da metade do capital social, pode excluir por justa causa, mediante alteração do contrato social, o sócio que estiver pondo em risco a continuidade da empresa em virtude de inegável gravidade.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A exclusão de que se trata esta cláusula é determinada em reunião dos sócios cotistas convocada para esta finalidade, devendo o acusado ser notificado por escrito com antecedência mínima de 30 dias, para que possa comparecer à reunião e exercer seu direito de defesa, sob pena de revelia.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O valor da cota do sócio por ventura excluído, considerada pelo montante efetivamente realizado, será pago ao mesmo em dinheiro em 12 (doze) parcelas iguais, mensais e sucessivas, com base na situação patrimonial da sociedade à data da reunião, verificado em balanço especialmente levantado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da referida reunião.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os sócios remanescentes podem optar pelo suprimimento da cota do excluído ou pela redução do capital, conforme deliberação da maioria na mesma reunião em que for decidida a exclusão.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Excetuada a hipótese de sucessão hereditária, não será permitida a transferência de concessão ou permissão,



[Handwritten signature]
ARTURIO DA
Ramos

SE AD 0176074

<p>ARTURIO DA RAMOS Substituto Tobias Barreto - Sérgio</p>	<p>Certifico e dou fé que a presente cópia fotostática é a reprodução fiel do original que-me foi exibido.</p> <p>Em test. <i>[assinatura]</i> da verdade</p> <p>Tobias Barreto/SE, 30/10/2010</p> <p>O Tabelião</p>
---	--

SOMENTE COM O Selo de Autenticidade

antes de decorrido o prazo previsto no artigo 91, do Decreto nº 52.795/63, com redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 91.837/85.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - O exercício coincidirá com o ano civil, ao fim do qual será levantado o balanço geral da Sociedade, como de lei, sendo que os lucros ou prejuízos serão repartidos ou suportados pelos cotistas na proporção de suas cotas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Em caso de liquidação, os próprios cotistas serão os liquidantes, ficando estipulado que o patrimônio social, depois de liquidado todo o passivo, será distribuído aos sócios na proporção das cotas que cada um possuir.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - A distribuição de lucros será sempre sustada quando verificar-se a necessidade de atender a despesas inadiáveis ou que impliquem o funcionamento das estações.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - Em se tratando de alteração contratual a concessionária e/ou permissionária do serviço de radiodifusão deverá obedecer às normas vigentes do serviço de radiodifusão.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - Ao presente contrato social aplicam-se supletivamente, no que couber, as disposições legais da Lei de Sociedades por Ações (Lei 6.404/76), nos termos do parágrafo único do artigo 1.053 do Código Civil (Lei 10.406/2002).

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - A sociedade, por todos os seus cotistas, se obriga a cumprir rigorosamente as leis, regulamentos, normas e recomendações que lhe forem feitas pelo Poder Público Concedente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - Os sócios cotistas declaram que não estão incurso em crimes previstos em lei que impeçam de exercer a atividade mercantil.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - Os casos não previstos no presente contrato social serão resolvidos de acordo com os dispositivos legais que regulam o funcionamento das sociedades por cotas de responsabilidade limitada, pelos quais a entidade se regerá e pela legislação que disciplina a execução dos serviços de radiodifusão.

E por se acharem justos e contratados sobre tudo os que neste instrumento foi lavrado, obrigam-se a cumpri-lo, fielmente, assinando-o na presença das testemunhas abaixo, em 4 (quatro vias) de igual teor, e forma, para que



CARTEIRA
Mônica Barreto
1503

ISE AD 0176075

CARTÃO DE IDENTIFICACAO
NOME DO CONTRATANTE
CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA PRADO
NOME DO CONTRATADO
ARTHUR SANCES PRADO
Substituto
Tobias Barreto - Serigipe

10
Certifico e dou fé que a presente cópia fotostática é a reprodução fiel do original que me foi exibido.
Em test. Arif da verdade
Tobias Barreto/SE, 30/07/2010
Arif
Tobias Barreto

NO SÓMENTE COM O SELLO DE AUTENTICIDADE

ARTUR SÉRGIO DE ALMEIDA REIS

RONIN MARQUES DOS SANTOS

USO DA DENOMINAÇÃO SOCIAL
FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA.

MARCELLUS DE OLIVEIRA ALMEIDA
SOCIO ADMINISTRADOR

Maria Nildeu Ruys de Santana

CI: 514086 SSP-SE

CPF: 216.511.755- 00

NOME: Michel Vieira dos Santos

CI: 464233038 SSP-BA

CPF: 458.776.705- 06

JUCESE
Protocolo: 07/101265-1
Empresa: 28 2 0028160 1
FM TÓMIAS BARRETO ALMEIDA REIS
LITTA

Adm. Viana

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SERGIPE
CERTIFICADO DE REGISTRO EM: 25/05/2007

ILDACIO VIANA GUIMARAES
SECRETÁRIO(GERAL)

Certifico e dou fé que a presente cópia
 fotostática é a reprodução fiel do original
 que me foi exibido.

Em testº *aut.* da verdade
 Tobias Barreto SE. 30.07.1980
aut.
 O Testigo

JOSE MENDES COM O SELLO DE AUTENTICIDADE

CARLOS EDUARDO DE LIMA
 ARTHUR SOARES PRADO
 SUBSTITUOS
 Tobias Barreto - Serjepe

CARLOS EDUARDO DE LIMA
 ARTHUR SOARES PRADO
 SUBSTITUOS
 Tobias Barreto - Serjepe

SE AD 0176076

VERMONT SENIORS PRIDE
ESCREVENTE

23 MAIO 2007

**VÁLIDO SOMENTE
COM SELO DE
AUTENTICIDADE**

Em test. 2 da verdade

A Official

SE AD 0176078

EDITAL DE CONCORRÊNCIA N.º 048/2010

LAGARTO – SERGIPE

085
A

M. das Condições
50
A

6

A

**5.1.2 – DOCUMENTOS QUE COMPROVAM
CONDIÇÃO DE BRASILEIRO DOS SÓCIOS.**

P
h

FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA.
Rua 7 de Junho, n.º 598 – Centro – CEP 49.300-000
TOBIAS BARRETO – SE

05 / 03 / 1999 FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

ATENDIMENTO ANEXADO NA CARTEIRA PROFISSIONAL



VALOR COMO DOCUMENTO DE IDENTIDADE E TEM SE PUBLICA (12º DO ART. 6º
DA LEI N.º 8.194 DE 04/12/1990 E LEI N.º 8.280 DE 07/06/1975).

"A" POSITIVO
TIPO BANGUARD - FATOR RH

600.564.601-04



Ronin Marques dos Santos
ASSINATURA DO PROFISSIONAL

(CARTEIRA DE IDENTIDADE)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA
CREA -MS

CART. PROF. N.º 6956/D REG. N.º 6956 DATA DE EMISSÃO 29/08/2000

NOME RONIN MARQUES DOS SANTOS

FILIAÇÃO RUBENS MARQUES DOS SANTOS
MARIA DE OLIVEIRA DOS SANTOS

NACIONALIDADE BRASILEIRA NATURAL DE CAMPO GRANDE-MS

NASCIMENTO 23 / 08 / 1973 SEXO CIVIL 870 104/MAER

TÍTULO PROFISSIONAL ENGENHEIRO ELETRICISTA

DATA DA EXPIRAÇÃO 29/08/2000

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

NUMERO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS
100564601-04

DESCRIÇÃO DO CADASTRO
RONIN MARQUES DOS SANTOS

CIC

23.08.73

Ronin Marques dos Santos

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

ESTE CARTÃO E O DOCUMENTO IMPROBATORIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - LÍMITE
DE USO OBRIGATORIO NOS CASOS LEGALMENTE DETERMINADOS
PARA QUALQUER ORIENTAÇÃO DE NATUREZA TRIBUTÁRIA, PRODUZ A JORNADA LOCAL DA SECRETARIA
DA RECEITA FEDERAL

CARTÃO DO AGENTE EMISSOR

341/1020-37

14/03/91

ITAUBANCO

0140-00-9

HOME MATRÍCULA E ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO

SE AD 0176114

SE AD 0176115

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO

Carlos Edmundo de Oliveira Prado
Arthur Sanches Prado
Subscritores
Tobias Barreto - Scrup

Certifico e dou fe que a presente cópia
fotostática é a reprodução fiel do original
que me foi exibido.

Em test. *[Assinatura]* da verdade
Tobias Barreto 30/07/2010

O Tabelião

SOMENTE COM O Selo de Autenticidade

[Handwritten signatures and marks]

EDITAL DE CONCORRÊNCIA N.º 048/2010

LAGARTO – SERGIPE



5.1.3 – DECLARAÇÃO ANEXO I.

FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA.
Rua 7 de Junho, n.º 598 – Centro – CEP 49.300-000
TOBIAS BARRETO – SE

FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA.
CNPJ/MF 03.826.865/0001-08

28/7
M. das Com. 54

ANEXO I

DECLARAÇÃO

Referência.: Concorrência 048/2010-CEL/MC

FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA., inscrita no CNPJ/MF n.º 03.826.865/0001-08, por intermédio de seu responsável legal o Senhor **MARCELLUS DE OLIVEIRA ALMEIDA**, portador da Carteira do CREA n.º 7.565/D, da Carteira de Identidade n.º 738.122-SSP/SE e do CPF nº 392.942.185-20, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não Emprega menor de dezoito (18) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis (16) anos. Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

TOBIAS BARRETO, SE, 27 de julho de 2010.


MARCELLUS DE OLIVEIRA ALMEIDA
Sócio Administrador







EDITAL DE CONCORRÊNCIA N.º 048/2010

LAGARTO – SERGIPE



5.1.4 – DECLARAÇÃO ANEXO II.

FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA.
Rua 7 de Junho, n.º 598 – Centro – CEP 49.300-000
TOBIAS BARRETO – SE

56
56
56

ANEXO II

DECLARAÇÃO

O abaixo assinado, dirigente da **FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA .**, declara que:

a) a entidade não possui autorização para explorar o mesmo tipo de serviço, na localidade **LAGARTO**, Estado **SERGIPE**, e que não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-lei n.º 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso venha a ser contemplada com a outorga.

b) a entidade não se encontra declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, ou ainda, não está com o direito de licitar e contratar com o Ministério das Comunicações suspenso;

c) nenhum sócio integra o quadro societário de outra entidade explorada do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade objeto deste Edital, nem de outras entidades exploradoras de serviços de radiodifusão em localidades diversas, além dos limites fixados no art. 12 do Decreto-lei n.º 236, de fevereiro de 1967;

d) nenhum dirigente está no exercício de mandato eletivo, que lhe assegure imunidade parlamentar, nem exerce cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial;

e) nenhum dirigente participa da direção de outra entidade executante de serviço de radiodifusão, nem de outras empresas de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites fixados no art. 12 do Decreto-lei n.º 236, de 28 de fevereiro de 1967, mesmo que a Proponente venha a ser contemplada com a outorga.

TOBIAS BARRETO, SE, 27 de julho de 2010.

MARCELLUS DE OLIVEIRA ALMEIDA

Sócio Administrador
CPF 392.942.185-20

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.

EDITAL DE CONCORRÊNCIA N.º 048/2010

LAGARTO – SERGIPE

032
H



A

**5.1.5 – CERTIDÕES DO ADMINISTRADOR
REFERENTE A:**

- a) JUSTIÇA FEDERAL;**
- b) JUSTIÇA ESTADUAL;**
- c) CARTÓRIOS DE PROTESTOS DE TÍTULOS**

[Handwritten signatures]

[Handwritten signatures]

FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA.
Rua 7 de Junho, n.º 598 – Centro – CEP 49.300-000
TOBIAS BARRETO – SE

[Handwritten signature]



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL

Nº 2010032859

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

AÇÕES E EXECUÇÕES

Natureza: Cível, Exec. Fiscal e Criminal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE **CONTRA**

MARCELLUS DE OLIVEIRA ALMEIDA
CPF: 392.942.185-20

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Sergipe.

Observações:

- 1 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, **através da Internet**, com base nas Portarias Nº 368/2004-DF e 112/2006-DF;
- 2 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e Identidade);

Atenção:

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço <http://www.jfse.jus.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total **conferência do nome, CPF/CNPJ e o número desta Certidão.**

Aracaju, 27/07/2010 16:15:29

Fórum Ministro Geraldo Barreto Sobral - Centro Administrativo Augusto Franco

Av. Dr. Carlos Rodrigues da Cruz, 1500 - Capucho - Aracaju - Sergipe - Brasil - CEP:



ESTADO DE SERGIPE
PODER JUDICIÁRIO
CARTÓRIO DISTRIBUIDOR DA COMARCA DE ARACAJU
Fórum Gumersindo Bessa, Av. Tancredo Neves, S/N
Centro Administrativo Augusto Franco, Capucho
Telefone: 3226-3500 Ramal: 3542 / 3543 CEP: 49080-470 Aracaju-SE

4
59
CEL
M. das Comarcas

CERTIDÃO NEGATIVA

Dados do Solicitante

Nome: MARCELLUS DE OLIVEIRA ALMEIDA
Domicílio: Aracaju

Natureza Certidão: Cível
Tipo de Física / 392.942.185-20

Nome do Pai: (não informado)
Data da Emissão: 04/08/2010 08:56
Nº Certidão: * 0000273181 *

Nome da Mãe: (não informado)
Data de Validade: * 03/09/2010 *
Nº da Autenticidade: * 2283763585 *

Certifico que NÃO CONSTA, nos registros de distribuição dos 1º e 2º Graus do Poder Judiciário do Estado de Sergipe, AÇÃO CÍVEL distribuída e que esteja em andamento contra o(a) solicitante acima identificado(a).

As matérias atinentes às Varas de Família e Sucessões são objeto de certidão específica.

Observações

- Certidão expedida gratuitamente através da Internet, autorizada pela Resolução 61/2006, de 29/11/2006.
- Os dados do(a) solicitante acima informados são de sua responsabilidade, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário.
- A validade desta certidão é de 30 (trinta) dias a partir da data de sua emissão. Após essa data será necessária a emissão de uma nova certidão.
- A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe - www.tjse.jus.br - no menu Serviços - Certidão On Line-, utilizando o número de autenticidade acima identificado.

[Handwritten signatures and initials]



ESTADO DE SERGIPE
PODER JUDICIÁRIO
CARTÓRIO DISTRIBUIDOR DA COMARCA DE ARACAJU
Fórum Gomersindo Bessa, Av. Tancredo Neves, S/N
Centro Administrativo Augusto Franco, Capucho
Telefone: 3226-3500 Ramal: 3542 / 3543 CEP: 49080-470 Aracaju-SE

das Circunscritas
60

CERTIDÃO NEGATIVA

5

Dados do Solicitante

Nome:	MARCELLUS DE OLIVEIRA ALMEIDA	Natureza Certidão:	Cível
Domicílio:	Tobias Barreto	Tipo de Pessoa/CPF/CNPJ:	Física / 392.942.185-20
Nome do Pai:	(não informado)	Nome da Mãe:	(não informado)
Data da Emissão:	27/07/2010 16:19	Data de Validade:	* 26/08/2010 *
Nº da Certidão:	* 0000271037 *	Nº da Autenticidade:	* 5155967147 *

Certifico que NÃO CONSTA, nos registros de distribuição dos 1º e 2º Graus do Poder Judiciário do Estado de Sergipe, AÇÃO CÍVEL distribuída e que esteja em andamento contra o(a) solicitante acima identificado(a).

As matérias atinentes às Varas de Família e Sucessões são objeto de certidão específica.

Observações

- a) Certidão expedida gratuitamente através da Internet, autorizada pela Resolução 61/2006, de 29/11/2006.
- b) Os dados do(a) solicitante acima informados são de sua responsabilidade, devendo a titularidade ser conferida pelo Interessado e/ou destinatário.
- c) A validade desta certidão é de 30 (trinta) dias a partir da data de sua emissão. Após essa data será necessária a emissão de uma nova certidão.
- d) A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe - www.tjse.jus.br - no menu -Serviços - Certidão On Line-, utilizando o número de autenticidade acima identificado.

[Assinaturas manuscritas]



ESTADO DE SERGIPE
PODER JUDICIÁRIO
CARTÓRIO DISTRIBUIDOR DA COMARCA DE ARACAJU
Fórum Gumersindo Bessa, Av. Tancredo Neves, S/N
Centro Administrativo Augusto Franco, Capucho
Telefone: 3226-3500 Ramal: 3542 / 3543 CEP: 49080-470 Aracaju-SE

CERTIDÃO NEGATIVA

Dados do Solicitante

Nome: MARCELLUS DE OLIVEIRA ALMEIDA
Domicílio: Aracaju

Nome do Pai: (não informado)
Data da Emissão: 04/08/2010 08:57
Nº da Certidão: * 0000273184 *

Natureza Certidão: Penal
Tipo de Física / 392.942.185-20
Pessoa/CPF/CNPJ:
Nome da Mãe: (não informado)
Data de Validade: * 03/09/2010 *
Nº da Autenticidade: * 1747598810 *

Certifico que NÃO CONSTA, nos registros de distribuição dos 1º e 2º Graus do Poder Judiciário do Estado de Sergipe, AÇÃO PENA inclusive na 6ª Vara Criminal da Comarca de Aracaju, Auditoria Militar, distribuída e que esteja em andamento, contra o(a) solicitante acima identificado(a).

A presente certidão, em consonância com a legislação vigente, atende ao disposto no artigo 163, § 2º, da Lei 7.210/84 e dos artigos 76, §6º e 89, da Lei 9.099/95.

Observações

- Certidão expedida gratuitamente através da Internet, autorizada pela Resolução 61/2006, de 29/11/2006.
- Os dados do(a) solicitante acima informados são de sua responsabilidade, devendo a titularidade ser conferida pelo Interessado e/ou destinatário.
- A validade desta certidão é de 30 (trinta) dias a partir da data de sua emissão. Após essa data será necessária a emissão de uma nova certidão.
- A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe - www.tjse.jus.br - no menu Serviços - Certidão On Line-, utilizando o número de autenticidade acima identificado.



ESTADO DE SERGIPE
PODER JUDICIÁRIO
CARTÓRIO DISTRIBUIDOR DA COMARCA DE ARACAJU
Fórum Gomersindo Bessa, Av. Tancredo Neves, S/N
Centro Administrativo Augusto Franco, Capucho
Telefone: 3226-3500 Ramal: 3542 / 3543 CEP: 49080-470 Aracaju-SE

037
A

das Comarcas
62
S

CERTIDÃO NEGATIVA

Dados do Solicitante

Nome:	MARCELLUS DE OLIVEIRA ALMEIDA	Natureza Certidão:	Penal
Domicílio:	Tobias Barreto	Tipo Pessoa/CPF/CNPJ:	de Física / 392.942.185-20
Nome do Pai:	(não informado)	Nome da Mãe:	(não informado)
Data da Emissão:	27/07/2010 16:21	Data de Validade:	* 26/08/2010 *
Nº da Certidão:	* 0000271039 *	Nº da Autenticidade:	* 6403093129 *

Certifico que NÃO CONSTA, nos registros de distribuição dos 1º e 2º Graus do Poder Judiciário do Estado de Sergipe, AÇÃO PENAL, inclusive na 6ª Vara Criminal da Comarca de Aracaju, Auditoria Militar, distribuída e que esteja em andamento, contra o(a) solicitante acima identificado(a).

A presente certidão, em consonância com a legislação vigente, atende ao disposto no artigo 163, § 2º, da Lei 7.210/84 e dos artigos 76, §6º e 89, da Lei 9.099/95.

Observações

- a) Certidão expedida gratuitamente através da Internet, autorizada pela Resolução 61/2006, de 29/11/2006.
- b) Os dados do(a) solicitante acima informados são de sua responsabilidade, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário.
- c) A validade desta certidão é de 30 (trinta) dias a partir da data de sua emissão. Após essa data será necessária a emissão de uma nova certidão.
- d) A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe - www.tjse.jus.br - no menu -Serviços - Certidão On Line-, utilizando o número de autenticidade acima identificado.

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.

CERTIDÃO

Eu, **ANA MARIA SOARES DE ABREU**,
Serventuária Vitalícia do Cartório do 3º Ofício da Comarca
de Aracaju, do Estado de Sergipe, na forma da Lei, etc.

CERTIFICO e dou fé, a pedido verbal da
pessoa interessada, que revendo em meu **CARTÓRIO** os Livros
de Protesto a meu cargo, deles verifiquei não constar nos
últimos **05 (cinco)** anos, **PROTESTO DE TÍTULOS**, contra:
MARCELLUS DE OLIVEIRA ALMEIDA, CPF: 392.942.185-20

O referido é verdade e dou fé.

Passada nesta cidade de Aracaju, Capital do
Estado de Sergipe, em **30 de julho de 2010**

Eu, **ANA MARIA SOARES DE ABREU**, Tabeliã
do Protesto, que mandei datilografar, do que dou fé.

Tabeliã do Protesto

**"VÁLIDA SOMENTE COM
SELO DE AUTENTICIDADE"**



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE SERGIPE



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL AMINTHAS GARCEZ

5º Ofício de Notas e Protesto de Títulos

2ª Circunscrição Imobiliária

José Carlos Maynart Garcez Vieira

Tabelião

www.quintooficio.com.br

Telefones/Fax: (0xx79) 3214-2523 / 3214-5899 / 3214-0167 / 3214-4770

Rua Laranjeiras, nºs 43/47, Bairro Centro, C.E.P.: 49.010-000

Aracaju - Sergipe

CERTIDÃO

Eu, **José Carlos Maynart Garcez Vieira**,
Oficial do Protesto de Títulos da Comarca de
Aracaju, Capital do Estado de Sergipe, na
forma da Lei, etc...

CERTIFICO e dou fé, a pedido verbal
de pessoa interessada, que revendo em Cartório os Livros de Protestos
de Títulos, a meu cargo, deles verifiquei **não constar**, nos
últimos **05 (cinco) anos**, Títulos Protestados contra,
MARCELLUS DE OLIVEIRA ALMEIDA, CPF: 392.942.185-20

Passada nesta Cidade de Aracaju, Capital
do Estado de Sergipe. Eu, **José Carlos Maynart Garcez Vieira**, Oficial
do Protesto de Títulos, subscrevo, dou fé e assino.

Aracaju/SE, 30 de julho de 2010

O Oficial



José Carlos Maynart Garcez Vieira

"VÁLIDA SOMENTE COM O
SELO DE AUTENTICIDADE"



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

COMARCA DE TOBIAS BARRETO - ESTADO DE SERGIPE

CARTÓRIO "ANTONIO PRADO" - 1º OFÍCIO

TABELIONATO, REGISTRO DE IMÓVEIS, HIPOTECAS E PROTESTO DE TÍTULOS

Oswaldo Carvalho Prado

Tabelião

Carlos Eduardo de Oliveira Prado

Substituto

65

CERTIDÃO NEGATIVA DE PROTESTO

Eu, Oswaldo Carvalho Prado, Oficial do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Tobias Barreto, Estado de Sergipe, na forma da lei, etc.

CERTIFICO a pedido verbal de pessoa interessada que, revendo os assentamentos dos livros competentes em meu cartório e poder, verifiquei que não consta nos últimos 05 (cinco) anos protestos de títulos em nome de MARCELLUS DE OLIVEIRA ALMEIDA, brasileiro, maior, casado, engenheiro civil, residente e domiciliado na Av. Francisco Porto, nº 239, Edif. Ouro Verde, aptº 1004, Bairro Gragerú, Aracaju/Se, inscrito no CPF sob nº 392.942.185-20.

O referido é verdade e dou fé.

Tobias Barreto, 30 de julho de 2010.



Oswaldo Carvalho Prado

Oficial Substituto

EDITAL DE CONCORRÊNCIA N.º 048/2010

LAGARTO – SERGIPE



15

**5.1.6 – CERTIDÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL
REFERENTE AO ADMINISTRADOR**

FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA.
Rua 7 de Junho, n.º 598 – Centro – CEP 49.300-000
TOBIAS BARRETO – SE

Several handwritten signatures and initials are present in the bottom right corner of the page. There are three distinct signatures, some with checkmarks or other marks next to them.



**JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ QUITO** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: **MARCELLUS DE OLIVEIRA ALMEIDA**

Inscrição: **003945562119** Zona: 23 Seção: 15

Município: 32476 - TOBIAS BARRETO UF: SE

Data de Nascimento: 17/11/1967 Domiciliado desde: 18/09/1986

Filiação: **MARIA NANZINHA DE OLIVEIRA ALMEIDA
JOSE JUAREZ DE ALMEIDA**

Certidão emitida às 11:42 de 27/07/2010

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas da campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.gov.br>, por meio do código

BW1L.FJHU.BMUJ.EYCL

Imprimir

EDITAL DE CONCORRÊNCIA N.º 048/2010

LAGARTO – SERGIPE



5.1.7 – ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO DA EMPRESA

FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA.
Rua 7 de Junho, n.º 598 – Centro – CEP 49.300-000
TOBIAS BARRETO – SE

Several handwritten signatures and initials are present in the bottom right corner of the page, including a large stylized signature and several smaller initials.

Expor em local visível



Secretaria Municipal de Finanças
Departamento de Arrecadação e Fiscalização Tributária
DEPAFT

Alvará de licença

Nº. Cadastro

990

Insc. Imobiliária

9903

Nome de Fantasia

LUANDE FM

Razão Social/Nome

FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA.

Endereço

AVN 7 DE JUNHO, 598, CENTRO -

Atividade Principal

500534 - ATIVIDADES DE RADIO

Atividade Secundária

0 -

CNPJ/CPF

03.826.865/0001-08

Início da Atividade

23/05/2000

Título da Licença

ALVARÁ

Observação

VALIDADE: 31/12/2010

INSC. MUNIC. Nº 3247.4.00597

Data de Emissão

01 de fevereiro de 2010

FISCAL DE TRIBUTOS

DIRETOR DO DEPAFT

Operador: PEDRINHO

Data: 01/02/2010

Hora: 15:10

SE AD 0176099

CEMILUS EDUARDO DE OLIVEIRA PRADO
Substituto
Tobias Barreto - Sergipe

Certifico e dou fé que a presente cópia fotostática é a reprodução fiel do original que me foi exibido.

Em test. *[assinatura]* da verdade
Tobias Barreto/SE, 30/02/2010.

O Tabelião

“VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICAÇÃO”

EDITAL DE CONCORRÊNCIA N.º 048/2010

LAGARTO – SERGIPE



5.2.1 – BALANÇO PATRIMONIAL E SUAS ALTERAÇÕES

FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA.
Rua 7 de Junho, n.º 598 – Centro – CEP 49.300-000
TOBIAS BARRETO – SE

A large, stylized handwritten signature in black ink.

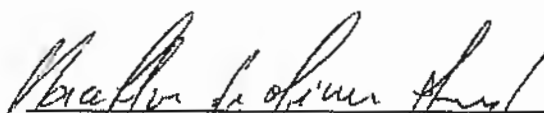
A large, stylized handwritten signature in black ink, with the letter "P" written below it. To the right of the signature are two smaller handwritten marks, possibly initials or a checkmark.



BALANÇO PATRIMONIAL
ANO 2009

1 - ATIVO	R\$ 291.473,21
1.1 ATIVO CIRCULANTE	R\$ 64.223,21
1.1.1- CAIXA	R\$ 28.170,47
1.1.1.01 CAIXA GERAL	R\$ 28.170,47
1.1.2 BANCOS CONTA MOVIMENTO	R\$ 9.995,94
1.1.2.01 BANESE	R\$ 7.343,42
1.1.2.02 CAIXA ECONOMICA FEDERAL	R\$ 2.652,52
1.1.3 - CONTAS A RECEBER	R\$ 26.056,80
1.1.3.01 CLIENTES	R\$ 26.056,80
1.2 - NÃO CIRCULANTE	R\$ 227.250,00
1.2.1 IMOBILIZADO	R\$ 227.250,00
1.2.1.01 TERRENOS	R\$ 20.000,00
1.2.1.02 - CONSTRUÇÕES E BENFEITORIAS	R\$ 60.000,00
1.2.1.03 MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	R\$ 147.250,00

TOBIAS BARRETO, 31 DE DEZEMBRO DE 2009


MARCELLUS DE OLIVEIRA ALMEIDA
SÓCIO ADMINISTRADOR


Josiane Santana Andrade
Bel. Ciências Contábeis
CRC-SE 00603710-4
CPF- 923.268.035-15

Certifico e dou fé que a presente cópia fotostática é a reprodução fiel do original que me foi exibido.	Em 15/01/2010
Em 15/01/2010	da verdade
Tobias Barreto SE	30/01/2010
ARTHUR LOPES RIBEIRO	O Tabelião
SOMENTE COM O SELLO DE AUTENTICIDADE	
SE AD 0176100	

SE AD 0176101

CARTÃO DE AUTENTICAÇÃO
 JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SERGIPE
 CERTIFICADO DE REGISTRO EM: 18/03/2010 SOB Nº: 20100082050
 Protocolo: 10/008205-0, DE 18/03/2010

Em test. aul da verdade
 Tobias Barreto 30/03/2010
 O Tabelião

CERTIFICO e dou fe que a presente cópia
 fotostática é a reprodução fiel do original
 que me foi exibido.

Substância - Sergipe
 Tobias Barreto - Tabelião

SELO DE AUTENTICIDADE

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SERGIPE
 CERTIFICO O REGISTRO EM: 18/03/2010 SOB Nº: 20100082050
 Protocolo: 10/008205-0, DE 18/03/2010

JUCESE
 Empresa: 28 2 0028160 1
 EM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS
 LTDA-ME

Ilídio Viana Guimarães
 ILDÁCIO VIANA GUIMARÃES
 SECRETÁRIO-GERAL





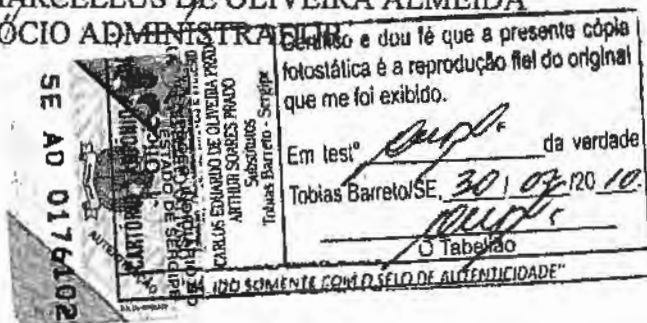
72
72
72

BALANÇO PATRIMONIAL
ANO 2009

2 - PASSIVO	R\$ 291.473,21
2.1 - CIRCULANTE	R\$ 4.588,91
2.1.1 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	R\$ 4.588,91
2.1.1.01 - INSS	R\$ 1.410,90
2.1.1.02 - FGTS	R\$ 1.352,72
2.1.1.03 - SIMPLES	R\$ 1.825,29
2.3 - PATRIMONIO LÍQUIDO	R\$ 286.884,30
2.3.1 - CAPITAL SOCIAL	R\$ 150.000,00
2.3.2 - LUCRO ACUMULADO	R\$ 79.367,15
2.3.3 - LUCRO LÍQUIDO EXERCÍCIO	R\$ 57.517,15

TOBIAS BARRETO/SE, 31 DE DEZEMBRO 2009

Marcellus de Oliveira Almeida
MARCELLUS DE OLIVEIRA ALMEIDA
SÓCIO ADMINISTRADOR



rosiane Santana Andrade
rosiane Santana Andrade
Adv. Ciências Contábeis
CRC-SE 006037/0-4
CPF: 923.268.035-15

FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA

Av. 7 de Junho, 598 - Centro - Tobias Barreto/SE - CEP: 49.300-000 - Tels.: (79) 3541-1222 / 9957-8852 - C.N.P.J.: 03.828.885/0001-08
e-mail: luandefm@infonet.com.br

SE AD 0174103

CERTIFICADO

Art. 1º da Lei nº 1.162/06, de 12 de maio de 2006, e Art. 1º da Lei nº 1.163/06, de 12 de maio de 2006.

CHALUS LUIZ DE OLIVEIRA PRADO
ARTHUR SOARES PRADO
SUSCITOS
Tobias Barreto - Sergipe

Certifico e dou tã que a presente cópia fotostática é a reprodução fiel do original que me foi exibido.

Em lesã da verdade
Tobias Barreto/SE 30/07/2010
O Tabelião

IDO SOMENTE COM O SELLO DE AUTENTICIDADE

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SERGIPE
CERTIFICO O REGISTRO EM: 18/03/2010 SOB Nº: 20100082050
Protocolo: 10/008205-0, DE 18/03/2010

JUCESE
Empresa: 28 2 0028160 1
EM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS
LTDA-ME

Tobias Viana Guimarães
ILDACIO VIANA GUIMARÃES
SECRETÁRIO-GERAL



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

ANO 2009

RECEITA OPERACIONAL BRUTA..... R\$ 198.191,77
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS..... R\$ 198.191,77

(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA

IMPOSTOS E CONTRIB. INCIDENTES S/ SERVIÇOR\$ 8.314,04
SIMPLESR\$ 8.314,04

(=)RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....R\$ 189.877,73

CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS.....R\$ 17.628,37

(=)RESULTADO OPERACIONAL BRUTA.....R\$ 172.249,36

(-) DESPESAS OPERACIONAIS.....R\$ 114.732,21

DESPESAS COM SERVIÇOR\$ 10.118,46

DESPESAS ADMINISTRATIVAS R\$ 6.860,00

DESPESA COM PESSOALR\$ 97.753,75

LUCROS LÍQUIDO ANTES DA DISTRIBUIÇÃOR\$ 57.517,15

07- DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS.....R\$ 20.000,00

08-LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO.....R\$ 37.517,15

TOBIAS BARRETO/SE, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

MARCELLUS DE OLIVEIRA ALMEIDA
SÓCIO ADMINISTRADOR



Certifico e dou fé que a presente cópia fotostática é a reprodução fiel do original que me foi exibido.

Em test* da verdade
Tobias Barreto/SE, 30/12/2009

FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA

73V
 C. J. dos Santos

SE AD 0176105 	Certifico e dou fé que a presente cópia fotostática é a reprodução fiel do original que me foi exibido.
	Em test. <u>[assinatura]</u> da verdade Tobias Barreto SE, 30 / 9 / 20 10. <u>[assinatura]</u> O Tabelião

"VALIDO SOMENTE COM O SELLO DE AUTENTICIDADE"

	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SERGIPE CERTIFICO O REGISTRO EM: 18/03/2010 SOB Nº: 20100082050 Protocolo: 10/008205-0, DE 18/03/2010
	JUCESE Empresa: 28 2 002B160 1
	FIA TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA-ME
	<u>[assinatura]</u> KIDACIO VIANA GUIMARÃES SECRETÁRIO-GERAL

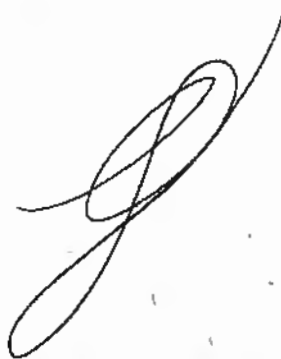


EDITAL DE CONCORRÊNCIA N.º 048/2010

LAGARTO – SERGIPE

469
4
das Com
74
CEL
M. R.
RE
S

5.2.3 – COMPROVANTE DA CAUÇÃO



FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA.
Rua 7 de Junho, n.º 598 – Centro – CEP 49.300-000
TOBIAS BARRETO – SE

CEL. M. das Com.
75

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

BANCO: 104

DATA: 30/07/2010

AGENCIA: 0739

HORA: 16:32:26

TERMINAL: 1905

NSU: 003511

AUT.: 0132

RECIBO DE DEPOSITO CAUCAO

NUM. DOC.: 000000

AGENCIA/CONTA CREDITADA: 0739/010/00.000.009-0

NOME: FM TOBIAS BARRETO A REIS LTDA

CAUCIONARIO:

FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA

CPF/CNPJ CAUCIONARIO: 03.826.845/0001-08

FAVORECIDO:

MINISTERIO DAS COMUNICACOES

CPF/CNPJ FAVORECIDO: 00.394.437/0003-19

VALOR TOTAL:

1.464,20

VALOR CHEQUE PROPRIO PV:

1.464,20

Informacoes, reclamacoes, sugestoes e elogios

SAC CAIXA: 0800 726 0101

Ouvidoria da CAIXA: 0800 725 7474

www.caixa.gov.br

2a Via - Via do Favorecido/Agencia

Grau de sigilo
#00**Módulo I**

Agência	Op.	Conta	DV
0739	10	9	0

Devedor (neste caso é o Caucionário)

(preencher nome completo ou razão social por extenso)

FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA

CPF (se PF)	Nº da identidade	Órgão emissor	UF	Data de emissão / /	Sexo	1 - Feminino 2 - Masculino						
CNPJ (se PJ)	Forma de Constituição	Documento Constitutivo	Data de Constituição	Esfera		1 - Municipal 2 - Estadual 3 - Federal						
03.826.865/0001-08	SOCIEDADE LTDA	CONTRATO SOCIAL	23/05/2000									
Tipo de mov. Conta (se PJ)	O – Indica os poderes do representante / procurador no campo "Observações / Fontes de referência consultadas"			Data término mandato / Validade da procuração / /								
O	C – Em conjunto I – Isolada											
Logradouro e bairro												
AV 07 DE JUNHO 598 -CENTRO												
Cidade	País	UF	CEP	DDD/Telefone								
TOBIAS BARRTEO	BRASIL	SE	49300-000	(79) 3541-1222								
E-mail												

2 - Valor CaucionadoValor (preencher na forma de numeral e por extenso)
R\$ 1.464,20 (MIL QUATROCENTOS E SESSENTA E
QUATRO REAIS E VINTE CENTAVOS)Forma de
Pagamento

2

1 – Cheque
2 - Dinheiro

Informar os dados seguintes quando o recebimento ocorrer em cheque

Nº Banco Nº Cheque Valor (preencher na forma de numeral e por extenso)

Histórico

Para garantia de

EDITAL Nº 048/2010 - LAGARTO/SE - CEL/MC, ITEM 5.2.3 DO EDITAL

3 - Credor (neste caso é o Favorecido)

(preencher nome completo ou razão social por extenso)

MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

CPF (se PF)	Nº da identidade	Órgão emissor	UF	Data de emissão	Sexo	1 - Feminino 2 - Masculino
-------------	------------------	---------------	----	-----------------	------	-------------------------------

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474 (reclamações não solucionadas e denúncias)

caixa.gov.br

CAIXA

Recibo de Caução

052/44

CNPJ (se PJ)	Forma de Constituição	Documento Constitutivo	Data de Constituição	Esfera	1 - Municipal 2 - Estadual 3 - Federal
00.394.437/0003-19			11/11/1992	3	
Tipo de mov. Conta (se PJ)	O - Indica os poderes do representante / procurador no campo "Observações / Fontes de referência consultadas"			Data término mandato / Validade da procuração	
O	C - Em conjunto I - Isolada			/ /	
Logradouro e bairro ESPLANADA DOS MINISTERIOS BL R 2º ANDAR PLANO PILOTO					
Cidade	País	UF	CEP	DDD/Telefone	
BRASILIA	BRASIL	BR	70.044-900	()	
E-mail					

4 - Observações

CONTA CAUÇÃO Nº 0739 - 010 - 9/0 TENDO COMO FAVORECIDO O MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES CNPJ: 00.394.437/0003-19 E COMO CAUCIONARIO A FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA (PROCURADOR O SR. DIOGENES JOSE DE OLIVEIRA ALMEIDA) REF. A EXIGÊNCIA DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA 048/2010 CEL/MC ITEM 5.2.3 DO EDITAL

5 - Condições Gerais

A importância caucionada poderá ser liberada com autorização expressa do caucionário ou beneficiário, conforme o caso, disponível no módulo II do MO 37035 ou através de ofício expedido pelo beneficiário, ou ainda, por determinação judicial. Esta importância também poderá ser retida a título de multa, conforme previsão em edital ou documento competente. Na ocorrência de a CAIXA figurar como beneficiária, a caução depositada poderá ser levantada a título de indenização, sem a autorização dos caucionários, se estes, convocados por Edital e decorridos 5 dias úteis da convocação não saldarem seus débitos. O saldo da conta recebe remuneração "pro rata die" pelo mesmo índice de remuneração básica da poupança.

TOBIAS BARRETO, 06 / 05 / 2010
Local/Data

Assinatura sob carimbo do Gerente

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474 (reclamações não solucionadas e denúncias)

caixa.gov.br

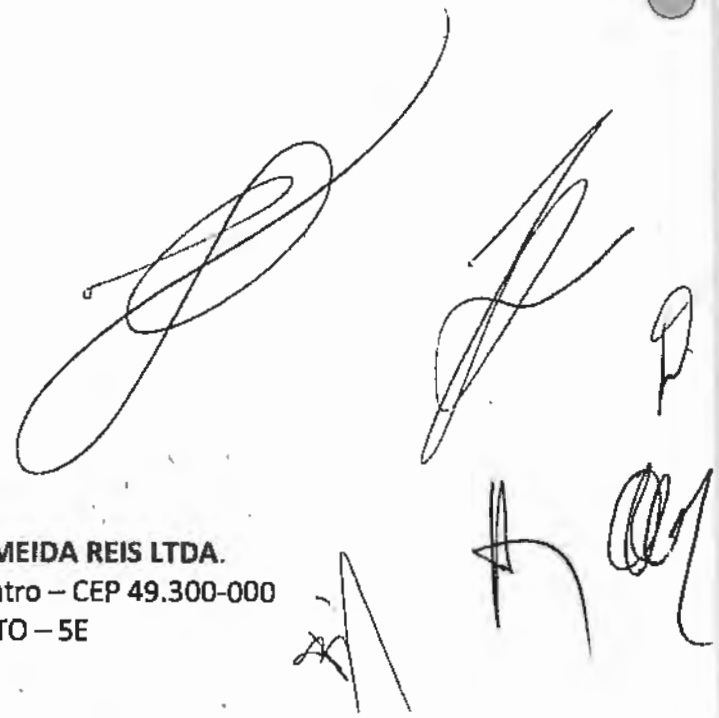
EDITAL DE CONCORRÊNCIA N.º 048/2010

LAGARTO – SERGIPE

853
H

Comissão
78

**5.3 – CERTIDÃO NEGATIVA DE PEDIDO DE
FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E
CONCORDATA.**



FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA.
Rua 7 de Junho, n.º 598 – Centro – CEP 49.300-000
TOBIAS BARRETO – SE



ESTADO DE SERGIPE
PODER JUDICIÁRIO
CARTÓRIO DISTRIBUIDOR DA COMARCA DE ARACAJU
Fórum Gomersindo Bessa, Av. Tancredo Neves, 911
Centro Administrativo Augusto Franco, Capucho
Telefone: 3226-3500 Ramal: 3542 / 3543 CEP: 49080-470 Aracaju-SE



CERTIDÃO NEGATIVA

Dados do Solicitante

Razão Social: FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA

Nome Fantasia: (não informado) Natureza Certidão:

Falência, Concórdia,
Recuperação Judicial e Extra-
Judicial

Domicílio: Tobias Barreto

Tipo

Pessoa/CPF/CNPJ:

de Jurídica / 03.826.865/0001-08

Data da Emissão: 27/07/2010 15:26

Data de Validade:

* 26/08/2010 *

Nº da Certidão: * 0000271017 *

Nº da Autenticidade:

* 7944706096 *

Certifico que NÃO CONSTA, nos registros de distribuição dos 1º e 2º Graus do Poder Judiciário do Estado de Sergipe, AÇÃO DE FALÊNCIA, CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL distribuída e que esteja em andamento, contra a firma acima identificada.

Observações

- Certidão expedida gratuitamente através da Internet, autorizada pela Resolução 61/2006, de 29/11/2006.
- Os dados do(a) solicitante acima informados são de sua responsabilidade, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário.
- A validade desta certidão é de 30 (trinta) dias a partir da data de sua emissão. Após essa data será necessária a emissão de uma nova certidão.
- A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe - www.tjse.jus.br - no menu -Serviços - Certidão On Line-, utilizando o número de autenticidade acima identificado.

EDITAL DE CONCORRÊNCIA N.º 048/2010

LAGARTO – SERGIPE

ASS
TH



5.4 (a) – PROVA DE INSCRIÇÃO NO CNPJ/MF.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA.
Rua 7 de Junho, n.º 598 – Centro – CEP 49.300-000
TOBIAS BARRETO – SE

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.826.885/0001-08 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 23/05/2000
NOME EMPRESARIAL FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) FM TOBIAS BARRETO			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA			
LOGRADOURO AV 07 DE JUNHO		NÚMERO 598	COMPLEMENTO
CEP 49.300-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO TOBIAS BARRETO	UF SE
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.005, de 08 de fevereiro de 2010.

Emitido no dia **27/07/2010** às **12:09:47** (data e hora de Brasília).

[Voltar](#)

Preparar Página
para impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, clique aqui.
Atualize sua página



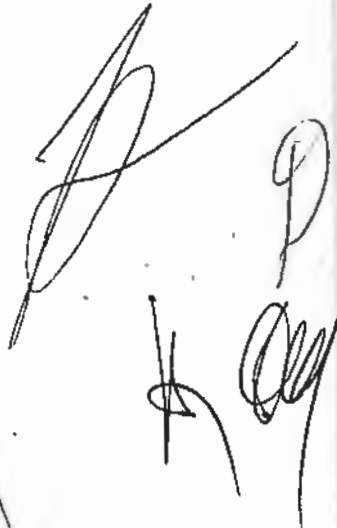
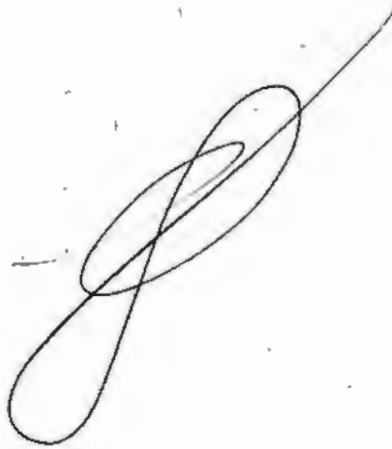
EDITAL DE CONCORRÊNCIA N.º 048/2010

LAGARTO – SERGIPE

057
HA
039 C.
82
124
153

5

**5.4 (b) – PROVA DE REGULARIDADE À
SEGURIDADE SOCIAL.**



FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA.
Rua 7 de Junho, n.º 598 – Centro – CEP 49.300-000
TOBIAS BARRETO – SE





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil

CERTIDÃO NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS ÀS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS
E ÀS DE TERCEIROS

Nº 019762010-22001050

Nome: FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA

CNPJ: 03.826.865/0001-08

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome relativas a contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente às contribuições previdenciárias e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive às inscritas em DAU, não abrangendo os demais tributos administrados pela RFB e as demais inscrições em DAU, administradas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), objeto de Certidão Conjunta PGFN/RFB.

Esta certidão tem a finalidade de registro ou arquivamento, em órgão próprio, de ato relativo à redução de capital social, transferência de controle de cotas de sociedade limitada, à cisão total ou parcial, à fusão, incorporação, ou à transformação de entidade ou de sociedade empresária simples.

A aceitação desta certidão está condicionada à finalidade para a qual foi emitida e à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 01, de 20 de janeiro de 2010.

Emitida em 28/05/2010.

Válida até 24/11/2010.

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Handwritten signature

M. das Cont.
N.º 83
RFB

Handwritten mark

Large handwritten signature

Handwritten signature and initials

EDITAL DE CONCORRÊNCIA N.º 048/2010

LAGARTO – SERGIPE

059
84
des. Com.

5.4 (c) – PROVA DE REGULARIDADE DO FGTS.



FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA.
Rua 7 de Junho, n.º 598 – Centro – CEP 49.300-000
TOBIAS BARRETO – SE



**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF****Inscrição:** 03826865/0001-08**Razão Social:** FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA**Endereço:** AV 07 DE JUNHO 598 / CENTRO / TOBIAS BARRETO / SE / 49300-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 17/07/2010 a 15/08/2010**Certificação Número:** 2010071716301819974421

Informação obtida em 27/07/2010, às 15:33:56.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

12 de julho de 2010
85
Ass. das Comunicações

EDITAL DE CONCORRÊNCIA N.º 048/2010

LAGARTO – SERGIPE



**5.4 (d) – CERTIDÕES DA EMPRESA REFERENTE
A:**

- 1) FAZENDA NACIONAL;**
- 2) FAZENDA ESTADUAL;**
- 3) FAZENDA MUNICIPAL.**

A large, stylized handwritten signature in black ink.

A handwritten signature and several initials in black ink.

FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA.
Rua 7 de Junho, n.º 598 – Centro – CEP 49.300-000
TOBIAS BARRETO – SE

A handwritten signature in black ink.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Handwritten signature

Handwritten stamp: "cas Com 87"

CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA
CNPJ: 03.826.865/0001-08

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.

Emitida às 15:43:46 do dia 27/07/2010 <hora e data de Brasília>.

Válida até 23/01/2011.

Código de controle da certidão: 48FF.93E7.918A.C58C

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Handwritten signature

Large handwritten signature and several smaller handwritten marks at the bottom of the page.



SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DE SERGIPE

863
HA

Certidão Negativa de Débitos Estaduais N. 716028/2010

88
[Signature]

Inscrição Estadual: 27.100.908-0
Razão Social: FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA
CNPJ: 03.826.865/0001-08
Natureza Jurídica: SOC. P/COTAS RESP. LTDA-EMPRESA PRIVADA
Atividade Econômica: ATIVIDADES DE RADIO
Endereço: AVENIDA SETE DE JUNHO 598
CENTRO - TOBIAS BARRETO CEP: 49300000

Certificamos que, em nome do requerente, não existem débitos em aberto referentes a tributos estaduais, ressalvando o direito da Fazenda Pública Estadual de cobrar dívidas que venham a ser apuradas.

Certidão emitida via Internet nos termos da portaria Nº 283 de 15/02/2001, válida por 30 (trinta) dias a partir da data da emissão.

Certidão emitida em 27/07/2010 15:48:27, válida até 26/08/2010 e deve ser conferida na Internet no endereço www.sefaz.se.gov.br pelo agente recebedor.

Aracaju, 27 de Julho de 2010

Autenticação:201007279HK1YU

Copyright © 2002 - Secretaria de Estado da Fazenda de Sergipe
Av. Tancredo Neves, s/n - Centro Administrativo Augusto Franco
Cep 49080-900 - Aracaju/SE - (0xx79) 216-7000

[Signature]

[Large signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]



06/7
39
35

Declaração de Recolhimento do ICMS N. 718406/2010

Inscrição Estadual: 27.100.908-0
Razão Social: FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA
CNPJ: 03.826.865/0001-08
Natureza Jurídica: SOC. P/COTAS RESP. LTDA-EMPRESA PRIVADA
Atividade Econômica: ATIVIDADES DE RADIO
Endereço: AVENIDA SETE DE JUNHO 598
CENTRO - TOBIAS BARRETO CEP: 49300000

Declaramos que, de acordo com as informações constantes em nossos arquivos, a citada empresa está regular com os recolhimentos do ICMS, ressalvando o direito da Fazenda Pública Estadual de cobrar dívidas que venham a ser apuradas de responsabilidade da empresa aqui qualificada, após a emissão deste documento.

Declaração emitida via Internet nos termos da portaria Nº.790, de 29/05/2001, válida por 30 (trinta) dias a partir da emissão.

A presente declaração de recolhimento, emitida em 29/07/2010 14:42:17, é válida até 28/08/2010 e deve ser conferida na Internet no endereço www.sefaz.se.gov.br pelo agente recebedor.

Aracaju, 29 de Julho de 2010

Autenticação:20100729AJS659

Copyright © 2002 - Secretaria de Estado da Fazenda de Sergipe
Av. Tancredo Neves, s/n - Centro Administrativo Augusto Franco
Cep 49080-900 - Aracaju/SE - (0xx79) 216-7000

[Handwritten signatures and marks]



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOBIAS BARRETO

Praça DOM JOSE THOMAZ - 222 - 1º ANDAR - Centro
TOBIAS BARRETO- SE FONE: 79 - 3541.1494
C.N.P.J.: 13.119.300/0001-36

90

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS

CERTIFICO, em cumprimento ao despacho exarado no PROCESSO Nº 523/06 e com base na legislação em vigor, que o contribuinte mencionado abaixo, está quite com os tributos do cadastro mercantil até 30/07/2010.

Contribuinte:	FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA.	Inscrição Imobiliária
Localização:	AVN 7 DE JUNHO, 598 CENTRO	Seqüencial
Natureza:	Tributos Municipais	Referência Loteamento
		01010040191001
		9903-1
		00000 00000 0000

Razão Social:

FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA.

CNPJ / C.P.F.	Inscrição Municipal	Inscrição Mercantil
03826865000108	*****	990

Código Atividade: 500534
ATIVIDADES DE RADIO

Início Atividade: 23/05/2000

Validade: 30/09/2010

Observações:(Cad. Imobiliário)

Antônio Ferraz
Chefe do Setor de Imobiliário
Portaria Nº 006/2007 - 10-1-050

Responsável Pelo Departamento

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TOBIAS BARRETO se reserva o direito de cobrar futuramente, quaisquer dívidas que porventura venham a ser apuradas posteriormente relativas ao período a que se refere a presente certidão.

Operador: PEDRINHO

Data: 30/07/2010 Hora: 10:07



Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

das Comunicações
91
Rúbrica

ATA DE REUNIÃO Nº 333/2010

**SESSÃO DE RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO,
PROPOSTA(S) TÉCNICA(S) E PROPOSTA(S) DE PREÇO(S).**

CONCORRÊNCIA Nº 048/2010/CEL/MC

SERVIÇO: FM – CANAL: 230 – CLASSE: C – GRUPO: A

PREÇO MÍNIMO: R\$ 146.420,37

LOCALIDADE: LAGARTO/SE

Em 11 de agosto de 2010, quarta-feira, às 09h00 (nove horas), no salão nobre, subsolo do Edifício Sede do Ministério das Comunicações, Bloco "R" da Esplanada dos Ministérios, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniu-se a Comissão Especial de Licitação, instituída por meio da Portaria MC nº 432, de 24/07/2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, com a participação de seu Presidente, Alvimar Bertrand D. G. de Macêdo, Vice-Presidente, Eriko Mendes Domenici e dos membros Edmar de Freitas Machado e José Adilson Bezerra Torquato, com o objetivo de recebimento dos invólucros contendo a Documentação de Habilitação, as Propostas Técnicas e as Propostas de Preço dos interessados na licitação acima identificada, conforme publicação no DOU de 12 de fevereiro de 2010, Seção "3", Número 30, Página 155, sendo desenvolvidas as atividades a seguir: (1) Assinatura da lista de presença dos representantes das licitantes ou dos seus procuradores legalmente constituídos, que será anexada à presente Ata, que ficou a disposição dos interessados das 08h00 (oito horas) às 09h00 (nove horas), bem como distribuição dos crachás respectivos. (2) Convocação das licitantes para entrega dos Invólucros à Comissão pela ordem da aludida lista de presença, qual seja: 1 – SISTEMA MAIOR DE RADIODIFUSÃO LTDA., CNPJ nº 02689956/0001-78; 2 – VITÓRIA EMPRESA DE RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS LTDA., CNPJ nº 11422226/0001-05; 3 – RÁDIO CANAÃ FM LTDA., CNPJ nº 11950291/0001-03; 4 – SISTEMA DE COMUNICAÇÕES DE RÁDIO AM/FM E TV LTDA-EPP, CNPJ nº 11648969/0001-90; 5 – NOVA SERGIPE COMUNICAÇÃO LTDA., CNPJ nº 11576609/0001-20; 6 – OBA FM SOCIEDADE LTDA., CNPJ nº 12296132/0001-91; 7 – REDE ILHA DE COMUNICAÇÃO LTDA., CNPJ nº 11185266/0001-72; 8 – SISTEMA MUNDIAL DE COMUNICAÇÃO LTDA-ME, CNPJ nº 11044048/0001-18; 9 – FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA., CNPJ nº 03826865/0001-08. (3) Rubrica em todas as partes coladas dos envelopes contendo as Documentações de Habilitação e as Propostas Técnicas e de Preço pelos membros da Comissão e pelos representantes das Proponentes, ou seus procuradores legalmente constituídos. (4) Abertura dos envelopes contendo a Documentação de Habilitação das licitantes, conforme a ordem da lista de presença, e rubrica dos documentos respectivos pelos membros da Comissão e pelos representantes das Proponentes, ou seus procuradores legalmente constituídos, sendo verificada a seguinte quantidade de páginas por



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

92
92

invólucro: 1) SISTEMA MAIOR DE RADIODIFUSÃO LTDA., (45 páginas), 2) VITÓRIA EMPRESA DE RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS LTDA., (84 páginas), 3) RÁDIO CANAÃ FM LTDA., (32 páginas), 4) SISTEMA DE COMUNICAÇÕES DE RÁDIO AM/FM E TV LTDA-EPP, (56 páginas); 5) NOVA SERGIPE COMUNICAÇÃO LTDA., (43 páginas), 6) OBA FM SOCIEDADE LTDA., (43 páginas), 7) REDE ILHA DE COMUNICAÇÃO LTDA., (58 páginas), 8) SISTEMA MUNDIAL DE COMUNICAÇÃO LTDA-ME, (51 páginas), 9) FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA., (65 páginas). (5) Os envelopes contendo as propostas, uma vez rubricadas, foram acondicionadas em envelopes do tipo *starlock* de números 4582370 (Propostas Técnicas) e 4582371 (Propostas de Preço), e ambos lacrados no malote de cor verde tipo *snapsel* sob o n.º 0008364, e mantidos sob a guarda da Comissão Especial de Licitação. (6) Foi comunicado aos proponentes que os documentos de habilitação rubricados nesta sessão serão escaneados e disponibilizados em meio magnético aos interessados em 02 (dois) dias úteis, sendo que os originais estarão disponíveis para vistas após sua análise por parte da Comissão Especial de Licitação, conforme o subitem 10.6 do Edital. (7) O Presidente franqueou aos concorrentes a possibilidade de consignação em ata de qualquer manifestação, nada sendo requerido. (8) O Sr Presidente determinou que fossem registradas em ata as seguintes intercorrências: a) A Comissão Especial de Licitação propôs aos licitantes presentes a formação de comissão composta de 03 (três) concorrentes para assinatura dos documentos de habilitação, o que foi aceito sem nenhuma objeção, tendo se oferecido as seguintes pessoas: a Sra CAMILA TENÓRIO N. MARTINS, representando a licitante SISTEMA DE COMUNICAÇÕES DE RÁDIO AM/FM E TV LTDA-EPP; o Sr CRISTIANO DOS SANTOS CRUZ, representando a licitante REDE ILHA DE COMUNICAÇÃO LTDA., e o Sr ALEXANDRE ANTONIO DE SOUZA, representando a licitante SISTEMA MUNDIAL DE COMUNICAÇÃO LTDA-EPP. b) A representante de CANAÃ FM LTDA., exibiu cópia autenticada do contrato social para a entrega dos invólucros. c) A representante de OBA FM SOCIEDADE LTDA., exibiu cópia autenticada do contrato social para a entrega dos invólucros. d) O representante de GR SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA. preencheu por engano a lista de presença, pensando se tratar da concorrência 049/2010, e por conseguinte, não participa da presente licitação. e) Os representantes das licitantes VITÓRIA EMPRESA DE RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS LTDA., OBA FM SOCIEDADE LTDA. e FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA. se ausentaram do recinto após a entrega dos invólucros, antes do término da sessão, sem que assinassem a presente ata. Nada mais havendo a acrescentar, o Presidente deu por encerrada a presente sessão às 10h00 (dez horas), sendo lavrada a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Comissão e pelos representantes das licitantes, ou por seus procuradores legalmente constituídos.

ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente

ERIKO MENDES DOMENICI
Vice-Presidente

EDMAR DE FREITAS MACHADO
Titular

JOSÉ ADILSON BEZERRA TORQUATO
Titular



Protonet de Souza
1 - SISTEMA MAIOR DE COMUNICAÇÃO LTDA.
CNPJ nº 02689956/0001-78

**2 - VITÓRIA EMPRESA DE RADIODIFUSÃO
DE SONS E IMAGENS LTDA.
CNPJ nº 11422226/0001-05**

4 - SISTEMA DE COMUNICAÇÕES DE RÁDIO
AM/FM E TV LTDA-EPP
CNPJ nº 12296132/0001-91

6 - OBA FM SOCIEDADE LTDA.
CNPJ nº 12296132/0001-91

8 - SISTEMA MUNDIAL DE COMUNICAÇÃO LTDA-EPP
CNPJ nº 11044048/0001-18

9 - FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA.
CNPJ nº 03826865/0001-08

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO - CEL

FOLHA Nº 01/04

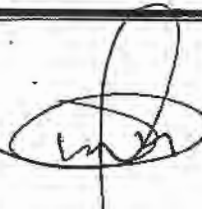




CONCORRÊNCIA Nº 048/2010-CEL/MC

SESSÃO SIMULTÂNEA DE RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, PROPOSTA TÉCNICA E PROPOSTA DE PREÇO.

LISTA DE PRESENÇA DAS PROPONENTES

DATA: 11/08/2010

SERVIÇO: FM - CANAL: 230	CLASSE: C	GRUPO: A	LOCALIDADE(S): LAGARTO - SE
--------------------------	-----------	----------	-----------------------------

Nº	RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE E CNPJ:	NOME DO REPRESENTANTE LEGAL OU PROCURADOR E CPF:	ASSINATURA	RUBRICA	E-MAIL E TELEFONE
1	Sistema Mauon de Radiodifusão LTDA	Fco de Sousa Passolâncio	Fco de Sousa Passolâncio		085.88914188
CNPJ	02.689.956/0001-78	384740693-00			
2	Vitória Empresa de Rádio Difusão de Sons e Imagens LTDA	Moisés Sumério Gomes			(61) 9283-4868
CNPJ	11.422.226/0001-05	503.510.873-20			
3	Rádio Arnoã FM Ltda	Cláudio Aparecido Sadari da Silva			(61) 8562 0644 claudiosadari@gmail.com
CNPJ	_____/0001-____	279.511.119-52			

CEL
11/08/2010
14h46

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO - CEL

FOLHA Nº 02 / 06

CONCORRÊNCIA Nº 048/2010-CEL/MC

SESSÃO SIMULTÂNEA DE RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, PROPOSTA TÉCNICA E PROPOSTA DE PREÇO.

LISTA DE PRESENÇA DAS PROPONENTES

DATA: 11/08/2010

SERVIÇO: FM - CANAL: 230

CLASSE: C

GRUPO: A

LOCALIDADE(S): LAGARTO - SE

Nº	RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE E CNPJ:	NOME DO REPRESENTANTE LEGAL OU PROCURADOR E CPF:	ASSINATURA	RUBRICA	E-MAIL E TELEFONE
4	Sistema de Comuni- cações de Rádio AM/FM e TV LÍDIO - EPP	Camila Tenório N. Martins	Camila	BT	Catenamo21@gmail.com 9200-3203
CNPJ	11.648.969/0001-90	000.297.474-12			
5	NOVA SERPICO Comunicação Ltda	Uelto Everaldo Souza Ribeiro	Uelto		(71) 91383314 impr-entaria e tintas.com.br.
CNPJ	11.576.609/0001-20	036.797.995-03			
6	Obar FM Sociedade LTDA	Michele Machado de Carvalho	Carvalho		81029009 michelemcarvalho @gmail.com
CNPJ	12.296.132/0001-91	719.020.581-00			

95
10/08/2010



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO - CEL

FOLHA Nº 03 / 04

CONCORRÊNCIA Nº 048/2010-CEL/MC

SESSÃO SIMULTÂNEA DE RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, PROPOSTA TÉCNICA E PROPOSTA DE PREÇO.

LISTA DE PRESENÇA DAS PROPONENTES

DATA: 11/08/2010

SERVIÇO: FM - CANAL: 230	CLASSE: C	GRUPO: A	LOCALIDADE(S): LAGARTO - SE
--------------------------	-----------	----------	-----------------------------

Nº	RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE E CNPJ:	NOME DO REPRESENTANTE LEGAL OU PROCURADOR E CPF:	ASSINATURA	RUBRICA	E-MAIL E TELEFONE
7	REDE ILHA DE COMUNICAÇÃO LTDA	CRISTIANO DOS SANTOS CRUZ			CRISTIANOSC@OI.COM.BR 79.9999.8800
CNPJ	11.185.261/0001-72	661.681.495-87			
8	SISTEMA MUNDIAL DE COMUNICAÇÃO LTDA-ME	ALEXANDRE ANTONIO DE SOUZA			alexveraweb@brturbo.com.br (61)9986.2032
CNPJ	11.044.049/0001-18	010.759.691-15			
9	OF. TUBIAS BARRETO ALMEIDA DOS SANTOS	Diogenes Jose da Oliveira Almeida			079.99578850
CNPJ	03.826.865/0001-08	089.201.765-15			

CEL
11/08/2010
14h
06
10

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO - CEL

FOLHA Nº 04/04

CONCORRÊNCIA Nº 048/2010-CEL/MC

SESSÃO SIMULTÂNEA DE RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, PROPOSTA TÉCNICA E PROPOSTA DE PREÇO.

LISTA DE PRESENÇA DAS PROPONENTES


DATA: 11/08/2010

SERVIÇO: FM - CANAL 230

CLASSE: C

GRUPO: A

LOCALIDADE(S): LAGARTO - SE

Nº	RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE E CNPJ:	NOME DO REPRESENTANTE LEGAL OU PROCURADOR E CPF:	ASSINATURA	RUBRICA	E-MAIL E TELEFONE
10	GR SISTEMA DE SOM LTDA	LUÍZ FERNANDO LUTTI		H-	Amado Lutti@hotmail.com
CNPJ	11.978.874/0001-24	530.052.269-15			
11					
CNPJ	/0001-				
12					
CNPJ	/0001-				

Nota de crédito por valor do processo de
nº 53000.041092/10 07
a 10000 reais.
que assim fica:
Data 20 08 2012
Nome: [Assinatura]
Assinatura: [Assinatura]



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

das Comissões
N.º 98
Rubrica
13/03/2010

AVALIAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
N.º 342 /2010

PROCESSO : 53000 041092/2010-24
LICITANTE : FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA.
CONCORRÊNCIA : 048/2010-CEL/MC
LOCALIDADE : LAGARTO-SE

DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À PROPONENTE

Item	Descrição	Sim	Não	Prej.	Pág.	Obs.
05/09	Pessoa jurídica constituída sob as leis brasileiras.	X	-	-	44 49	-
06	Com sede e administração no País.	X	-	-	44	-
06	Com pelo menos 70% do capital total e do capital votante pertencentes, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	X	-	-	45	-
-	Participação de capital estrangeiro de acordo com a Lei n.º 10.610/2002 (dispositivo aplicável somente a licitantes que possuam participação direta ou indireta de estrangeiros em seu capital social).	-	-	X	-	-
-	Recadastrada conforme Portaria MC n.º 447/2007 (dispositivo aplicável somente a empresas executantes de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão).	-	-	X	-	-
5.1.1	Ato constitutivo em vigor e suas alterações, ou sua consolidação, devidamente registrado na repartição competente.	X	-	-	29/ 40	-
5.1.1	Ata de eleição de seus atuais administradores e a relação de acionistas em que conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada acionista na data de recebimento da documentação e propostas (dispositivo aplicado somente a Sociedades Anônimas – S/A).	-	-	X	-	-
5.1.1.1	Atividade de execução de serviços de radiodifusão dentre os objetivos sociais.	X	-	-	44	-
5.1.1.2	Ata de eleição da Diretoria (dispositivo aplicado somente a Fundações).	-	-	X	-	-



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

99
RUBRICA

Item	Descrição	Sim	Não	Prej.	Pág.	Obs.
5.1.1.3	Atos constitutivos de todos os sócios pessoas jurídicas, até que se comprove a observância do art. 2º da Lei 10.610/2002 (dispositivo aplicável somente a licitantes que tenham pessoas jurídicas em seu quadro societário).	-	-	X	-	-
5.1.1.4	Documentos listados no subitem 5.1.2, referentes às pessoas físicas que indiretamente participem do capital social, total e votante da Proponente (dispositivo aplicável somente a licitantes que tenham pessoas jurídicas em seu quadro societário).	-	-	X	-	-
5.1.3	Declaração conforme Anexo I.	X	-	-	54	-
5.1.4	Declaração conforme Anexo II.	X	-	-	56	-
5.1.7	Alvará de funcionamento ou documento congêneres.	X	-	-	69	-
5.2.1	Balanco patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social ou do exercício anterior caso não tenha transcorrido o prazo legal de sua divulgação (dispositivo aplicável somente a licitantes em atividade).	-	-	X	-	-
5.2.2	Balanco de abertura (dispositivo aplicável somente a licitantes inativas ou constituídas há menos de um ano).	X	-	-	71/ 73	-
5.2.3, 5.2.3.1 e 5.2.3.1.1	Carta de fiança bancária emitida em favor da proponente por banco comercial, de investimento ou múltiplo, equivalente a 1% do valor mínimo previsto pela outorga, válida por 24 meses a partir da data de entrega dos Documentos e das Propostas (dispositivo não aplicável se a licitante optou por caução em dinheiro).	-	-	X	-	-
5.2.3 e 5.2.3.2	Caução em dinheiro equivalente a 1% do valor mínimo previsto pela outorga, feita junto à Caixa Econômica Federal em formulário específico (dispositivo não aplicável se a licitante optou por carta de fiança bancária).	X	-	-	75	-
5.2.5 "b"	Índice de solvência $\geq 1,0$	X	-	-	-	1



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Min. das Comunicações
100
Recebido
11/05/2011

Item	Descrição	Sim	Não	Prej.	Pág.	Obs.
5.3	Apresentação de certidão negativa de pedido de falência, recuperação judicial e concordata, da sede da Proponente ou da comarca a que pertença, com data não anterior a 3 (três) meses da data prevista para o recebimento da Documentação de Habilitação e Propostas.	X	-	-	79	2
5.4 "a"	Prova de inscrição no CNPJ	X	-	-	81	-
5.4 "b"	Prova de regularidade relativa à Seguridade Social.	X	-	-	83	-
5.4 "c"	Prova de regularidade relativa ao FGTS.	X	-	-	85	-
5.4 "d"	Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débito para com a Fazenda Nacional, emitidas de acordo com os subitens 5.4.1 e 5.4.2 do Edital.	X	-	-	87	-
5.4 "d"	Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débito para com a Fazenda Estadual, emitidas de acordo com os subitens 5.4.1 e 5.4.2 do Edital.	X	-	-	88	-
5.4 "d"	Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débito para com a Fazenda Municipal, emitidas de acordo com os subitens 5.4.1 e 5.4.2 do Edital.	X	-	-	90	-

DOCUMENTAÇÃO RELATIVA AO SÓCIO RONIN MARQUES DOS SANTOS

Item	Descrição	Sim	Não	Prej.	Pág.	Obs.
5.1.2	Prova da condição de brasileiro, nato ou naturalizado há mais de 10 (dez) anos, ou de igualdade de direito civis para os portugueses.	X	-	-	52	-



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

028
M.F. 104
P. 104
10/04/2014

DOCUMENTAÇÃO RELATIVA AO SÓCIO MARCELLUS DE OLIVEIRA
ALMEIDA (DIRIGENTE)

Item	Descrição	Sim	Não	Prej.	Pág.	Obs.
5.1.2	Prova da condição de brasileiro, nato ou naturalizado há mais de 10 (dez) anos, ou de igualdade de direito civis para os portugueses.	X	-	-	51	-
5.1.5	Certidões da Justiça Federal (Criminais) dos locais de residência e de exercício de atividade econômica nos últimos cinco anos, emitida de acordo com o subitem 5.1.5.1.	X	-	-	58	-
5.1.5	Certidões da Justiça Federal (Cíveis) dos locais de residência e de exercício de atividade econômica nos últimos cinco anos, emitida de acordo com o subitem 5.1.5.1.	X	-	-	58	-
5.1.5	Certidões da Justiça Estadual (Criminais) dos locais de residência e de exercício de atividade econômica nos últimos cinco anos, emitida de acordo com o subitem 5.1.5.1.	X	-	-	61/ 62	-
5.1.5	Certidões da Justiça Estadual (Cíveis) dos locais de residência e de exercício de atividade econômica nos últimos cinco anos, emitida de acordo com o subitem 5.1.5.1.	X	-	-	59/ 60	-
5.1.5	Certidões dos Cartórios de Protestos de Títulos dos locais de residência e de exercício de atividade econômica nos últimos cinco anos, emitida de acordo com o subitem 5.1.5.1.	X	-	-	63/ 64/ 65	-
5.1.5.2	Certidões de objeto e pé de ações ou de documentos equivalentes que revelem as situações processuais (dispositivo aplicável somente na hipótese de as certidões referidas no subitem 5.1.5 do edital conterem menção <i>positiva</i>).	-	-	X	-	-
5.1.6	Prova de quitação com as obrigações eleitorais.	X	-	-	67	-

[Assinatura]



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

das Comunicações
Nº 102
10/08/2010

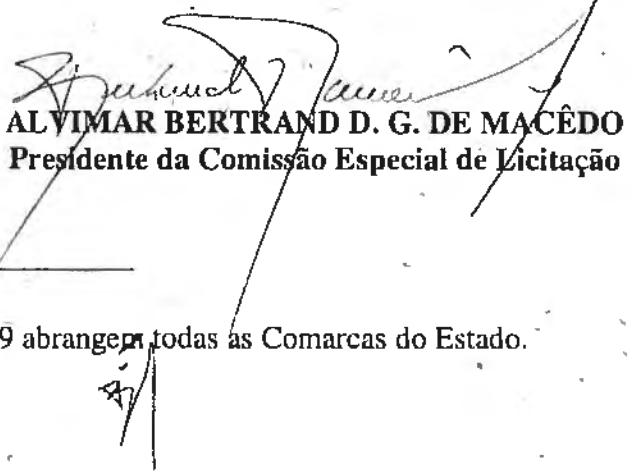
Com fundamento na análise apresentada, recomendo à Comissão Especial de Licitação que considere a proponente FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA. como **HABILITADA** para a Concorrência nº 048/2010-CEL /MC

Brasília (DF), 10 de agosto de 2010.


RUSSEL DE BEM
ASSESSOR

Em 17 de AGOSTO de 2010.

Após exame do que constam dos presentes autos, proponho aos senhores Membros da Comissão Especial de Licitação a aprovação da AVALIAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO N.º /2010 de fls: a . Consigne-se em ata própria a decisão tomada e publique-se. :


ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da Comissão Especial de Licitação

IS = 5.9208984

2. A Certidão fls. 79 abrange todas as Comarcas do Estado.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

CEL/MC
107
Rúbrica

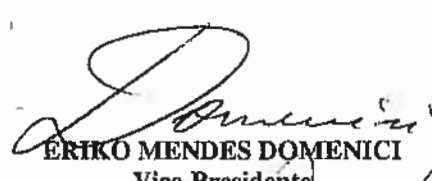
ATA DE REUNIÃO Nº 353/2010

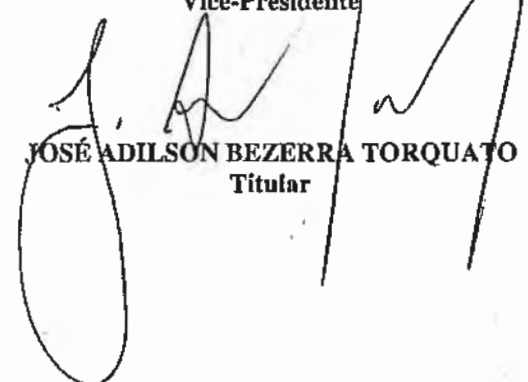
Em 17 de agosto de 2010, às 14h50 (quatorze horas e cinquenta minutos), na sala de reunião da Comissão Especial de Licitação – CEL/MC, na sobreloja, sala 110, do Edifício sede do Ministério das Comunicações, Bloco “R”, Esplanada dos Ministérios, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniu-se a Comissão Especial de Licitação, criada pela Portaria MC nº 432, de 24/07/2009, publicada no DOU de 27/07/2009 e suas alterações em conformidade, com a participação de seu Presidente, Alvimar Bertrand D.G. de Macêdo, Vice-Presidente Eriko Mendes Domenici e dos membros titulares Edmar de Freitas Machado e José Adilson Bezerra Torquato, com o objetivo de dar prosseguimento aos trabalhos referentes à fase de “**habilitação**” de proponentes, com relação à concorrência indicada a seguir, compreendendo, entre outras, as atividades: (1) O Senhor Presidente apresentou para exame e aprovação da Comissão os **resultados de análise de documentos de habilitação**, com a numeração constante desta Ata; (2) Após as devidas verificações a Comissão aprovou as conclusões contidas nos mencionados resultados assinando-as e adotando providências necessárias ao desenvolvimento das licitações. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente deu por encerrada a presente sessão, lavrando a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos integrantes da Comissão.

CONCORRÊNCIA Nº	AVALIAÇÕES DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO Nº(s)
048/2010-CEL/MC	338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 372 e 382/2010.


ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente


EDMAR DE FREITAS MACHADO
Titular


ERIKO MENDES DOMENICI
Vice-Presidente


JOSÉ ADILSON BEZERRA TORQUATO
Titular

das Comunicações
CEL
Rúbrica



Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

AVISOS

A Comissão Especial de Licitação do Ministério das Comunicações, instituída pela Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27 de julho de 2009, Seção 2, página 38, autoriza as licitante(s) indicada(s) no Anexo Único a resgatar caução junto à Caixa Econômica Federal.

Brasília, 19 de agosto de 2010.
ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da Comissão

ANEXO ÚNICO

Causa	Relatante	Processo	Agrinho/Causa	Valor
-------	-----------	----------	---------------	-------

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e com base no(s) Edital(s) de Licitação, torna pública a abertura de prazo para apresentação de IMPUGNAÇÃO(s) ou(s) recurso(s) interpretado(s) na fase de propostas de preço, na Concorrência indicada(s) no(s) Anexo(s).

Os aut(s) do(s) processo(s) estarão disponíveis na Secretaria da Comissão Especial de Licitação, Subseção - sala 104, Ministério das Comunicações, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Sede, Brasília/DF, no eventual recurso deverão ser protocolizados no Protocolo Geral deste Ministério, sendo que a contagem do prazo de cinco dias úteis terá início a partir do primeiro dia útil seguinte à presente publicação, a teor do §5º, do art. 109 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Brasília - DF, 19 de agosto de 2010.
ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da Comissão

ANEXO I

RECURSOS CONTRA A CLASSIFICAÇÃO DE TERCEIROS

Causa	UF	Localidade(s)	Serviço	Requerente	Requerida
-------	----	---------------	---------	------------	-----------

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e com base no(s) Edital(s) de Licitação, torna pública a abertura de prazo para apresentação de IMPUGNAÇÃO(s) ou(s) recurso(s) interpretado(s) na fase de propostas de preço, na Concorrência indicada(s) no(s) Anexo(s).

Os aut(s) do(s) processo(s) estarão disponíveis na Secretaria da Comissão Especial de Licitação, Subseção - sala 104, Ministério das Comunicações, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Sede, Brasília/DF, no eventual recurso deverão ser protocolizados no Protocolo Geral deste Ministério, sendo que a contagem do prazo de cinco dias úteis terá início a partir do primeiro dia útil seguinte à presente publicação, a teor do §5º, do art. 109 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Brasília - DF, 19 de agosto de 2010.
ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da Comissão

ANEXO I

RECURSOS CONTRA A CLASSIFICAÇÃO DE TERCEIROS

Causa	UF	Localidade(s)	Serviço	Requerente	Requerida
-------	----	---------------	---------	------------	-----------

RESULTADOS DE HABILITAÇÃO

A Comissão Especial de Licitação, por meio da Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, em conformidade com o Edital de Licitação, torna pública o(s) resultado(s) da análise da documentação do(s) proponente(s) identificada(s) no(s) concorrência(s) constante(s) do(s) anexo(s).

Os autos dos processos, em atenção ao subitem 10.6 do Edital, estarão disponíveis para obtenção de vistas de 23 a 27 de agosto de 2010 na Comissão Especial de Licitação, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Subseção - sala 104, Ed. Sede, Brasília/DF.

Os eventuais recursos deverão ser protocolizados no Protocolo Geral deste Ministério, sendo que a contagem do prazo de cinco dias úteis, para sua interposição, dar-se-á a partir de 30 de agosto de 2010, conforme o subitem 11.1 do Edital, bem como nos termos do artigo 109, inciso I, alínea "a", §5º, art. 110, todos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Brasília - DF, 19 de agosto de 2010.
ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da Comissão

ANEXO I

Concorrência Nº 044/2010-CEL/MC, Localidade de Logradouro

Proponente	Serviço	Nº do Processo	Resultado
------------	---------	----------------	-----------

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/contenidocadidat>, pelo código: 00032010002000091

NOVA SERGIPE COMUNICAÇÃO LTDA	FM	5300014100000000	HABILITADA
VITÓRIA EMPRESA DE RADIODIFUSÃO DE	FM	5300014100000000	HABILITADA
SONS E IMAGENS LTDA	FM	5300014100000000	HABILITADA

ANEXO II

Concorrência Nº 049/2010-CEL/MC, Localidade de Laranjeiras/SE

Proponente	Serviço	Nº do Processo	Resultado
------------	---------	----------------	-----------

ANEXO III

Concorrência Nº 050/2010-CEL/MC, Localidade de São Cristóvão/SE

Proponente	Serviço	Nº do Processo	Resultado
------------	---------	----------------	-----------

ANEXO IV

Concorrência Nº 051/2010-CEL/MC, Localidade de Brum Favela

Proponente	Serviço	Nº do Processo	Resultado
------------	---------	----------------	-----------

SECRETARIA EXECUTIVA

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2010

Número do Contrato: 142009, Nº Processo: 53000141249/2010, Condições: MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - CNPJ 04.746.011/0001-90, Contrato: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS. Objeto: Prestação de serviços (12 meses) em Contrato nº 014/2009-MC e 9912240369/2009, ECT a partir de 16/06/2010, bem como incluir no Anexo XIII deste Contrato as seguintes localidades autorizadas para prestação de serviços: AC Crisólito-RJ-MT, AC Praça XV de Novembro-SC, AC Cidade de São Paulo-SP, AC Juscelino Kubitschek-MG e AC ECT Central-RJ. Fundamento Legal: Inciso II do Artigo 37 da Lei nº 8666/93 Vigência: 16/06/2010 a 15/06/2011. Valor Total: R\$1.042.252,64. Fone: 0800-040000 - 3100000000. Data de Assinatura: 13/08/2010.

(SICON 1906/2010) 410003-0003-2010MEWIK67

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

PRESIDÊNCIA EXECUTIVA

AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

A SUPERINTENDENTE EXECUTIVA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos art. 189 do Regulamento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 270, de 10 de julho de 2003, torna pública os procedimentos referentes à Audiência Pública destinada a possibilitar a sociedade o direito de manifestação sobre a documentação objeto das Consultas Públicas nº 21, de 22 de junho de 2010, e nº 22, de 24 de junho de 2010, que tratam, respectivamente, da Proposta de Alteração do Regulamento de Fiscalização, aprovado pela Resolução nº 441, de 13 de julho de 2006 constante do Processo nº 5330019560/2007 e da Proposta de Alteração do Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas, aprovado pela Resolução nº 344, de 18 de julho de 2003, constante do Processo nº 5330014100772/2003. Dia e horário: 27 de agosto de 2010, das 9:00 às 13:00 e de 14:00 às 18:00 horas. Endereço: Escritório Regional da Anatel, Rua Vergueiro, nº 3073, Vila Mariana - São Paulo/SP. O texto completo do Anexo a este Aviso de Audiência Pública e a documentação relativa ao objeto da Audiência Pública estarão disponíveis na Biblioteca da Anatel, no endereço eletrônico a seguir, e na página da Anatel na Internet, endereço: <http://www.anatel.gov.br>, a partir das 14 horas da data de publicação deste Aviso no Diário Oficial da União. SALUS Quadra 6 Bloco F Térreo - Biblioteca 70810-040 Brasília-DF. Fax: (061) 2312-2002. Telefone: (061) 2312-2000, Endereço Eletrônico - biblioteca@anatel.gov.br.

SIMONE HENRIQUETA COUTINHO SC IOLZI

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.204-2 de 24/04/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

nr 53000 04/09/10
17 105 108
Nome:
Assinatura: Torquato

"OBA FM Sociedade Ltda."

Av. Raulino Cotta Pacheco, 1589 BOX : 115 Bairro Vila Fátima - Uberlândia - CEP: 38.400-372 - 105

CNPJ-12.296.132/0001-91

Ao

Ministério das Comunicações

Comissão Especial de Licitação

Referência: Processo - **53000.041092/2010-24**

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASILIA - DF

53000 045771/2010-72

SEPRO/DILOG/COLOG/CGRL/SPO

03/09/2010-14:49

Assunto: Recurso contra a documentação apresentada pela empresa **FM Tobias Barreto Almeida Reis Ltda.** Na concorrência nº 048/2010-CEL-MC

Identificação e qualificação do recorrente: Oba FM Sociedade Ltda., participante do processo licitatório através do processo 53.000.041093/2010-79:

Signatário: João Batista Carvalho Faria, procurador da empresa Oba FM Sociedade Ltda.

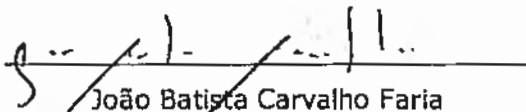
Objeto da Petição: Não atendimento do item 5.1.5 do edital da concorrência.

Fundamentação: A proponente, **FM Tobias Barreto Almeida Reis Ltda.**, não apresentou as certidões expedidas pela Justiça Estadual, quanto aos feitos cíveis e criminais, da localidade de Tobias Barreto-SE, onde o dirigente Marcellus de Oliveira Almeida exerceu a atividade econômica, não atendendo, desta forma, o item 5.1.5 do edital acima citado. A atividade econômica na localidade de Tobias Barreto existiu devido o fato do dirigente ser proprietário da empresa em referência nesta localidade, com comprovada atividade econômica, como pode ser verificado pelo balanço apresentado à paginas 71 a 73 do processo 53000.041092/2010-24, do Ministério das Comunicações, onde consta pagamentos de INSS e despesas operacionais, provas da atividade econômica naquele município.

Pedido: Oba FM Sociedade Ltda., por seu representante legal infra-assinado, requer, com base nos termos do item 11.1 e 11.2 do edital supracitado que a Empresa **FM Tobias Barreto Almeida Reis Ltda. SEJA INABILITADA**, pelo não atendimento dos requisitos constantes no edital da licitação acima mencionada. No caso do pedido não ser acatado, que seja enviado à autoridade superior, nos termos do artigo 109, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

Nestes termos, pede deferimento.

Brasília, 27 de agosto de 2010.


João Batista Carvalho Faria
CRA-MG 10.158, CIC-MF 291.665.606-59

Procurador

Oba FM Sociedade Ltda.

Procuração

SERVIÇO PÚBLICO - LULA
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

03.09.2010

ANERZIRIO DE SOUSA NETO, Sócia/Administradora da empresa Oba FM Sociedade Ltda, empresa com domicílio a Av. Raulino Cotta Pacheco, 1589 BOX: 115 Bairro Vila Fátima - Uberlândia - CEP: 38.400-372 Inscrição CNPJ: 12.296.132/0001-91, Nomeia e constitui seu bastante procuradora **JOÃO BATISTA CARVALHO FARIA** CPF- 291.665.606-59, identidade 45254/d CREA-MG a quem outorga poderes para representá-la em todos os atos das Concorrências: nº44/2010 - CEL/MC; nº45/2010-CEL/MC; nº46/2010-CEL/MC; nº47/2010-CEL/MC; nº48/2010-CEL/MC; nº49/2010-CEL/MC; nº50/2010-CEL/MC; nº51/2010-CEL/MC; nº52/2010-CEL/MC; nº53/2010-CEL/MC; nº54/2010-CEL/MC; nº55/2010-CEL/MC; nº56/2010-CEL/MC; nº57/2010-CEL/MC; nº58/2010-CEL/MC; nº59/2010-CEL/MC; nº60/2010-CEL/MC; nº28/2010-CEL/MC e nº29/2010-CEL/MC promovida pelo Ministério das Comunicações, podendo apresentar Documentação de Habilitação, Proposta Técnica e Proposta de Preço pela Outorga, passar recibo, rubricar documentos, apresentar impugnações, assinar lista de presença e atas, desistir de prazo recursal, interpor recursos e impugná-los, ter vista dos autos, bem como praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato.

Uberlândia, 30 de julho de 2010.

Anerzirio de Sousa Neto
Anerzirio de Sousa Neto.
CPF - 097.849.706-60
Identidade MG 12.077.425 SSP-MG
Administrador
Oba FM Sociedade Ltda.

1. OFÍCIO DE NOTAS DE BRASILIA
DISTRITO FEDERAL
CRS 505-BL.C-LOJAS 1/2/3 BRASILIA-DF

RECONHEÇO e dou fe por AUTENTICIDADE
a(s) firma(s) de:
[CEAnnICYW]-ANERZIRIO DE SOUSA NETO.....

Em testemunho da verdade,
Brasília, 06 de Agosto de 2010

JOSE EDUARDO GUIMARÃES ALVES
LUIZ OTAVIO DE OLIVEIRA AMARAL
SANDRO CUSTODIO DE OLIVEIRA
JOAO RIBEIRO DA SILVA
ROGERIO SALDANHA
MARCO ANTONIO BARRETO DE A. B. JUNIOR

HAPBDSL - Hora da Impressão 10:14:06

Nesta data anexei aos autos do processo de nº 200.041092/2010 a documentação
a seguir constituída de 107 07 fls.
que assim numerar:

Data: 14.12.10

Nome: E. M. M. M.

Assinatura: 

Ministério das Comunicações
107
30

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR
DOUTOR ALVIMAR BERTRAND D.G. MACÊDO
PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 049436/2010-43

SEPRO/DILQ/COLOG/CGRL/SPU

23/09/2010-14:53

Ref.: Concorrência n.º 048/2010-CEL/MC – Lagarto - Sergipe

FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o número 03.826.865/0001-08, situada na Avenida 7 de Junho, n.º 598, Centro, CEP 49.300-000 – Tobias Barreto, Sergipe – CEP 49.300-000, neste ato representada pela sua procuradora **VANDERLEIA TAVARES CHAVES DA SILVA**, portadora da Carteira de Identidade n.º 1.730.566- SSP/DF e do CPF n.º 803.143.501-44, com escritório profissional no SHS – Quadra 02, Bloco J, Loja 02, Edifício Hotel Bonaparte Residence – CEP 70.322-901, Brasília, Distrito Federal, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, com base no § 3.º do artigo 109 da Lei n.º 8.666/93 e do subitem 18.4 do edital apresentar

at

IMPUGNAÇÃO AO RECURSO ADMINISTRATIVO

Interposto pela licitante OBA FM SOCIEDADE LTDA. contra a **HABILITAÇÃO** desta impugnante, em razão dos seguintes fatos:

I. DO RELATÓRIO

No recurso interposto a licitante fez constar o seguinte:

"Fundamentação: A proponente, FM Tobias Barreto Almeida Reis Ltda., não apresentou as certidões expedidas pela Justiça Estadual, quanto aos feitos cíveis e criminais, bem como as certidões dos Cartórios de Protestos de Títulos, da localidade de Tobias Barreto-SE, onde o dirigente Marcellus de Oliveira Almeida exerceu a atividade econômica, não atendendo, desta forma, o item 5.1.5 do edital acima citado. A atividade econômica na localidade de Tobias Barreto existiu devido o fato do dirigente ser proprietário da empresa em referência nesta localidade, com comprovada atividade econômica, como pode ser verificado pelo balaço apresentado à páginas 71 a 73 do processo 53000.041902/2010-24, do Ministério das Comunicações, onde consta pagamentos de INSS e despesas operacionais, provas da atividade econômica naquele município.

Pedido: Oba FM Sociedade Ltda., por seu representante legal Infra-assinado, requer, com base nos termos do item

100
CEL.
M. das Comunicações
Ribeira

11.1 e 11.2 do edital supracitado, que a Empresa FM Tobias Barreto Almeida Reis Ltda., SEJA INABILITADA, pelo não atendimento aos requisitos constantes no edital da licitação acima mencionada. No caso do pedido não ser acatado, que seja enviado à autoridade superior, nos termos do artigo 109, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993".

II. DA IMPUGNAÇÃO AO RECURSO

D.m.v., senhor Presidente, ou a recorrente desconhece o edital ou faz conjecturas com o simples propósito de tumultuar e retardar o andamento do processo licitatório, podendo, neste caso, obter vantagens no andamento de outros processos de interesse do grupo.

As certidões cíveis e criminais citadas pela recorrente, como não apresentadas, estão acostadas as fls. 60 e 62 do processo da impugnante, nas quais pode-se verificar claramente:

"fls. 60 - Certidão Negativa - Dados do solicitante: MARCELLUS DE OLIVEIRA ALMEIDA - Domicílio: Tobias Barreto - Natureza da Certidão: Cível -"

"fls. 62 - Certidão Negativa - Dados do solicitante: MARCELLUS DE OLIVEIRA ALMEIDA - Domicílio: Tobias Barreto - Natureza da Certidão: Penal -"



Esta impugnante também apresentou as certidões da Justiça Estadual quanto aos feitos cíveis e criminais da localidade de Aracaju, SE, conforme documentos de fls. 59 e 61.

É importante salientar que apenas as certidões da Justiça Estadual referente à localidade de Aracaju, Sergipe, atenderia às exigências do edital, conforme preceitua a Resolução n.º 61/2006 do Poder Judiciária do Estado de Sergipe, *in verbis*:

"A certidão "on-line", folha corrida "on -line", bem como aquelas extraídas no cartório de distribuição ou na vara da comarca do domicílio do requerente, terão validade em todos os Estados da Federação até 30 (trinta) dias após a sua emissão".

O que se observa no presente recurso é uma litigância de má-fé por parte do representante da recorrente Oba FM Sociedade Ltda., ao apresentar condições intencionalmente desleais, de forma maldosa, causando dano ao impugnante ao contratar profissionais para apresentar sua defesa e, ainda, causando retardamento intencional do processo licitatório.

Os doutrinadores Nelson Nery Junior e Rosa Maria Andrade Nery conceituam o litigante de má-fé como:

"a parte ou interveniente que, no processo, age de forma maldosa, como dolo ou culpa, causando dano processual a parte contrária. É o improbus litigator, que se

utiliza de procedimentos escusos com o objetivo de vencer ou que, sabendo ser difícil ou impossível vencer, prolonga deliberadamente o andamento do processo procrastinando o feito. As condutas aqui previstas, definidas positivamente, são exemplos de descumprimento do dever de probidade estampado no art. 14 do CPC".

O artigo 14 do CPC, estabelece:

Art. 14 - São deveres das partes e de todos aqueles que de qualquer forma participam do processo: (Alterado pela L-010.358-2001)

I -;

II - proceder com lealdade e boa-fé;

III - não formular pretensões, nem alegar defesa, cientes de que são destituídas de fundamento;

IV -;

V - (destaque nosso).


III. DO PEDIDO

Por todo o exposto, e em face de apresentação de toda a documentação exigida pelo edital, em especial as certidões reclamadas pela recorrente, esta impugnante **FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA.,** requer seja **NEGADO PROVIMENTO** ao recurso interposto pela OBA FM SOCIEDADE LTDA. e **DADO PROVIMENTO** a esta **IMPUGNAÇÃO** mantendo a licitante **FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA., HABILITADA** na concorrência 048/2010-CEL-MC, cujo objeto é a exploração do serviço de



radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade de Lagarto,
Estado de Sergipe.

Brasília, DF, 20 de setembro de 2010.


VANDERLEIA TAVARES CHAVES DA SILVA

Procuradora

PROCURAÇÃO

Por este instrumento particular de mandato, **FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.826.865/0001-08, situada na Rua 7 de Junho, n. 598, Centro, CEP 49.300-00 – Tobias Barreto, Sergipe, neste ato representada pelo sócio administrador **MARCELLUS DE OLIVEIRA ALMEIDA**, nomeia e constitui sua bastante procuradora **VANDERLEIA TAVARES CHAVES DA SILVA**, portadora da Carteira de Identidade n.º 1.730.566- SSP/DF e do CPF n.º 803.143.501-44, com escritório profissional no SHS – Quadra 02, Bloco J, Loja 01, Edifício Hotel Bonaparte Residence – CEP 70.322-901, Brasília, Distrito Federal, a quem outorga poderes para representá-la em todos os atos da Concorrência n.º 048/2010-CEL/MC, localidade de Lagarto, Sergipe, promovida pelo Ministério das Comunicações, podendo apresentar Documentação de Habilitação, Proposta Técnica e Proposta de Preço pela Outorga, passar recibo, rubricar documentos, apresentar impugnações, assinar lista de presença e atas, desistir de prazo recursal, interpor recursos e impugna-los, ter vista dos autos, bem como praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato.

Tobias Barreto, SE, 20 de setembro de 2010.

MARCELLUS DE OLIVEIRA ALMEIDA
Sócio Administrador

SE RF 04718

Tobias Barreto - Sergente

Reconheço por semelhança e firma com o selo de nº 491519 e — K — indicada pelo sinal [assinatura] e dou-lê.

Em tesª [assinatura] da verdade

Tobias Barreto/SE, 22/09/2016

O Tabelião

NÃO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE!

esta data anexa aos autos do processo de
nº 53022041092/10 documentação
a seguir constituída de 02 folhas,
que assim numerai: 124

Data: 14 de 12 de 2010

Nome: _____

Assinatura: [Assinatura]

Nesta data anexo aos autos do processo de
nº 53000.04/1092/10 a documentação
a seguir constituída de 115 folhas,
que assim numerai: 04 a 118
Data: 12 de 04 de 2011
Nome: [Assinatura]
Assinatura: [Assinatura]



INFORMAÇÃO MC/CEL/N.º 121/2011

CONCORRÊNCIA : 048/2010 - CEL / MC
LOCALIDADE : LAGARTO-SE
SERVIÇO : FM
PROCESSO : 53000 041092/2010-24
RECORRENTE : OBA FM SOCIEDADE LTDA
RECORRIDA : FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA.

-I-

Trata-se de recurso interposto contra ato da Comissão Especial de Licitação que habilitou a proponente **FM TOBIAS BARRETO AMEIDA REIS LTDA**, no certame sob referência.

A recorrente **OBA FM SOCIEDADE LTDA** tempestivamente se insurge quanto ao cumprimento da exigência do subitem 5.1.5 que dispõe:

5.1.5 Certidões expedidas pelas Justiças Estadual e Federal, quanto a feitos cíveis e criminais, bem como certidões dos Cartórios de Protestos de Títulos, todas dos locais de residência e de exercício de atividade econômica dos dirigentes nos últimos 05 (cinco) anos.

Recorrente vem aos autos sustentar que:

“...não apresentou as certidões expedidas pela Justiça Estadual, quanto aos feitos cíveis e criminais, da localidade de Tobias Barreto - SE...”

A recorrida em face da convocação acostada às fls. 114, tempestivamente alega que:

“...É importante salientar que apenas as certidões da Justiça Estadual referente à localidade de Aracaju Sergipe, atenderia às exigências do edital, conforme preceitua a Resolução nº 61/2006 do Poder Judiciário do Estado de Sergipe...”

É o relatório, no que passo às considerações.

-II-

Assiste razão à impugnante, e neste sentido foi o entendimento da análise que habilitou a recorrida, vez que das Certidões do Poder Judiciário do Estado de Sergipe consta que “...NÃO CONSTA nos registros de distribuição dos 1º e 2º Graus do Poder Judiciário do Estado de Sergipe, AÇÃO...”, o que denota que se trata de um documento que compreende todas as comarcas do estado.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Comunicações
Fin. 116
Rubrica
2011

-III-

Ante o exposto sugiro ao Sr. Presidente da Comissão Especial de Licitação que conheça o recurso, mantendo o ato de habitação da proponente **FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA** inalterado no certame em referência.

Brasília, 11 de outubro de 2011.


RUSSIL DE BEM
Assessor



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Min. das Comunicações
Fa. 117
Relat. [assinatura]
[assinatura]
[assinatura]

Em 11 de ABRIL de 2011.

Após exame do que constam dos presentes autos, proponho aos senhores
Membros da Comissão Especial de Licitação a aprovação da informação de fls. a .


ALVIMAR BERTRAND GUERRA DE MACÊDO
Presidente da Comissão Especial de Licitação




SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO


Comunicações
18
Rubrica


ATA DE REUNIÃO Nº 035/2011

Em, 14 de abril de 2011, às 15h:00 (quinze horas), na sala de reuniões da Comissão Especial de Licitação – CEL/MC, na Sobreloja do Edifício sede do Ministério das Comunicações, Bloco “R,” Esplanada dos Ministérios, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniu-se a Comissão Especial de Licitação, constituída por meio da Portaria MC nº 432, de 24/07/2009, publicada no DOU de 27/07/2009 e suas alterações, com a participação de seu Presidente, Alvimar Bertrand D. G. de Macêdo e Vice-Presidente Eriko Mendes Domenici e dos membros Edmar de Freitas Machado e (ausente justificadamente o membro José Adilson Bezerra Torquato), com o objetivo de apreciar os trabalhos referentes à análise dos “**recursos e impugnações**” interpostos pelas licitantes, os quais compreenderam, entre outras atividades: (1) O Senhor Presidente apresentou para exame e aprovação da Comissão a(s) informação(ões) contendo a análise do(s) referido(s) **recurso(s) e impugnação(ões)**. (2) Após a leitura do(s) documento(s) a Comissão aprovou o desenvolvimento e a(s) conclusão(ões) contida(s) na(s) **INFORMAÇÃO(ÕES) MC/CEL/Nº(s)**, abaixo constante(s) desta Ata, adotando as providências necessárias ao prosseguimento da presente licitação. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente deu por encerrada a presente sessão, lavrando a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente, Vice-Presidente e pelo membro da Comissão.

CONCORRÊNCIA Nº	PROCESSO(S) Nº (s)	INFORMAÇÃO(ÕES) MC/CEL/Nº(s)
048/2010-CEL/MC	53000.041088/2010	118/2011
048/2010-CEL/MC	53000.041091/2010	119/2011
048/2010-CEL/MC	53000.041090/2010	120/2011
048/2010-CEL/MC	53000.041092/2010	121/2011
048/2010-CEL/MC	53000.041094/2010	122/2011
048/2010-CEL/MC	53000.041096/2010	123/2011
048/2010-CEL/MC	53000.041095/2010	124/2011
048/2010-CEL/MC	53000.041087/2010	125/2011


ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente


ERIKO MENDES DOMENICI
Vice-Presidente


EDMAR DE FREITAS MACHADO
Titular

(AUSENTE)
JOSÉ ADILSON BEZERRA TORQUATO
Titular



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PARECER Nº 1377/2011/CVS/CGCE/CONJUR-MC/AGU
PROCESSO Nº 53000.007417/2010-14
INTERESSADO : OBA FM SOCIEDADE LTDA E OUTRAS

ASSUNTO: Concorrência 048/2010 - CEL/MC. Permissão de serviço de radiodifusão sonora, em Frequência Modulada, para a localidade de Lagarto, no Estado de Sergipe. Recursos na fase de habilitação.

EMENTA: Recursos interpostos pela licitante OBA FM SOCIEDADE LTDA em face das concorrentes: Vitória Empresa de Radiodifusão de Sons e Imagens LTDA; Sistema Mundial de Comunicação LTDA - ME; Nova Sergipe Comunicação LTDA; Rede Ilha maravilha Comunicação LTDA; FM Tobias Barreto Almeida Reis LTDA; Sistema de Comunicação de Rádio AM/FM e TV LTDA; Rádio Canaã FM LTDA; e, Sistema Maior de Radiodifusão LTDA, na fase de habilitação.

II - Pelo conhecimento e não provimento dos recursos, de modo a manter o ato da Comissão Especial de Licitação que habilitou as licitantes.

III - Invoca-se o princípio da Autotutela Administrativa, em razão da necessidade de a Comissão de Licitação realizar diligências, com fulcro no artigo 43, § 3º da Lei nº 8.666/93.

Senhora Coordenadora,

01. A Comissão Especial de Licitação, por meio do Memorando nº 178/2011/CEL-MC, de 11 de abril de 2011 (fls. 50 do processo principal), encaminha para exame e parecer desta Consultoria Jurídica, os processos relativos à Concorrência nº 048/2010 - CEL/MC, em referência, cujo objeto é a outorga de permissão para a exploração de serviços de radiodifusão sonora, em Frequência Modulada, para a localidade de Lagarto, no Estado de Sergipe.
02. O certame encontra-se na fase de habilitação.
03. Após a abertura dos envelopes contendo a documentação exigida no edital para participação no certame, a CEL/MC declarou todas as concorrentes HABILITADAS. O resultado foi devidamente publicado no Diário Oficial da União em 20 de agosto 2010, Seção 3 (fls. 47 do processo principal).

04. Inconformada, a empresa OBA FM SOCIEDADE LTDA interpôs recursos para contestar a habilitação das empresas Vitória Empresa de Radiodifusão de Sons e Imagens LTDA; Sistema Mundial de comunicação LTDA - ME; Nova Sergipe Comunicação LTDA; Rede Ilha Maravilha Comunicação LTDA; FM Tobias Barreto Almeida Reis LTDA; Sistema de Comunicação de Rádio AM/FM e TV LTDA; Rádio Canaã FM LTDA; e, Sistema Maior de Radiodifusão LTDA.

05. A CEL/MC recebeu os recursos e, antes de se pronunciar abriu prazo para impugnação, conforme demonstra o Ato publicado no DOU de 17.9.2010, Seção 3; às fls. 48 do processo piloto.

06. Em seguida, manifestou-se por meio das Informações acostadas aos autos dos processos referentes a cada uma das licitantes recorridas.

07. É o que se tinha a relatar. Passo a manifestação.

08. Preliminarmente, faz-se mister destacar que os recursos interpostos, bem como a manifestação proferida pela CEL, encontram-se acostados, cada qual, no processo da empresa a que se referem.

DA TEMPESTIVIDADE

09. Conforme dito anteriormente, a empresa OBA FM SOCIEDADE LTDA interpôs recursos contra o ato da CEL/MC que habilitou as concorrentes acima referidas.

10. Importa salientar que os recursos são tempestivos porquanto todos foram interpostos no prazo assinado pela lei e pelo edital.

11. Com efeito, o ato que tornou público o rol de empresas habilitadas para participar do certame foi publicado no Diário Oficial da União em 20 de agosto de 2010, Seção 3 (fls. 47 do processo principal), sexta-feira e os autos foram disponibilizados para vista dos concorrentes entre os dias 23 (segunda-feira) e 27 de agosto de 2010 (sexta-feira).

12. Assim, excluindo-se o primeiro dia, a contagem do prazo teve início na terça-feira seguinte, dia 31 de agosto de 2010. Considerando-se os 05 (cinco) dias úteis assinados pela legislação em vigor, bem como pelo item 11.1 do Edital para se apresentar eventuais recursos, tem-se que o prazo findou no dia 06 de setembro de 2010, segunda-feira seguinte.

13. E, conforme atesta o carimbo eletrônico deste Ministério das Comunicações, aposto na folha de rosto dos recursos, TODOS foram protocolizados em 03 de setembro de 2010; e, portanto, são TEMPESTIVOS. (v. fls. 108 do Processo nº 53000.041087/2010-11; fls. 77 do Processo nº 53000.041088/2010-66; fls. 62 do Processo nº 53000.041090/2010-35; fls. 78 do Processo nº 53000.041091/2010-80; fls. 105 do Processo nº 53000.041092/2010-24; fls. 83 do Processo nº 53000.041094/2010-13; fls. 51 do Processo nº 53000.041095/2010-68; e, fls. 63 do Processo nº 53000.041096/2010-11).

DOS RECURSOS

14. Passo a análise dos argumentos trazidos pela recorrente OBA FM SOCIEDADE LTDA em cada caso.



1 - Do recurso interposto pela OBA FM SOCIEDADE LTDA em face da concorrente VITÓRIA EMPRESA DE RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS LTDA, (Processo nº 53000.041087/2010-11)

15. A empresa OBA FM SOCIEDADE LTDA, ora recorrente, apresentou a seguinte fundamentação em seu recurso, acostado às fls. 108 do processo acima:

"A proponente, VITÓRIA EMPRESA DE RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS LTDA não comprovou sua regularidade fiscal mediante a Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, pois a certidão ali apresentada (pag. 92 do processo) impõe a necessidade de certidão negativa da dívida ativa, a qual não foi apresentada. Esta afirmação confirma-se conforme o primeiro item das observações contidas na própria certidão (vide cópia - figura abaixo)

"Observações: Esta certidão deve estar acompanhada da Certidão Negativa da Dívida Ativa, emitida pelo órgão próprio da Procuradoria Geral do Estado, nos termos da Resolução Conjunta PGE/SER nº 33/2004)"

16. Entendeu a recorrente que não foi cumprida a exigência do subitem 5.4, "d" do Edital; e ao final requereu a inabilitação da concorrente VITÓRIA EMPRESA DE RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS LTDA.

17. A recorrida não impugnou o recurso.

18. A Comissão Especial de Licitação, após apreciar o feito, proferiu a Informação MC/CEL/Nº 125/2011 (fls. 111/112 do mesmo processo), cujo entendimento foi no sentido de conhecer do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento, para manter o ato inquinado, considerando atendida a exigência contida no subitem 5.4 do Edital.

Da análise do recurso

19. Verifica-se que o entendimento da CEL não merece reparos, porquanto a certidão de regularidade fiscal que atesta a inexistência de débitos perante a Fazenda Nacional; Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, bem como a perante a Fazenda do Município da cidade do Rio de Janeiro encontram-se acostadas às fls. 90, 92 e 93 dos autos. Nesse sentido, verifica-se que a exigência constante do item 5.4 "d" do Edital restou atendido.

20. Não pode representar obstáculo à habilitação da interessada o argumento da recorrente dando conta de que a exigência contida no rodapé da certidão expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro (fls. 92) não foi observado,

21. Com efeito, consoante o Registro da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, que se encontra na última página do Contrato Social de Constituição da Empresa, tem-se que sua constituição se deu em 23.12.2009, não desempenhando atividade econômica até então.

22. Mais uma vez, assiste razão a Comissão Especial de Licitação que manteve a habilitação da concorrente VITÓRIA EMPRESA DE RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS LTDA.

2 - Do recurso interposto pela OBA FM SOCIEDADE LTDA em face da concorrente SISTEMA MUNDIAL DE COMUNICAÇÃO LTDA-ME (Processo nº 53000.041088/2010-66)

23. A empresa OBA FM SOCIEDADE LTDA, ora recorrente, assim fundamentou seu recurso, acostado às fls. 126 do processo acima:

"A proponente, SISTEMA MUNDIAL DE COMUNICAÇÃO LTDA-ME não apresentou as declarações do anexo I e II do edital acima citado assinadas pelo sócio Adelson Barreto dos Santos. Estas declarações se fazem necessárias devido o ato que nomeou José Feitosa dos Santos como administrador (cláusula nona do contrato de constituição da empresa SISTEMA MUNDIAL DE COMUNICAÇÃO LTDA-ME). A falta dessas assinaturas pode vetar o mesmo de assumir obrigações junto a terceiros, podendo tornar nulos os atos praticados sem o reconhecimento da devida autorização. A inabilitação da empresa em relação ao não atendimento do item 5.3 do edital, é fundamentada devido ao fato de que a empresa proponente não apresentou certidão negativa de pedido de falência, recuperação judicial e concordata da localidade de Capela-SE, sede da empresa conforme (cláusula primeira do contrato de constituição da empresa Sistema Mundial de Comunicação LTDA-ME)."

24. Considerou a recorrente que não foram atendidos os subitens 5.1.3, 5.1.4 e 5.3 do Edital; e ao final requereu que a concorrente SISTEMA MUNDIAL DE COMUNICAÇÕES LTDA fosse inabilitada, ante a ausência dos documentos acima descritos.

25. A recorrida impugnou o recurso (fls. 79/84), para informar, em síntese, que o sócio Sr. José Feitosa Santos exerce a função de administrador da empresa e, portanto, tem poderes para representá-la, na forma da legislação em vigor e conforme o disposto na Cláusula Nona do Contrato Social (documento de fls. 104 e seguintes dos autos).

26. A Comissão Especial de Licitação, após apreciar o feito, proferiu a Informação MC/CEL/Nº 118/2011 (fls. 86/87), cujo entendimento foi no sentido de conhecer do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento, para manter o ato inquinado, considerando atendidas as exigências contidas nos subitens 5.1.3 e 5.1.4 do Edital.

27. A CEL não se pronunciou sobre o segundo argumento trazido pela recorrente, que diz respeito ao item 5.3 do Edital.

Da análise do recurso

28. Entendo estar correto o entendimento da CEL no que concerne ao atendimento dos itens 5.1.3 e 5.1.4 do Edital, visto que o Sócio Sr. José Feitosa Santos é o administrador e representante legal da Empresa. E portanto, dispõe de poderes para subscrever os atos declaratórios exigidos, nos termos da Cláusula Nona do Contrato Social, trazido à colação às fls. 04/10 e a Primeira alteração às fls. 15/21, devidamente registrada em Cartório.

29. E, as declarações exigidas nos subitens 5.1.3 e 5.1.4 do Edital (fls. 26 e 28) foram firmadas pelo Sócio Administrador, Sr. José Feitosa Santos, e devidamente juntadas aos autos em epígrafe.

30. Do mesmo modo, não merece ser acolhido o segundo argumento da recorrente. Diz o item 5.3 do Edital, *verbis*:

"5.3 Apresentação de certidão negativa de pedido de falência, recuperação judicial e concordata, expedida pelos distribuidores da sede da Proponente da comarca a que pertença, com data não anterior a 3 (três) meses da data prevista para o recebimento da Documentação de Habilitação e Propostas."

31. A Certidão de fls. 52 informa nada constar dos registros de distribuição do Poder Judiciário do Estado de Sergipe, seja no 1º ou no 2º Grau, pedido de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial em nome da empresa SISTEMA MUNDIAL DE COMUNICAÇÕES LTDA.



32. Assim, restou comprovado que a licitante ora recorrida atendeu a exigência do item 5.3 do Edital.

3 - Do recurso interposto pela empresa OBA FM SOCIEDADE LTDA em face da concorrente NOVA SERGIPE COMUNICAÇÃO LTDA (Processo nº 53000.041090/2010-35)

33. A, ora recorrente, apresentou a seguinte fundamentação em seu recurso, acostado às fls. 62 do processo acima:

"A proponente, NOVA SERGIPE COMUNICAÇÃO LTDA., não apresentou as declarações do anexo I e II assinadas pela sócia Bernadete Oliveira Santana. Estas declarações se fazem necessárias devido o ato que nomeou Ana Maria Fonseca como administradora (item 6 do contrato de constituição da empresa Nova Sergipe Comunicação LTDA). A falta destas assinaturas pode vetar a mesma de assumir obrigações junto a terceiros, podendo tornar nulos os atos praticados sem o reconhecimento da devida autorização."

34. Considerou a recorrente que não foram atendidos os subitens 5.1.3 e 5.1.4 do Edital; e ao final requereu que a concorrente NOVA SERGIPE COMUNICAÇÃO LTDA fosse inabilitada, ante a ausência dos documentos acima descritos.

35. A recorrida impugnou o recurso por meio da petição de fls. 64/65, esclarecendo que a administração da empresa cabe à sócia Ana Maria Fonseca que dispõe de poderes legais para firmar as declarações solicitadas.

36. A Comissão Especial de Licitação, após apreciar as razões trazidas pela recorrente, bem como aquelas apontadas pela recorrida em sua impugnação, proferiu a Informação MC/CEL/Nº 120/2011 (fls. 67/68), cujo entendimento foi no sentido de conhecer do recurso e negar-lhe provimento, para manter o ato inquinado, considerando atendidas as exigências contidas nos subitens 5.1.3 e 5.1.4 do Edital.

Da análise do recurso

37. No que diz respeito aos argumentos trazidos pela recorrente, o entendimento da CEL não merece reparos, porquanto a Srª Ana Maria Fonseca foi designada Sócia-Administradora da empresa consoante os termos da Cláusula Sexta do Contrato Social de Constituição da Empresa, devidamente registrado em cartório trazido à colação às fls. 08/14.

38. E, as declarações (fls. 18 e 19) exigidas pelo Edital, foram devidamente firmadas pela Sócia Administradora da empresa.

4. - Do recurso interposto pela empresa OBA FM SOCIEDADE LTDA em face da concorrente REDE ILHA MARAVILHA COMUNICAÇÃO LTDA (Processo nº 53000.041091/2010-80)

38. A, ora recorrente, apresentou a seguinte fundamentação em seu recurso, acostado às fls. 78 do processo acima:

"A proponente REDE ILHA MARAVILHA COMUNICAÇÕES LTDA, não apresentou as declarações do anexo I e II do edital acima citado assinadas pela sócia Edilma Maria Amorim Santos. Estas declarações se fazem necessárias devido ao ato que nomeou Katiene Silva Amorim como administradora (cláusula sétima do contrato de constituição da empresa REDE ILHA MARAVILHA COMUNICAÇÕES LTDA). A falta destas

assinaturas pode vetar a mesma de assumir obrigações junto a tercelros, podendo o ato tornar nulos os atos praticados sem o reconhecimento da devida autorização.

39. Argumenta a recorrente que não foram atendidos os subitens 5.1.3 E 5.1.4 do Edital; e ao final requereu que a concorrente **REDE ILHA MARAVILHA CDMUNICAÇÕES LTDA** fosse inabilitada, ante a ausência dos documentos acima descritos.

40. A recorrida impugnou o recurso, conforme demonstra a petição de fls. 80/82 do referido processo.

41. A Comissão Especial de Licitação, após apreciar o feito, proferiu a Informação MC/CEL/Nº 119/2011 (fls. 85/86), cujo entendimento foi no sentido de conhecer do recurso e negar-lhe provimento, para manter o ato inquinado, considerando atendidas as exigências contidas nos subitens 5.1.3, 5.1.4 do Edital.

Da análise do recurso

42. O entendimento da CEL acerca dos argumentos trazidos pela recorrente não merece reparos, porquanto a sócia designada como Administradora da empresa, nos termos da Cláusula Sétima do Contrato Social trazido à colação às fls. 07/10; bem como da Cláusula Sétima da Primeira Alteração do Contrato Social da Empresa de fls. 11/16, é a Srª. Katienne Silva Amorim.

43. E as declarações exigidas pelo Edital (fls. 20 e 21), foram devidamente juntadas aos autos em epígrafe, todas em nome da Sócia Administradora, e por ela firmadas.

5 - Do recurso interposto pela empresa **OBA FM SOCIEDADE LTDA** em face da concorrente **FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA** (Processo nº 53000.041092/2010-24)

44. A, ora recorrente, apresentou a seguinte fundamentação em seu recurso, acostado às fls. 105 do processo acima:

"A proponente, FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA., não apresentou as certidões expedidas pela justiça Estadual, quanto aos fatos cíveis e criminais, da localidade de Tobias Barreto - SE, onde o dirigente Marcellus de Oliveira Almeida exerceu a atividade econômica, não atendendo, dessa forma o item 5.1.5 do edital acima citado. A atividade econômica na localidade de Tobias Barreto existiu devido o fato do dirigente ser proprietário da empresa em referência nesta localidade, com comprovada atividade econômica, como pode ser verificado pelo balanço apresentado à páginas 71 e 73 do processo 53000.041092/2010-24, do Ministério das Comunicações, onde consta pagamentos de INSS e despesas operacionais, provas de atividade econômica naquele município."

45. Argumenta a recorrente que não foi atendido o subitem 5.1.5 do Edital; e ao final requereu que a concorrente **FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA.** fosse inabilitada, ante a ausência dos documentos acima descritos.



46. A recorrida impugnou o recurso, conforme demonstra a petição de fls. 104/112 do referido processo, informando que as certidões acostadas às fls. 59, 60 e 61 atendem a exigência do edital.

47. A Comissão Especial de Licitação, após apreciar o feito, proferiu a Informação MC/CEL/Nº 121/2011 (fls. 115/116), cujo entendimento foi no sentido de conhecer do recurso e negar-lhe provimento, para manter o ato inquinado, considerando atendida a exigência contida no subitem 5.1.5 do Edital.

Da análise do recurso

48. O entendimento da CEL acerca dos argumentos trazidos pela recorrente não merece reparos, visto que as certidões expedidas pelo Poder Judiciário do Estado de Sergipe noticiam não constar registro de qualquer ação em que a empresa figure como parte, seja na instância de 1ª e/ou na instância de 2ª grau.

49. É fato que as certidões trazidas à colação pela concorrente, ora recorrida, suprem inteiramente a falta apontada pela recorrente. (fls. 59 a 61)..

6 - Do recurso interposto pela empresa OBA FM SOCIEDADE LTDA em face da concorrente SISTEMA DE COMUNICAÇÃO DE RÁDIO AM/FM E TV LTDA (Processo nº 53000.041094/2010-13)

50. A, ora recorrente, apresentou a seguinte fundamentação em seu recurso, acostado às fls. 75 do processo acima:

"A proponente SISTEMA DE COMUNICAÇÃO DE RÁDIO AM/FM E TV LTDA não apresentou as Certidões necessárias expedidas pela Justiça Estadual, relativas aos feitos cíveis e criminais, referentes à localidade de Igaci-AL, onde a dirigente técnica Ediana Emiliana da Silva possui domicílio, conforme consta na cópia de seu título eleitoral (ver pág. 50 do processo em questão). Sendo assim, a mesma não atende o item 5.1.5 do edital acima mencionado. A responsabilidade técnica definida na cláusula décima do contrato social da empresa lhe atribui responsabilidade civil e criminal junto à sociedade e em relação às atividades técnicas da mesma. É importante salientar que a cláusula décima limita a função administrativa da cláusula oitava do contrato de constituição da empresa no que tange à responsabilidade técnica."

51. Argumenta a recorrente que não foi atendido o subitem 5.1.5 do Edital; e ao final requereu que a concorrente SISTEMA DE COMUNICAÇÃO DE RÁDIO AM/FM E TV LTDA fosse inabilitada, ante a ausência dos documentos acima descritos.

52. A recorrida impugnou o recurso, conforme demonstra a petição de fls. 86/88 do referido processo, para rebater os fundamentos trazidos pela recorrente já que a Srª Ediana Emiliana da Silva não é administradora da empresa, mas tão somente sócia-cotista.

53. A Comissão Especial de Licitação, após apreciar o feito, proferiu a Informação MC/CEL/Nº 122/2011 (fls. 90/91), cujo entendimento foi no sentido de conhecer do recurso e negar-lhe provimento, para manter o ato inquinado, considerando atendidas as exigências contidas no subitem 5.1.5 do Edital.

Da análise do recurso

54. O entendimento da CEL acerca dos argumentos trazidos pela recorrente também não merece reparos, porquanto a sócia Administradora da Empresa, nos termos da Cláusula Oitava do Contrato Social trazido à colação às fls. 04/11, é a Srª. Hellen Di Angells Santos Nascimento, e as certidões exigidas foram expedidas em seu nome e juntadas aos autos, às fls. 27 e seguintes.

55. E, tanto as declarações (fls. 25 e 26) quanto as certidões exigidas pelo Edital (fls. 27 e seguintes), foram devidamente juntadas aos autos em epígrafe, todas em nome da Sócia Administradora.

7 - Do recurso interposto pela empresa OBA FM SOCIEDADE LTDA em face da concorrente RÁDIO CANAÃ FM LTDA (Processo nº 53000.041095/2010-68)

56. A, ora recorrente, apresentou a seguinte fundamentação em seu recurso, acostado às fls. 51 do processo acima:

"A proponente, RÁDIO CANAÃ FM LTDA, não apresentou as Certidões necessárias expedidas pela Justiça Estadual, quanto aos feitos cíveis e criminais, bem como as certidões dos Cartórios de Protestos de Títulos, da localidade de Santo Antônio da Platina - PR, onde a dirigente Iraides Borges Costa exerce atividade econômica. Desta forma, a empresa não atende o item 5.1.5 do edital acima mencionado. A atividade econômica na localidade de Santo Antônio da Platina existe devido ao fato de a dirigente ser sócia proprietária da empresa Auto Posto Vila Nova Ltda., CNPJ 04.783.581/0001-36, localizado na rodovia BR 153, Km 47,5, distrito de Ribeirão Bonito, em Santo Antônio da Platina - PR. Fica assim comprovado que a proponente não apresentou todas as certidões necessárias, de todas as localidades em que a dirigente tem atividade econômica, conforme requisito do edital."

57. Argumenta a recorrente que não foi atendido o subitem 5.1.5 do Edital; e ao final requereu que a concorrente RÁDIO CANAÃ FM LTDA fosse inabilitada, ante a ausência dos documentos acima descritos.

58. A recorrida impugnou o recurso, conforme demonstra a petição de fls. 53/55 do referido processo, argumentando, em síntese, que a sócia Iraides Borges Costa, não exerceu atividade econômica na cidade de Santo Antônio da Platina - PR.

59. A Comissão Especial de Licitação, após apreciar o feito, proferiu a Informação MC/CEL/Nº 117/2011 (fls. 85/86), cujo entendimento foi no sentido de conhecer do recurso e negar-lhe provimento, para manter o ato inquinado, considerando atendidas as exigências contidas nos subitens 5.1.5 do Edital.

Da análise do recurso

60. O entendimento da CEL acerca dos argumentos trazidos, em princípio, não merece reparos, porquanto a recorrente não comprovou se a sócia Iraides Borges Costa realmente exerce atividade econômica na localidade apontada.



61. Ora, da leitura dos autos, depreende-se que a transação comercial por meio da qual a Srª Iraides Borges Costa adquiriu cotas do Auto Posto Vila Nova, não chegou a produzir efeitos, já que ela própria requereu o seu afastamento da sociedade, conforme atestam os documentos anexos à impugnação apresentada. Ademais, é fato que a recorrente não foi capaz de provar suas alegações por meio de documentos.

62. Contudo, a despeito de o conteúdo dos documentos anexos à impugnação, trazidos à colação pela recorrida, esclarecerem a situação fática da empresa "Auto Posto Vila Nova LTDA", considero, s.m.j., prudente que se faça juntar certidão expedida pela Junta Comercial de Santo Antônio da Platina/PR, dando conta da real situação da empresa no que concerne ao seu quadro societário, bem assim das suas atividades econômicas.

63. Tal providência encontra respaldo no artigo 43 da lei 8.666/93, que estabelece:

"Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância nos seguintes procedimentos:

...
§3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.
..."

64. Assim, a análise do presente recurso ficará suspensa, até que a Comissão Licitante promova a diligência solicitada, contendo informações dando conta da existência de atividade econômica em que a sócia Iraides Borges Costa participe, ocasião em que os autos deverão retornar à esta CONJUR para manifestação conclusiva.

8 - Do recurso interposto pela empresa OBA FM SOCIEDADE LTDA em face da concorrente SISTEMA MAIOR DE RADIODIFUSÃO LTDA (Processo nº 53000.041096/2010-11)

65. A, ora recorrente, apresentou a seguinte fundamentação em seu recurso, acostado às fls. 75 do processo acima:

"A proponente, SISTEMA MAIOR DE RADIODIFUSÃO LTDA, não apresentou as Certidões necessárias expedidas pela Justiça Estadual, quanto aos fatos cíveis e criminais, bem como as certidões dos Cartórios de Protestos de Títulos, da localidade de Baturité - CE, onde o dirigente Raimundo de Souza exerceu atividade econômica. Desta forma, a empresa não atende o item 5.1.5 do edital acima mencionado. A atividade econômica na localidade de Baturité existiu devido ao fato de o dirigente ser proprietário da empresa em referência até 25 de abril de 2007, o que pode ser comprovado pelo contrato de constituição da empresa em sua cláusula terceira, onde está a data da mudança da sede pela primeira alteração contratual. Sendo assim, o proponente não apresentou todas as certidões necessárias, de todas as localidades, nos cinco anos anteriores à licitação em que o dirigente teve atividade econômica, conforme requisito do edital."

66. Argumenta a recorrente que não foi atendido o subitem 5.1.5 do Edital; e ao final requereu que a concorrente SISTEMA MAIOR DE RADIODIFUSÃO LTDA fosse inabilitada, ante a ausência dos documentos acima descritos.

67. A recorrida não impugnou o recurso.

68. A Comissão Especial de Licitação, após apreciar o feito, proferiu a Informação MC/CEL/Nº 123/2011 (fls. 66/67), cujo entendimento foi no sentido de conhecer do recurso e negar-lhe provimento, para manter o ato inquinado, considerando atendidas as exigências contidas no subitem 5.1.5 do Edital.

Da análise do recurso

69. O entendimento da CEL acerca dos argumentos trazidos pela recorrente não merece reparos, visto que, uma vez que a empresa recorrida foi constituído com o claro objetivo de exercer atividade de radiodifusão, e restando comprovado que ela não exerce atividade econômica, as certidões solicitadas não se fazem necessárias.

70. Assim pronunciou-se a CEL:

"De fato, a empresa até o dia 15 de maio de 2007 tinha sua sede em Baturité no Estado do Ceará, quando da primeira alteração contratual, fls.09, quando passa a ter sede na comarca de Fortaleza, conforme se verifica às fls. 05 dos autos. Ocorre, no entanto que o documento contábil da empresa às fls. 35 e 36, informa que a empresa não tem atividade econômica e financeira, o que não torna obrigatória a apresentação das certidões de Baturité no Estado do Ceará. Ainda, do contrato social da proponente se verifica que a empresa fora constituída exclusivamente para execução dos serviços de radiodifusão, e que dos cadastros deste Ministério das Comunicações não consta que a empresa seja titular de outorgas com este fim."

71. Verifica-se, então, que as certidões exigidas pelo Edital (fls. 23 e seguintes), foram devidamente juntadas aos autos em epígrafe.

CONCLUSÃO

72. Dos documentos apresentados, restou comprovada a tempestividade de todos os recursos; e, portanto merecem ser conhecidos.

73. E, no mérito, verificou-se que os argumentos trazidos pela empresa recorrente foram todos rebatidos, um a um, não merecendo ser acolhidos, devendo a autoridade negar provimento aos recursos por ela interpostos.

74. Entretanto, invocando-se o princípio da Autotutela Administrativa, a Comissão Especial de Licitação deverá promover a diligência solicitada referente à RÁDIO CANAÃ FM LTDA, apontada nos itens 62/64 acima, para que esta CONJUR possa, posteriormente e com a segurança necessária, pronunciar-se em caráter conclusivo.

75. Assim, o recurso interposto pela empresa OBA FM SOCIEDADE LTDA em face da concorrente RÁDIO CANAÃ FM LTDA será sustado, para que se aguarde a certidão solicitada, ocasião em que esta CONJUR proferirá parecer conclusivo acerca da habilitação da empresa recorrida.

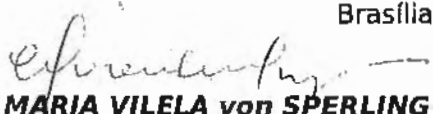
76. Ademais, da análise dos autos, tem-se que a CEL observou as regras contidas no instrumento convocatório, atendeu o rito procedimental do certame, bem como pugnou pelo cumprimento das exigências legais pertinentes a todo procedimento licitatório, no que tange à habilitação



77. Por todo o exposto entendo, salvo juízo diverso, que os recursos interpostos pela empresa OBA FM SOCIEDADE LTDA, a exceção daquele interposto em face da empresa RÁDIO CANAÃ FM LTDA que será apreciado posteriormente, merecem ser CONHECIDOS, devendo a autoridade NEGAR-LHES PROVIMENTO, mantendo-se o ato da Comissão Especial de Licitação - CEL/MC que HABILITOU as empresas licitantes, na concorrência nº 048/2010 - CEL/C, levada a efeito com a finalidade de outorgar permissão para a exploração de serviços de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, para a localidade de Lagarto, no Estado de Sergipe, por seus jurídicos fundamentos.

À consideração superior.

Brasília, 24 de outubro de 2011.


CLÁUDIA MARIA VILELA von SPERLING
Advogada da União



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DA CONSULTORIA JURÍDICA

DESPACHO Nº 2638/2011/TFC/CGCE/CONJUR-MC/AGU

PROCESSO Nº 53000.007417/2010-40

INTERESSADO: OBA FM SOCIEDADE LTDA

ASSUNTO: Recursos na fase de habilitação. Concorrência nº 04B/2010.

Aprovo o Parecer Nº **1377/2011/CVS/CGCE/CONJUR-MC/AGU**, da lavra da Advogada da União Cláudia Maria Vilela von Sperling.

A consideração do Senhor Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 21 de outubro de 2011.

TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK

Advogada da União

Coordenadora Jurídica de Licitação de Radiodifusão e Assuntos Administrativos Diversos

β



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA - CGCE

DESPACHO Nº 2639/2011/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU

PROCESSO Nº 53000.007417/2010-40

INTERESSADO: OBA FM SOCIEDADE LTDA

ASSUNTO : Recursos em fase de habilitação. Concorrência 048/2010.

Aprovo o **PARECER Nº 1377/2011/CVS/CGCE/CONJUR-MC/AGU**, da lavra da Advogada da União Cláudia Maria Vilela Von Sperling.

Encaminhem-se os autos à apreciação pelo Sr. Consultor Jurídico.

Brasília, 22 de novembro de 2011.

DANIEL PEREIRA DE FRANCO

Advogado da União

Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica

B



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DA CONSULTORIA JURÍDICA

DESPACHO Nº 2640/2011/RZL/CGCE/CONJUR-MC/AGU

PROCESSO Nº 53000.007417/2010-40

INTERESSADO: OBA FM SOCIEDADE LTDA

ASSUNTO: Recursos na fase de habilitação. Concorrência nº 048/2010.

Aprovo o DESPACHO Nº 2639/2011/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU, da lavra do Advogado da União, Dr. Daniel Pereira de Franco, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica, que aprovou o **PARECER Nº 1377/2011/CVS/CGCE/CONJUR-MC/AGU**, de autoria da Advogada da União, Dra. Cláudia Maria Vilela von Sperling.

Encaminhem-se os autos à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, em prosseguimento.

Brasília, 12 de dezembro de 2011.

Rodrigo Zerbone Loureiro
Consultor Jurídico

José Flávio Bianchi
Consultor Jurídico
Procurador Federal

EM BRANCO

nesta data anexei aos autos do processo de
nº 53000.041092/10 a documentação
a seguir constituída de 03 folhas,
que assim numerei: 128 a 130

Data: 03 de 02 de 2012

Nome: _____

Assinatura: OU

Ministerio da Justiça
Secretaria de Administração
Departamento de Pessoal

30 12 11
recibo 6



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO
DESPACHO DO MINISTRO

Em 29 de dezembro de 2011.

Tendo em vista os recursos interpostos pela empresa Oba FM Sociedade LTDA contra a decisão da Comissão de Licitação, que HABILITOU as proponentes; na Concorrência nº 048/2010, para a localidade de Lagarto, no Estado de Sergipe, acolho o PARECER nº 1377/2011/CSV/CGCE/CONJUR-MC/AGU, de sorte a **conhecer dos recursos, mas negar-lhes provimento**, conforme Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

PAULO BERNARDO SILVA
Ministro das Comunicações

ANEXO ÚNICO

RECURSOS CONHECIDOS E NÃO PROVIDOS

CONCORRÊNCIA CEL/MC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	RECORRENTE	RECORRIDA
048/2010	SE	LAGARTO	FM	OBA FM SOCIEDADE LTDA	NOVA SERGIPE COMUNICAÇÃO LTDA
048/2010	SE	LAGARTO	FM	OBA FM SOCIEDADE LTDA	FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA
048/2010	SE	LAGARTO	FM	OBA FM SOCIEDADE LTDA	SISTEMA DE COMUNICAÇÃO DE RÁDIO AM/FM E TV LTDA
048/2010	SE	LAGARTO	FM	OBA FM SOCIEDADE LTDA	SISTEMA MAIOR DE RADIODIFUSÃO LTDA




MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DO MINISTRO

Em 29 de dezembro de 2011.

Tendo em vista os recursos interpostos pela empresa Oba FM Sociedade LTDA contra a decisão da Comissão de Licitação, que HABILITOU as proponentes; na Concorrência nº 048/2010, para a localidade de Lagarto, no Estado de Sergipe, acolhe o PARECER nº 1377/2011/CVS/CGCE/CONJUR-MC/AGU, de sorte a **conhecer dos recursos, mas negar-lhes provimento**, conforme Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.


PAULO BERNARDO SILVA
Ministro das Comunicações

ANEXO ÚNICO

RECURSOS CONHECIDOS E NÃO PROVIDOS

CONCORRÊNCIA CEL/MC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	RECORRENTE	RECORRIDA
048/2010	SE	LAGARTO	FM	OBA FM SOCIEDADE LTDA	VITÓRIA EMPRESA DE RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS LTDA
048/2010	SE	LAGARTO	FM	OBA FM SOCIEDADE LTDA	SISTEMA MUNDIAL DE COMUNICAÇÃO LTDA-ME
048/2010	SE	LAGARTO	FM	OBA FM SOCIEDADE LTDA	REDE ILHA MARAVILHA COMUNICAÇÃO LTDA



Art. 6º A ECT disponibilizará, em seu site na internet e por meio de sua Central de Atendimento ao Cliente, informações atualizadas sobre a localização de suas unidades de atendimento para prestação dos serviços postais básicos.

Art. 7º A ECT deverá implementar sistemas de informação, acompanhamento e gestão dos indicadores correspondentes a cada meta.

Parágrafo único. Caberá à ECT encaminhar ao Ministério das Comunicações relatório que permita acompanhar o cumprimento das metas previstas nesta Portaria, até o dia 17 de dezembro de cada ano.

Art. 8º O Ministério das Comunicações poderá rever as metas de universalização dos serviços postais básicos a serem cumpridos pelo ECT, estabelecendo novas metas ou complementando as fixadas por esta Portaria, especialmente considerando os dados populacionais divulgados pelo Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Parágrafo único. Até 1º de julho de 2015 deverão ser previstas novas metas para o quinquênio que se iniciará em 1º de janeiro de 2016.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10 Fica revogada a Portaria nº 310, de 18 de dezembro de 1998, deste Ministério, publicada no Diário Oficial da União nº 244, de 21 de dezembro de 1998.

PAULO BERNARDO SILVA

ANEXO I

METAS PARA A UNIVERSALIZAÇÃO DO ATENDIMENTO DOS SERVIÇOS POSTAIS BÁSICOS

Dados com população igual ou superior a 901 habitantes, com prestação dos serviços de atendimento postal (percentual e quantidade de unidades)									
Relatório anual (1)		Meta (2)		Meta (3)		Meta (4)		Meta (5)	
Unidade	Unidade	Unidade	Unidade	Unidade	Unidade	Unidade	Unidade	Unidade	Unidade
2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Dados com população inferior a 901 habitantes, com prestação dos serviços de atendimento postal (percentual e quantidade de unidades)									
Relatório anual (1)		Meta (2)		Meta (3)		Meta (4)		Meta (5)	
Unidade	Unidade	Unidade	Unidade	Unidade	Unidade	Unidade	Unidade	Unidade	Unidade
2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

METAS PARA A UNIVERSALIZAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIÇOS POSTAIS BÁSICOS

Dados com população igual ou superior a 901 habitantes, com prestação dos serviços de distribuição postal externa (percentual e quantidade de unidades)									
Relatório anual (1)		Meta (2)		Meta (3)		Meta (4)		Meta (5)	
Unidade	Unidade	Unidade	Unidade	Unidade	Unidade	Unidade	Unidade	Unidade	Unidade
2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

(*) Fonte: Fundação IBGE - Censo de 2010 e Pesquisa de Orçamentos Familiares - PDF/2010

ANEXO II

METAS DE QUALIDADE PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS POSTAIS BÁSICOS

Índices de entrega de objetos postais e de atendimento ao usuário (2012 - 2015)		
Índice	Meta	Meta
Entrega de cartas postais, correios e registros	95,0%	Até 4 dias úteis
Entrega de cartas postais, correios e registros e distribuição a domicílio	95,0%	Até 7 dias úteis
Entrega de cartas postais, correios e registros e distribuição a domicílio e distribuição a domicílio	95,0%	Até 3 dias úteis
Entrega de cartas postais, correios e registros e distribuição a domicílio e distribuição a domicílio e distribuição a domicílio	95,0%	Até 10 dias úteis
Entrega de cartas postais, correios e registros e distribuição a domicílio e distribuição a domicílio e distribuição a domicílio	95,0%	Até 10 dias úteis
Entrega de cartas postais, correios e registros e distribuição a domicílio e distribuição a domicílio e distribuição a domicílio	95,0%	Até 10 dias úteis
Entrega de cartas postais, correios e registros e distribuição a domicílio e distribuição a domicílio e distribuição a domicílio	95,0%	Até 10 dias úteis

Obs:

1. A contagem de dias úteis se dará de segunda a sexta-feira.
2. Para localidades com população inferior a cinquenta mil habitantes, o horário limite de expedição para o telegrama a ser entregue no mesmo dia será o das duas horas.
3. Para telegramas expedidos no horário de unidade de atendimento, acrescentar trinta minutos nos horários mencionados no prazo de entrega.

PORTARIA Nº 467, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2011

Dispõe sobre a entrega de objetos dos serviços postais básicos pelo ECT em localidades com população inferior a cinquenta mil habitantes.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e considerando o que dispõe a Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978, e o Decreto nº 7.462, de 19 de abril de 2011, resolve:

Art. 1º A entrega postal de objetos dos serviços de carta e carta postal, de impressos, de encomendas, de telegramas e de telegrames será realizada da seguinte maneira:

- I - externa:
 - a) em domicílio, quando a entrega do objeto postal ocorrer no endereço indicado pelo remetente na forma descrita no artigo 5º desta Portaria;
 - b) em Caixa Postal Comunitária, quando o objeto postal for depositado em um dos receptáculos do Módulo de Caixas Postais Comunitárias - MCPC; ou
 - c) por outras formas de entrega que venham a ser desenvolvidas, diversas das previstas no inciso II.
- II - interna, quando o objeto postal deva ser procurado e entregue ao destinatário em unidade da ECT.

Art. 2º A ECT deverá realizar a entrega externa em domicílio nas localidades sempre que atendidas nas seguintes condições:

- I - houver correta indicação do endereço de entrega no objeto postal;
- II - houver o distrito mais de 500 habitantes, conforme o censo do IBGE;
- III - as vias e os logradouros oferecerem condições de acesso e de segurança ao empregado postal;
- IV - os logradouros e vias dispuserem de placas indicativas de nomes instaladas pelo órgão municipal ou distrital responsável.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/imprensa/detalhes.jspx?arquivo=100120111230001001>.

V - os imóveis apresentarem numeração de forma ordenada, individualizada e única, e

VI - os imóveis dispuserem de carta receptora de correspondência, localizada na entrada, ou seja, na presença de algum responsável pelo recebimento no endereço de entrega.

Parágrafo único. Ainda que não atendida a condição prevista no inciso VI, a entrega em domicílio poderá ser efetuada por outras formas, a critério da ECT.

Art. 3º A entrega externa somente ocorrerá em Módulos de Caixas Postais Comunitárias quando:

I - as condições definidas nos incisos II a V do art. 2º desta Portaria não forem integralmente satisfeitas, inviabilizando a operacionalização da entrega em domicílio;

II - existir no local pessoa jurídica que cumpra os requisitos e as condições previstas na Portaria específica do Serviço de Caixas Postais Comunitárias;

Art. 4º A entrega interna do objeto postal somente será realizada em unidade da ECT, quando:

I - as condições definidas nos artigos 2º e 3º desta Portaria não forem integralmente satisfeitas;

II - o objeto, por suas características, tais como peso e dimensões, não possibilitar a entrega externa;

III - as características do respectivo serviço ou o endereçamento do objeto assim o determinar.

Parágrafo único. No caso de distritos com menos de quinhentos habitantes, o objeto ficará disponível na Unidade Postal mais próxima do endereço indicado.

Art. 5º A entrega postal dos objetos endereçados a coletividades residenciais com restrições de acesso e trânsito de pessoas, bem como a todos os coletividades não residenciais, será feita por meio de uma caixa receptora única de correspondências, instalada na área técnica de acesso à coletividade, ou entregue ao porteiro, administrador, zelador ou pessoa designada para esse fim.

§ 1º Para efeito deste artigo, são consideradas coletividades:

I - residenciais: condomínio residencial e edifício residencial com mais de um pavimento, e

II - não residenciais: condomínio comercial, edifício comercial, centro comercial, repartição pública, hotel, pensão, quarteirão, hospital, asilo, prisão, escritório, empresa ou companhia comercial ou industrial, embarcação, legião, consórcio, associação, estabelecimento de ensino, estabelecimento religioso e estabelecimento bancário, dentre outros estabelecimentos comerciais;

§ 2º Nas coletividades não residenciais, quando não dispuserem de caixa receptora única de correspondências, nem de pessoa designada para receber os objetos, haverá solicitação da coletividade, a ECT efetuará a entrega postal em caixas receptoras individuais, instaladas na entrada da coletividade, desde que haja acesso público para depósito das correspondências.

Art. 6º No caso de impossibilidade de entrega no destinatário ou a quem de direito, por qualquer motivo, o objeto será devolvido ao remetente, exceto no caso de impressos sem devolução garantida ou automática, os quais serão destinados a refugo.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 311, de 18 de dezembro de 1998, deste Ministério, publicada no Diário Oficial da União nº 244, de 21 de dezembro de 1998.

PAULO BERNARDO SILVA

DESPACHOS DO MINISTRO

Em 29 de agosto de 2011

Tendo em vista os recursos interpostos pela empresa Oba FM Sociedade LTDA contra a decisão da Comissão de Licitação, que HABILITOU os proponentes na Concorrência nº 048/2010, para a localidade de Lagarto, no Estado de Sergipe, acatou o PARECER nº 1377/2011-CVSC/CE/CONJUR-MC/AGU, de sorte a conhecer dos recursos, mas negar-lhes provimento, conforme Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO ÚNICO

RECURSOS CONHECIDOS E NÃO PROVIDOS

CONCORRÊNCIA	LOCALIDADE	SERVIÇO	RECORRENTE	RECORRIDO
048/2010	LAGARTO	FM	OBASER SOCIEDADE LTDA	STEFANY LOPES DE SOUZA
048/2010	LAGARTO	FM	OBASER SOCIEDADE LTDA	STEFANY LOPES DE SOUZA
048/2010	LAGARTO	FM	OBASER SOCIEDADE LTDA	STEFANY LOPES DE SOUZA

Tendo em vista os recursos interpostos pela empresa Oba FM Sociedade LTDA contra a decisão da Comissão de Licitação, que HABILITOU os proponentes na Concorrência nº 048/2010, para a localidade de Lagarto, no Estado de Sergipe, acatou o PARECER nº 1377/2011-CVSC/CE/CONJUR-MC/AGU, de sorte a conhecer dos recursos, mas negar-lhes provimento, conforme Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

PAULO BERNARDO SILVA

ANEXO ÚNICO

RECURSOS CONHECIDOS E NÃO PROVIDOS

CONCORRÊNCIA	LOCALIDADE	SERVIÇO	RECORRENTE	RECORRIDO
048/2010	LAGARTO	FM	OBASER SOCIEDADE LTDA	STEFANY LOPES DE SOUZA
048/2010	LAGARTO	FM	OBASER SOCIEDADE LTDA	STEFANY LOPES DE SOUZA
048/2010	LAGARTO	FM	OBASER SOCIEDADE LTDA	STEFANY LOPES DE SOUZA

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24.08.2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

nesta data anexei aos autos do processo de
nº 3000-04/0926010 a documentação
a seguir constituída de 01 folhas,
que assim numeral: 321 / —

Data: 19 / 05 / 2012

Nome Bruna

Assinatura Bla



CONCORRÊNCIA Nº 4109/2011

Comunicamos que estão sem efeito as seguintes publicações centradas no D.O.U. Nº 87, Seção 3, de 07 de maio de 2012, página 120: RESULTADO DE HABILITAÇÃO da CC 4109/2011.

RONALDO DA SILVA CAVALCANTE
Presidente da Comissão Especial de Licitação

AVISOS DE CANCELAMENTO

A CCT, através de sua Diretoria Regional de São Paulo Metropolitana, comunica o cancelamento da publicação da Dispensa de Licitação nº 12000129/2012, referente à locação de imóvel, José Carlos Dias e Outros, AC ProLider-SP/ML, valor global R\$234.964,00, publicada no D.O.U. em 22/03/12, seção 3, pág. 106.

A CCT, através de sua Diretoria Regional de São Paulo Metropolitana, comunica o cancelamento da publicação da Dispensa de Licitação nº 12000129/2012, referente à locação de imóvel, Lamentina Ratinha Pereira e Outros, CDD Jardins Clímax/DR-SP/ML, valor global R\$510.000,00, publicada no D.O.U. em 23/04/12, seção 3, pág. 108.

WILSON MACHADO DE OLIVEIRA
Diretor

AVISOS DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12000023 - GERAD/DR-SP/ML

Objeto: Aquisição de bicicletas por meio do Sistema de Registro de Preços, conforme Edital e seus anexos. Download do edital no site <http://www.licitacoes.com.br> (ID desta licitação: 408513). O acolhimento das propostas no referido site dar-se-á a partir das 10h00min do dia 25/05/2012. Abertura das Propostas: 28/05/2012 às 08h30min. Índice de Desconto de Lanças: 0,9930min do dia 28/05/2012 (desconto de Brasília). Solicitações de esclarecimento acerca do edital deverão ser enviadas ao endereço eletrônico geradpregao@correios.com.br. No campo "assunto" mencionar PGE 12000023.

EDNA DE OLIVEIRA GUIMARÃES
Presidente

RESULTADOS DE HABILITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 4088/2011

Objeto: contratação da instalação e operação de Agências de Correios Franquizadas, sob o regime de Franquia Postal, mediante a seleção de pessoas jurídicas de direito privado, tendo como critério de julgamento a MELHOR PROPOSTA TÉCNICA, COM PREÇO FIXADO NO EDITAL, item 02. Empresa Habilitada: EQUIPE REG SERVIÇOS POSTAIS LTDA. Empresa Inabilitada: A SH ENT-PRÉCENDIMENTOS, PARTICIPAÇÕES E NEGÓCIOS LTDA.

PEDRO NERILDO DE MELLO
Presidente da Comissão Especial de Licitação

CONCORRÊNCIA Nº 4121/2011

Objeto: contratação da instalação e operação de Agências de Correios Franquizadas, sob o regime de Franquia Postal, mediante a seleção de pessoas jurídicas de direito privado, tendo como critério de julgamento a MELHOR PROPOSTA TÉCNICA, COM PREÇO FIXADO NO EDITAL, item 01. Empresa Habilitada: Anaral Nascimento e CIA Ltda.

CONCORRÊNCIA Nº 4120/2011

Objeto: contratação da instalação e operação de Agências de Correios Franquizadas, sob o regime de Franquia Postal, mediante a seleção de pessoas jurídicas de direito privado, tendo como critério de julgamento a MELHOR PROPOSTA TÉCNICA, COM PREÇO FIXADO NO EDITAL, item 01. Empresa Inabilitada: Le Jardin Comercio e Prestação de Serviços Ltda.

RONALDO DA SILVA CAVALCANTE
Presidente da Comissão Especial de Licitação

RESULTADO DE PROPOSTA TÉCNICA
CONCORRÊNCIA Nº 4089/2011

Objeto: contratação da instalação e operação de Agências de Correios Franquizadas, sob o regime de Franquia Postal, mediante a seleção de pessoas jurídicas de direito privado, tendo como critério de julgamento a melhor Proposta Técnica, com preço fixado no Edital, item 01. A empresa INTERCOPY ASSESSORIA E SERVIÇOS LTDA - LPP - CNPJ 06.659.301/0001-30 é a que apresentou a melhor proposta técnica, obtendo pontuação técnica final de 83 (oitenta e três) pontos, conforme a Votação de Verificação dos itens da Proposta Técnica.

LUIS ALBERTO PEREIRA FERREIRA
Presidente da Comissão Especial de Licitação

RETIFICAÇÃO

No Ato de Anulação publicado no D.O.U. nº 88, Seção 3, de 09/05/2012, página 122, onde se lê "AVISO DE RETIFICAÇÃO da CC 4064/2011, AVISO DE SUSPENSÃO das CC's 4088 e 4094/2011, RESULTADOS DE PROPOSTA TÉCNICA das CC's 4079/2011, 4081/2011, 4004/2011 e RESULTADOS DE HABILITAÇÃO das CC's 4086/2011, 4009/2011 e 4110/2011", leia-se "RESULTADO DE PROPOSTA TÉCNICA da CC 4064/2011 e RESULTADOS DE HABILITAÇÃO das CC's 4086/2011 e 4009/2011".

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

A Condição Geral de Regime Legal de Outorga no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista que a Rádio Analisa de Canavieiras Ltda., CNPJ nº 13.996.203/0001-87, não foi localizada no endereço de correspondência constante dos seus assentamentos cadastrais junto ao Ministério das Comunicações, (Rua General Pedreira, nº 56, CEP: 45.860-000, Canavieiras, Bahia), conforme o AR Postal nº RJ 925078425BR, devolvido em 23/04/2012, para receber o Ofício nº 1098/2012/CELO/DEOC/SCC-MC, datado de 10 de abril de 2012, contendo exigências a ser cumpridas para a completa instrução do Processo nº 5100028782/2011, que trata de Alteração Contratual, importante em transferência indireta da outorga NOTIFICADA, nos termos do § 4º do Artigo 26 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, a entidade, para que no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/notificacao.html>, pelo código 00032012051400730.

publicação deste Edital, providencie o cumprimento de tais exigências, procurando, para tanto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica - Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica - Ministério das Comunicações, Esplanada dos Ministérios - Bloco "R" - Edifício Anexo - 3º andar - Ala Oeste CEP: 70044-900 - Brasília D.F., salientando que o não cumprimento TOTAL das exigências constante de tal Ofício, no prazo acima estipulado, implicará no INDEFERIMENTO do pleno com o consequente arquivamento dos autos.

VANESSA BARBATO

DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO

AVISOS

A Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão, constituída pela Portaria MC nº 223, de 06 de junho de 2011, publicada no DOU de 07/06/2011, em conformidade com os Editais de Licitação, torna público que a sessão para abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços das Propostas classificadas, será realizada no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo Oeste, 1º andar, sala 132, Brasília/DF, de acordo com o indicado no quadro abaixo. Ficam convocados os participantes da licitação, bem como convidados e demais interessados para acompanhar os trabalhos.

Data da Sessão	Horário	Concorrência Nº CTEL/MC	Localidade	UF
21/05/2012	10h30	028/2010	Parauapebas	PA
		012/2010	São João del-Rei	MG

A Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão, constituída pela Portaria MC nº 223, de 06 de junho de 2011, publicada no DOU de 07/06/2011, em conformidade com os Editais de Licitação, torna público que a sessão para abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços das Propostas classificadas, será realizada no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo Oeste, 1º andar, sala 132, Brasília/DF, de acordo com o indicado no quadro abaixo. Ficam convocados os participantes da licitação, bem como convidados e demais interessados para acompanhar os trabalhos.

Data da Sessão	Horário	Concorrência Nº CTEL/SA	Localidade	UF
21/05/2012	10h30	001/2010	Campanário	SP
		012/2010	Chaparral	BA
		002/2010	Estância	BA
		003/2010	Estância	BA

A Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão, constituída pela Portaria MC nº 223, de 06 de junho de 2011, publicada no DOU de 07/06/2011, em conformidade com os Editais de Licitação, torna público que a sessão para abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços das Propostas classificadas, será realizada no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo Oeste, 1º andar, sala 132, Brasília/DF, de acordo com o indicado no quadro abaixo. Ficam convocados os participantes da licitação, bem como convidados e demais interessados para acompanhar os trabalhos.

Data da Sessão	Horário	Concorrência Nº CTEL/RS	Localidade	UF
24/05/2012	09h30	012/2010	São José	RS
		008/2010	Leopoldina	RS
		011/2010	Itapecuru	PA
		047/2009	Campanário	RS

BRASIL, 14 de maio de 2012

DENISE MENEZES DE OLIVEIRA

Presidente da Comissão

RESULTADOS DE JULGAMENTOS
CONCORRÊNCIAS

A Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão, constituída pela Portaria MC nº 223, de 06 de junho de 2011, publicada no DOU de 07/06/2011, em conformidade com o Edital de Licitação, torna público os resultados da pontuação das Propostas de Preços pela Outorga (PP) e do Valor Previsto (VP) atribuído a cada licitante das Concorrências conforme Anexos.

As notas dos processos estão disponíveis no Serviço de Atendimento ao Público, Ministério das Comunicações, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo Oeste, 2º andar, sala 213, obedecendo o teor do subitem 18.2 do Edital, Brasília/DF.

A contagem do prazo de cinco dias úteis, para a interposição de eventuais recursos, dar-se-á a partir desta publicação, conforme o subitem 18.2 do Edital, bem como nos termos da artigo 109, incisos I, alínea "b" e §5º e artigo 110, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

BRASIL, 14 de maio de 2012

DENISE MENEZES DE OLIVEIRA

Presidente da Comissão

ANEXO I

Concorrência nº 123/2001-SSR/MC, Localidade de ILHOTA, SC

Proposta Nº	Proprietário	Valor (R\$)	Preço	PP	V.P.
517/000261/02	Radiofones Comunicações Ltda.	205.500,00	FM	97,50	99,357
517/000263/02	Rádios Varal FM Ltda.	205.500,00	FM	97,94	99,754
517/000262/02	Radiofones Vale de Canavieiras Ltda.	25.500,00	FM	92,69	99,237
517/000267/02	Rádios Transfêr FM - Vale do Itajaí Ltda. - ME	42.000,00	FM	98,195	99,018

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nesta data anexei aos autos do processo de
nº 53000041092/010 documentação
a seguir constituída de 06 folhas,
que assim numerarei: 132, 137
Data: 24 / 05 / 2012
Nome: Vamos
Assinatura: [assinatura]



**ANEXO III
PROPOSTA TÉCNICA**

Edital Concorrência n.º 048/2010-CEL/MC

Localidade: LAGARTO UF: SERGIPE

Razão Social da Proponente: FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA.

CNPJ: 03.826.865/0001-08

Data: 27/07/2010

1. Programas jornalísticos, educativos e informativos:

Programas jornalísticos, educativos e informativos de caráter geral.	Tempo dos programas em minutos (T1)	(% T1) T1 x100/1440
	115,2 minutos	8%

2. Serviço noticioso:

Programas de serviço noticioso de caráter geral	Tempo dos programas em minutos (T2)	(% T2) T2 x100/1440
	115,2 minutos	8%

3. Programas culturais, artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga:

Programas culturais, artísticos e jornalísticos de caráter local.	Tempo dos programas em minutos (T3)	(% T3) T3 x100/1440
	115,2 minutos	8%

4. Prazo, em meses, para execução do serviço em caráter definitivo:

Prazo, em meses, para execução do serviço em caráter definitivo (T4).	Quantidade de meses (T4)
	9 meses

5. TOBIAS BARRETO, SE, 27 de julho de 2010.

MARCELLUS DE OLIVEIRA ALMEIDA
Sócio Administrador.



CONJUNTO 2 – PROPOSTA TÉCNICA
Edital da Concorrência n.º 048/2010 - CEL/MC
SERVIÇO DE RÁDIO-DIFUSÃO

Localidade de Prestação do Serviço: **LAGARTO - SERGIPE**

Razão Social da Proponente: **FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS
LTDA.**

CONTEÚDO

Conjunto 2:
PROPOSTA TÉCNICA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE
SERVIÇOS DE RÁDIO DIFUSÃO



ATA DE REUNIÃO Nº 049/2012

**SESSÃO DE ABERTURA DE INVÓLUCRO(S) E JULGAMENTO DE PROPOSTA(S)
TÉCNICA(S)**

CONCORRÊNCIA Nº 048/2010-CEL/MC

SERVIÇO: (FM) – CANAL: 230 - CLASSE: C – GRUPO: A

LOCALIDADE: LAGARTO/SE

Em, 24 (vinte e quatro) dias do mês de maio de 2012, quinta-feira, às 09h:30 (nove horas e trinta minutos), na sala de Reunião da Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão - CPLR/DEOC/SCE-MC, situada na Esplanada dos Ministérios, Bloco "R", Ala Oeste, sala 132, primeiro andar do Edifício Anexo do Ministério das Comunicações, Via N-2, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniu-se a Comissão, instituída por meio da Portaria MC nº 223, de 06/06/2011, publicada no DOU de 07/06/2011, e suas alterações, com a participação de sua Presidente, Denise Menezes de Oliveira, Vice-Presidente, Álvaro Augusto de Souza Neto e do membro permanente Carlos Alberto Martins Gold Júnior, com o objetivo de realizar a **abertura dos invólucros contendo as propostas técnicas das proponentes habilitadas na concorrência nº 048/2010-CEL/MC**, que visa à outorga de permissão para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada (FM), na localidade de: **LAGARTO/SE**, conforme publicação no DOU de 14 de maio de 2012, Seção "3", Número 92, Página 130, sendo desenvolvidas as atividades a seguir: (1) Assinatura das listas de presença das proponentes e do público que serão anexadas a presente Ata. (2) Conferência do malote de cor verde do tipo *snapsel* lacrado sob o nº 0008364, sendo constatada a sua integridade. (3) Abertura do malote e conferência do envelope tipo *starlock* de nº 4582370, constatada sua integridade. (4) Abertura do envelope plástico citado e conferência dos invólucros contendo as propostas técnicas dos licitantes; sendo constatada a sua integridade de todos eles. (5) Foram disponibilizados para verificação os envelopes constantes da presente abertura, não ficando registrado nenhuma irregularidade. (6) Abertura dos invólucros lacrados contendo as propostas técnicas da(s) seguintes empresa(s): – FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA., Processo nº 53000.041092/10; NOVA SERGIPE COMUNICAÇÃO LTDA., Processo nº 53000.041090/10; OBA FM SOCIEDADE LTDA., Processo nº 53000.041093/10; RÁDIO CANAÃ FM LTDA., Processo nº 53000.041095/10; REDE ILHA DE COMUNICAÇÃO LTDA., Processo nº 53000.041091/10; SISTEMA DE COMUNICAÇÕES DE RÁDIO AM/FM E TV LTDA., Processo nº 53000.041094/10; SISTEMA MAIOR DE RÁDIO DIFUSÃO LTDA., Processo nº 53000.041096/10; SISTEMA MUNDIAL DE COMUNICAÇÃO LTDA.-ME, Processo nº 53000.041088/10; VITÓRIA EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO DE SONS E IMAGENS LTDA., Processo nº 53000.041087/10. (7) Apuração e registro em planilha eletrônica dos itens constantes das propostas técnicas sendo obtidas as pontuações conforme segue: – FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA., 100.00000 pontos; NOVA SERGIPE COMUNICAÇÃO LTDA., 100.00000 pontos; OBA FM SOCIEDADE LTDA., 100.00000 pontos; RÁDIO CANAÃ FM LTDA., 100.00000 pontos; REDE ILHA DE COMUNICAÇÃO LTDA.,

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE
SERVIÇOS DE RÁDIO DIFUSÃO

100.00000 pontos; SISTEMA DE COMUNICAÇÕES DE RÁDIO AM/FM E TV LTDA., 100.00000 pontos; SISTEMA MAIOR DE RÁDIO DIFUSÃO LTDA., 100.00000 pontos; SISTEMA MUNDIAL DE COMUNICAÇÃO LTDA.-ME, 100.00000 pontos; VITÓRIA EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO DE SONS E IMAGENS LTDA., 100.00000 pontos. (8) A documentação foi rubricada por todos os membros da Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão e público presente. (9) A Sra. Presidente determinou que fossem registradas em ata as seguintes observações/intercorrências: a) O malote de cor verde do tipo *snapseal* foi novamente lacrado sob o nº 0009167. (10) Impressão, leitura e aprovação dos documentos denominados "**Resultados das Propostas Técnicas**" - que seguem em anexo, que apontam as pontuações das propostas técnicas constantes da presente abertura. Nada mais havendo à acrescentar, a Presidente deu por encerrada a presente sessão as 10h:21 (dez horas e vinte e um minutos), sendo lavrada a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pela Presidente, Vice-Presidente e membro Permanente da Comissão.


DENISE MENEZES DE OLIVEIRA

Presidente


ÁLVARO AUGUSTO DE SOUZA NETO

Vice-Presidente


CARLOS ALBERTO MARTINS GOLD JÚNIOR

Membro permanente



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
CONCORRÊNCIA Nº 048/2010-CEL/MC

SESSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTA(S) TÉCNICA(S)

LISTA DE PRESENÇA DAS PROPONENTES

FOLHA(S) 01/01

DATA: 24/05/2012

SERVIÇO : FREQUÊNCIA MODULADA (FM)

LOCALIDADE : LAGARTO/SE

Razão Social da Proponente	Nome do representante legal ou Procurador	Assinatura	Rubrica	RG nº/UF	Cargo
INTERMUN. CEM. LAGARTO	ALEXANDRE ANTUNES JR 27			22.105	Sócio/Acionista () Procurador (X)
					Sócio/Acionista () Procurador ()
					Sócio/Acionista () Procurador ()
					Sócio/Acionista () Procurador ()
					Sócio/Acionista () Procurador ()
					Sócio/Acionista () Procurador ()
					Sócio/Acionista () Procurador ()





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE SERVIÇOS DE RÁDIO-DIFUSÃO
CONCORRÊNCIA Nº 048/2010-CEL/MC

SESSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTA(S) TÉCNICA(S)

- LISTA DE PRESENÇA DO PÚBLICO -

FOLHA(S) 01/01

DATA: 24/05/2012

SERVIÇO : FREQUÊNCIA MODULADA (FM)

LOCALIDADE : LAGARTO/SE

Nome	RG nº/UF	Rubrica
LUIZ ROJA DOS REIS	8.232.055-X	
MÁRIO CÉSAR DEGRIZIA BARBOSA. CI/RG 231711-DF.	132.817-5P	
Rita de Cássia Faus Coppe	132.817-5P	

Modelo de lista de presença de público.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO

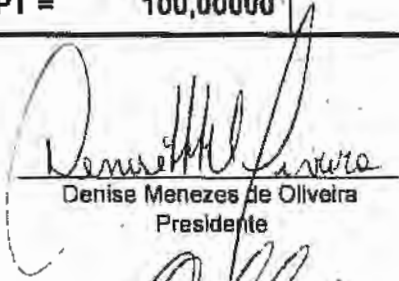
RESULTADO DA PROPOSTA TÉCNICA

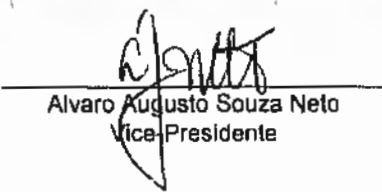
Processo	53000.041092/2010-24		
Proponente	FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA.		
Concorrência	048/2010	Local : LAGARTO	UF : SE
Serviço	FM	Grupo de Enquadramento : A	

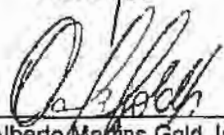
	Min	%	Condição
Programas jornalísticos, educativos e informativos (ANEXO V, item 1))	115,200	8,00000	5% ≤ T1 ≤ 8%
Programas de serviços noticiosos (ANEXO V, item 2)	115,200	8,00000	5% ≤ T2 ≤ 8%
Programas culturais, artísticos e jornalísticos gerados na localidade (ANEXO V, item 3)	115,200	8,00000	5% ≤ T3 ≤ 8%
Prazo em meses para iniciar a execução do serviço em caráter definitivo (ANEXO V, item 4)	9		9 ≤ T4 ≤ 36

P1 = 15,00000
P2 = 15,00000
P3 = 30,00000
P4 = 40,00000
PT = 100,00000

CLASSIFICADA


Denise Menezes de Oliveira
Presidente


Alvaro Augusto Souza Neto
Vice-Presidente


Carlos Alberto Martins Gold Júnior
Membro Permanente

Nesta data foram por 04/09/10 do processo de
nº S3000 a seguir construído: 138 139 139
que assim numerai: 138 139 139
Data 25 5 12
Nome: Procurador
Assinatura: [assinatura]



DIRETORIA REGIONAL EM SÃO PAULO INTERIOR

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato 193/11: Data da Assinatura 09/05/2012, Contratada 08.773.987/0001-99 - E.A.R. CONSTRUÇÕES E INSTALAÇÕES LTDA - EPP. Objeto: "Obra de Reforma, Ampliação e Climatização do imóvel que Abriga a At. Detecção". Vigência a partir da sua assinatura limitada à vigência do contrato original. Valor da adição: R\$ 21.322,46. Total global: R\$ 719.632,07. Prazo prorrogando 30 dias corridos. Prazo total de execução do objeto até 210 dias corridos.

RESULTADOS DE JULGAMENTOS
CONCORRÊNCIA Nº 3015/2011 - ITEM III

Objeto: contratação da instalação e operação de Agências de Correios Franquias, sob o regime de Franquia Postal, mediante a seleção de pessoas jurídicas de direito privado, tendo como critério de julgamento a melhor Proposta Técnica, com preço fixado na Edital, Item 01 - A empresa MORGADO & LEÃO LTDA - EPP, CNPJ nº 06.199.363.0001-31, única classificada, apresentou proposta técnica obedecendo a pontuação técnica final de 83 pontos, confrontados conforme subitem 6.3, inciso IX, da edital. Os autos do processo estão encaminhados à consulta por parte dos interessados, no endereço: Rua Antônio Cíntia Junior, 3-11, Jd. Cruzeiro do Sul, Barueri-SP.

CONCORRÊNCIA Nº 3015/2011 - ITEM III

Objeto: contratação da instalação e operação de Agências de Correios Franquias, sob o regime de Franquia Postal, mediante a seleção de pessoas jurídicas de direito privado, tendo como critério de julgamento a melhor Proposta Técnica, com preço fixado na Edital, Item 01 - A empresa STELZER & ROCHA LTDA EPP, CNPJ nº 00.210.190/0001-89, foi desclassificada, pois deixou de atender ao previsto na Edital, Anexo 5, item 7.1, inciso I, alínea "b". Isso é, não apresentou certidão da matrícula atualizada do imóvel principal junto ao Cartório Registro de Imóveis. Respeitado o prazo de recurso, fica marcada para 18/06/2012, às 10:30h a reunião para apresentação da documentação, encaminhada da causa que determinou a desclassificação, considerando os subitem 6.1, b e 10.1 da edital. Os autos do processo estão encaminhados à consulta por parte dos interessados, no endereço: Rua Antônio Cíntia Junior, 3-11, Jd. Cruzeiro do Sul, Barueri-SP.

ROSE APARECIDA LOPES DOS SANTOS
Presidente da CLE

DIRETORIA REGIONAL EM SÃO PAULO
METROPOLITANA

EXTRATOS DE INSTRUMENTOS CONTRATAIS

Contrato - Nº 9912294327/2012 Objeto: contratação da instalação e operação de Agências de Correios Franquias, sob o regime de Franquia Postal, mediante a seleção de pessoas jurídicas de direito privado, na Região de Atendimento 09, Contratada: PAULA FERREIRA COMERCIAL LTDA - Data da Assinatura: 15/05/2012. Vigência: 15/05/2012 a 15/05/2022. Taxa Inicial de Franquia: R\$11.000,00. Origem: CONCORRÊNCIA Nº 0004/09/2011, item licitado 01.

Contrato - Nº 9912294305/2012 Objeto: contratação da instalação e operação de Agências de Correios Franquias, sob o regime de Franquia Postal, mediante a seleção de pessoas jurídicas de direito privado, na Região de Atendimento 04, Contratada: RIBC E MAIL REPRESENTAÇÕES LTDA - Data da Assinatura: 16/05/2012. Vigência: 16/05/2012 a 16/05/2022. Taxa Inicial de Franquia: R\$11.000,00. Origem: CONCORRÊNCIA Nº 0004/13/2011, item licitado 02.

Contrato - Nº 9912293519/2012 Objeto: contratação da instalação e operação de Agências de Correios Franquias, sob o regime de Franquia Postal, mediante a seleção de pessoas jurídicas de direito privado, na Região de Atendimento 09, Contratada: BENEFIAS & BENEFAS LTDA-EPP, Data da Assinatura: 15/05/2012. Vigência: 09/05/2012 a 09/05/2022. Taxa Inicial de Franquia: R\$11.000,00. Origem: CONCORRÊNCIA Nº 0004/13/2011, item licitado 01.

Contrato - Nº 9912294478/2012 Objeto: contratação da instalação e operação de Agências de Correios Franquias, sob o regime de Franquia Postal, mediante a seleção de pessoas jurídicas de direito privado, na Região de Atendimento 08-SPM/REG-09-SANTO ANDRÉ, Contratada: ACLK SERVIÇOS PUSTAIS LTDA - Data da Assinatura: 17/05/2012. Vigência: 17/05/2012 a 17/05/2022. Taxa Inicial de Franquia: R\$11.000,00. Origem: CONCORRÊNCIA Nº 0004/13/2011, item licitado 01.

Contrato - Nº 9912294455/2012 Objeto: contratação da instalação e operação de Agências de Correios Franquias, sob o regime de Franquia Postal, mediante a seleção de pessoas jurídicas de direito privado, na Região de Atendimento 10, Contratada: GTIPRAIA GRANDE LTDA EPP, Data da Assinatura: 18/05/2012. Vigência: 18/05/2012 a 18/05/2022. Taxa Inicial de Franquia: R\$11.000,00. Origem: CONCORRÊNCIA Nº 0004/15/2011, item licitado 01.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/visualizar/veiw>, pelo código 00032012052500133.

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO
ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGAS DE SERVIÇOS
DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO

AVISO

A Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão, constituída pela Portaria MC nº 223, de 06 de junho de 2011, publicada no DOU de 07/06/2011, por força do disposto no art. 44, da Lei nº 9.794/1999, convoca a(s) licitante(s) TEARA RONA PARANÁ FM LTDA, vencedora da Concorrência 122/2001 -

AVISO

A Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão, nos termos da Portaria MC nº 223, de 06 de junho de 2011, publicada no DOU de 07/06/2011, em conformidade com a Edital(s) de Licitação, torna público, por meio deste Aviso, os resultados da pontuação das Propostas Técnicas das licitantes habilitadas conforme Anexos. Os autos do(s) processo(s) estarão disponíveis no Serviço de Atendimento ao Público, Ministério das Comunicações, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo Oeste, 2º andar, sala 213, obedecendo ao teor do item 19.2 da edital, Brasília/DF. Os eventuais recursos deverão ser protocolados no Protocolo Geral deste Ministério, sendo que a contagem do prazo de cinco dias úteis terá início a partir do primeiro dia útil seguinte à presente publicação, nos termos dos artigos 109, inciso I, alínea "b" e 110, §5º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e subitem 18.2 da Edital.

DENISE MENEZES DE OLIVEIRA
Presidente da CLE

Concorrência nº 1/2010-CEL/MC, Localidade de Camapuã/SP.

Proprietários	Serviço	Nº do Processo	P. Tc.	Resultado
UBR Comunicação Ltda.	TV	33000.019198/10	100,00000	CLASSIFICADA
Central Sistema de Prestação de Serviços Ltda.	TV	33000.019201/10	100,00000	CLASSIFICADA
NSV Sistema de Comunicação Ltda.	TV	33000.019202/10	100,00000	CLASSIFICADA
OCAR Comunicação Jucelma Ltda.	TV	33000.019203/10	100,00000	CLASSIFICADA
Televisão Fala Ltda.	TV	33000.019199/10	100,00000	CLASSIFICADA

Concorrência nº 12/2010-CEL/MC, Localidade de Chapungua/RO

Proprietários	Serviço	Nº do Processo	P. Tc.	Resultado
Empresa de Radiodifusão Conquista Ltda.	TV	33000.021965/10	100,00000	CLASSIFICADA
Organização Leps A. Bani de Comunicação Ltda.	TV	33000.021966/10	100,00000	CLASSIFICADA
Rádio Sistema de Comunicação Ltda.	TV	33000.021967/10	100,00000	CLASSIFICADA

Concorrência nº 4/2009-CEL/MC, Localidade de Cuiabá/MT.

Proprietários	Serviço	Nº do Processo	P. Tc.	Resultado
Zavon Comunicações e Publicidade Ltda.	FM	33000.057139/09	100,00000	CLASSIFICADA
Rádio Impul Norte Ltda.	FM	33000.057130/09	100,00000	CLASSIFICADA
Nossa Rádio de Jurema FM Ltda.	FM	33000.057148/09	100,00000	DECLASSIFICADA
Prometeis Maternidade de Comunicação Ltda.	FM	33000.057151/09	100,00000	CLASSIFICADA

Concorrência nº 6/2009-CEL/MC, Localidade de Cuiabá/MT.

Proprietários	Serviço	Nº do Processo	P. Tc.	Resultado
Total - Comunicação Publicidade e Produção Artística Ltda.	FM	33000.002239/10	100,00000	CLASSIFICADA
Sistema Norte com de Comunicações Ltda.	FM	33000.002238/10	100,00000	CLASSIFICADA
Rádiodifusão Londrinense Ltda.	FM	33000.002237/10	78,97707	CLASSIFICADA
Rádio Arcoíris FM Ltda.	FM	33000.002236/10	100,00000	CLASSIFICADA
TV Servício de Comunicação Ltda.	FM	33000.002235/10	100,00000	CLASSIFICADA
Nossa Rádio de Jurema FM Ltda.	FM	33000.002234/10	100,00000	CLASSIFICADA

A Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão, nos termos da Portaria MC nº 223, de 06 de junho de 2011, publicada no DOU de 07/06/2011, em conformidade com a Edital(s) de Licitação, torna público, por meio deste Aviso, os resultados da pontuação das Propostas Técnicas das licitantes habilitadas conforme Anexos.

Os autos do(s) processo(s) estarão disponíveis no Serviço de Atendimento ao Público, Ministério das Comunicações, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo Oeste, 2º andar, sala 213, obedecendo ao teor do item 19.2 da edital, Brasília/DF. Os eventuais recursos deverão ser protocolados no Protocolo Geral deste Ministério, sendo que a contagem do prazo de cinco dias úteis terá início a partir do primeiro dia útil seguinte à presente publicação, nos termos dos artigos 109, inciso I, alínea "b" e 110, §5º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e subitem 18.2 da Edital.

Concorrência nº 13/2010-CEL/MC, Localidade de São Borja/RS.

Proprietários	Serviço	Nº do Processo	P. Tc.	Resultado
Empresa de Radiodifusão Conquista Ltda.	TV	33000.022043/10	100,00000	CLASSIFICADA
Nativa Radiodifusão Ltda.	TV	33000.022044/10	100,00000	CLASSIFICADA
NSV Sistema de Comunicação Ltda.	TV	33000.022045/10	100,00000	CLASSIFICADA
Rádio e Televisão RBL Ltda.	TV	33000.022042/10	100,00000	CLASSIFICADA
Rádio Brasil de Radiodifusão Limitada.	TV	33000.022041/10	100,00000	CLASSIFICADA
Rádio A. Bani de Comunicação Ltda.	TV	33000.022040/10	100,00000	CLASSIFICADA
SP Serviços de Comunicação Ltda-MT	TV	33000.022039/10	100,00000	CLASSIFICADA

Concorrência nº 47/2009-CEL/MC, Localidade de Cuiabá/MT.

Proprietários	Serviço	Nº do Processo	P. Tc.	Resultado
Rádio Noroeste FM Ltda.	FM	33000.010680/10	100,00000	CLASSIFICADA
TV Sistema de Comunicação do Vale Ltda.	FM	33000.010679/10	100,00000	CLASSIFICADA
TV R. Comunicações Ltda.	FM	33000.010678/10	100,00000	CLASSIFICADA
Alcira Comunicação Ltda.	FM	33000.010681/10	100,00000	CLASSIFICADA

Concorrência nº 48/2010-CEL/MC, Localidade de Lagarto/SE.

Proprietários	Serviço	Nº do Processo	P. Tc.	Resultado
Vidreia Empresa de Radiodifusão de Sons e Imagens Ltda.	FM	33000.041697/10	100,00000	CLASSIFICADA
Sistema Mundial de Comunicação Ltda.	FM	33000.041698/10	100,00000	CLASSIFICADA

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/04/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério das Relações Exteriores - CTR
Hls 139
Assinatura



134

ISSN 1677-7069

Diário Oficial da União - Seção 3

Nº 101, sexta-feira, 25 de maio de 2012

Sistema Major de Radiodifusão Ltda.	FM	53000.941099/10	100.00000	CLASSIFICADA
Sistema de Comunicação de Rádio AM-FM e TV Ltda.	FM	53000.941099/10	100.00000	CLASSIFICADA
Rede Brasileira de Radiodifusão Ltda.	FM	53000.941099/10	100.00000	CLASSIFICADA
Rádio Lupa Ltda.	FM	53000.941099/10	100.00000	CLASSIFICADA
QBA FM Sociedade Ltda.	FM	53000.941099/10	100.00000	CLASSIFICADA
Nova Sênica de Comunicação Ltda.	FM	53000.941099/10	100.00000	CLASSIFICADA
FM Tómas Garcia Almeida Reis Ltda.	FM	53000.941099/10	100.00000	CLASSIFICADA

Concorrência nº 51 2010-CL/ML, Localidade de Bom Jesus/PI

Proprietários	Serviço	Nº do Processo	P. Vig.	Resultado
P. & O Sistema de Comunicações Ltda.	FM	53000.941099/10	100.00000	CLASSIFICADA
Extrema e Toca Ltda.	FM	53000.941099/10	100.00000	CLASSIFICADA
QBA FM Sociedade Ltda.	FM	53000.941099/10	100.00000	CLASSIFICADA
Vitoria Empresa de Radiodifusão de Sons e Imagens Ltda.	FM	53000.941099/10	100.00000	CLASSIFICADA

A Comissão Permanente de Licitação de Serviço de Radiodifusão, constituída pela Portaria MC nº 223, de 06 de junho de 2011, publicada no DOU de 07/06/2011, em conformidade com o Edital de Licitação, torna público os resultados da prestação das Propostas de Peças pela Outorga (PP) e do Valor Fundado (VP) atribuído a cada licitante da(s) Concorrência(s) conforme Anexos.

Os autos desta licitação encontram-se disponíveis no Serviço de Atendimento ao Público, Ministério das Comunicações, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo Oeste, 2º andar, sala 213, obedecendo ao teor do item 13.6.1 do edital, Brasília/DF.

Eventuais manifestações deverão ser protocolizadas no Protocolo Geral deste Ministério sendo que o contagem do prazo terá início a partir do primeiro dia útil seguinte à presente publicação, no teor do item 13.2 do edital, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da presente publicação.

Concorrência nº 15 2010-CL/ML, Localidade de Rio do Sul/SC

Processo Nº	Proprietário	Valor Ofertado	Serviço	PP	VP
53000.024337/2010	Televisão Alamar Ltda.	R\$ 17.333.333,66	TV	97,36164	98,68082
53000.024340/2010	Rede Brasil de Radiodifusão Ltda.	R\$ 14.340.000,00	TV	96,81090	98,40525
53000.024338/2010	Guarani Radiodifusão Ltda.	R\$ 11.950.000,00	TV	96,72175	98,36087
53000.024335/2010	Rádio e Televisão RBC Ltda.	R\$ 13.048.000,00	TV	96,49512	98,24356
53000.024349/2010	Marina Fayad Radiodifusão Ltda.	R\$ 10.502.000,00	TV	95,24343	97,82272
53000.024341/2010	RBA Participações Ltda.	R\$ 8.502.000,00	TV	94,62107	97,31054
53000.024346/2010	MMA Comunicações Ltda.	R\$ 5.287.000,00	TV	91,35017	95,67509
53000.024316/2010	Sistema Adrenal de Comunicação Ltda.	R\$ 4.777.000,00	TV	90,43670	95,21335
53000.024340/2010	NSTV Sistema de Comunicação Ltda.	R\$ 4.335.000,00	TV	89,45621	94,71310
53000.024313/2010	Televisão Nova Sécua Ltda.	R\$ 4.213.000,00	TV	89,15036	94,49813
53000.024339/2010	Link Sociedade de Rádio Ltda.	R\$ 3.192.400,00	TV	86,35851	93,79227
53000.024343/2010	TV LapaLapa Ltda.	R\$ 3.002.000,00	TV	85,71779	93,58589
53000.024347/2010	Empresa de Radiodifusão Tijuca FM Ltda. LFP	R\$ 3.000.000,00	TV	84,75612	92,17806
53000.024334/2010	Empresa de Radiodifusão Conquista Ltda.	R\$ 1.400.000,00	TV	67,33454	83,66727

Concorrência nº 20 2010-CL/ML, Localidade de Paranaíba/SP

Processo Nº	Proprietário	Valor Ofertado	Serviço	PP	VP
53000.024104/2010	Ola FM Sociedade Ltda.	R\$ 364.000,00	FM	87,92366	98,70247
53000.024107/2010	Empresa de Radiodifusão Conquista Ltda.	R\$ 210.000,00	FM	79,06941	97,90694

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S/A

EXTRATO DO TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato de Cessão de Uso da Infraestrutura do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica e de Fibras Ópticas (Data de Assinatura: 29/03/2012).

Partes: Contrata Eletricidade do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE; CNPJ: 08.357.038/0001-16.

Intervenientes: Contrata Eletricidade Brasileira S/A - ELETRONORTE; CNPJ: 08.080.104/0001-01.

Objeto: Alterações nas cláusulas contratuais.

Signatários: p/ Telebras-Carol Lora Bordin Rodrigues (Presidente) e Rogério Bruna (Diretor Comercial); p/ ELETRONORTE-Josias Matos de Araújo (Diretor Presidente) e Aulimar Palacci (Diretor de Planejamento e Engenharia); p/ ELETRONORTE-Josias Matos de Araújo (Presidente) e Valter Luiz Cardini (Diretor de Suporte e Gerência).

EXTRATO DO TERMO DE AJUSTE

Primeiro Termo de Ajuste ao Acordo de Cooperação Técnica nº 1000-012/2011.

Data de Assinatura: 29/03/2012.

Partes: Contrata Eletricidade do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE; CNPJ: 08.357.038/0001-16.

Objeto: Cessão de capacidade entre os PARTÍCIPES de forma a garantir a integração de suas redes de telecomunicações.

Signatários: p/ Telebras-Carol Lora Bordin Rodrigues (Presidente) e Brainer Tarragó Moura Neto (Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com os Investidores); p/ ELETRONORTE-Josias Matos de Araújo (Diretor Presidente) e Aulimar Palacci (Diretor de Planejamento e Engenharia).

ATO DE LICITAÇÃO

PRPG/01 Nº 19/2012 - CPMG 925150

Nº Processo: 149/2012.

Objeto: Projeto Eletrônico - Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados na área de Tecnologia da Informação a serem executados em conformidade com as diretrizes, políticas, procedimentos e especificações técnicas estabelecidas pela TELEBRAS, de forma a prover a capacidade organizacional para

operacionalizar os serviços de TI e atender às necessidades tecnológicas das unidades da Organização. A Contratação dos serviços está dividida em 3 (três) itens e 1 (um) Grupo/Item, de acordo com as especificações e condições constantes do Edital e seus anexos. Total de itens licitados: 00000. Edital: 25/05/2012 de 08h00 às 12h00 e de 14h às 17h45. Endereço: Setor Quadra 09, Bloco B, Sala 301 305 - Edifício Parque Cidades Corporate Asa Sul BRASÍLIA - DF. Entrega das Propostas a partir de 25/05/2012 às 08h00 no site www.compras.gov.br. Abertura das Propostas: 31/06/2012 às 10h00 no site www.compras.gov.br.

KARINA MARIANA MARRA
Coordenadora de Compras

(SIDEC - 24/05/2012) 925149-02/2012-NE000000

Ministério das Relações Exteriores

EMBAIXADA DO BRASIL EM QUITO

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Convênio Nº 001/2012, que entre si celebram a República Federativa do Brasil, representada pela Embaixada do Brasil em Quito, e o Instituto Brasileiro-Quariano de Cultura (IBEC). Objeto: Execução de programas, projetos e eventos de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação entre a Embaixada do Brasil em Quito e o IBEC, com vista a difundir o ensino de idiomas português em sua variante brasileira, divulgar a cultura e as artes brasileiras, promover e divulgar estudos e pesquisas sobre a cultura do Brasil e preservar as tradições e divulgar a História do Brasil. Recursos: Os recursos a serem transferidos pela Embaixada do Brasil em Quito serão no valor de US\$ 228.796,63 (duzentos e vinte e oito mil e setecentos e noventa e seis dólares americanos e sessenta e três centavos) sendo US\$ 117.405,19 (cento e dezessete mil, cento e sessenta e cinco dólares americanos e dezessete centavos) para o exercício de 2012. Nota de Empenho 2012/001/589, e US\$ 111.391,44 (cento e onze mil, trezentos e noventa e um dólares americanos e quarenta e quatro centavos) para o exercício de 2013. A Nota de Empenho e seu anexo operacionalizantes. Vigência: O presente Convênio vigorará, a contar da data de sua assinatura, até o dia 31 de novembro de 2013. Data de as-

sinatura: 01 de maio de 2012. Signatários: Fernando Simas Magalhães, Embaixador do Brasil em Quito (Identidade nº 5114 (MRE)) e Renê Figueiredo Ganga, Diretor-Executivo do IBEC, Identidade Nº 403895637 (SSP-RS).

SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES SUBSECRETARIA-GERAL DE COOPERAÇÃO, CULTURA E PROMOÇÃO COMERCIAL DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO COMERCIAL E INVESTIMENTOS

EXTRATOS DE CONTRATOS

CONSULTOR POR PRODUTO
PROJETO BRA/07/017
Contrato nº 2012/000384-80, firmado no dia 23 de abril de 2012, entre o Projeto PNUD BRA/07/017, como CONTRATANTE e AVR-TON CARLOS DE SOUZA MAIA, como CONTRATADO, residente e domiciliado em Brasília - DF - Brasil, portador do CPF 19.086.731-00. Objeto do contrato: Consultor especializado em assuntos de comércio exterior, com sólida experiência em uso de ferramentas de inteligência comercial e em levantamento de dados e análise conjuntural ou setorial de informações, com vistas à elaboração de levantamentos específicos e à elaboração de estudos analíticos ou prospectivos, da perspectiva dos interesses comerciais brasileiros, em países considerados estratégicos. Vigência do contrato: 23 de abril a 31 de agosto de 2012.

CONSULTOR POR PRODUTO
PROJETO BRA/07/017
Contrato nº 2012/000392, firmado no dia 24 de abril de 2012, entre o Projeto PNUD BRA/07/017, como CONTRATANTE e MARIA LUCIA REZENDE LARAIA, como CONTRATADO, residente e domiciliado em Brasília - DF - Brasil, portador do CPF 11.916.181-30. Objeto do contrato: Consultor especializado em assuntos de comércio exterior, com experiência em promoção comercial e particularmente na área de feiras e exposições no Brasil e no exterior. Vigência do contrato: 24 de abril a 31 de agosto de 2012.

CONSULTOR POR PRODUTO
PROJETO BRA/07/017
Contrato nº 2012/000394, firmado no dia 24 de abril de 2012, entre o Projeto PNUD BRA/07/017, como CONTRATANTE e LIVIA MACHADO CARBONELL, como CONTRATADO, residente e domiciliado em Brasília - DF - Brasil, portador do CPF 06.908.999-79. Objeto do contrato: Consultor de Consultor Júnior com experiência em comércio exterior e promoção de investimentos para levantamento de informações, elaboração de estudos e bases de dados a serem desenvolvidas para promover a internacionalização de empresas brasileiras e a atração de investimentos diretos estrangeiros. Vigência do contrato: 24 de abril a 31 de agosto de 2012.

CONSULTOR POR PRODUTO
PROJETO BRA/07/017
Contrato nº 2012/000391, firmado no dia 24 de abril de 2012, entre o Projeto PNUD BRA/07/017, como CONTRATANTE e LAURA NEBRE VELOSO, como CONTRATADO, residente e domiciliado em Brasília - DF - Brasil, portador do CPF 643.332.349-15. Objeto do contrato: Contratação de consultor especializado em assuntos de comércio exterior com experiência em promoção comercial para a elaboração de estudos na área de inteligência comercial. Vigência do contrato: 24 de abril a 31 de agosto de 2012.

CONSULTOR POR PRODUTO
PROJETO BRA/07/017
Contrato nº 2012/000385, firmado no dia 23 de abril de 2012, entre o Projeto PNUD BRA/07/017, como CONTRATANTE e RENATO SOUZA AMARAL, como CONTRATADO, residente e domiciliado em Brasília - DF - Brasil, portador do CPF 132.270.511-10. Objeto do contrato: Contratação de consultor especializado para a produção de levantamento, compilação e análise de dados relativos ao acompanhamento do comércio exterior brasileiro e internacional com o propósito de produção de subsídios relativos ao comércio exterior brasileiro com vistas a preparar estudos utilizados pelo DPR/MRE. Vigência do contrato: 23 de abril a 31 de agosto de 2012.

CONSULTOR POR PRODUTO
PROJETO BRA/07/017
Contrato nº 2012/000385, firmado no dia 23 de abril de 2012, entre o Projeto PNUD BRA/07/017, como CONTRATANTE e EDMA LUCIA FRAZÃO DE ASSIS, como CONTRATADO, residente e domiciliado em Brasília - DF - Brasil, portador do CPF 183.465.981-00. Objeto do contrato: Contratação de consultor especializado em assuntos de comércio exterior com experiência em levantamento e análise de dados comerciais para a elaboração de estudos de inteligência comercial. Vigência do contrato: 23 de abril a 31 de agosto de 2012.

SUBSECRETARIA-GERAL DO SERVIÇO EXTERIOR COMITÊ NACIONAL DE ORGANIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 10/2012 - CNO

Processo: 09248/00001/2012-7. Contratante: Comitê Nacional de Organização da Conferência Rio+20. Contratado: A & T EVENTOS E PROMOÇÕES LTDA. CNPJ 26.497.800/0001-51. Objeto: Prestação de

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/assessoria/assessoria>, pelo código 00032012052500134.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nesta data anexei aos autos do processo de
nº 53000041092/010 documentação
a seguir constituída de 01 folhas,
que assim numerel: 140,
Data: 25.06.2012
Nome: Vanna
Assinatura: Ø

EM BRANCO



Objeto: Comunicar em complemento à publicação "RESULTADOS DE PROPOSTAS TÉCNICAS" das CONCORRÊNCIAS Nºs 4102/2011 e 4122/2011 ocorridas no DOU Nº 119, Seção 3 de 21 de junho de 2012, página 98, que deverá constar a assinatura de RONALDO DA SILVA CAVALCANTE, Presidente da Comissão Especial de Licitação.

DIRETORIA REGIONAL EM SERGIPE

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12000008/2012

OBJETO: Contratação de prestação de serviços de telefonia para a CECT/DA/SE. Lote 1 (Telefonia fixa longa distância nacional e internacional), Lote 2 (Telefonia fixa local - FADN), Lote 3 (Telefonia fixa local - Dando fôlego), Lote 4 (Telefonia fixa - Interligação entre PABXs), homologados à empresa Telemar Norte Leste Ltda, CNPJ 33.000.118/0001-79, com um valor total de R\$ 328.135,96 (trezentos e vinte e oito mil, cento e trinta e cinco reais e noventa e seis centavos) Lote 3 (Telefonia fixa local - Linhas diretas) restos fracionados.

ROSE CARLOS REZENDE
Presidente

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE SERVIÇOS DE RÁDIO-DIFUSÃO

AVISO

A Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão, constituída pela Portaria MC nº 223, de 06 de junho de 2011, publicada no DOU de 07/06/2011, em conformidade com o(s) Edital(s), torna pública que a sessão para abertura das propostas contendo as Propostas de Preços das Propostas Classificadas, será realizada no seguinte endereço: Edifício das Ministérios, Bloco R, Anexo Oeste, 1º andar, sala 132, Brasília/DF, de acordo com o índice no quadro abaixo. Ficam convocados os participantes da licitação, bem como convidados demais interessados para acompanhar os trabalhos.

Data da Reunião	Horário	Concorrência	Nº	Localidade	UF
28/06/2012	10h00	051/2011	Dom. Jesus	PA	
	14h30	006/2009	Condado	BA	
		048/2009	Cavaliando	RS	
		048/2009	Legado	SE	

A Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão, constituída pela Portaria MC nº 223, de 06 de junho de 2011, publicada no DOU de 07/06/2011, em conformidade com o(s) Edital(s), torna pública que a sessão para abertura das propostas contendo o(s) Proposta(s) Técnica(s) das Propostas Classificadas, será realizada no seguinte endereço: Edifício das Ministérios, Bloco R, Anexo Oeste, 1º andar, sala 132, Brasília/DF, de acordo com o índice no quadro abaixo. Ficam convocados os participantes da licitação, bem como convidados e demais interessados para acompanhar os trabalhos.

Data da Reunião	Horário	Concorrência	Nº	Localidade	UF
28/06/2012	09h15	019/2010	Mirandópolis	SP	

Brasília - DF, 22 de junho de 2012
DENISE MENEZES DE OLIVEIRA
Presidente da CPL

AVISO DE LICITAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão, constituída pela Portaria MC nº 223, de 06 de junho de 2011, publicada no DOU de 07/06/2011, resolve retificar o Aviso publicado no Diário Oficial da União Nº 143, de 19/06/2012, Seção 3, pág. 117, referente à concorrência nº 049/2010-CT/ME, na localidade de Laranjeiras/SE, onde se lê "recusa interposta na fase de Proposta Técnica" leia-se "recusa interposta na fase de habilitação". Mantendo inalteradas as demais informações na mencionada aviso.

Brasília - DF, 22 de junho de 2012
DENISE MENEZES DE OLIVEIRA
Presidente da CPL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/assessoria/licita/>, pelo código 00032012062500100.

DIRETORIA REGIONAL NO TOCANTINS

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO

AF Nº 103/2012. OBJETO: Aquisição de mobiliário ergonômico para a Diretoria Regional de Tocantins. CONTRATADA: ST MÓBIL LTDA - ME. VALOR GLOBAL: R\$ 330.124,75. DATA DA ASSINATURA: 18/06/2012. VIGÊNCIA: Até 18/06/2012. ORIGEM: Ata de Registro de Preços nº 804/2011.

EXTRATOS DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preço Nº 003/2012. Data de assinatura: 17/02/2012. Fornecedor: Marcos A. Antoniazzi. Objeto: Aquisição de Mobiliário para a DR/TO. Origem: Pregão Eletrônico 1100013/2011. Vigência: de 17/02/2012 a 17/02/2013. Classificação Organizacional: 73501.12403.010001. Itens e preços unitários registrados: Fornecedor para Agência DINP nº 691/90. Valor total estimado da contratação: R\$ 98.249,00 (noventa e oito mil, duzentos e quarenta e nove reais e quinze centavos).

Ata de Registro de Preço Nº 004/2012. Data de assinatura: 09/03/2012. Fornecedor: Famas E. Caribola Comércio de Pisos e Acessórios Ltda. Objeto: Aquisição de Mobiliário para a DR/TO. Origem: Pregão Eletrônico 1100013/2011. Vigência: de 09/03/2012 a 09/03/2013. Classificação Organizacional: 73501.12403.010001. Itens e preços unitários registrados: Forno Microondas 30 Litros R\$ 349,09. Valor total estimado da contratação: R\$ 3.839,99 (Três mil, oitocentos e trinta e nove reais e noventa e nove centavos).

Ministério das Relações Exteriores

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 62/2012 - C/MS 14/001

Nº Processo: 0910000227201343. INEXIGIBILIDADE Nº 76-2012. Contratante: FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO - C/P. Contratado: 37563505091. Contratado: MARCIO PUCHMANN. Objeto: Contratação de cessão de direitos autorais/patrimônios de nível A inativação do Brasil no cenário internacional como grande produtor econômico energético, de autoria do Senhor Marcio Puchmann, para publicação do tema bem como o uso da imagem oriunda da gravação e filmagem no âmbito da Mesa Redonda sobre Políticas Externa e Energia. Fundamentação Legal: Lei 9.610/98 e Lei 9.660/93. Vigência: 22/06/2012 a 22/06/2013. Valor Total: R\$4.000,00. Fone: 100000000 - 2012NL00177. Data de Assinatura: 22/06/2012.

(SICOM - 22/06/2012) 244001-24390-2012NL00001

SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES SUBSECRETARIA-GERAL DE COOPERAÇÃO, CULTURA E PROMOÇÃO COMERCIAL AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2012

Nº Processo: 09025.000089/2011-11. Objeto: Registro de Preço para eventual aquisição de consumíveis para impressoras - Pregão SRP 022012. Lote 1 (Itens 1 e 2) Fornecedor: QWEST IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE TONER LTDA, CNPJ nº 10.971.308.0001-12, com sede na Rua Otávio da Paizola, Caramuru, nº 657, São Paulo, CEP 04.145-011, São Paulo-SP. Item 1 - Qtd: 24, Valor unit.: R\$ 100,00; Item 2 - Qtd: 10, Valor unit.: R\$ 1.114,28; Valor total: R\$ 13.542,80. Vigência da Ata: 12 (doze) meses - de 1º de junho de 2012 a 31 de maio de 2013. Assinatura: 31 de maio de 2012. Pelo Ministério das Relações Exteriores - Marco Farani, Diretor da Agência Brasileira de Cooperação e pelo Fornecedor - Ricardo Mathias Franco.

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2/2012

Nº Processo: 09025.000089/2011-11. Objeto: Registro de Preço para eventual aquisição de consumíveis para impressoras - Pregão SRP 022012. Lote 2 (Itens 3 a 6) Fornecedor: LEMAR INK FRANQUIAS LTDA., CNPJ nº 04.521.468.0001-82, com sede na Avenida Cruzeiro do Sul, nº 2290, Sala 02, CEP 02030-000, São Paulo - SP. Item 3 - Qtd: 35, Valor unit.: R\$ 45,19; Item 4 - Qtd: 40, Valor unit.: R\$ 45,29; Item 5 - Qtd: 40, Valor unit.: R\$ 45,41; Item 6 - Qtd: 40, Valor unit.: R\$ 45,43; Valor total: R\$ 7.034,65. Vigência da Ata: 12 (doze) meses - de 1º de junho de 2012 a 31 de maio de 2013. Assinatura: 31 de maio de 2012. Pelo Ministério das Relações Exteriores - Marco Farani, Diretor da Agência Brasileira de Cooperação e pelo Fornecedor - Ana Lelicia Bonatti.

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2012

Nº Processo: 09025.000089/2011-11. Objeto: Registro de Preço para eventual aquisição de consumíveis para impressoras - Pregão SRP 022012, Lote 3 (Itens 7 a 16) Fornecedor: MAXSUPRI COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE SERVIÇOS LTDA., CNPJ nº 10.925.615/0001-92, com sede na Rua da Riachuelo, nº 189, 7º andar, Sala 701, Des Vise, CEP 30.050-000, Recife-PE. Item 7 - Qtd: 36, Valor unit.: R\$ 62,00; Item 8 - Qtd: 42, Valor unit.: R\$ 62,00; Item 9 - Qtd: 4, Valor unit.: R\$ 79,00; Item 10 - Qtd: 4, Valor unit.: R\$ 79,00; Item 11 - Qtd: 4, Valor unit.: R\$ 79,00; Item 12 - Qtd: 2, Valor unit.: R\$ 69,00; Item 13 - Qtd: 4, Valor unit.: R\$ 82,00; Item 14 - Qtd: 2, Valor unit.: R\$ 81,00; Item 15 - Qtd: 2, Valor unit.: R\$ 79,00; Item 16 - Qtd: 2, Valor unit.: R\$ 79,00; Valor total: R\$ 6.726,00. Vigência da Ata: 12 (doze) meses - de 1º de junho de 2012 a 31 de maio de 2013. Assinatura: 31 de maio de 2012. Pelo Ministério das Relações Exteriores - Marco Farani, Diretor da Agência Brasileira de Cooperação e pelo Fornecedor - Márcio Soares dos Santos.

COORDENAÇÃO DE GESTÃO FINANCEIRA

EXTRATOS DE REGISTROS DE PREÇOS

Processo: 09228.000002/2011-11. Objeto: Ata de Registro de Preços nº 01/2012, para a eventual contratação de empresa para o fornecimento de suprimentos para impressoras, para atender as demandas do Departamento de Promoção Comercial e Investimentos - DPR. Contratante: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO COMERCIAL E INVESTIMENTOS (MRE/DPR). CNPJ/MF nº 00.394.516/0009-06. Contratada: Multi Corres Suprimentos para Informática Ltda - ME, CNPJ/MF nº 11.658.951/0001-79. Fundamento legal: Pregão Eletrônico 01/2012. Especificação dos serviços: Grupo 1, itens 1 a 4: Toner Black (40 unidades), Toner Ciano (30 unidades), Toner Yellow (30 unidades), Toner Magenta (30 unidades), Grupo 3, itens 11 a 14: Toner Black (20 unidades), Toner Ciano (15 unidades), Toner Magenta (15 unidades), Toner Yellow (15 unidades). Valor total: R\$ 25.859,50 (vinte e cinco mil e oitocentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos). Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses contados da data de publicação no DOU, não podendo ser prorrogada. Assinatura: 01 de junho de 2012. Pelo Ministério das Relações Ex-

Brasília - DF, 22 de junho de 2012
KARINA MACEDO MARRA
Coordenadora de Licitação e Contratos

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nesta data anexei aos autos do processo de
nº 53000041092/00 documentação
a seguir constituída de 01 folhas,
que assim numerai: 197 / 1
Data: 26 / 06 / 2012
Nome: Vania
Assinatura: [assinatura]



ANEXO I

Concorrência n.º 001/2010-CLAMC, Localidade de Congarutamba-SP

Processo N.º	Propositores	Valor Ofertado	Serviço	IPP	V/P
00001/2010-2010	San Comunicação Digital Ltda.	R\$ 12.300.000,00	TV	91.3143	92.63026
00001/2010-2010	Televisão Fênix Ltda.	R\$ 12.300.000,00	TV	91.31710	92.63026
00001/2010-2010	Net TV Sistema de Comunicação Ltda.	R\$ 12.300.000,00	TV	89.70645	92.63026
00001/2010-2010	TV CUSTÓDIA ACQUA LTDA	R\$ 12.300.000,00	TV	79.12086	92.63026
00001/2010-2010	União Técnica Produção de Serviços LTDA	R\$ 12.300.000,00	TV	72.90912	92.63026

ANEXO II

Concorrência n.º 012/2010-CLAMC, Localidade de Chupungua-RJ

Processo N.º	Propositores	Valor Ofertado	Serviço	IPP	V/P
00001/2010-2010	Rádio Nacional de Comunicação Ltda.	R\$ 12.300.000,00	TV	97.01135	99.70115
00001/2010-2010	Imprensa de Radiodifusão Consultoria Ltda.	R\$ 12.300.000,00	TV	91.31070	99.70115
00001/2010-2010	Imprensa de Radiodifusão Consultoria Ltda.	R\$ 12.300.000,00	TV	75.30000	99.70000

A Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão, nos termos da Portaria MC nº 221, de 06 de junho de 2011, publicada no DOU de 07/06/2011, em conformidade com o Edital de Licitação, torna público, por meio deste Aviso, os resultados da propositura das Propostas Técnicas das licitantes habilitadas conforme Anexos.

Os autos desta licitação encontram-se disponíveis no Serviço de Atendimento ao Público, Ministério das Comunicações, no seguinte endereço: Capitania dos Ministérios, Bloco R, Anexo Oeste, 2º andar, sala 213, situado no lote 192 da quadra 01, Brasília/DF.

Os eventuais recursos deverão ser protocolizados no Presépio Geral deste Ministério, sendo que a contagem da prazo de cinco dias úteis terá início a partir do primeiro dia útil seguinte à presente publicação, nos termos dos artigos 109, inciso I, alínea "b" e 110, §5º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e subitem 18.2 do Edital.

Brasília, 25 de junho de 2012
DENISE MENEZES DE OLIVEIRA
Presidente

ANEXO I

Concorrência n.º 04/2010-CLAMC, Localidade de São Sepé-RS

Propositores	Serviço	N.º do Processo	V.º	Resultado
Alta FM Ltda.	FM	00001/2010-2010	00.00000	CLASSIFICADA
Alta Comunicação Ltda.	FM	00001/2010-2010	00.00000	CLASSIFICADA
Imprensa de Radiodifusão Consultoria Ltda.	FM	00001/2010-2010	00.00000	CLASSIFICADA
Imprensa de Radiodifusão Consultoria Ltda.	FM	00001/2010-2010	00.00000	CLASSIFICADA
Alta Comunicação Ltda.	FM	00001/2010-2010	00.00000	CLASSIFICADA
Alta Comunicação Ltda.	FM	00001/2010-2010	00.00000	CLASSIFICADA
Alta Comunicação Ltda.	FM	00001/2010-2010	00.00000	CLASSIFICADA
Alta Comunicação Ltda.	FM	00001/2010-2010	00.00000	CLASSIFICADA

REFERÊNCIA

A Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão, constituída pela Portaria MC nº 221, de 06 de junho de 2011, publicada no DOU de 07/06/2011, resolve e publica o Aviso publicado no Diário Oficial da União nº 108, de 25/06/2012, Seção 3, página 131, referente à concorrência nº 04/2010-CLAMC, na modalidade de Licitação SE, cujo se 18 "04/2010" pelo-se "04/2010".

Atendendo à inexistência de demais informações no mencionado aviso.

Ministério das Relações Exteriores

SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL DO SERVIÇO EXTERIOR
COMITÊ NACIONAL DE ORGANIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

REFERÊNCIAS

No Dispensa de Licitação nº 4/2012 publicada no D.O. de 18/06/2012, Seção 3, Pág. 139, Onde se lê: Declaração de Dispensa em 12/06/2012 E VALDO FREIRE Ordenador de Despesas. Leia-se: Declaração de Dispensa em 12/06/2012 MARCIO OLIVEIRA DOR-NELES Ordenador de Despesas.

(SIDEC - 25/06/2012) 240013-00001-2012NCR0001

No Dispensa de Licitação nº 3/2012 publicada no D.O. de 25/06/2012, Seção 3, Pág. 107, Onde se lê: Declaração de Dispensa em 13/06/2012 E VALDO FREIRE Ordenador de Despesas. Leia-se: Declaração de Dispensa em 13/06/2012 MARCIO OLIVEIRA DOR-NELES Ordenador de Despesas.

(SIDEC - 25/06/2012) 240013-00001-2012NCR0001

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

EXTRATO DE CONTRATO N.º 225/2012 - FASE 323028

Nº Processo 48300001677301201
PREGÃO SRP Nº 42/2012 Contratação AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL CNPJ Contratado 00710799000100 Contratado ALLEN RIO SERV. E COM. DE PROD. DE INFORMATICA LTDA. Objeto: Substituição de licenças de Sistemas Operacionais e Aplicativos Microsoft para estações de trabalho e servidores da ANEEL com fornecimento de licença e garantia.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.anp.gov.br/licitacoes/licitacoes.html>, pelo código (0032012062600108).

de atualização, conforme grupo e itens definidos no Pregão e Anexo Fundamento Legal: Lei n.º 8.666/93, Decreto 2271/97, 3450/2003 e normas pertinentes. Vigência: 21/06/2012 a 21/06/2013. Valor Total R\$1.658.457,60. Fonte: 174032273 - 2012NCR00042. Fonte: 174032273 - 2012NCR00043. Fonte: 174032273 - 2012NCR00044. Fonte: 174032273 - 2012NCR00045. Fonte: 174032273 - 2012NCR00046. Data de Assinatura: 21/06/2012.

(SIDEC - 25/06/2012) 110245-00001-2012NCR00149

RESULTADO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 42/2012

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por intermédio do pregoeiro, torna público que, após a avaliação das propostas de preços e da documentação de habilitação apresentadas na licitação em referência, cujo objeto é Registro de Preços para a aquisição de café torrado e moído, foi vencedora a empresa FINO SABOR INDUSTRIA E COMERCIO LTDA EPP, com o valor unitário de R\$ 14,45 (quatorze reais e quatro centavos) e a quantidade de 5.000 (cinco mil) quilogramas.

BRUNO VINICIUS AKIMOTO

(SIDEC - 25/06/2012) 123028-00001-2012NCR00149

REFERÊNCIAS

No Aviso de Adjudicação e Homologação do Lote 10, de 18 de maio de 2012, publicado no Diário Oficial nº 96, de 18 de maio de 2012, seção 3, página 120, na tabela apresentada, na coluna dos objetos, na descrição do Lote 10 onde se lê "SE Toms, 230/60 kV", leia-se "SE Toms, 230 kV", e onde se lê "SE Mossoró IV, 230/60 kV", leia-se "SE Mossoró IV, 230 kV". E na descrição do Lote C, onde se lê "SE Pindaré II, 210/60 kV", leia-se "SE Pindaré II, 230 kV".

ALTO DE INSCRIÇÃO	PROCESSO Nº	RPE CNPJ	NOME E/OU RAZÃO SOCIAL
07.743245 de 24/06/2011	00621.080162/2011	05.481.145/0001-89	Fernando de Almeida Lima

As Alegações Finais deverão ser apresentadas na Rua Prof. Aprígio Gonzaga, 78 - 14º andar - São Judas - CEP 04303-000 - São Paulo-SP, contendo o documento, obrigatoriamente assinado, a identificação nominal do signatário, que deverá fazer a devida comprovação de sua capacidade para assinar ou autografar poderes para representação, sob pena de desentranhamento da peça dos autos e a não reconhecimento pela autoridade julgadora.

Outros esclarecimentos poderão ser obtidos através dos telefones (0XX11) 0276-1137.

ALCUM SARAI RUI DOS SANTOS
Convidado Especial de Licitação nº 11. N.º Paulo

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTROLE DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

WISO
CREDENCIAMENTO Nº 1/2012

Assunto: Esclarecimento nº 1 Referência: Edital de Credenciamento nº 01/2012. Data: 25/06/2012. Objeto: Credenciamento de profissionais, empresas e instituições especializadas na prestação de serviços técnicos, com vistas a apoiar a ANEEL no processo de avaliação dos Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico das concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica, em cumprimento à Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000.

A Comissão Especial de Credenciamento nº 02/2011 informa que todos os profissionais credenciados para prestação de serviços nos termos do Edital de Credenciamento nº 02/2011 permanecerão vinculados ao Edital de Credenciamento nº 01/2012 nos mesmos Serviços/Grupos para os quais foram credenciados, uma vez que as condições de habilitação não foram alteradas.

O credenciado que não concordar com as novas regras previstas no Edital de Credenciamento nº 01/2012, por exemplo, o Acordo de Nível de Serviços, poderá solicitar o descredenciamento. O presente credenciamento passa a integrar o Edital de Credenciamento nº 01/2012, devendo seus termos ser obrigatoriamente considerados pelas candidatas que visarem a participar da pré-qualificação. Este aviso encontra-se disponível no site da ANEEL (www.aneel.gov.br).

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO Nº 01/2011

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Espécie: Ata de Registro de Preços do Pregão Eletrônico nº 42/2012, cujo objeto é o Registro de Preços para a aquisição de licenças de Sistemas Operacionais e Aplicativos Microsoft para estações de trabalho e servidores da Agência Nacional de Energia Elétrica, com o respectivo fornecimento de licença e garantia de manutenção, POR GRUPO, conforme as especificações do Edital e anexos. Processo nº 48300001677301201, modalidade de licitação: Pregão Eletrônico. Vigência: (2 (dois)) meses contados a partir de 19/06/2011, data de homologação do Pregão Eletrônico nº 42/2012. Data de assinatura da Ata: 21/06/2012. Adjudicação do objeto à empresa: ALLEN RIO SERV. E COM. DE PROD. DE INFORMATICA LTDA. CNPJ: 00.710.799/0001-00. Valor global: 1.658.457,60 (um milhão, seiscentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais e sessenta centavos). A Ata encontra-se disponível no site www.comprasnet.gov.br, acesso livre, UASG gerencial 32310.

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 45/2012, cujo objeto é fornecimento de (Impressoras de Etiquetas/ Leitores de Códigos de Barras), conforme o Edital do PREGÃO ELETRÔNICO nº 01/2012 e seus Anexos. Processo nº 48300001677301201, modalidade de licitação: Pregão Eletrônico. Vigência: de 22/06/2012 a 06/06/2013. Data de assinatura da Ata: 23/06/2012. Adjudicação do objeto à empresa: WORLD DIGITAL INFORMATICA LTDA. CNPJ: 08.294.170/0001-38. Valor global: R\$ 18.800,00 (dezoito e oitocentos reais).

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0041/2012 - FASE 323031

Nº Processo: 48610015376201201
PREGÃO SRP Nº 18/2012 Contratação AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS CNPJ Contratado: 31979529000122 Contratado: SOS INFORMATICA LTDA ME. Objeto: Fornecedor de 48 (quarenta e oito) pontos de memória com a configuração: Memory de 240-pinos DDR2-667 FB DIMMs com a capacidade de 4 GB. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93. Vigência: 19/06/2012 a 18/09/2012. Valor Total: R\$ 32.410,00. Fonte: 129032280 - 2012NCR00021. Data de Assinatura: 19/06/2012.

(SIDEC - 25/06/2012) 323031-32305-2012NCR001251

COMUNICAÇÃO Nº 105, DE 25 DE JUNHO DE 2012

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, em razão da não localização dos interessados nos endereços constantes das atas de licitação, torna público, sob a forma de extrato, que os abaixo identificados deverão apresentar ALEGAÇÕES FINAIS no prazo de 05 (cinco) dias contados a partir desta publicação.

Nesta data, anexei aos autos do processo de
nº 53000004109/2010 a documentação
a seguir constituída de 06 (seis) folhas,
que assim numerai: 142 e 143

Data: 28 / 06 / 2012

Nome: Felipe

Assinatura: Felipe



ANEXO IV

PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA

PROPOSTA SINTÉTICA DO PREÇO PELA OUTORGA

1. Razão Social da Proponente: FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA.
2. CNPJ/MF: 03.826.865/0001-08
3. Edital da Concorrência: n.º 048/2010 -CEL/MC
4. Serviço: FREQUENCIA MODULADA
5. Localidade: LAGARTO UF: SERGIPE
6. Valor Proposto: R\$ 3.160.000,00 (três milhões, cento e sessenta mil reais)

1ª Parcela: R\$ 1.580.000,00 (Um milhão quinhentos e oitenta mil reais)

2ª Parcela: R\$ 1.580.000,00 (Um milhão quinhentos e oitenta mil reais)

TOBIAS BARRETO, SE, 27 de julho de 2010.


MARCELLUS DE OLIVEIRA ALMEIDA
Sócio Administrador



CONJUNTO 3 – PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA
Edital da Concorrência n.º 048/2010 - CEL/MC
SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO

Localidade de Prestação do Serviço: **LAGARTO - SERGIPE**

Razão Social da Proponente: **FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA.**

CONTEÚDO

Conjunto 3:
PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO
ELETRÔNICA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE
SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO



ATA DE REUNIÃO Nº 064/2012

**SESSÃO DE ABERTURA DE INVÓLUCRO(S) E JULGAMENTO DE
PROPOSTA(S) DE PREÇO(S).**

CONCORRÊNCIA Nº 048/2010/CEL/MC

SERVIÇO: FM – CANAL: 230 – CLASSE: C – GRUPO: A

PREÇO MINIMO: R\$ 146.420,37

LOCALIDADE: LAGARTO/SE

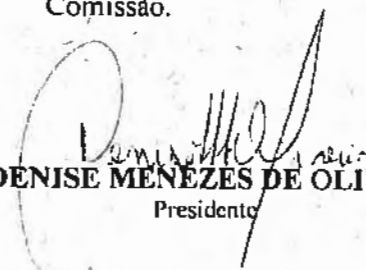
Em, 28 (vinte e oito) de junho de 2012, quinta-feira, às 14h:30 (quatorze horas e trinta minutos), na sala de Reunião da Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão - CPLR/DEOC/SCE-MC, situada na Esplanada dos Ministérios, Bloco "R", Ala Oeste, sala 132, primeiro andar do Edifício Anexo do Ministério das Comunicações, Via N-2, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniu-se a Comissão, instituída por meio da Portaria MC nº 223, de 06/06/2011, publicada no DOU de 07/06/2011, e suas alterações, com a participação de sua Presidente Denise Menezes de Oliveira e do Vice-Presidente Álvaro Augusto de Souza Neto e do membro permanente Carlos Alberto Martins Gold Júnior, com o objetivo de realizar a **abertura do(s) invólucro(s) contendo as proposta(s) de preço(s) da(s) proponente(s) classificada(s) na Concorrência nº 048/2010-CEL/MC**, que visa à outorga de permissão para a exploração do serviço de radiodifusão em Frequência Modulada (FM), na localidade de **LAGARTO/SE**, conforme convocação publicada no DOU de 25/06/2012, Número 121, Seção "3", Página 106, para sessão de abertura e julgamento de propostas de preço em 28/06/2012, sendo desenvolvidas as atividades a seguir; (1) Assinatura das listas de presença das proponentes e do público que serão anexadas a presente Ata. (2) Conferência do malote de cor verde tipo *snapseal* sob o n.º 0009167, sendo constatada a sua integridade. (3) Abertura do malote e conferência do envelope tipo *starlock* de número 4582371, sendo constatada sua integridade. (4) Abertura do envelope plástico citado e conferência dos invólucros contendo as propostas de preços dos licitantes; sendo constatada a integridade de todos eles. (5) Abertura do(s) invólucro(s) lacrado(s) contendo a(s) proposta(s) de preço(s) da(s) seguinte(s) empresa(s): VITÓRIA EMPRESA DE RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS LTDA., Processo nº 53000.041087/10; SISTEMA MUNDIAL DE COMUNICAÇÃO LTDA.-ME, Processo nº 53000.041088/10; NOVA SERGIPE COMUNICAÇÃO LTDA., Processo nº 53000.041090/10; REDE ILHA DE COMUNICAÇÃO LTDA., Processo nº 53000.041091/10; FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA., Processo nº 53000.041092/10; OBA FM SOCIEDADE LTDA., Processo nº 53000.041093/10; SISTEMA DE COMUNICAÇÕES DE RÁDIO AM/FM E TV LTDA., Processo nº 53000.041094/10; RÁDIO CANAÃ FM LTDA.,

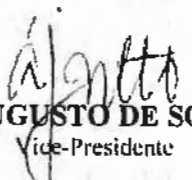
Handwritten signature and initials




SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO
ELETRÔNICA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE
SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO

Processo nº 53000.041095/10; SISTEMA MAIOR DE RADIODIFUSÃO LTDA., Processo nº 53000.041096/10; (6) A documentação foi rubricada por todos os membros da Comissão e público presente. (7) Apuração e registro em planilha eletrônica do(s) valor(s) ofertado(s) pela outorga na localidade conforme segue: LAGARTO/SE – VITÓRIA EMPRESA DE RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS LTDA., R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais); SISTEMA MUNDIAL DE COMUNICAÇÃO LTDA.-ME, R\$ 2.200.000,00 (dois milhões e duzentos mil reais); NOVA SERGIPE COMUNICAÇÃO LTDA., R\$ 2.440.000,00 (dois milhões quatrocentos e quarenta mil reais); REDE ILHA DE COMUNICAÇÃO LTDA., R\$ 2.639.990,00 (dois milhões seiscentos e trinta e nove mil e novecentos e noventa reais); FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA., R\$ 3.160.000,00 (três milhões cento e sessenta mil reais); OBA FM SOCIEDADE LTDA., R\$ 318.000,00 (trezentos e dezoito mil reais); SISTEMA DE COMUNICAÇÕES DE RÁDIO AM/FM E TV LTDA., R\$ 2.585.000,00 (dois milhões quinhentos e oitenta e cinco mil reais); RÁDIO CANAÃ FM LTDA., R\$ 877.000,00 (oitocentos e setenta e sete mil reais); SISTEMA MAIOR DE RADIODIFUSÃO LTDA., R\$ 780.000,00 (setecentos e oitenta mil reais). 8) Impressão, leitura e aprovação do documento denominado “Classificação das Proponentes (Média Ponderada)”, que segue em anexo, que aponta o Valor da Média Ponderada (VP) da Pontuação da Proposta Técnica (PT) e da Proposta de Preço pela Outorga (PP) de cada proponente. (9) A Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão, por unanimidade de votos, propôs como vencedora a concorrente que obteve o maior Valor Ponderado (VP) na localidade, conforme a seguir discriminado: LAGARTO/SE-FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA., (10) A Sra. Presidente determinou que fosse(m) registrada(s) em Ata a(s) seguinte(s) intercorrência(s): a) Nada mais havendo a acrescentar, a Presidente deu por encerrada a presente sessão às 14h:59 (quatorze horas e cinquenta e nove minutos), sendo lavrada a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pela Presidente, Vice-Presidente e membro permanente da Comissão.


DENISE MENEZES DE OLIVEIRA
Presidente


ÁLVARO AUGUSTO DE SOUZA NETO
Vice-Presidente


CARLOS ALBERTO MARTINS GOLD JÚNIOR
Membro permanente



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
CONCORRÊNCIA Nº 048/2010-CEL/MC

SESSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTA(S) DE PREÇO(S)

LISTA DE PRESENÇA DAS PROPONENTES

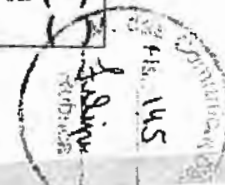
FOLHA(S) 01/01

DATA: 28/06/2012

SERVIÇO : FREQUÊNCIA MODULADA (FM)

LOCALIDADE : LAGARTO/SE

Razão Social da Proponente	Nome do representante legal ou Procurador	Assinatura	Rubrica	RG nº/UF	Cargo
SIST. MUNDIAL COM. LTDA	Alexandre Ant. Souza			02777/DF	Sócio/Acionista () Procurador (X)
Radio Mús FM 104.1	Juliano de A. Pereira			3206120180	Sócio/Acionista () Procurador ()
					Sócio/Acionista () Procurador ()
					Sócio/Acionista () Procurador ()
					Sócio/Acionista () Procurador ()
					Sócio/Acionista () Procurador ()
					Sócio/Acionista () Procurador ()





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
CONCORRÊNCIA Nº 048/2010-CEL/MC

SESSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTA(S) DE PREÇO(S)

- LISTA DE PRESENÇA DO PÚBLICO -

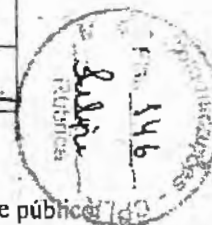
FOLHA(S)-01/01

DATA: 28/06/2012

SERVIÇO : FREQUÊNCIA MODULADA (FM)

LOCALIDADE : LAGARTO/SE

Nome	RG nº/UF	Rubrica
Carlos Alberto da Silva	1383634 DF	[assinatura]
Luiz Rosa dos Reis	8.232.655-X SP	[assinatura]
Mário César Barbosa	2311741 DF	[assinatura]
Ichiré Rappas	1020571-D	[assinatura]
Enrico Duarte Faria	3.183.538 MG	[assinatura]





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE SERVIÇOS DE RÁDIO-DIFUSÃO



CLASSIFICAÇÃO DAS PROPONENTES
(Média Ponderada)

Concorrência : 048/2010

Preço Mínimo : 146.420,37


Serviço : FM

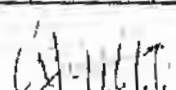
Grupo : A

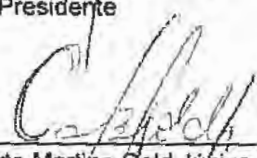
Localidade : LAGARTO

UF : SE

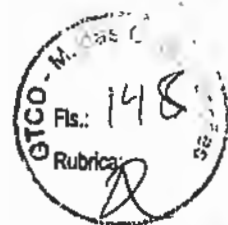
N.º Processo	Razão Social	Valor ofertado	(PT)	(PP)	(VP)
53000.041092/2010	FM Tobias Barreto Almeida Rels Ltda	R\$ 3.160.000,00	100,00000	97,68322	99,76832
53000.041091/2010	Rede Ilha Comunicação Ltda	R\$ 2.639.990,00	100,00000	97,22688	99,72269
53000.041094/2010	Sistema de Comunicações de Rádio AM/FM e TV Ltda	R\$ 2.585.000,00	100,00000	97,16788	99,71679
53000.041090/2010	Nova Sergipe Comunicação Ltda	R\$ 2.440.000,00	100,00000	96,99958	99,69996
53000.041088/2010	Sistema Mundial de Comunicação Ltda-ME	R\$ 2.200.000,00	100,00000	96,67226	99,66723
53000.041087/2010	Vitória Empresa de Radiodifusão de Sons e Imagens Lt	R\$ 1.200.000,00	100,00000	93,89915	98,38992
53000.041095/2010	Rádio Canaã FM Ltda	R\$ 877.000,00	100,00000	91,85220	99,16522
53000.041096/2010	Sistema Maior de Radiodifusão Ltda	R\$ 780.000,00	100,00000	90,61408	98,06141
53000.041093/2010	Oba FM Sociedade Ltda	R\$ 318.000,00	100,00000	76,97793	97,69779


Denise Menezes de Oliveira
Presidente


Alvaro Augusto de Souza Neto
Vice-Presidente


Carlos Alberto Martins Gold Júnior
Membro Permanente

Nesta data anexo aos autos do processo de
nº 53000041092/010 a documentação
a seguir constituída de 01 folhas,
que estão numeradas 148 —
Data: 02, 07, 2012
Nome: Vania
Assinatura: Ø



118

ISSN 1677-7069

Diário Oficial da União - Seção 3ª

Nº 126, segunda-feira, 2 de julho de 2012

Contrato - Nº 9912296236/2012 Objeto: contratação da instalação e operação de Agência de Correios Franquiadas, sob o regime de Franquia Postal, mediante a seleção de pessoas jurídicas de direito privado, na Região de Atendimento 01/REOP-SPM-01 SP/ENFRO; Contratada: Realpost Comercial Impressão e Expediente Ltda - Data de Assinatura: 21/06/2012 Vigência: 21/06/2012 a 21/06/2013. Taxa Inicial de Franquia: 12.000pce. Origem: CONCORRÊNCIA Nº 0004004/2011, item licitado 01.

Contrato - Nº 9912296238/2012 Objeto: contratação da instalação e operação de Agência de Correios Franquiadas, sob o regime de Franquia Postal, mediante a seleção de pessoas jurídicas de direito privado, na Região de Atendimento 07/REOP-SPM-05 SANTO AN-DRÉ; Contratada: Letter Papelaria Ltda - Data de Assinatura: 20/06/2012 Vigência: 20/06/2012 a 20/06/2013. Taxa Inicial de Franquia: 12.000pce. Origem: CONCORRÊNCIA Nº 0004129/2011, item licitado 01.

Contrato - Nº 9912296239/2012 Objeto: contratação da instalação e operação de Agência de Correios Franquiadas, sob o regime de Franquia Postal, mediante a seleção de pessoas jurídicas de direito privado, na Região de Atendimento 02/REOP-SPM-05 SP/ESTE; Contratada: Empresa de Comunicação Voz Brasil Ltda - Data de Assinatura: 22/06/2012 Vigência: 22/06/2012 a 22/06/2013. Taxa Inicial de Franquia: 12.000pce. Origem: CONCORRÊNCIA Nº 0004008/2011, item licitado 01.

Contrato - Nº 9912296240/2012 Objeto: contratação da instalação e operação de Agência de Correios Franquiadas, sob o regime de Franquia Postal, mediante a seleção de pessoas jurídicas de direito privado, na Região de Atendimento 03/REOP-SPM-05 SP/ESTE; Contratada: N.R. Representações Comerciais Ltda EPP - Data de Assinatura: 27/06/2012 Vigência: 27/06/2012 a 27/06/2013. Taxa Inicial de Franquia: 12.000pce. Origem: CONCORRÊNCIA Nº 0004130/2011, item licitado 01.

Contrato - Nº 9912296241/2012 Objeto: contratação da instalação e operação de Agência de Correios Franquiadas, sob o regime de Franquia Postal, mediante a seleção de pessoas jurídicas de direito privado, na Região de Atendimento 01/REOP-SP-16 SANTOS; Contratada: Jandira de Magalhães Papetaria e Serviços Ltda EPP - Data de Assinatura: 01/06/2012 Vigência: 01/06/2012 a 01/06/2013. Taxa Inicial de Franquia: 12.000pce. Origem: CONCORRÊNCIA Nº 0004147/2011, item licitado 01.

Contrato - Nº 9912296242/2012 Objeto: contratação da instalação e operação de Agência de Correios Franquiadas, sob o regime de Franquia Postal, mediante a seleção de pessoas jurídicas de direito privado, na Região de Atendimento 01/REOP-SPM-02 SP/NORTE; Contratada: Expressa Post Papelaria e Serviços Ltda EPP - Data de Assinatura: 27/06/2012 Vigência: 27/06/2012 a 27/06/2013. Taxa Inicial de Franquia: 12.000pce. Origem: CONCORRÊNCIA Nº 0004111/2011, item licitado 01.

Contrato - Nº 9912296243/2012 Objeto: contratação da instalação e operação de Agência de Correios Franquiadas, sob o regime de Franquia Postal, mediante a seleção de pessoas jurídicas de direito privado, na Região de Atendimento 03/REOP-SPM-04 SP/ SUL; Contratada: Savina Comércio Ltda - Data de Assinatura: 27/06/2012 Vigência: 27/06/2012 a 27/06/2013. Taxa Inicial de Franquia: 12.000pce. Origem: CONCORRÊNCIA Nº 0004094/2011, item licitado 01.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 4126/2011

Objeto: contratação da instalação e operação de Agência de Correios Franquiadas, sob o regime de Franquia Postal, mediante a seleção de pessoas jurídicas de direito privado, tendo como critério de julgamento a melhor Proposta Técnica, com preço fixado no Edital. A DIETETORIA REGIONAL DE SÃO PAULO METROPOLITANA, por meio da Comissão Especial de Licitação CEL-41 DR/SPM, torna pública a adjudicação e homologação da Concorrência Nº 0004138/2011, conforme a seguir: Item 03 a licitante PRE PORT SERVIÇOS POSTAIS LTDA.

RONALDI DA SILVA CAVALCANTE
Presidente da Comissão Especial de Licitação

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12000076

Objeto: Fornecimento de coffee break em eventos de educação, conforme Edital e seus Anexos. Empresa adjudicatária: Indústria e Comércio de Panificação Rosa de Ouro Ltda - CNPJ nº 46.279.000/0001-31, para o lote 1 (único), no valor global de R\$ 403.400,00. Autarquia Adjudicatária e Homologadora: Prefeitura Municipal de Castro Alves - Gerente de Administração DR/SPM.

VALTER AMARAL DOS SANTOS JUNIOR
Presidente da CELUR SP/MT

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 99 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12000071 - GERAD/DR/SP/MT

Objeto: Aquitação de No-breaks, conforme Edital e seus Anexos. Download do edital no site <http://www.licitacoes-e.com.br>, (ID desta licitação 4210491). O acerto da proposta no referido site dar-se-á a partir das 10h00min do dia 13/07/2012. Abertura das Propostas: 16/07/2012 às 08h00min. Início da Disputa de Lances às 09h30min do dia 16/07/2012 (horário de Brasília). Solicitações de esclarecimento acerca do edital deverão ser enviadas ao endereço eletrônico licitacoes@gerad.mt.gov.br no campo "Assunto", mencionar PGE12000071.

VALTER AMARAL DOS SANTOS JUNIOR
Presidente da CELUR SP/MT

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12000042 - GERAD/DR/SP/MT

Objeto: Prestação de serviços de exames audiológicos, audiométricos e laboratoriais, para os empregados do COT-DR/SP/MT, conforme Edital e seus anexos. Download do edital no site <http://www.licitacoes-e.com.br> (ID desta licitação 4228631). O acerto da proposta no referido site dar-se-á a partir das 10h00min do dia 23/07/2012. Abertura das Propostas: 23/07/2012 às 08h30min. Início da Disputa de Lances às 09h30min do dia 23/07/2012 (horário de Brasília). Solicitações de esclarecimento acerca do edital deverão ser enviadas ao endereço eletrônico licitacoes@gerad.mt.gov.br no campo "Assunto", mencionar PGE12000042.

OSWALDO AMARAL PINHEIRO DA SILVA
Presidente da CELUR SP/MT

RESULTADOS DE ANÁLISE TÉCNICA CONCORRÊNCIA Nº 4126/2011

Objeto: contratação da instalação e operação de Agência de Correios Franquiadas, sob o regime de Franquia Postal, mediante a seleção de pessoas jurídicas de direito privado, tendo como critério de julgamento a melhor Proposta Técnica, com preço fixado no Edital. Item 01: A empresa Marceus Papetaria Ltda - ME, é a que apresentou a melhor proposta técnica, obtendo pontuação técnica de 95 pontos confirmados na Vista de Verificação.

CONCORRÊNCIA Nº 4126/2011

Objeto: contratação da instalação e operação de Agência de Correios Franquiadas, sob o regime de Franquia Postal, mediante a seleção de pessoas jurídicas de direito privado, tendo como critério de julgamento a melhor Proposta Técnica, com preço fixado no Edital. Item 01: A empresa Edição Publicidade LTDA é a que apresentou a melhor proposta técnica, obtendo pontuação técnica de 70 pontos confirmados na Vista de Verificação.

RONALDI DA SILVA CAVALCANTE
Presidente da Comissão Especial de Licitação

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO

RESULTADOS DE JULGAMENTO

A Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão, constituída pela Portaria MC nº 223, de 06 de junho de 2011, publicada no DOU de 07/06/2011, em conformidade com o Edital de Licitação, torna público os resultados da pontuação das Propostas de Preços pelo Outorga (PP) e do Valor Ponderado (VP) atribuído a cada licitante das Concorrências, conforme Anexos I.

Os autos das processuais estão disponíveis no Serviço de Atendimento ao Público, Ministério das Comunicações, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo Oeste, 2º andar, sala 213, obedecendo ao teor do item 13.6 do Edital, Brasília/DF.

Eventuais manifestações deverão ser protocoladas no Protocolo Geral deste Ministério, sendo que a contagem do prazo será iniciada a partir do primeiro dia útil seguinte à presente publicação, a teor do item 13.2 do Edital, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, com a presente publicação.

DENISE MENDES DE OLIVEIRA

ANEXO I

Concorrência nº 051/2010-CEL/MC, Localidade de Dom Jesus/PI

Processo Nº	PropONENTE(S)	Valor Ofertado	Serviço	PP	VP
53000.041209/2010	B & D Sistema de Comunicação Ltda	R\$ 826.660,00	TV	92,92558	99,59256
53000.041209/2010	Ferreira e Silva Ltda	R\$ 372.690,00	TV	84,29786	89,42979
53000.041209/2010	Oba FM Sociedade Ltda	R\$ 218.000,00	TV	73,16230	87,31623
53000.041209/2010	Valda N. de Oliveira e Associados Ltda	R\$ 200.000,00	TV	70,74691	87,07469

ANEXO II

Concorrência nº 018/2010-CEL/MC, Localidade de Lagarto/MT

Processo Nº	PropONENTE(S)	Valor Ofertado	Serviço	PP	VP
53000.041091/2010	ST - Sistema Brasileiro de Telecomunicações Ltda	R\$ 1.160.000,00	TV	97,68722	99,76872
53000.041091/2010	Rede Ilus Comunicação LT	R\$ 2.610.990,00	TV	97,22688	99,72269
53000.041094/2010	Sistema de Comunicação de Rádio ABT FM - TV L. L. Ltda	R\$ 2.583.000,00	TV	97,16788	99,71679
53000.041090/2010	Novo Sistema Comunicação Ltda	R\$ 2.440.000,00	TV	96,99938	99,69994

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.gestaoemcomunicacao.mec.gov.br>, pelo código 00032012070200118

53000.041086/2010	Sistema Municipal de Comunicação Ltda-ME	R\$ 2.200.000,00	TV	96,67226	99,66723
53000.041087/2010	Vitória Empresa de Radiodifusão de Sinais e Imagens Ltda	R\$ 1.200.000,00	TV	93,89913	99,38992
53000.041093/2010	Rádior Comercial FM Ltda	R\$ 877.000,00	TV	91,63220	99,16522
53000.041096/2010	Sistema Maior de Radiodifusão Ltda	R\$ 790.000,00	TV	90,61308	99,06131
53000.041093/2010	Oba FM Sociedade Ltda	R\$ 118.000,00	TV	76,97279	87,69779

ANEXO III

Concorrência nº 009/2009-CEL/MC, Localidade de Conduru/BA

Processo Nº	PropONENTE(S)	Valor Ofertado	Serviço	PP	VP
53000.002269/2010	Total Comunicação Publicidade e Produções Artísticas Ltda	R\$ 376.070,00	TV	96,49286	99,64929
53000.002269/2010	P1 Serviços de Comunicação LT	R\$ 502.088,94	TV	95,97671	99,59767
53000.002269/2010	Rádio Jeaneiro FM Ltda	R\$ 384.943,10	TV	95,82947	99,48295
53000.002269/2010	Rádiorádio Comunicação Ltda	R\$ 315.120,90	TV	93,58255	99,25826
53000.002269/2010	Sistema Fmto Ceni de Comunicação Ltda	R\$ 180.000,00	TV	86,76409	98,82641
53000.002270/2010	União Rádio de Jeaneiro FM LT	R\$ 52.000,00	TV	81,10646	90,71065

ANEXO IV

Concorrência nº 047/2009-CEL/MC, Localidade de Encarnado/RS

Processo Nº	PropONENTE(S)	Valor Ofertado	Serviço	PP	VP
53000.010676/2010	LA Sistema de Comunicação da Vale Ltda	R\$ 1.215.809,77	TV	92,40747	99,24075
53000.010680/2010	Rádio Rioverde FM Ltda	R\$ 1.202.800,00	TV	92,13335	99,13335
53000.010682/2010	Alencar Comunicação Ltda	R\$ 1.069.000,00	TV	90,63138	99,06313
53000.010685/2010	REX Comunicações Ltda	R\$ 450.000,00	TV	79,48850	97,48850

A Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão, nos termos da Portaria MC nº 223, de 06 de junho de 2011, publicada no DOU de 07/06/2011, em conformidade com o Edital de Licitação, torna pública, por meio deste Aviso, os resultados da pontuação das Propostas Técnicas das licitantes habilitadas conforme Anexos.

Os autos das processuais estão disponíveis no Serviço de Atendimento ao Público, Ministério das Comunicações, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo Oeste, 2º andar, sala 213, obedecendo ao teor do item 13.2 do Edital, Brasília/DF.

Os eventuais recursos deverão ser protocolados no Protocolo Geral deste Ministério, sendo que a contagem do prazo de cinco dias úteis terá início a partir do primeiro dia útil seguinte à presente publicação, nos termos dos artigos 109, inciso I, alínea "b" e 110, §5º, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e subitem 18.2 do Edital.

BRASIL, 01 de julho de 2012
DENISE MENDES DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/06/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nesta data anexo aos autos do processo de
nº 53000041092/018 documentação
a seguir contida em 01 folhas,
que possui número 149
Data: 03 / 07 / 2012
Nome: Vania
Assinatura: Φ

DIRETORIA REGIONAL EM SÃO PAULO
METROPOLITANAVISO DE ADEQUAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1000107

Objeto: Prestação de serviço de rastreamento e monitoramento de veículos, conforme Edital e seus anexos. Empresa adjudicatária: "Seguros Engatiga Comercial Ltda. ME", CNPJ nº 05.580.820/0001-00, para o lote 1 (único), no valor global de R\$ 3.907.931,76. Autoridade Adjudicatária: Reginaldo dos Santos Souza - Pregoeiro da ECTDR/SPM. Autoridade Homologadora: Patrícia Biengaman de Castro Alves - Gerente de Administração/DR/SPM.

REGINALDO DOS SANTOS SOUZA
Pregoeiro

VISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12000107 - GERAD/SPM

Objeto: Aquisição de medicamentos efêacos, por meio do Sistema de Registro de Preço, conforme Edital e seus anexos. Download do edital no site <http://www.licitacoes-e.com.br> (ID desta licitação 431216). O acolhimento das propostas no referido site dar-se-á a partir das 10h00min da data 17/07/2012. Abertura das Propostas: 16/07/2012 às 08h30min. Início da Diálogo de Lances às 09h30min da data 17/07/2012 (horário de Brasília). Solicitações de esclarecimento acerca do edital deverão ser enviadas no endereço eletrônico gerad@precatv.com.br. No campo "Assunto", mencionar PGE 12000107.

LIDIA DE OLIVEIRA GUIMARÃES
Pregoeira

RESULTADO DE PROPOSTA TÉCNICA
CONCORRÊNCIA Nº 405/2011

Objeto: Contratação da instalação e operação de Agência de Correios Franquias sob o nome de Franquia Postal, mediante a seleção de pessoas jurídicas de direito privado, tendo como critério de julgamento a melhor Proposta Técnica, com preço fixado no Edital. Item 01. A empresa BLUE STAR INTERMEDIÇÃO DE NEGÓCIOS LTDA. CNPJ 36.708.852/0001-92 é a que apresentou a melhor proposta técnica, obtendo pontuação (técnic) final de 85 (oitenta e cinco) pontos, após a lista de Verificação dos itens da Proposta Técnica.

ELIANEITE PEREIRA FERREIRA
Presidente do Comitê de Especialização - 02

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO
ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE
COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
DE SERVIÇOS DE RÁDIOFUSÃO

VISO

A Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão, constituída pela Portaria MC nº 223, de 06 de junho de 2011, publicada no DOU de 07/06/2011, torna pública a teor da PARCER Nº 072/2011/PROFIC/CEC/CONJUR/MC/CE/AGU, na qual se concluiu pela anulação do ato de homologação da proposta MERCOM BRASIL COMUNICAÇÃO LTDA., oportunizando manifestação, em sede de contraditório e ampla defesa, aos interessados, acerca dos fatos constantes no referido Parecer, para a concorrência 127/2011 - SSR/MC, localidade de Flor de Roca/SP.

Os autos do(s) processo(s) estarão disponíveis no Serviço de Atendimento ao Público, Ministério das Comunicações, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo C, 3º andar, sala 212, Brasília/DF, observando-se a teor do subitem 1.6.1 do edital.

Eventuais manifestações deverão ser protocoladas no Protocolo Geral deste Ministério antes que a contagem do prazo terá início a partir do primeiro dia útil seguinte à presente publicação, a teor do subitem 1.3.2 do edital, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da presente publicação.

Brasília, 01 de junho de 2012
DENISE MENEZES DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão

VISO DE RETIFICAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão, constituída pela Portaria MC nº 223, de 06 de junho de 2011, publicada no DOU de 07/06/2011, resolve ratificar o Aviso publicado no Diário Oficial da União Nº 136, de 02/07/2012, Seção 3, pág. 118, referente à concorrência nº 006/2008-CEL/MC, na localidade de Candeias/BA, 0472008-CEL/MC, na localidade de Encarnadas/RS, 0513010-CEL/MC, na localidade de Bon Jesus/PI e 0502010-CEL/MC, na localidade de Lagarto/SE, onde se lê "Serviço, TV", para-se "Serviço, FM". Mantendo inalteradas as demais informações não mencionadas acima.

A Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão, constituída pela Portaria MC nº 223, de 06 de junho de 2011, publicada no DOU de 07/06/2011, resolve que toda em vista a ocorrência de erro material na publicação da homologação da concorrência 120/2011, aposta no Diário Oficial da União de 23 de novembro de 2009, Seção 01, página 04, onde se lê "nº do processo 53720.000457/2002" e onde se lê "licitações: Almerim (Monte Alegre)", para-se "licitações: Almerim (Monte Alegre)", Mantendo inalteradas as demais informações não mencionadas acima.

Brasília, 02 de julho de 2012
DENISE MENEZES DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S/A

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº. 24/2010-TB
Data de Assinatura: 29/06/2012
Contratada: INTELI S/A - TIM CELULAR S.A/CNPJ: 04.306.050/0001-80
Objeto: Alteração do Contrato Original, para incluir, a partir de 01/07/2012, a empresa TIM CELULAR S.A., doravante denominada apenas TIM, autorizada pelo Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), nas modalidades LDI e LDI no Regime IV, como parte do Contrato.
Signatários: Sr. Telêmaco: Celso Cesar Borillo Rodrigues (presidente) e Bolívar Tarragó Mouca Nogueira (diretor administrativo-financeiro e de relações com investidores), Sr. Contratado: Luiz C.A. Vieira (representante do cliente-governo) e André Telles (diretor de wholesale), Sr. Telêmaco: Leonardo Queiroz (diretor top cliente), da TIM.

VISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 22/2012 - P-AGS 925150

Nº Processo: 254/2012. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de Instituição Pública ou Privada, credenciada como Agência de Interação, para propiciar a plena operacionalização de estágio de especialização que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior para a Graduação Jurídica, conforme especificações e condições constantes no Edital e seus anexos. Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 03/07/2012 de 08h00 às 12h00 e de 14h às 17h45. Endereço: Rua Quilômetro 04, Bloco B, Sala 301/305 - Edifício Parque Cidades Corporative Axa Sul - BRASÍLIA - DF. Entrega das Propostas: a partir de 03/07/2012 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 13/07/2012 às 08h00 site www.comprasnet.gov.br.

KARINA MALDO MARRA
Coordenadora de Compras e Contratos

(SISDEC - 02/07/2012) 925150-02600-2012NE000009

COMUNICAÇÃO Nº 108, DE 2 DE JULHO DE 2012

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, em razão da não localização dos interessados nos endereços constantes dos autos de infração lavrados, torna público, sob a forma de extrato, que os autos identificados deverão:

1- Apresentar RECURSO no prazo de 10 (dez) dias contados a partir desta publicação ou, alternativamente, em igual prazo, recolher a multa combinada com desconto de 30% (trinta por cento) ou, ainda, recolher o valor integral no prazo de 30 (trinta) dias contados de igual forma. Após o vencimento a multa deverá ser acrescida de encargos moratórios legais conforme Lei 9.340/96 e Lei 9.491/96. Multas vencidas e não pagas em 90 dias a partir desta publicação sujeitam o registro de inadimplência junto ao CADIN/SUBACEN (inscrição de débito na dívida ativa e posterior execução fiscal). Os recursos deverão ser apresentados no 3º andar do Módulo "I" do SGAN Quadra 603, em Brasília/DF, CEP 70.830-902, enviando o documento, obrigatoriamente assinado, a identificação pessoal do signatário, que deverá fazer a devida comprovação de sua capacidade para assinar ou outorgar poderes para representação, sob pena de desentranhamento da peça dos autos e o não reconhecimento pela autoridade julgadora.

NOME/RAZÃO SOCIAL	CNPJ/CNPJ	PROCESSO	AUTO DE INFRAÇÃO	VALOR R\$
ALEXSANDRO BORGES RAMALHO	119.848.008/01	48621.000435/2011-14	361796	35.000,00
ANTONIO FURTADO TABOSA	356.322.702-33	48600.001043/2010-26	246092	30.000,00
AUTO POSTO IAPURU LTDA	02.854.432/0001-30	48506.001764/2011-18	343128	5.000,00
AUTO POSTO MARCELO LTDA	11.191.417/0001-76	48421.000392/2011-40	284188	10.000,00
CICERO ROBERTO DOS SANTOS	09.493.284/0001-97	48421.000338/2011-15	317612, 315084	400.000,00
OSMOS COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	05.756.078/0001-97	48621.000233/2011-52	324965	10.000,00
ITACRI - INDUSTRIA QUIMICA DE ITAPRA LTDA	05.322.439/0001-01	48610.001574/2010-23	297965	121.000,00
JAIR BUENO & CIA LTDA	10.174.701/0001-09	48621.000245/2010-36	305607 e 321205	40.000,00
JAIR BUENO & CIA LTDA	10.174.701/0001-09	48621.000245/2010-36	343482	570.000,00
JOSE OSVALDO DE OLIVEIRA TRANSOULVEIRA	78.815.258/0001-28	48610.016711/2010-24	341138	67.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/assessoria/verifica> pelo código 00032012070300100

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.203-2 de 24/04/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 216/2012 USAG 323028

Nº Processo: 48500002056201236

DISPENSA Nº 07/2012 Contratante: AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL CNPJ Contratado: 06052342000137 Contratado: MAXETRON SERVIÇOS DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES LTDA. Objeto: Aquisição de 1 assinatura eletrônica de uso do sistema Mailing List de imprensa e pacote MaxMail com 100.000 emails com acesso por meio de login e senha Fundamento Legal: Lei 8.666/93 Vigência: 29/06/2012 a 29/06/2013. Valor Total: R\$6.850,00. Fonte: 174033273 - 2012NCR00548 Data de Assinatura: 29/06/2012.

(SICON - 02/07/2012) 323028-00001-2012NE000189

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2012 USAG 323028

Número do Contrato: 226/2011

Nº Processo: 48500001303201104

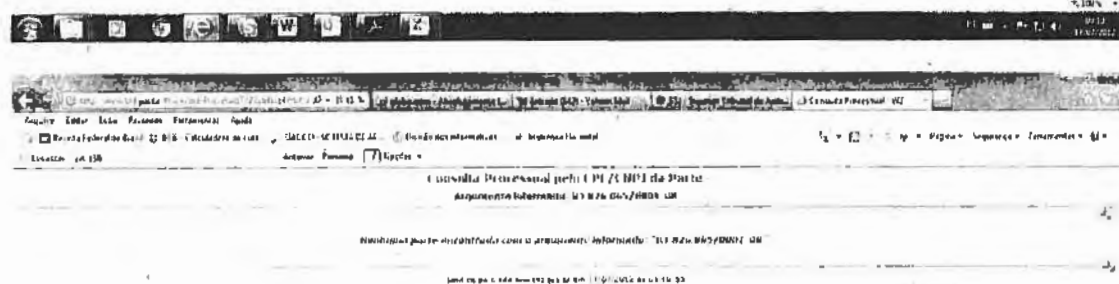
PREGÃO SISPP Nº 27/2011 Contratante: AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL CNPJ Contratado: 29309127000179 Contratado: AMIL ASSISTENCIA MEDICA - INTERNACIONAL S.A. Objeto: Prorrogação vigência por 12 meses, reajustar valor por falta de benefícios em 7,99%, alterar quantidades atenuadas de adesões, aumentar valor total do contrato em 9,7%. Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Vigência: 01/07/2012 a 01/07/2013. Data de Assinatura: 28/06/2012

(SICON - 02/07/2012) 110245-00001-2012NCR00189

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS
NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEISEXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2
AO CONTRATO Nº 7147-DE-ANP-014-819

Processo: 48610.014824-2009-84 Contratante: AGENCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP. Contratada: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - UFPR E A FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ PARA O DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E DA CULTURA-FUNPAR. Objeto: Prorrogação a vigência de Contrato original por até 12 (doze) meses, contados a partir de 14/05/2012, e acrescer o valor do contrato original em 11,1% (onze inteiros e um décimo por cento) aproximadamente, adicionando a Análise de Metanol em Etanol ou Gasolina e Estabilidade à Oxidação no ensaio de Biodiesel. Fundamento legal: Artigos 57, inciso II, e 65, inciso I, §1º, da Lei nº 8.666/93. Valor estimado: R\$3.775.049,45 (três milhões, setecentos e setenta e cinco mil quatrocentos e noventa e quatro reais e cinco centavos), referente ao período supracitado. Assinado por: Magda Maria de Regina Chabrier, Diretora-Geral da ANP, Zaki Akel Sobrinho, Reitor da UFPR e Paulo Melo Garcia, Diretor-Superintendente da FUNPAR. Data de assinatura: 11/05/2012.

[illegible][illegible][illegible]



151
M

Consulta de Processos

Processo	Descrição	Valor
Processo 1	Processo 1	1
Processo 2	Processo 2	2
Processo 3	Processo 3	3
Processo 4	Processo 4	4
Processo 5	Processo 5	5
Processo 6	Processo 6	6
Processo 7	Processo 7	7
Processo 8	Processo 8	8
Processo 9	Processo 9	9
Processo 10	Processo 10	10

Exibir a Descrição dos dados e os dados em uma única tabela.

Visualizar a Descrição

Barra de Ferramentas: [Botões de Ferramentas]

Consulta de Processos

Processo	Descrição	Valor
Processo 1	Processo 1	1
Processo 2	Processo 2	2
Processo 3	Processo 3	3
Processo 4	Processo 4	4
Processo 5	Processo 5	5
Processo 6	Processo 6	6
Processo 7	Processo 7	7
Processo 8	Processo 8	8
Processo 9	Processo 9	9
Processo 10	Processo 10	10

Exibir a Descrição dos dados e os dados em uma única tabela.

Visualizar a Descrição

Barra de Ferramentas: [Botões de Ferramentas]

Busca processual

Número do CPF/CNPJ

Code	Page	Topic	Author	Date
1	1	1	1	1
2	2	2	2	2
3	3	3	3	3
4	4	4	4	4
5	5	5	5	5
6	6	6	6	6
7	7	7	7	7
8	8	8	8	8
9	9	9	9	9
10	10	10	10	10
11	11	11	11	11
12	12	12	12	12
13	13	13	13	13
14	14	14	14	14
15	15	15	15	15
16	16	16	16	16
17	17	17	17	17
18	18	18	18	18
19	19	19	19	19
20	20	20	20	20
21	21	21	21	21
22	22	22	22	22
23	23	23	23	23
24	24	24	24	24
25	25	25	25	25
26	26	26	26	26
27	27	27	27	27
28	28	28	28	28
29	29	29	29	29
30	30	30	30	30
31	31	31	31	31
32	32	32	32	32
33	33	33	33	33
34	34	34	34	34
35	35	35	35	35
36	36	36	36	36
37	37	37	37	37
38	38	38	38	38
39	39	39	39	39
40	40	40	40	40
41	41	41	41	41
42	42	42	42	42
43	43	43	43	43
44	44	44	44	44
45	45	45	45	45
46	46	46	46	46
47	47	47	47	47
48	48	48	48	48
49	49	49	49	49
50	50	50	50	50
51	51	51	51	51
52	52	52	52	52
53	53	53	53	53
54	54	54	54	54
55	55	55	55	55
56	56	56	56	56
57	57	57	57	57
58	58	58	58	58
59	59	59	59	59
60	60	60	60	60
61	61	61	61	61
62	62	62	62	62
63	63	63	63	63
64	64	64	64	64
65	65	65	65	65
66	66	66	66	66
67	67	67	67	67
68	68	68	68	68
69	69	69	69	69
70	70	70	70	70
71	71	71	71	71
72	72	72	72	72
73	73	73	73	73
74	74	74	74	74
75	75	75	75	75
76	76	76	76	76
77	77	77	77	77
78	78	78	78	78
79	79	79	79	79
80	80	80	80	80
81	81	81	81	81
82	82	82	82	82
83	83	83	83	83
84	84	84	84	84
85	85	85	85	85
86	86	86	86	86
87	87	87	87	87

Para o teste de hipótese, a estatística de teste é dada por:

Services publics

Language Development Experiments

Summary 47, Panel 10

425/92

Hyundai Motor Co. Inc.

Finalista Premio de la Juventud

Тема 21. Матрица

Altge-McCord 653

[illegible]

4. —

A *Journal of Applied Behavior Analysis* 1999, 26(1), 1-2.

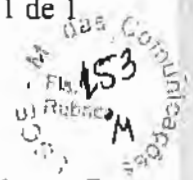
Beispiel für die Umgekehrung:
 $f: \mathbb{R} \rightarrow \mathbb{R}$, $f(x) = x^2$ ist ∇ (surjektiv)

Copyright © 2004 by John Wiley & Sons, Inc. All rights reserved. No part of this publication may be reproduced, stored in a retrieval system, or transmitted, in any form or by any means, electronic, mechanical, photocopying, recording, or by any information storage and retrieval system, without permission in writing from John Wiley & Sons, Inc.

Ind TRF-5

1. 2. 3. 4. 5. 6. 7. 8. 9. 10. 11. 12. 13. 14. 15. 16. 17. 18. 19. 20. 21. 22. 23. 24. 25. 26. 27. 28. 29. 30. 31. 32. 33. 34. 35. 36. 37. 38. 39. 40. 41. 42. 43. 44. 45. 46. 47. 48. 49. 50. 51. 52. 53. 54. 55. 56. 57. 58. 59. 60. 61. 62. 63. 64. 65. 66. 67. 68. 69. 70. 71. 72. 73. 74. 75. 76. 77. 78. 79. 80. 81. 82. 83. 84. 85. 86. 87. 88. 89. 90. 91. 92. 93. 94. 95. 96. 97. 98. 99. 100. 101. 102. 103. 104. 105. 106. 107. 108. 109. 110. 111. 112. 113. 114. 115. 116. 117. 118. 119. 120. 121. 122. 123. 124. 125. 126. 127. 128. 129. 130. 131. 132. 133. 134. 135. 136. 137. 138. 139. 140. 141. 142. 143. 144. 145. 146. 147. 148. 149. 150. 151. 152. 153. 154. 155. 156. 157. 158. 159. 160. 161. 162. 163. 164. 165. 166. 167. 168. 169. 170. 171. 172. 173. 174. 175. 176. 177. 178. 179. 180. 181. 182. 183. 184. 185. 186. 187. 188. 189. 190. 191. 192. 193. 194. 195. 196. 197. 198. 199. 200. 201. 202. 203. 204. 205. 206. 207. 208. 209. 210. 211. 212. 213. 214. 215. 216. 217. 218. 219. 220. 221. 222. 223. 224. 225. 226. 227. 228. 229. 230. 231. 232. 233. 234. 235. 236. 237. 238. 239. 240. 241. 242. 243. 244. 245. 246. 247. 248. 249. 250. 251. 252. 253. 254. 255. 256. 257. 258. 259. 260. 261. 262. 263. 264. 265. 266. 267. 268. 269. 270. 271. 272. 273. 274. 275. 276. 277. 278. 279. 280. 281. 282. 283. 284. 285. 286. 287. 288. 289. 290. 291. 292. 293. 294. 295. 296. 297. 298. 299. 300. 301. 302. 303. 304. 305. 306. 307. 308. 309. 310. 311. 312. 313. 314. 315. 316. 317. 318. 319. 320. 321. 322. 323. 324. 325. 326. 327. 328. 329. 330. 331. 332. 333. 334. 335. 336. 337. 338. 339. 340. 341. 342. 343. 344. 345. 346. 347. 348. 349. 350. 351. 352. 353. 354. 355. 356. 357. 358. 359. 360. 361. 362. 363. 364. 365. 366. 367. 368. 369. 370. 371. 372. 373. 374. 375. 376. 377. 378. 379. 380. 381. 382. 383. 384. 385. 386. 387. 388. 389. 390. 391. 392. 393. 394. 395. 396. 397. 398. 399. 400. 401. 402. 403. 404. 405. 406. 407. 408. 409. 410. 411. 412. 413. 414. 415. 416. 417. 418. 419. 420. 421. 422. 423. 424. 425. 426. 427. 428. 429. 430. 431. 432. 433. 434. 435. 436. 437. 438. 439. 440. 441. 442. 443. 444. 445. 446. 447. 448. 449. 450. 451. 452. 453. 454. 455. 456. 457. 458. 459. 460. 461. 462. 463. 464. 465. 466. 467. 468. 469. 470. 471. 472. 473. 474. 475. 476. 477. 478. 479. 480. 481. 482. 483. 484. 485. 486. 487. 488. 489. 490. 491. 492. 493. 494. 495. 496. 497. 498. 499. 500. 501. 502. 503. 504. 505. 506. 507. 508. 509. 510. 511. 512. 513. 514. 515. 516. 517. 518. 519. 520. 521. 522. 523. 524. 525. 526. 527. 528. 529. 530. 531. 532. 533. 534. 535. 536. 537. 538. 539. 540. 541. 542. 543. 544. 545. 546. 547. 548. 549. 550. 551. 552. 553. 554. 555. 556. 557. 558. 559. 560. 561. 562. 563. 564. 565. 566. 567. 568. 569. 570. 571. 572. 573. 574. 575. 576. 577. 578. 579. 580. 581. 582. 583. 584. 585. 586. 587. 588. 589. 590. 591. 592. 593. 594. 595. 596. 597. 598. 599. 600. 601. 602. 603. 604. 605. 606. 607. 608. 609. 610. 611. 612. 613. 614. 615. 616. 617. 618. 619. 620. 621. 622. 623. 624. 625. 626. 627. 628. 629. 630. 631. 632. 633. 634. 635. 636. 637. 638. 639. 640. 641. 642. 643. 644. 645. 646. 647. 648. 649. 650. 651. 652. 653. 654. 655. 656. 657. 658. 659. 660. 661. 662. 663. 664. 665. 666. 667. 668. 669. 670. 671. 672. 673. 674. 675. 676. 677. 678. 679. 680. 681. 682. 683. 684. 685. 686. 687. 688. 689. 690. 691. 692. 693. 694. 695. 696. 697. 698. 699. 700. 701. 702. 703. 704. 705. 706. 707. 708. 709. 710. 711. 712. 713. 714. 715. 716. 717. 718. 719. 720. 721. 722. 723. 724. 725. 726. 727. 728. 729. 730. 731. 732. 733. 734. 735. 736. 737. 738. 739. 740. 741. 742. 743. 744. 745. 746. 747. 748. 749. 750. 751. 752. 753. 754. 755. 756. 757. 758. 759. 760. 761. 762. 763. 764. 765. 766. 767. 768. 769. 770. 771. 772. 773. 774. 775. 776. 777. 778. 779. 780. 781. 782. 783. 784. 785. 786. 787. 788. 789. 790. 791. 792. 793. 794. 795. 796. 797. 798. 799. 800. 801. 802. 803. 804. 805. 806. 807. 808. 809. 810. 811. 812. 813. 814. 815. 816. 817. 818. 819. 820. 821. 822. 823. 824. 825. 826. 827. 828. 829. 830. 831. 832. 833. 834. 835. 836. 837. 838. 839. 840.

Expos 10 3428 27/2
ri dnam 01 3428 01/2
146 44 3-4 1150

**STJ - O Tribunal da Cidadania****Processos**

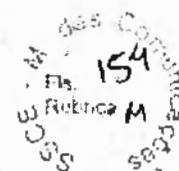
PROCESSO : **SS 1588** UF: **SE** REGISTRO: **2006/0030424-5**
SUSPENSÃO DE SEGURANÇA
AUTUAÇÃO : **14/02/2006**
REQUERENTE : **MUNICÍPIO DE TOBIAS BARRETO**
REQUERIDO : **DESEMBARGADOR RELATOR DO MANDADO DE SEGURANÇA NR 2006101227 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE**
RELATOR(A) : **Min. PRESIDENTE DO STJ -**
ASSUNTO : **DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - Atos Administrativos**
LOCALIZAÇÃO: **Entrada em SEÇÃO DE DOCUMENTOS JUDICIÁRIOS em 10/03/2006**

FASES

10/03/2006 - 06:03 - PROCESSO ARQUIVADO NA CAIXA Nº 13655
08/03/2006 - 08:18 - PROCESSO REMETIDO AO ARQUIVO (SEÇÃO DE DOCUMENTOS JUDICIÁRIOS)
08/03/2006 - 08:18 - DECURSO DE PRAZO SEM RECURSO OU MANIFESTAÇÃO DA DECISÃO DE FLS. 40/42
03/03/2006 - 11:04 - PROCESSO DEVOLVIDO
03/03/2006 - 10:48 - PROCESSO RETIRADO PELO ADVOGADO LUIZ FERNANDO VALLADÃO NOGUEIRA (REPRESENTANTE: HERCILIO SOUZA FILHO)
24/02/2006 - 11:59 - MANDADO DE INTIMAÇÃO COM O CIENTE DO REPRESENTANTE DO(A) MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL EM 21/02/2006 ARQUIVADO NESTA COORDENADORIA
23/02/2006 - 13:46 - MANDADO DE INTIMAÇÃO COM O CIENTE DO REPRESENTANTE DO(A) MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL EM 21/02/2006 ARQUIVADO NESTA COORDENADORIA
21/02/2006 - 09:10 - **DECISÃO DO MINISTRO PRESIDENTE PUBLICADA NO DJ DE 21/02/2006**
17/02/2006 - 15:29 - DECISÃO DO MINISTRO PRESIDENTE DEFERINDO PEDIDO AGUARDANDO PUBLICAÇÃO (PREVISTA PARA 21/02/2006)
17/02/2006 - 09:04 - PROCESSO RECEBIDO NA COORDENADORIA
14/02/2006 - 17:04 - PROCESSO REGISTRADO EM 14/02/2006
14/02/2006 - 15:25 - CONCLUSÃO AO MINISTRO PRESIDENTE

Em caso de dúvidas, fale conosco:
Seção de Informação Processual
(61) 3319-8410, 3319-8411, 3319-8412 e 3319-8225
informacao.processual@stj.jus.br

Superior Tribunal de Justiça



SUSPENSÃO DE SEGURANÇA Nº 1.588 - SE (2006/0030424-5)

REQUERENTE : MUNICÍPIO DE TOBIAS BARRETO
ADVOGADO : ELAINE LÍDIA SANTOS DE SOUZA E OUTRO
REQUERIDO : DESEMBARGADOR RELATOR DO MANDADO DE
SEGURANÇA NR 2006101227 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
ESTADO DE SERGIPE
IMPETRANTE : FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA
ADVOGADO : ANTÔNIO FERNANDO VALERIANO

DECISÃO

Noticiando firmado, já, contrato com empresa especializada para a edificação e montagem de camarote em praça pública, com vistas aos festejos carnavalescos a serem realizados, de 16 a 19 do corrente, em Tobias Barreto – SE, a FM Tobias Barreto Almeida Reis Ltda. (FM Luandê) impetrou Mandado de Segurança contra ato da Prefeitura daquela localidade, que supostamente se omitira em analisar e/ou emitir a autorização respectiva.

Para tanto, disse endereçado ao Secretário de Infra-Estrutura do Município requerimento que atendia a todas as especificações a tanto necessárias, pedido esse reeditado nos dias 09 e 10 de fevereiro, e ainda assim não apreciado – o que estaria, concluiu, a lhe causar prejuízo de grande monta.

Apreciando a questão, o em. Desembargador Relator concedeu a liminar, *“para que os camarotes sejam montados observando todas as regras técnicas cabíveis à espécie e sob a fiscalização dos órgãos competentes”* (fl. 37), tudo ao entendimento de que constatada a omissão do Poder Público, *“pois a documentação acostada ao pleito não se mostra transgressora das regras municipais exigidas, inclusive estabelece a impetrante contrato com a empresa responsável pela montagem em termos bastante específicos”* (fl. 36).

Por isso o pedido de suspensão, agora, ao argumento de que inexistente o direito líquido e certo reclamado pela parte contrária, que *“a menos de uma semana do início do evento 'bombardeou autoridades do 2º e 3º escalão municipal com uma série de pedidos, e dois dias após o primeiro pedido já se dizia vítima de ato omissivo da Prefeitura Municipal”* (fl. 05). Afirma ofendidos dispositivos do Código Civil, do Código de Processo Civil, da Lei do Mandado de Segurança e da Lei de Licitações, concluindo que *“a conveniência administrativa de colocarem-se, ou não, camarotes na festa 'CARNA TOBIAS' não é matéria que possa ser invadida pelo Poder*

Superior Tribunal de Justiça

Judiciário" (fl. 07).

Por fim, diz malferida a ordem pública, ao exclusivo argumento de que "o MM. Desembargador mandou colocar camarote no canteiro central do espaço mais concorrido da festa 'CARNA TOBIAS', em detrimento de todo longo e cuidadoso planejamento desse evento anual"; a segurança "pois a colocação de camarote naquele espaço dificulta a evolução do desfile, provocando um grande acotovelamento do público, prestando-se a gerar tumulto", e também a economia local, "com a cessão gratuita ao lucro de um de algo – a rua – que pertence ao povo de Tobias Barreto" (fls. 07/08).

No exame do pedido de suspensão a regra é ater-se, o Presidente do Tribunal, às razões inscritas na Lei 4.348/64, art. 4º, resguardando a análise das questões de mérito para as vias ordinárias, no momento oportuno. Isto porque não se admite, nesta via, exame das questões de fundo trazidas com a lide, devendo a análise da demanda cingir-se, apenas, à potencialidade lesiva da decisão impugnada.

Anoto, portanto, que a argumentação trazida como sustentáculo do pedido de suspensão remonta, em sua totalidade, à alegação de suposta ofensa à ordem jurídica - e de lesão à ordem jurídica não se há falar na excepcional via da suspensão de segurança, cujo resguardo se acha assegurado na via recursal própria.

Na lição de Hely Lopes Meirelles (in Mandado de Segurança: Ação Popular, Ação Civil Pública, Mandado de Injunção, 'Habeas Data', Malheiros, 16ª Ed., p. 64), "interpretando construtivamente e com largueza a 'ordem pública', o então Presidente do TFR e atual Ministro do STF José Néri da Silveira explicitou que nesse conceito se compreende a ordem administrativa em geral, ou seja, a normal execução do serviço público, o regular andamento das obras públicas, o devido exercício das funções da Administração pelas autoridades constituídas'. Realmente, assim há que ser entendido o conceito de ordem pública para que o Presidente do Tribunal competente possa resguardar os altos interesses administrativos, cassando liminar ou suspendendo os efeitos da sentença concessiva de segurança quando tal providência se lhe afigurar conveniente e oportuna".

De tal passagem, possível inferir que o conceito de ordem pública, já numa leitura alargada e construtiva compreende, apenas, o conjunto de

Superior Tribunal de Justiça



direitos cuja obediência o Estado impõe, executa e fiscaliza, em salvaguarda de interesses substanciais da sociedade. A tal não se equivale eventual ofensa à ordem jurídica, não havendo, aqui, espaço para a análise de eventuais *error in procedendo* e *error in judicando*, restrita às vias ordinárias.

Por outro lado, cumpre ressaltar que a suspensão de segurança é medida extrema que só será deferida se presente ao menos um dos requisitos inerentes à concessão, ou seja, se a decisão impugnada causar grave lesão à ordem, à economia, à saúde ou à segurança públicas. A existência de situação de grave risco ao interesse público, trazida como justificativa da pretensão, há de resultar concretamente demonstrada por quem requer a providência excepcional.

Não basta, para tanto, a mera e unilateral declaração de que da decisão resultarão comprometidos os valores sociais protegidos pela medida de contra-cautela. O prejuízo alegado, aqui, deverá ser efetivamente demonstrado e comprovado, o que não ocorreu, já que restrita, a demanda, à mera, unilateral e não comprovada declaração de que, a permanecer o decisório, ofendidos estariam os valores sociais tutelados pela norma de regência.

Nítida, portanto, a pretensão do requerente de utilizar a excepcional via como sucedâneo recursal, para modificar decisão que lhe é desfavorável, o que não se admite, consoante orientação anotada nas Suspensões de Segurança nº 605/BA, nº 626/PB, nº 643/AC, nº 773/PB, nº 815/DF, nº 821/RJ, nº 905/RN, nº 909/AM, nº 917/PE, nº 924/RJ, nº 945/MG, nº 949/PA, nº 955/PI, nº 957/MS, nº 959/RJ, nº 960/AC e nº 970/RN e na Pet nº 1.622/PR, dentre tantas outras.

Assim, indefiro o pedido.

Publique-se.

Brasília (DF), 15 de fevereiro de 2006.

MINISTRO EDSON VIDIGAL

Presidente

**ANATEL**Agência Nacional
de Telecomunicações

BOM DIA

MARIANNE PEREIRA ROSA

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SRD » Consultas » Técnicos » **Plano Básico** | Internet | tela | menu | ajuda

Tela Inicial



Resultado da Consulta

Plano Básico - FM

Lagarto/SE

| Canal | Classe | Entidade | Localidade | Fase | Situação |
|--------------|--------|-------------------------------------|------------|------|----------|
| <u>230</u> | C | (Concorrência: 48/2010) | | 0 | |
| <u>234</u> | A4 | RADIO FM APARECIDA DO NORDESTE LTDA | | 3 | I |
| <u>264</u> | A1 | RADIO ELDORADO DE LAGARTO LTDA | | 3 | D |
| <u>293 E</u> | C | | | 0 | |

Usuário: anatel\marianne.mc - MARIANNE PEREIRA ROSA

Data: 17/07/2012

Hora: 09:45:41

Registro 1 até 4 de 4 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

Min. das Comunicações
Fls. 157
Rubrica

**ANATEL**Agência Nacional
de TelecomunicaçõesBOM DIA
MARIANNE PEREIRA ROSASistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SRD » Consultas » Geral | Internet | tela | menu ajuda

Tela Inicial Resultado da Consulta

Consulta Geral

| Canal/Freq | Entidade | UF | Localidade | Serviço | Fase | Situação | Car. |
|------------|--|----|----------------|---------|------|----------|------|
| <u>241</u> | FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS
LTDA | SE | Tobias Barreto | FM | 2 | H | |

Usuário: anatel\marianne.mc - MARIANNE PEREIRA ROSA

Data: 17/07/2012

Hora: 09:47:20

Registro 1 até 1 de 1 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

Pesquisa confirmada
em 05/11/2012
M^s Monica Lima

M das Comarca
Fls. 158
Rubrica M

**ANATEL**Agência Nacional
de TelecomunicaçõesSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » Perfil das Empresas menu ajuda



Dados da consulta



Consulta

Perfil das Empresas - FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA

CNPJ: 03826865000108

Presidente:

Endereço: AVENIDA 7 DE JUNHO - CENTRO

E-mail:

Capital Social: 150.000,00

Reserva de Capital:

Total: 150.000,00

Quadro Societário

| CNPJ / CPF | NOME | Qtd. Cotas | Vir. Cotas |
|----------------|-------------------------------|------------|------------|
| 392.942.185-20 | MARCELLUS DE OLIVEIRA ALMEIDA | 105.000 | 105.000,00 |
| 600.564.601-04 | RONIN MARQUES DOS SANTOS | 45.000 | 45.000,00 |

Conselho**Diretoria**

| CNPJ / CPF | NOME | Cargo | INDICAÇÃO |
|----------------|-------------------------------|---------|-----------|
| 392.942.185-20 | MARCELLUS DE OLIVEIRA ALMEIDA | GERENTE | |

Registro 1 até 1 de 1 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

Voltar



Imprimir



Exportar Excel

Resquisa confirmada
em 06/11/2012
M^{re} Mônica Lima

Comunicações
Fls. 159
Rubrica
M. 30/05/2012



ANATEL

Agência Nacional
de Telecomunicações

BOM DIA
MARIANNE PEREIRA ROSA

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » **Consulta Participação do Sócio -
RADIO DIFUSÃO**

internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Participação do Sócio - MARCELLUS DE OLIVEIRA ALMEIDA

| Serviço | UF | Município | Nome
Entidade |
|---------|----|----------------|-------------------------------------|
| 230 | SE | Tobias Barreto | FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA |

Registro 1 até 1 de 1 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

Voltar

**ANATEL**Agência Nacional
de TelecomunicaçõesBOM DIA
MARIANNE PEREIRA ROSASistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » *Consulta Participação do Sócio -*
RADIODIFUSÃO

internet tela menu ajuda



Dados da consulta



Resultado

Consulta Participação do Sócio - RONIN MARQUES DOS SANTOS

| Serviço | UF | Município | Nome
Entidade |
|---------|----|----------------|-------------------------------------|
| 230 | SE | Tobias Barreto | FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA |

Registro 1 até 1 de 1 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

Voltar

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial



Nota Técnica nº 217/2012/ GTCO/SCE-MC

ASSUNTO: Encaminha autos dos processos da Concorrência nº 048/2010-CEL/MC, para análise da Consultoria Jurídica com vistas à homologação do certame.

Referência: Processo Principal nº 53000.007417/2010-40 (Conc. nº 048/2010-CEL/MC)
Processo nº 53000.041092/2010-24 (licitante)

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de procedimento licitatório de outorga referente à Concorrência nº 048/2010, para execução de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, para a localidade de Lagarto/SE.
2. A Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão encaminha autos dos processos da concorrência para manifestação da Consultoria Jurídica deste Ministério quanto à possibilidade de homologação do certame para a pretensa vencedora FM Tobias Barreto Almeida Reis Ltda., que obteve o maior valor ponderado.

ANÁLISE

3. Em cumprimento à Ordem de Serviço, certificamos que, até a presente data, não consta do processo 53000.041092/2010-24 pendência de recurso sem apreciação pela Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão.
4. Foram, também, realizadas, em nome da proponente em comento, pesquisas junto aos sítios eletrônicos do Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Regional Federal da Primeira e Quinta Região, bem como Justiça Federal do DF e SE, extratos anexados.
5. O extrato eletrônico do SRD da ANATEL atesta a existência do canal licitado (canal 230, Classe C).
6. Consta do SRD e ao SIACCO – Sistema de Acompanhamento de Controle Societário da ANATEL, que a empresa e suas sócias não estão em desacordo com os limites fixados pelo art. 12 do Decreto-Lei nº 236/67.
7. Ressalta-se que a localidade não se encontra em faixa de fronteira.

CONCLUSÃO

8. Pelo exposto, concluímos que o processo está apto a ser encaminhado à Consultoria Jurídica para análise e manifestação quanto à regularidade processual. À consideração superior.

Brasília, 25 de julho de 2012.

Marianne Pereira Rosa

MARIANNE PEREIRA ROSA

Analista do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial

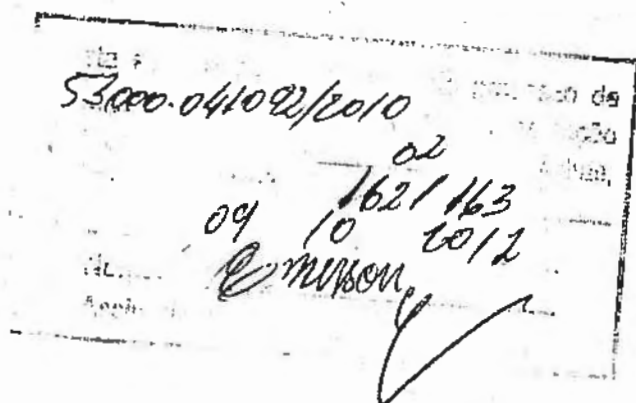
De acordo. Encaminhem-se os autos da concorrência em comento, como proposto.

Brasília, 2 de julho de 2012.

Carlos Alberto Martins Gold Junior

CARLOS ALBERTO MARTINS GOLD JUNIOR

Vice Presidente da Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo, 1º andar, Sala 132 - Oeste, 70044-900 - Brasília - DF
(61) 3311-6358

Ofício nº 523 /2012/GTCO/SCE-MC

Brasília, 09 de agosto de 2012.

Ao Senhor: (s) Sócio(s) Gerente(s)
FM Tobias Barreto Almeida Reis Ltda
Av. 07 de junho, 598 - Centro
Tobias Barreto/SE
Cep: 49.300-000

Referência: Processo nº 53000.041092/2010

Assunto: Encaminha COTA N. 949/2012/GLS/TFC/CGCE/CONJUR-MC/AGU- Conc. 048.2010.

Senhor Sócio-Gerente,

1. Por manifestação da Consultoria Jurídica, deste Ministério, expressa nos autos do processo de nº 53000.041092/2010, concorrência nº 048/2010, por meio da COTA n. 949/2012/GLS/TFC/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU, que segue em anexo ao presente, a Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão, abre prazo para que o sócio administrador, da licitante em tela, se manifeste acerca das informações pleiteadas.
2. Todos os documentos deverão ser apresentados em original ou cópias autênticas.
3. Fica conferido o prazo de 30(trinta) dias corridos, a contar do recebimento deste ofício, expedido com AR- Postal, para instrução do pedido com a documentação exigida, **sendo que o não atendimento ou atendimento parcial de tais exigências será entendido como desinteresse no prosseguimento do feito e implicará no cancelamento da outorga.**

Atenciosamente,


DENISE MENEZES DE OLIVEIRA

Presidente da Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA



COTA Nº 949/2012/GLS/TFG/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU

PROCESSO Nº 53000.041092/2010-40

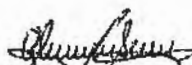
ASSUNTO : Concorrência 048/2010. Localidade de Lagarto, no Estado de Sergipe. Houve a necessidade de diligências, com arrimo no art.43, §3º da Lei 8.666/93.

Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica,

Trata-se de procedimento administrativo referente à Concorrência 048/2010 deflagrada para conferir permissão para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no que tange à localidade de Lagarto, no Estado de Sergipe.

2. O certame encontra-se na fase de homologação.
3. A Conjur sugere que a CPLR diligencie, com fulcro no art.43, §3º da Lei 8.666/93, a fim de que a empresa FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA esclareça: se as Certidões da Comarca de Aracaju apresentadas às fls. 59, 60, 61, 62 e 79, abrangem todo o Estado de Sergipe, e se a entidade esteve ativa no ano de 2000.
4. Na oportunidade, solicita também que a CPRL verifique, se a entidade possui outras outorgas.

Brasília, 21 de agosto de 2012.


GLÁUCIA LIMA DA SILVA
Estagiária de Direito


TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK
Advogada da União
Coordenadora Jurídica de Licitação de Radiodifusão e Assuntos Administrativos Diversos



Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
CONFORME PORTARIA Nº 336 DE 11 DE JULHO DE 2003

REQUERIMENTO DE VISTA, CÓPIAS E CERTIDÕES DE PROCESSOS E DOCUMENTOS.

Considerando o interesse em informações relativas ao Processo de: () Outorga, () Pós-Outorga ou () Acompanhamento e Avaliação, solicito, junto ao atual responsável da unidade na qual o processo se encontra:

(X) Vista do Processo;

(X) Cópias dos autos do Processo - folhas 01 à folhas 98;

() Certidão do Processo;

Processo nº **53000.041092/2010 - FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA.**

Relativo ao Serviço de: () Rádio Comunitária / () Rádio/TV Educativa / (X) Rádio/TV Comercial / () RTV / () SARC

Nome do interessado: **ALEXANDRE ANTONIO DE SOUZA**

Endereço completo: **SHS - QUADRA 2 - BLOCO J - LOJA 2 - EDIFÍCIO HOTEL BONAPARTE RESIDENCE**

CEP: **70.322-901**

UF/Município: **BRASÍLIA - DF**

Telefones: **(61) 3323-3797; 9986-2032**

Motivação da solicitação e da afirmação da qualidade de interessado: **CONHECER O PROCESSO**

O interessado deverá assinalar a sua qualificação, considerando os itens abaixo e ainda, deverá comprovar a sua condição por meio de documento a ser anexado a esta solicitação antes da realização de vista, reprodução da cópia (prazo 5 dias) ou solicitação da certidão (prazo 5 dias). Podem requerer vista, certidões e cópias de processos e documentos interessados, nos termos da Lei 9.784 de 1999, conforme a seguir especificado:

- () I - Pessoas físicas ou jurídicas, que os tenham dado início como titulares de direitos ou interesses individuais ou no exercício do direito de representação*;
- () II - Pessoas físicas ou jurídicas, ou os seus representantes legais, que, mesmo sem os terem iniciado, possam ter direitos ou interesses afetados por decisões neles proferidas ou a serem adotadas*;
- () III - As Organizações ou as Associações representativas, em defesa de direitos e interesses coletivos**;
- () IV - As pessoas ou as Associações legalmente constituídas ou seus representantes legais, em defesa de direitos e interesses difusos**;

*Representantes Legais / Procuradores - Anexar cópia da Identidade e Cópia de Procuração válida ou Cópia da OAB;

**Organizações/Associações representativas - Anexar cópia de documento que comprove a condição de representação do interesse alegado;

Brasília, 08 DE OUTUBRO DE 2012

Assinatura do Solicitante

Em atenção à solicitação apresentada e após averiguação da qualificação de interessado, anexando a devida comprovação junto a este requerimento, providenciar, na presente data, todos os atos necessários à realização do requerido.

Assinatura e Matrícula/Assinatura do Servidor responsável pela autorização do requerido

CARTEIRA DE IDENTIDADE DE ECONOMISTA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA

CONECOM - 1ª REGIÃO - DF

Nº 2377 EXPEDIDA EM 20/04/83

ALEXANDRE ANTONIO DE SOUZA

FILIAÇÃO Joaquim José de Souza e
Maria Rita de Souza

NATURAL DE Guapó - GO

NASCIDO EM 07/09/47 CIE 01075969115

[Assinatura]

Presidente do Conselho Regional de Economia

VALEDO SEMPRE COM CARCA D'ÁGUA

ARCAS DA REPÚBLICA E CORAZU



CONCLUÍU O CURSO EM 06/07/78 NA Assoc. de

Ens. Unif. do DF. UDF

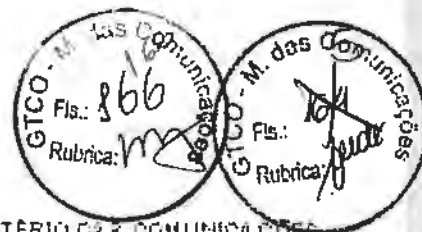
[Assinatura]

ECONOMISTA

CONFORME AS LEIS NºS 1411/51 E 8031/74 ESTA CARTEIRA

"CONSTITUI PROVA DE IDENTIDADE PARA TODOS OS EFEITOS LEGAIS" E TEM "FE PÚBLICA"

Nesta data anexei aos autos do processo de
nº 53000041092/10 a documentação
a seguir constituída: 05 folhas,
que assim numerai: 164 | 168
Data: 18 | 10 | 2012
Nome: Selma de
Assinatura: [assinatura]



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 048797/2012-34

SEPRODIALOG/COLOG/CGRL SPO

15/10/2012-15 97

ILUSTRÍSSIMA SENHORA

DOUTORA DENISE MENEZES DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE SERVIÇOS
DE RÁDIO-DIFUSÃO

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Referência: Ofício n.º 523/2012/GTCO/SCE/MC

Processo n.º 53000.041092/2010

CELOC. 048/10

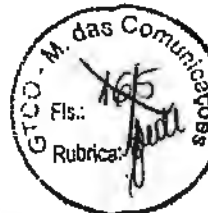
FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o número 03.826.865/0001-08, situada na Avenida 7 de Junho, n.º 598, Centro, CEP 49.300-000 – Tobias Barreto, Sergipe – CEP 49.300-000, neste ato representada por seu procurador Diógenes José de Oliveira Almeida, vem, mui respeitosamente, manifestar acerca das informações solicitadas pela COTA N.º 949/2012/GLS/TFC/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU, conforme segue:

Pela citada COTA é solicitado esclarecimentos quanto as certidões acostadas aos autos de fls. 59, 60, 61, 62, 79 e se a entidade esteve ativa no ano de 2000, bem como se possui outras outorgas.

a) fls. 59 - Certidão Negativa de Natureza Cível referente ao Senhor Marcellus de Oliveira Almeida fornecida pelo Poder Judiciário do

162

Estado de Sergipe - Cartório Distribuidor da Comarca de Aracaju - domicílio Aracaju - SE;



b) fls. 60 - Certidão Negativa de Natureza Cível referente ao Senhor Marcellus de Oliveira Almeida fornecida pelo Poder Judiciário do Estado de Sergipe - Cartório Distribuidor da Comarca de Aracaju - domicílio de Tobias Barreto - SE;



c) fls. 61 - Certidão Negativa de Natureza Penal referente ao Senhor Marcellus de Oliveira Almeida fornecida pelo Poder Judiciário do Estado de Sergipe - Cartório Distribuidor da Comarca de Aracaju - domicílio Aracaju - SE;

d) fls. 62 - Certidão Negativa de Natureza Penal referente ao Senhor Marcellus de Oliveira Almeida fornecida pelo Poder Judiciário do Estado de Sergipe - Cartório Distribuidor da Comarca de Aracaju - domicílio de Tobias Barreto - SE;

e) fls. 79 - Certidão Negativa de Natureza de Falência, Concordata, Recuperação Judicial e Extrajudicial referente a empresa FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA. pelo Poder Judiciário do Estado de Sergipe - Cartório Distribuidor da Comarca de Aracaju - domicílio Tobias Barreto - SE;

A Resolução n.º 61/2006 do Poder Judiciário do Estado de Sergipe estabelece em seu artigo 2º, *in verbis*:

"A certidão "on-line", folha corrida "on -line", bem como aquelas extraídas no cartório de distribuição ou na vara da comarca do domicílio do requerente, terão validade em todos os Estados da Federação até 30 (trinta) dias após a sua emissão".

Portanto, as certidões em comento abrangem todo o Estado de Sergipe.

A entidade FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA., é permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade de Tobias Barreto, Estado Sergipe pela Portaria n.º 279, de 19/03/2002, publicada no DOU de 25/03/2002; pelo Decreto Legislativo n.º 371,

de 11/08/20, publicado no DOU de 12/08/2004; Aprovação de locais pela Portaria n.º 223, de 27/06/2005, publicada no DOU de 30/06/2005 e o Uso de Radiofrequência pelo Ato n.º 51587, de 14/07/2005, publicado no DOU de 18/07/2005, a partir de quando iniciou suas atividades.



Assim, no exercício de 2000 a entidade não estava ativa conforme comprova a Declaração de Imposto de Renda Inativa, anexa.

Tobias Barreto, SE, 09 de outubro de 2012.

Diogenes Jose de Oliveira Almeida
DIOGENES JOSE DE OLIVEIRA ALMEIDA

Procurador

169

Declaração de Pessoa Jurídica - DIPJ/PJ Simplificada

CNPJ: 03.826.865/0001-08 Exercício: 2001 Ano Calendário: 2000
 Forma de Tributação: Inativa
 Data de Transmissão: 24/05/2001 - 11:40:42
 Tipo de Declaração: Original
 Situação: Declaração Recepcionada - Liberada

16:08

Em Brasília - DF

09/10/2012

[Voltar](#)



170

Declaração de Pessoa Jurídica - PJ Simplificada - Inativa

CNPJ: 03.826.865/0001-08 Exercício: 2001 Ano Calendário: 2000
Período: 23/05/2000 a 31/12/2000

Situação da Declaração: Declaração Recepcionada - Liberada
Retificadora: NÃO

Recepção: 24/05/2001 Número do Recibo da Declaração: 3213367710-71

Nome empresarial: FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA

Nome do Representante da Pessoa Jurídica: MARCELLUS DE OLIVEIRA ALMEIDA
CPF: 392.942.185-20

Nome do Responsável pelo Preenchimento da Declaração:
CPF:



15:48

Em Brasília - DF

09/10/2012

Voltar

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão



Nota Técnica nº 894 /2012/CPLR/DEOC/SCE-MC

ASSUNTO: Encaminha autos dos processos da Concorrência nº 048/2010-CEL/MC, após cumprimento de diligência.

Referências: Processo Principal nº 53000.007417/2010 (Conc. nº 048/2010-CEL/MC)
Proc. da Vencedora nº 53000.041092/2010 – FM Tobias Barreto Almeida Reis Ltda

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de procedimento licitatório da Concorrência nº 048/2010-CEL, referente à outorga de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade de Lagarto, Estado de Sergipe, que se encontra em fase de homologação do certame e cujos autos dos processos retornaram da Consultoria Jurídica, por meio da COTA Nº 949/2012/GLS/TFC/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU, para diligência junto à empresa FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA. Ultimada as providências pela CPLR, os autos devem ser encaminhados à CONJUR para parecer conclusivo.

ANÁLISE

2. Em cumprimento à COTA em comento, a Comissão, por meio do Ofício nº 523/2012/GTCO/SCE-MC, cópia acostada às fls. 162/163 dos autos do processo da licitante FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA, solicitou da interessada os esclarecimentos necessários para dirimir dúvida quanto às Certidões da Comarca de Aracaju por ela apresentadas.

3. Às fls. 166/170 do processo nº 53000.041092/2010, foi acostada a resposta da entidade com os esclarecimentos solicitados.

4. Quanto ao item 4 da referida Cota, a CPLR tem a informar que as consultas ao SRD e ao SIACCO, acostadas às fls. 157/160, foram novamente realizadas, obtendo-se os mesmos resultados. Portanto, a empresa e seus sócios encontram-se dentro dos limites estabelecidos pelo Decreto Lei nº 236/67.

CONCLUSÃO

5. Pelo exposto, sugiro o encaminhamento dos autos dos processos da Concorrência nº 048/2010-CEL/MC à Consultoria Jurídica, para emissão de parecer conclusivo quanto à possibilidade de homologação do certame à empresa FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA.

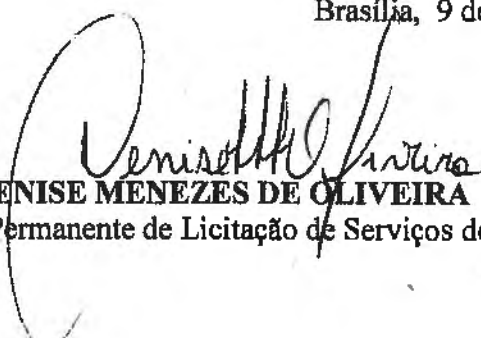
À consideração superior.

Brasília, 8 de novembro de 2012.


MARIA MÔNICA FURTADO R. LIMA
Analista

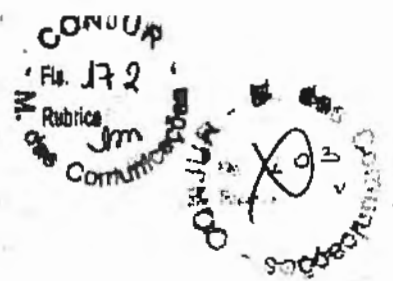
De acordo. Encaminhem-se os autos dos processos da Concorrência à CONJUR, como proposto.

Brasília, 9 de novembro de 2012.


DENISE MENEZES DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA - CGCE



PARECER Nº 1905/2012/TFC/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU
CONCORRÊNCIA n.º 048/2010
PROCESSO PRINCIPAL: 53000.007417/2010
PROPONENTE VENCEDORA: FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA
PROCESSO N.º: 53000.041092/2010
LOCALIDADE: LAGARTO-SE

EMENTA: Análise do procedimento licitatório objeto do Edital de Concorrência n.º 048/2010-SSR/MC, levado a efeito com a finalidade de outorgar permissão para a exploração dos Serviços de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada na localidade de **Lagarto, no Estado de Sergipe**. Pela Homologação do certame, com adjudicação do objeto a licitante **FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA.**, declarada vencedora para a localidade de **Lagarto, no Estado de Sergipe**.

Senhor Coordenador-Geral,

A Comissão Especial de Licitação encaminha para exame e análise desta Consultoria Jurídica o processo em referência, contendo a documentação e a proposta das licitantes que participaram do procedimento licitatório, objeto do Edital da Concorrência n.º 048/2010-SSR/MC, para a localidade de Lagarto, no Estado de Sergipe.

2. O certame em epígrafe se encontra na fase de homologação e adjudicação, a qual corresponde à manifestação de concordância da autoridade competente. Essa concordância se refere a dois aspectos, a saber: legalidade dos atos praticados pela Comissão e conveniência de ser mantida a licitação.

3. No que tange à conveniência da manutenção da licitação, por ser aspecto afeto ao juízo da autoridade, ressaltamos que, caso se entenda pela inconveniência, deverá a licitação ser revogada, desde que preenchidos os requisitos estabelecidos pelo art. 49 da Lei n.º 8.666/93, "in verbis":

"Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

§ 1º A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei.

§ 2º A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei.

§ 3º No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

§ 4º O disposto neste artigo e seus parágrafos aplicam-se aos atos do procedimento de dispensa e de inexigibilidade de licitação".

4. Deste modo, é importante observar que a revogação, nos termos da própria lei, somente será possível se existir motivo superveniente suficiente a justificar tal conduta, nos termos do que preleciona **MARÇAL JUSTEN FILHO**:

"Ao determinar a instauração da licitação, a Administração realiza juízo de conveniência acerca do futuro contrato. Esse juízo é confirmado quando da elaboração e aprovação do ato convocatório. No momento final da licitação, após apurada a classificação, exercita-se novo juízo de conveniência. Não se trata, porém, do mesmo juízo. Exercita-se sobre suportes fáticos distintos. Vale dizer, a Lei

reconhece um condicionamento à revogação. A Administração pode desfazer seus próprios atos, a qualquer tempo, tendo em vista avaliação de sua inconveniência. Tendo concluído que o ato é conveniente e determinado sua prática ou manutenção, a Administração se vincula a essa decisão. Poderá revê-la desde que existam circunstâncias novas, inexistentes ou desconhecidas à época anterior. Logo, não se admite que a Administração julgue, posteriormente, que era Inconveniente precisamente a mesma situação que fora reputada conveniente em momento pretérito". (FILHO, Marçal Justen. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 8 ed. São Paulo, Dialética, 2001. p.481).

5. Entretanto, no que tange aos aspectos mencionados, interessa à análise desta Consultoria Jurídica o exame da legalidade dos atos praticados pela Comissão Especial de Licitação.

6. A licitante FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA., foi declarada vencedora para a localidade de Lagarto, no Estado de Sergipe, conforme a publicação dos Resultados de Julgamentos das Concorrências (fl. 97 do processo principal).

7. Analisando a Concorrência nº 048/2010-SSR/MC para a localidade de Lagarto, no Estado de Sergipe, certifica-se que a referida Comissão observou as regras insculpidas no instrumento convocatório (edital), atendeu o rito procedimental do certame, bem como pugnou pelo cumprimento das exigências legais pertinentes a todo procedimento licitatório, no que tange à habilitação da licitante FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA.

CONCLUSÃO

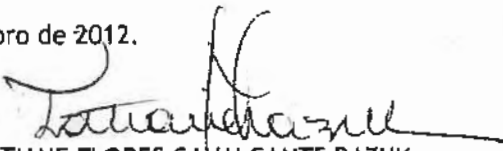
8. Diante do exposto, opinamos pelo seguinte:

a) homologação do certame e a adjudicação da outorga dos serviços de radiodifusão sonora em Frequência Modulada a empresa FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA. declarada vencedora para a localidade de Lagarto, no Estado de Sergipe.

b) à consideração do Sr. Ministro. E, após pelo retorno dos autos à Comissão Especial de Licitação para providências.

À consideração superior.

Brasília, 22 de novembro de 2012.


TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK
Advogada da União

Coordenadora Jurídica de Licitações de Radiodifusão e Assuntos Administrativos Diversos



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA - CGCE



DESPACHO Nº 7036/2012/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU

PROCESSO Nº 53000.007417/2010

ASSUNTO : Fase de homologação.

Aprovo o PARECER Nº 1905/2012/TFC/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU, da lavra da da Advogada da União, Tatiane Flores Cavalcante Razuk.

Encaminhem-se os autos à apreciação pelo Sr. Consultor Jurídico.

Brasília 25 de novembro de 2012.

DANIEL PEREIRA DE FRANCO
Advogado da União

Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DA CONSULTORIA JURÍDICA



DESPACHO Nº 7037/2012/JFB/GAB/CONJUR-MC/AGU

PROCESSO Nº: 53000.007417/2010

ASSUNTO : Fase de homologação.

Aprovo o DESPACHO Nº 7036/2012/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU, da lavra do Advogado da União, Dr. Daniel Pereira de Franco, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica, que aprovou o PARECER Nº 1905/2012/TFC/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU, de autoria da Advogada da União, Dra. Tatiane Flores Cavalcante Razuk.

Encaminhem-se os autos ao Gabinete da Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, em prosseguimento.

Brasília, 13 de dezembro de 2012.


JOSÉ FLÁVIO BIANCHI
Consultor Jurídico

EM BRANCO

Nesta data anexo aos autos do processo de
nº 530000041092/10 documentação
a seguir constituída de 02 folhas,
que assim numerei: 175 1176
Data: 14 / 03 / 2013
Nome: Vania
Assinatura: [assinatura]



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DO MINISTRO

Em 12 de março de 2013.

Acolho o **PARECER Nº1905/2012/TFC/ CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU** e invoco seus fundamentos como razão desta decisão para **HOMOLOGAR** o certame e realizar as adjudicações propostas, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.


PAULO BERNARDO SILVA
Ministro das Comunicações

ANEXO ÚNICO

| Nº DA CONCORRÊNCIA SSR/MC | UF | Localidade | SERVIÇO | PROPONENTE VENCEDORA | Nº PROCESSO |
|---------------------------|----|------------|---------|-------------------------------------|-------------------|
| 048/2010 | SE | LAGARTO | FM | FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA | 53000.041092/2010 |



ANEXO ÚNICO

RECURSO CONHECIDO E PROVIDO

| Nº DA CONCORRÊNCIA SSR/MC | UF | LOCALIDADE | SERVIÇO | RECORRENTE | PROPOSTA |
|---------------------------|----|------------|---------|---|---------------------|
| 045/2011 | RS | BOA VISTA | FM | SBC SISTEMA DE COMUNICAÇÃO DO VALE LTDA | 55092810876 2010 12 |

Acólto o PARECER Nº 1905/2012/TC/CE/CONJUR-MC/CGU/AGU, e invoco seus fundamentos como razão desta decisão para HOMOLOGAR o certame e realizar as adjudicações propostas, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO ÚNICO

| Nº DA CONCORRÊNCIA SSR/MC | UF | LOCALIDADE | SERVIÇO | RECORRENTE | PROPOSTA |
|---------------------------|----|------------|---------|---|---------------------|
| 045/2011 | RS | BOA VISTA | FM | SBC SISTEMA DE COMUNICAÇÃO DO VALE LTDA | 55092810876 2010 12 |

Tendo em vista o recurso oferecido na Concorrência nº 055/2010-SSR/MC, acólto o PARECER Nº 0089/2011/TC/CE/CONJUR-MC/CGU/AGU, de sorte a conhecer do recurso e negar-lhe provimento conforme Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO ÚNICO

RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO

| Nº DA CONCORRÊNCIA SSR/MC | UF | LOCALIDADE | SERVIÇO | RECORRENTE | PROPOSTA |
|---------------------------|----|-----------------------|---------|--------------------------------------|----------|
| 055/2010 | PR | SANTA MARIA DO CAMARÁ | FM | ANEXO COMUNICAÇÃO E PUBLICIDADE LTDA | |

Em 13 de março de 2013

Acólto o PARECER Nº 1404/2012/VS/CE/CONJUR-MC/CGU/AGU, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e determino a DESCLASSIFICAÇÃO DEFINITIVA das licitantes BEIRA FLOR RÁDIO DIFUSÃO LTDA e SBC RÁDIO DIFUSÃO LTDA, na Concorrência nº 114/2001-SSR/MC, na forma do anexo único. Ressalte-se que já foi assegurada às interessadas o exercício da contraditório e da ampla defesa.

ANEXO ÚNICO

DESCLASSIFICAÇÃO DEFINITIVA

| Nº DA CONCORRÊNCIA SSR/MC | UF | LOCALIDADE | SERVIÇO | RECORRENTE | PROPOSTA |
|---------------------------|----|--|---------|-------------------------------|------------------|
| 114/2001 | PA | MARAPANIM IMARUTAL MELGAÇO, MIRAMA, NOVA ESPERANÇA DO VALE, E NOVO PROGRESSO | FM | BEIRA FLOR RÁDIO DIFUSÃO LTDA | 51720100331 2002 |
| 114/2001 | PA | MARAPANIM IMARUTAL MELGAÇO, MIRAMA, NOVA ESPERANÇA DO VALE, E NOVO PROGRESSO | FM | SBC RÁDIO DIFUSÃO | 51720100331 2002 |

Tendo em vista as manifestações oferecidas por SBC RÁDIO DIFUSÃO LTDA e BEIRA FLOR RÁDIO DIFUSÃO LTDA na Concorrência nº 117/2001-SSR/MC, acólto o PARECER Nº 1409/2012/TC/CE/CONJUR-MC/CGU/AGU, de sorte a conhecer as manifestações e negar-lhes provimento, conforme Anexo Único nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO ÚNICO

MANIFESTAÇÕES CONHECIDAS E NÃO PROVIDAS

| Nº DA CONCORRÊNCIA SSR/MC | UF | LOCALIDADE | SERVIÇO | RECORRENTE | PROPOSTA |
|---------------------------|----|---|---------|-------------------------------|------------------|
| 117/2001 | PA | SANTO ANTONIO DO TAUÁ, SÃO CAETANO DAS DÓVILAS, SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA, SÃO DOMINGOS DO IANIM, SÃO FRANCISCO DO PARAÍ | FM | SBC RÁDIO DIFUSÃO LTDA | 51720100331 2002 |
| 117/2001 | PA | SANTO ANTONIO DO TAUÁ, SÃO CAETANO DAS DÓVILAS, SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA, SÃO DOMINGOS DO IANIM, SÃO FRANCISCO DO PARAÍ | FM | BEIRA FLOR RÁDIO DIFUSÃO LTDA | 51720100331 2002 |

Tendo em vista as manifestações oferecidas por SBC RÁDIO DIFUSÃO LTDA e BEIRA FLOR RÁDIO DIFUSÃO LTDA na Concorrência nº 118/2001-SSR/MC, acólto o PARECER Nº 1457/2012/TC/CE/CONJUR-MC/CGU/AGU, de sorte a conhecer as manifestações e negar-lhes provimento, conforme Anexo Único nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital. Em consequente, deve haver a DESCLASSIFICAÇÃO SUPERVENIENTE das entidades.

ANEXO ÚNICO

MANIFESTAÇÕES CONHECIDAS E NÃO PROVIDAS

| Nº DA CONCORRÊNCIA SSR/MC | UF | LOCALIDADE | SERVIÇO | RECORRENTE | PROPOSTA |
|---------------------------|----|---|---------|-------------------------------|------------------|
| 118/2001 | PA | SÃO BENTO DO PARAGUÁ, SÃO BERNARDO DA BOA VISTA, SENADOR JOSÉ PARECER, LITORAL, SANTA LUZIANA, SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA, SÃO DOMINGOS DO IANIM, SÃO FRANCISCO DO PARAÍ, SÃO JOÃO DE PRATA, SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA, SENADOR JOSÉ, TUBARÃO, UIRAPURUS, VITÓRIA DO XINGU | FM | SBC RÁDIO DIFUSÃO LTDA | 51720100331 2002 |
| 118/2001 | PA | SÃO BENTO DO PARAGUÁ, SÃO BERNARDO DA BOA VISTA, SENADOR JOSÉ PARECER, LITORAL, SANTA LUZIANA, SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA, SÃO DOMINGOS DO IANIM, SÃO FRANCISCO DO PARAÍ, SÃO JOÃO DE PRATA, SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA, SENADOR JOSÉ, TUBARÃO, UIRAPURUS, VITÓRIA DO XINGU | FM | BEIRA FLOR RÁDIO DIFUSÃO LTDA | 51720100331 2002 |

Tendo em vista as manifestações oferecidas por SBC RÁDIO DIFUSÃO LTDA e BEIRA FLOR RÁDIO DIFUSÃO LTDA na Concorrência nº 119/2001-SSR/MC, acólto o PARECER Nº 1472/2012/TC/CE/CONJUR-MC/CGU/AGU, de sorte a conhecer as manifestações e negar-lhes provimento, conforme Anexo Único nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital. Em consequente, deve haver a DESCLASSIFICAÇÃO SUPERVENIENTE das entidades.

ANEXO ÚNICO

MANIFESTAÇÕES CONHECIDAS E NÃO PROVIDAS

| Nº DA CONCORRÊNCIA SSR/MC | UF | LOCALIDADE | SERVIÇO | RECORRENTE | PROPOSTA |
|---------------------------|----|------------|---------|-------------------------------|------------------|
| 119/2001 | MA | PARANAPANÁ | FM | SBC RÁDIO DIFUSÃO LTDA | 51720100331 2002 |
| 119/2001 | MA | PARANAPANÁ | FM | BEIRA FLOR RÁDIO DIFUSÃO LTDA | 51720100331 2002 |

Tendo em vista os recursos interpostos contra decisão da Comissão de Licitação, que habilitou SISTEMA ALELUIA DE COMUNICAÇÃO LTDA na Concorrência nº 045/2010, para a localidade de Penápolis, no Estado do Maranhão, acólto o PARECER Nº 1836/2012/TC/CE/CONJUR-MC/CGU/AGU, de sorte a conhecer do recurso e negar-lhe provimento, conforme Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO ÚNICO

RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO

| Nº DA CONCORRÊNCIA SSR/MC | UF | LOCALIDADE | SERVIÇO | RECORRENTE | PROPOSTA |
|---------------------------|----|------------|---------|------------------------------------|-------------------------------------|
| 045/2010 | MA | PENÁPOLIS | FM | NOVOS SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO LTDA | SISTEMA ALELUIA DE COMUNICAÇÃO LTDA |

Tendo em vista as manifestações oferecidas por SBC RÁDIO DIFUSÃO LTDA e BEIRA FLOR RÁDIO DIFUSÃO LTDA na Concorrência nº 056/2001-SSR/MC, acólto o PARECER Nº 1554/2012/TC/CE/CONJUR-MC/CGU/AGU, de sorte a conhecer as manifestações e negar-lhes provimento, conforme Anexo Único nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital. Em consequente, deve haver a DESCLASSIFICAÇÃO SUPERVENIENTE das entidades.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/assinatura.html>, pelo código 00012013031400052

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Nesta data, anexei aos autos do processo de
nº 53000.041092/10 a documentação
a seguir em número de 04 folhas,
que assino: 197 / 180
Data: 23 04 13
Nome: Rox
Assinatura: R

| | |
|---------------------|--------------|
| PUBLICADO NO DIÁRIO | |
| OFICIAL DE | 23 / 04 / 13 |
| Página | 86 Seção: 1 |
| ANOTADO POR: | Rex |



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 106 , DE 19 DE ABRIL DE 2013.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.041092/2010, Concorrência nº 048/2010-CEL/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no Município de Lagarto, Estado de Sergipe.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


PAULO BERNARDO SILVA



MC

EM

Brasília,

de

de 2013.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 048/2010-CEL/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Lagarto, Estado de Sergipe.

2. A Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão, constituída pela Portaria nº 223, de 06 de junho de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 07 subsequente e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a FM Tobias Barreto Almeida Reis Ltda. (Processo nº 53000.041092/2010) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

PAULO BERNARDO SILVA
Ministro de Estado das Comunicações



86

ISSN 1677-7042

Diário Oficial da União - Seção 1

Nº 77, terça-feira, 23 de abril de 2013

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 104, DE 19 DE ABRIL DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 32.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53650/000551/2001, Concorrência nº 037/2001-SSRAMC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à RÁDIO FM SERROTE LTDA para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, no Município de Vigosa do Ceará, Estado do Ceará.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

PORTARIA Nº 105, DE 19 DE ABRIL DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 32.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53640/000236/2002, Concorrência nº 042/2001-SSRAMC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão ao SISTEMA DE COMUNICAÇÃO DA REGIÃO SISALEIRA LTDA para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, no Município de Campo Formoso, Estado da Bahia.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

PORTARIA Nº 106, DE 19 DE ABRIL DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 32.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000/000676/2010, Concorrência nº 048/2010-CLAMC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à FM THOMAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no Município de Lagarto, Estado de Sergipe.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

PORTARIA Nº 107, DE 19 DE ABRIL DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 32.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53670/000622/2001, Concorrência nº 020/2001-SSRAMC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão ao SISTEMA ANTÔNIO DE RADIODIFUSÃO LTDA para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no Município de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

PORTARIA Nº 108, DE 19 DE ABRIL DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 32.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53710/000579/2001, Concorrência nº 037/2001-SSRAMC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão ao SISTEMA DE COMUNICAÇÃO VLF FM LTDA para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no Município de Montalvânia, Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

PORTARIA Nº 109, DE 19 DE ABRIL DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 32.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53710/000579/2001, Concorrência nº 037/2001-SSRAMC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão ao SISTEMA DE COMUNICAÇÃO VALE FM LTDA para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no Município de Marias Cardoso, Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

PORTARIA Nº 110, DE 19 DE ABRIL DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 32.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000/000676/2010, Concorrência nº 047/2009-CLAMC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à LB - SISTEMA DE COMUNICAÇÃO DO VALE LTDA para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no Município de Encantado, Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

PORTARIA Nº 111, DE 19 DE ABRIL DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 32.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53710/000449/2002, Concorrência nº 106/2001-SSRAMC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão ao SISTEMA DE COMUNICAÇÃO VALE DO PARANAÍBA LTDA para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no Município de Anapólis, Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

PORTARIA Nº 112, DE 22 DE ABRIL DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 32.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53710/000449/2002, Concorrência nº 106/2001-SSRAMC, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regulamento de Sanções Administrativas, que tem por objetivo estabelecer procedimentos, parâmetros e critérios para aplicação de sanções administrativas a entidades prestadoras dos serviços de radiodifusão, seus ancilares e auxiliares, por infração às leis, nos regulamentos e às normas aplicáveis aos serviços de radiodifusão, bem como em consequência da inobservância aos deveres decorrentes dos atos de outorga.

CAPÍTULO I

DAS DEFINIÇÕES

Art. 2º Para os efeitos deste Regulamento são aplicadas as seguintes definições:

I - Advorência: comunicação enviada ao infrator primário quando este incorrer em infração administrativa classificada como leve;

II - Antecedente: registro de sanção administrativa aplicada por decisão administrativa definitiva, publicada nos cinco anos precedentes ao cometimento da nova infração;

III - Cassação: sanção que determina a extinção da outorga, da concessão ou da permissão para prestação de serviço de radiodifusão, seus ancilares e auxiliares;

IV - Fator K1: fator relativo ao tipo de serviço e classe da emissora utilizado no cálculo das multas;

V - Fator K2: fator relativo ao porte do Município e abrangência da cobertura da emissora, utilizado no cálculo das multas;

VI - Fator K3: fator relativo à gravidade da infração, utilizado no cálculo das multas;

VII - Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): índice que tem o objetivo de medir o grau de desenvolvimento econômico e a qualidade de vida oferecida à população, sendo uma medida comparativa de riqueza, alfabetização, educação, expectativa de vida, natalidade e outros fatores de um país. Estado, Município ou região;

VIII - Infração de igual natureza: infração ao mesmo dispositivo legal, normativo ou contratual que serve de base à aplicação da sanção anterior;

IX - Infrator primário: infrator não reincidente e que não possui antecedentes;

X - Multa: sanção pecuniária imposta ao infrator;

XI - Período de outorga: prazo de vigência da concessão, permissão ou autorização;

XII - Reincidência: repetição de prática de infração de igual natureza, no prazo de um ano contado da data de publicação do ato que confirmou a sanção imposta anteriormente;

XIII - Revogação de autorização: extinção temporária da outorga de autorização, em consequência da aplicação de sanção administrativa ao titular da outorga;

XIV - Suspensão: sanção que impede ao infrator a participação temporária na execução dos serviços nos casos previstos em lei;

XV - Valor da Multa (VM): valor da multa calculado a partir do Valor de Referência, levando-se em consideração as variáveis relacionadas à área de abrangência, ao serviço executado e à gravidade da infração cometida;

XVI - Valor de Referência (VR): valor da multa para cada tipo de serviço associado a classe da emissora;

XVII - Valor Máximo da Multa: valor máximo da multa por infração às leis, nos regulamentos e às normas aplicáveis aos serviços de radiodifusão, bem como em consequência da inobservância aos deveres decorrentes dos atos de outorga para prestação dos serviços de radiodifusão, estabelecido por ato específico do Ministério das Comunicações;

CAPÍTULO II

DAS SANÇÕES

Art. 3º O descumprimento de leis, regulamentos ou normas aplicáveis aos serviços de radiodifusão, seus ancilares e auxiliares, bem como a inobservância às determinações do Ministério das Comunicações e aos deveres decorrentes dos atos de outorga sujeita os infratores às seguintes sanções, sem prejuízo daquelas de natureza civil e penal:

I - multa;

II - suspensão;

III - cassação;

IV - revogação de autorização;

§ 1º A advorência poderá ser aplicada quando se tratar de infrator primário e a infração administrativa for classificada como leve;

§ 2º A revogação de autorização e a suspensão do serviço de radiodifusão comunitária em caso de reincidência, nos termos da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998;

§ 3º As sanções previstas nos incisos II e III não são aplicáveis ao serviço de radiodifusão comunitária;

CAPÍTULO III

DA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES

Seção I

DA MULTA

Art. 4º A sanção de multa poderá ser aplicada nas hipóteses referidas no Anexo IV deste Regulamento, no art. 46 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, bem como por qualquer outra infração.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial

Protocolo: 53000.041092/2010 (cópia 1)
Interessado: FM Tobias Barreto Almeida Reis Ltda.
Assunto: Encaminhamento de cópia autenticada de processo e atos de outorga originais.

AO GABINETE DO MINISTRO.

Conforme consta nos autos do processo em referência, a entidade interessada sagrou-se vencedora da Concorrência n.º 048/2010-CEL/MC, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Lagarto/SE.

Tendo em vista a publicação da Portaria n.º 106, de 19 de abril de 2013, no Diário Oficial da União de 23 subsequente, e consoante o disposto no § 3º do art. 223 da Constituição, encaminhe-se o presente processo, em cópia autenticada, acompanhado do ato de outorga e exposição de motivos, ao Gabinete do Ministro, para que seja remetido à Presidência da República.

Brasília, 23 de abril de 2013.



DENISE MENEZES DE OLIVEIRA

Coordenadora do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial



**TERMO DE CADASTRO DE
INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI**

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
 2. Foi providenciada a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, devendo o processo físico ser encaminhado ao Serviço de Arquivo Geral e Biblioteca para arquivo.
- A partir desta data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI, devendo este fato ser informado ao interessado na primeira oportunidade.

Brasília, 20 de março de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Weberson Wayne Nobrega Peixoto**, Chefe de Serviço de Apoio Administrativo, em 20/03/2015, às 16:24, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0426184** e o código CRC **05B94938**.

Criado por vanessa.donna, versão 1 por vanessa.donna em 20/03/2015 15:50:34.

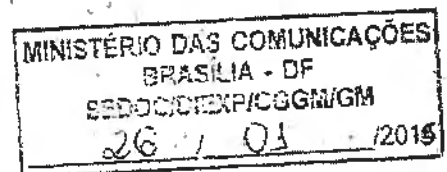


Presidência da República
Secretaria de Relações Institucionais
Subchefia de Assuntos Parlamentares
Praça dos Três Poderes, Palácio do Planalto – 70150-900 – Brasília/DF
Fone: (61) 3411-1440 – Fax (61) 3411-1120 – supar@presidencia.gov.br

Ofício nº 37 /2015 - Supar/SRI.

Brasília, 15 de janeiro de 2015.

À Senhora
ALESSANDRA CRISTINA AZEVEDO CARDOSO
Chefe de Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações
Brasília - DF

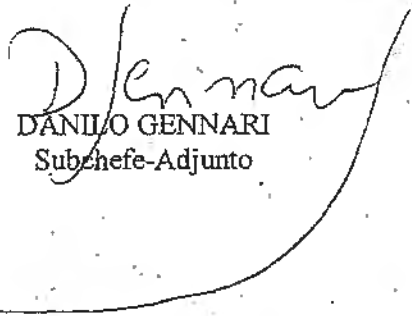


Assunto: **Restituição de processos de radiodifusão.**

Senhora Chefe de Gabinete,

Restituímos a Vossa Senhoria, conforme relação anexa, 151 Processos de Radiodifusão e respectivas Portarias, para oitiva do atual Ministro dessa Pasta. Informo, também, que as Exposições de Motivos estão sendo restituídas pelo Sidof.

Atenciosamente,


DANILO GENNARI
Subchefe-Adjunto

Exposições de Motivos a serem devolvidas para oitiva dos novos Titulares das Pastas.

| Ordem | NUP | Assunto |
|-------|-------------------|---|
| 1 | 53740000783200032 | MC 00002 2013 Mandaguapé PR / Licit/FM - 1 (um) volume |
| 2 | 53000022860200826 | MC 00003 2012 Cáceres MT / Renov/FM - 1 (um) volume Apensado processo nº 53690.000864/1998 com 1 (um) volume |
| 3 | 53740000867200031 | MC 00003 2013 Santa Terezinha de Itaipu PR / Licit/FM - 1 (um) volume |
| 4 | 53000064010201281 | MC 00013 2014 Centenário TO / RADCOM - 1 (um) volume |
| 5 | 53000023661201050 | MC 00014 2014 Itumbiara GO / RADCOM - 1 (um) volume |
| 6 | 53000023656201001 | MC 00015 2014 Humberto de Campos MA / RADCOM - 1 (um) volume |
| 7 | 53000066201201105 | MC 00017 2014 Catuti MG / RADCOM - 2 (dois) volumes |
| 8 | 53000007834200878 | MC 00018 2012 Lapa PR / Renov/FM - 1 (um) volume Apensado processo nº 53740.000488/1998 com 1 (um) volume |
| 9 | 53000054585201113 | MC 00018 2014 Porto Esperidião MT / RADCOM - 1 (um) volume |
| 10 | 53000036914201136 | MC 00019 2014 São Jorge do Patrocínio PR / RADCOM - 1 (um) volume |
| 11 | 53000055599200760 | MC 00020 2014 Palmas TO / RADCOM - 1 (um) volume |
| 12 | 53000005277200770 | MC 00021 2012 Criciúma SC / Renov/FM - 1 (um) volume Apensado processo nº 53820.000056/1997-29 com 1 (um) volume |
| 13 | 53000027485200991 | MC 00022 2014 Assis Chateaubriand PR / RADCOM - 1 (um) volume |
| 14 | 53000015437200951 | MC 00024 2012 Criciúma SC / Renov/FM - 1 (um) volume Apensado processo nº 53740.002183/1999-14 com 2 (dois) volumes |
| 15 | 53650000551200174 | MC 00024 2013 Viçosa do Ceará CE / Licit/OM - 1 (um) volume |
| 16 | 53000009365201127 | MC 00025 2012 Cesário Lange SP / Renov/FM - 1 (um) volume Apensado processo nº 53830.000087/2001 com 2 (dois) volumes |

Exposições de Motivos a serem devolvidas para oitiva dos novos Titulares das Pastas.

| Ordem | NUP | Assunto |
|--------------|-------------------|--|
| 17 | 53670000962200041 | MC 00025 2013 Campo Novo do Parecis MT / Licit/FM - 1 (um) volume |
| 18 | 53000063165201209 | MC 00025 2014 Aparecida do Rio Doce GO / RADCOM - 2 (dois) volumes |
| 19 | 53000049325200651 | MC 00026 2012 Pelotas RS / Renov/FM - 1 (um) volume |
| 20 | 53710000579200150 | MC 00026 2013 Montalvânia MG / Licit/FM - 1 (um) volume |
| 21 | 53000029325200987 | MC 00026 2014 Santa Bárbara BA / RADCOM - 1 (um) volume |
| 22 | 53000012434200531 | MC 00027 2012 Piracicaba SP / Renov/FM - 2 (dois) volumes |
| 23 | 53710000579200150 | MC 00027 2013 Matias Cardoso MG / Licit/FM - 1 (um) volume |
| 24 | 53000010676201058 | MC 00028 2013 Encantado RS / Licit/FM - 1 (um) volume |
| 25 | 53640000236200247 | MC 00029 2013 Campo Formoso BA / Licit/OM - 1 (um) volume |
| 26 | 53000066680201151 | MC 00029 2014 Avaré SP - FME - 1 (um) volume |
| 27 | 53710000449200206 | MC 00030 2013 Araporã MG / Licit/FM - 1 (um) volume |
| 28 | 53000057408201181 | MC 00030 2014 Dourados MS - FME - 1 (um) volume |
| 29 | 53000041092201024 | MC 00031 2013 Lagarto SE / Licit/FM - 1 (um) volume |
| 30 | 53000008620201203 | MC 00031 2014 Estância SE - FME - 1 (um) volume |
| 31 | 53000022885201125 | MC 00032 2012 Blumenau SC / Renov/FME - 3 (três) volumes |
| 32 | 53000056116201121 | MC 00032 2014 Paranaguá PR - FME - 1 (um) volume |

Exposições de Motivos a serem devolvidas para oitiva dos novos Titulares das Pastas.

| Ordem | NUP | Assunto |
|-------|--------------------|--|
| 33 | 53650000792200113 | MC 00033 2012 Orós CE / Renov/FM - 1 (um) volume |
| 34 | 530000067147201115 | MC 00033 2014 Telêmaco Borba PR - FME - 1 (um) volume |
| 35 | 530000059022201111 | MC 00034 2014 Criciúma SC - FME - 1 (um) volume |
| 36 | 530000009979201117 | MC 00035 2012 Niquelândia GO / Renov/FM - 1 (um) volume |
| 37 | 530000059718201130 | MC 00035 2014 Santarém PA - FME - 1 (um) volume |
| 38 | 530000058587201173 | MC 00036 2014 Nova Friburgo RJ - FME - 1 (um) volume |
| 39 | 530000066082201182 | MC 00037 2014 Trindade GO - FME - 1 (um) volume |
| 40 | 536700000698200215 | MC 00038 2013 Novo Gama GO / Licit/FM - 1 (um) volume |
| 41 | 530000007971201299 | MC 00038 2014 Senhor do Bonfim BA - FME - 1 (um) volume |
| 42 | 530000027954201014 | MC 00039 2012 Prata MG / Licit/FM - 1 (um) volume |
| 43 | 530000007969201210 | MC 00039 2014 Serrinha BA - FME - 1 (um) volume |
| 44 | 537100000613200013 | MC 00040 2012 Itamogi MG / Licit/FM - 1 (um) volume |
| 45 | 530000008174201229 | MC 00040 2014 Januária MG -- FME - 1 (um) volume |
| 46 | 530000045699201083 | MC 00041 2012 Treviso SC / Licit/FM - 1 (um) volume |
| 47 | 530000000127201318 | MC 00041 2014 São João do Sabugi RN / RADCOM - 1 (um) volume |
| 48 | 530000026910201069 | MC 00042 2012 Cambuquira MG / Licit/FM - 1 (um) volume |

Exposições de Motivos a serem devolvidas para oitiva dos novos Titulares das Pastas.

| Ordem | NUP | Assunto |
|-------|-------------------|---|
| 49 | 53000028478200915 | MC 00042 2014 Japaratuba SE / RADCOM - 1 (um) volume |
| 50 | 53000003089201011 | MC 00043 2012 São Benedito do Rio Preto MA / Licit/FM - 1 (um) volume |
| 51 | 53000042881201244 | MC 00043 2014 Indianópolis PR / RADCOM - 1 (um) volume |
| 52 | 53710000326200267 | MC 00044 2012 Pocrane MG / Licit/FM - 1 (um) volume |
| 53 | 53000053959201094 | MC 00044 2014 Mataraca PB / RADCOM - 1 (um) volume |
| 54 | 53000060892201125 | MC 00045 2014 Capim PB / RADCOM - 1 (um) volume |
| 55 | 53000047616201171 | MC 00046 2014 Chalé MG / RADCOM - 2 (dois) volumes |
| 56 | 53000028337201290 | MC 00049 2014 Virgolândia MG / RADCOM - 1 (um) volume |
| 57 | 53000055538201189 | MC 00053 2014 Jaraguari MS / RADCOM - 1 (um) volume |
| 58 | 53710000754199814 | MC 00056 2014 Alvinópolis MG/RADCOM - 1 (um) volume |
| 59 | 53000038735200757 | MC 00057 2014 Itaquiraí MS/ RADCOM - 1 (um) volume |
| 60 | 53000003556201266 | MC 00060 2014 Itapipoca CE/FM - 1 (um) volume |
| 61 | 53000015303201235 | MC 00061 2014 Castanheira MT/RADCOM - 3 (três) volumes |
| 62 | 53720000367200234 | MC 00062 2013 Novo Progresso PA - Licit/OM - 1 (um) volume |
| 63 | 53000067466201031 | MC 00062 2014 Santa Terezinha de Goiás GO/ RADCOM - 1 (um) volume |
| 64 | 53000060366201165 | MC 00063 2014 Dois Rios AL/RADCOM - 1 (um) volume |

Exposições de Motivos a serem devolvidas para oitiva dos novos Titulares das Pastas.

| Ordem | NUP | Assunto |
|-------|-------------------|---|
| 65 | 53000021819201057 | MC 00064 2014 Vitória da Conquista BA/RADCOM - 2 (dois) volumes |
| 66 | 53000003793201227 | MC 00066 2014 Porto Grande AP/RADCOM - 1 (um) volume |
| 67 | 53000000317201335 | MC 00067 2014 Amapá do Maranhão MA/RADCOM - 1 (um) volume |
| 68 | 53000001388201355 | MC 00070 2014 Itamaraju BA/RADCOM - 5 (cinco) volumes |
| 69 | 53000053917201215 | MC 00071 2014 Barra do Ouro TO/ RADCOM - 1 (um) volume |
| 70 | 53000051948200693 | MC 00073 2013 Limoeiro PE / Renov/FM 1 (um) volume Apensado processo nº 53103.000408/2000 com 1 (um) volume |
| 71 | 53000014329201002 | MC 00074 2012 Umbaúba SE / Licit/FM - 1 (um) volume |
| 72 | 53000043799201237 | MC 00074 2014 Floral PR/ RADCOM - 1 (um) volume |
| 73 | 53000056849200941 | MC 00075 2012 Coari AM / Licit/FM - 1 (um) volume |
| 74 | 53000017857201358 | MC 00076 2014 Governador Newton Bello MA/ RADCOM - 1 (um) volume |
| 75 | 53000036335201193 | MC 00077 2014 Araruna PA/RADCOM - 2 (dois) volumes |
| 76 | 53000006756201017 | MC 00083 2013 Tamarana PR / Licit/FM - 1 (um) volume |
| 77 | 53000004706201097 | MC 00084 2013 Argirita MG / Licit/FM - 1 (um) volume |
| 78 | 53000003848201037 | MC 00085 2013 Bandeira do Sul MG / Licit/FM - 1 (um) volume |
| 79 | 53000043932201093 | MC 00086 2013 Santa Fé do Araguaia TO / Licit/FM - 1 (um) volume |
| 80 | 53790000837200155 | MC 00087 2013 Torres RS / Licit/FM - 1 (um) volume |

Exposições de Motivos a serem devolvidas para oitiva dos novos Titulares das Pastas.

| Ordem | NUP | Assunto |
|-------|-------------------|--|
| 81 | 53790000837200155 | MC 00088 2013 Tapejara RS / Licit/FM - 1 (um) volume |
| 82 | 53000002269201077 | MC 00090 2013 Condeúba BA / Licit/FM - 1 (um) volume |
| 83 | 53000060821201041 | MC 00091 2013 Ipirá BA / Licit/FM - 1 (um) volume |
| 84 | 53000012652200819 | MC 00101 2012 Gravatá PE / Renov/FM - 1 (um) volume Apensado processo nº 53103.000044/2000-58 com 2 (dois) volumes |
| 85 | 53000008986201193 | MC 00103 2012 Joinville SC / Renov/FM - 1 (um) volume |
| 86 | 53000064843200785 | MC 00105 2012 Jataí GO / Renov/FM - 2 (dois) volumes |
| 87 | 53000067686201065 | MC 00106 2012 Santos SP / Renov/FME - 1 (um) volume |
| 88 | 53740000559200211 | MC 00111 2013 Araucária PR - FME - 1 (um) volume |
| 89 | 53000034004200902 | MC 00117 2013 Goiânia GO / Renov/OC - 2 (dois) volumes |
| 90 | 53000065263200713 | MC 00129 2012 Sananduva RS / Renov/FM - 1 (um) volume |
| 91 | 53000020768200406 | MC 00132 2013 Osório RS - FME - 1 (um) volume |
| 92 | 53000036097200730 | MC 00144 2012 Santa Izabel do Oeste PR / Renov/OM - 1 (um) volume |
| 93 | 53000024523200873 | MC 00145 2012 Monte Azul Paulista SP / Renov/OM - 1 (um) volume |
| 94 | 53000019707200901 | MC 00148 2012 Poços de Caldas MG / Renov/OT - 2 volumes apenso processo 53710.000189/2002 com 1 volume e processo 53710.000793/1996 com 1 volume |
| 95 | 53000010896200867 | MC 00149 2012 Sobradinho RS / Renov/FM - 1 (um) volume Apensado processo nº 53790.000305/1998 com 1 (um) volume |
| 96 | 53000012106201183 | MC 00151 2012 Concórdia SC / Renov/FM - 1 (um) volume |

Exposições de Motivos a serem devolvidas para oitiva dos novos Titulares das Pastas.

| Ordem | NUP | Assunto |
|-------|-------------------|---|
| 97 | 53000026993201096 | MC 00156 2012 Rondonópolis RO / Renov/FME - 1 (um) volume |
| 98 | 53720000299200041 | MC 00156 2013 Pacajá PA / Licit/FM - 2 (dois) volumes |
| 99 | 53000014693200335 | MC 00157 2012 Varginha MG / Renov/OM - 1 (um) volume |
| 100 | 53720000299200041 | MC 00157 2013 Jacundá PA / Licit/FM - 2 (dois) volumes |
| 101 | 53000010790200863 | MC 00158 2012 Santo Antônio de Pádua RJ / Renov/OM - 2 (dois) volumes Apensado processo nº 53770.001066/1998-03 com 1 (um) volume |
| 102 | 53720000225200277 | MC 00158 2013 Limoeiro do Ajuru PA / Licit/FM - 1 (um) volume |
| 103 | 53000056154201183 | MC 00160 2013 Rio dos Cedros SC / RADCOM - 2 (dois) volumes |
| 104 | 53000091533200652 | MC 00161 2012 Araguaína TO / Renov/OT - 1 (um) volume |
| 105 | 53000048738201266 | MC 00161 2013 Uirapuru GO / RADCOM - 1 (um) volume |
| 106 | 53000002920201271 | MC 00162 2013 Bacabeira MA / RADCOM - 2 (dois) volumes |
| 107 | 53000076774200671 | MC 00163 2012 Catu BA / Renov/FM - 1 (um) volume Apensado processo nº 53640.001298/1998-39 com 1 (um) volume |
| 108 | 53000044548201016 | MC 00164 2012 Campo Grande MS / Renov/FME - 2 (dois) volumes |
| 109 | 53000027679201292 | MC 00164 2013 Jequitibá MG / RADCOM - 3 (três) volumes |
| 110 | 53000013790201030 | MC 00165 2013 Montes Claros MG / RADCOM - 1 (um) volume |
| 111 | 53000012984201018 | MC 00166 2013 Ibirataia BA / RADCOM - 1 (um) volume |
| 112 | 53000026544201129 | MC 00169 2013 Embu-Guaçu SP / RADCOM - 1 (um) volume |

Exposições de Motivos a serem devolvidas para oitiva dos novos Titulares das Pastas.

| Ordem | NUP | Assunto |
|-------|-------------------|--|
| 113 | 53000003387201264 | MC 00171 2013 Princesa Isabel PB / RADCOM - 12 (doze) volumes |
| 114 | 53000038016200655 | MC 00173 2013 Amaporã PR / RADCOM - 1 (um) volume |
| 115 | 53000054603201230 | MC 00175 2013 Mutunópolis GO / RADCOM - 2 (dois) volumes |
| 116 | 53000019859200814 | MC 00179 2013 Carrasco Bonito TO / RADCOM - 1 (um) volume |
| 117 | 53000006409200942 | MC 00180 2013 Ameirol CE / RADCOM - 2 (dois) volumes |
| 118 | 53000046729201150 | MC 00182 2012 Cassilândia MS / Renov/OM - 1 (um) volume |
| 119 | 53000006481201011 | MC 00185 2012 Jupi PE / Licit/FM - 1 (um) volume |
| 120 | 53650000357200270 | MC 00186 2012 Parambu CE / Licit/FM - 1 (um) volume |
| 121 | 53000003644201004 | MC 00187 2012 Lagoa da Prata MG / Licit/FM - 1 (um) volume |
| 122 | 53790000211200068 | MC 00188 2012 Chul RS / Licit/FM - 1 (um) volume |
| 123 | 53000013513201027 | MC 00190 2012 Campo Belo do Sul SC / Licit/FM - 1 (um) volume |
| 124 | 53000008281200285 | MC 00227 2012 Águas Belas PE / Licit/FM - 1 (um) volume |
| 125 | 53000004483201068 | MC 00228 2012 Glaucilândia MG / Licit/FM - 1 (um) volume |
| 126 | 53000042680201085 | MC 00229 2012 Olho D'Água PB / Licit/FM - 1 (um) volume |
| 127 | 53000062713200716 | MC 00230 2012 Joinville SC / Renov/FM - 1 (um) volume Apensado processo nº 53820.000061/1998 com 1 (um) volume |
| 128 | 53720000345200274 | MC 00231 2012 Água Azul do Norte PA / Licit/FM - 1 (um) volume |

Exposições de Motivos a serem devolvidas para oitiva dos novos Titulares das Pastas.

| Ordem | NUP | Assunto |
|-------|-------------------|--|
| 129 | 53720000345200274 | MC 00232 2012 Aurora do Pará PA / Licil/FM - 1 (um) volume |
| 130 | 53000026644201074 | MC 00237 2012 Angelândia MG / Licil/FM - 1 (um) volume |
| 131 | 53000006271201015 | MC 00238 2012 Betânia PE / Licil/FM - 1 (um) volume |
| 132 | 53640000323199721 | MC 00239 2012 Salvador BA / Renov/FM - 2 (dois) volumes Apensado processo nº 53000.016821/2007 com 1 (um) volume |
| 133 | 53000007818201008 | MC 00241 2012 Rio Bonito do Iguaçu PR / Licil/FM - 1 (um) volume |
| 134 | 53000045150201099 | MC 00242 2012 Santa Rosa do Sul SC / Licil/FM - 1 (um) volume |
| 135 | 53000058819200979 | MC 00247 2012 Olho d'Água das Cunhãs MA / Licil/FM - 1 (um) volume |
| 136 | 53740000259200223 | MC 00249 2012 Matos Costa SC / Licil/FM - 1 (um) volume |
| 137 | 53000005447201011 | MC 00250 2012 Maturéia PB / Licil/FM - 1 (um) volume |
| 138 | 53740000282200218 | MC 00251 2012 Iomerê SC / Licil/FM - 1 (um) volume |
| 139 | 53000026104201091 | MC 00252 2012 Paranapuã SP / Licil/FM - 1 (um) volume |
| 140 | 53000042099201063 | MC 00267 2012 Bom Jesus PI / Licil/FM - 1 (um) volume |
| 141 | 53830000286200297 | MC 00269 2012 Jaci SP / Licil/FM - 1 (um) volume |
| 142 | 53790001359199707 | MC 00272 2012 Igrejinha RS / Renov/FM - 1 (um) volume Apensado processo nº 53000.051345/2004-72 com 1 (um) volume |
| 143 | 53000015250200523 | MC 00278 2012 Viamão RS / Renov/FM - 1 (um) volume |
| 144 | 53000019342200825 | MC 00290 2012 Aquidauana MS / Renov/FM - 1 (um) volume Apensado processo nº 53700.000177/1998-18 com 1 (um) volume |

Exposições de Motivos a serem devolvidas para oitiva dos novos Titulares das Pastas.

| Ordem | NUP | Assunto |
|-------|--------------------|--|
| 145 | 53000005831201109 | MC 00291 2012 Itabaiana SE / Renov/FM - 1 (um) volume |
| 146 | 530000039692201022 | MC 00292 2012 Estreito MA / Licil/FM - 1 (um) volume |
| 147 | 53830000887199862 | MC 00874 2011 Presidente Venceslau SP / Renov/FM - 1 (um) volume Apensado processo nº 53000.014729/2008-95 com 1 (um) volume |
| 148 | 53790000368200093 | MC 00889 2011 Itaara RS / Licil/FM - 1 (um) volume |
| 149 | 53000001057199706 | MC 00294 2012 Canguçu RS - cancelamento de outorga FM - 2 (dois) volumes |
| 150 | 53000000039200425 | MC 00159 2012 Rio Grande RS - Renov/FM - Retificação de Portaria - 1 (um) volume |
| 151 | 53000022272200892 | MC 00174 2012 Divinópolis MG / Renov/FM - 2 (dois) volumes Apensado processo nº 53710.000610/199/-04 com 1 (um) volume |



AVISO DE
RECEBIMENTO
AVIS CN07

AR

JG 08752020 5 BR

CORREIOS
BRÉSIL

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

22/05/2007

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA MINICOM

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|----|
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| / | / | / | / | / | / | / | / | / | / |
| : | : | : | : | : | : | : | : | : | : |
| h | : | : | : | : | : | : | : | : | h |

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
Secretaria de Estado de Comunicação Eletrônica
Departamento de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministros, s/n, Anexo K, Anexo B Sala 300-O,
70047-900 - Brasília-DF

BRASIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

(ETIQUETA OU CARIMBO MP)

OR: 12584/2015/SEL-MC/GTCO/DEOC
AO SENHOR REPRESENTANTE LEGAL DA
FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA-ME
AV. 07 DE JI'NHO N° 598, CENTRO
CEP: 49.500-000 TOBIAS BARRETO/SE
PROC: 53000.041092/2010
ASSINATURA DE CONTRATO





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1º andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 – Brasília/DF
Telefone: (61) 2027-6464

Ofício nº 20459/2015/SEI-MC

Brasília, 29 de junho de 2015

Ao Senhor
Representante Legal da FM Tobias Barreto Almeida Reis Ltda.
Av. 07 de junho, nº 598, Centro
49.300-000 Tobias Barreto/SE

Assunto: **Cancelamento/Desconsideração da Nota Técnica 8445/2015 e Ofício 12504/2015.**

Referência: **Processo nº 53000.041092/2010-24. Concorrência nº 048/2010-CEL/MC.**

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimentando-o cordialmente, solicitamos de Vossa Senhoria que desconsidere o ofício 12504/2015/SEI-MC que encaminhou a cópia da Nota Técnica nº 8445/2015/SEI-MC, com vistas à solicitação de documentação para instrução do processo referente à outorga de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade de Lagarto/SE

2. Salientando-se que tais solicitações serão renovadas em momento oportuno, conforme a legislação vigente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Joao Paulo Saraiva de Andrade, Coordenador-Geral de Regime Legal de Outorgas**, em 30/06/2015, às 14:47, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html>



informando o código verificador **0580892** e o código CRC **A4257818**.

Criado por mariana.albuquerque, versão 3 por mariana.albuquerque em 29/06/2015 16:28:50.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços e Comunicação Eletrônica
Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial

REFERÊNCIA: Processo nº 53000.041092/2010-24. Concorrência nº 048/2010-CEL/MC.

INTERESSADO: FM Tobias Barreto Almeida Reis Ltda

Tendo em vista a necessidade de reenvio, à Casa Civil da Presidência da República, de cópia do processo em referência que trata da outorga de permissão para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Lagarto, Estado de Sergipe, que retornou daquela Casa, por meio do Ofício nº 37/2015 - SUPAR/SRI, para oitiva do atual Ministro, encaminho nova minuta da Exposição de Motivos, ao Gabinete da Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, para providências quanto ao prosseguimento do feito.

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

MC EM

Brasília, de de 2015.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 048/2010- CEL/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município Lagarto, Estado de Sergipe.

2. A Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão, constituída pela Portaria nº 223, de 6 de junho de 2011, publicada no Diário Oficial da União do dia 7 subsequente e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e na legislação específica de radiodifusão, concluiu que a FM Tobias Barreto Almeida Reis Ltda (Processo nº 53000.041092/2010-24) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência. O ato de homologação do certame foi publicado no Diário Oficial da União de 12 de março de 2013, e a Portaria nº 106, de 19 de abril de 2010, publicada no D.O.U. do dia 23 de abril de 2013.

3. Contudo, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional. Portanto, solicito que seja encaminhado o referido ato outorga com cópia do processo em comento à Casa Legislativa para prosseguimento do feito.

Respeitosamente,

RICARDO BERZOINI
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **Joao Paulo Saraiva de Andrade, Coordenador-Geral de Regime Legal de Outorgas**, em 30/06/2015, às 14:47, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0580936** e o código **CRC 7F03393C**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Criado por mariana.albuquerque, versão 6 por elisangelap em 30/06/2015 10:41:30.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 048/2010- CEL/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município Lagarto, Estado de Sergipe.

2. A Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão, constituída pela Portaria nº 223, de 6 de junho de 2011, publicada no Diário Oficial da União do dia 7 subsequente e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e na legislação específica de radiodifusão, concluiu que a FM Tobias Barreto Almeida Reis Ltda (Processo nº 53000.041092/2010-24) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência. O ato de homologação do certame foi publicado no Diário Oficial da União de 12 de março de 2013, e a Portaria nº 106, de 19 de abril de 2010, publicada no D.O.U. do dia 23 de abril de 2013.

3. Contudo, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional. Portanto, solicito que seja encaminhado o referido ato outorga com cópia do processo em comento à Casa Legislativa para prosseguimento do feito.

Respeitosamente,

RICARDO BERZOINI

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO JOSÉ RIBEIRO BERZOINI**, Ministro de Estado das Comunicações, em 30/07/2015, às 14:27, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.
Nº de Série do Certificado: 1237855



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0584349** e o código CRC **13ACFBEC**.

Criado por denielle.silva, versão 2 por denielle.silva em 30/06/2015 17:36:06.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial

DESPACHO

PROCESSO Nº: 53000.041092/2010-24

De ordem, remeto os autos ao SEDOC para as providências cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Alicionete da Silva Luz**, Agente Administrativo, em 31/07/2015, às 10:55, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0636056** e o código CRC **0934F113**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Criado por rosemeire, versão 2 por rosemeire em 31/07/2015 09:57:08.

Assunto: Alteração da numeração da EM

De: Sidof@planalto.gov.br

Data: 06/08/2015 19:43

Para: renata.checchio@comunicacoes.gov.br, wendy.araujo@comunicacoes.gov.br,
emilio.oliveira@comunicacoes.gov.br, leandro.cardoso@comunicacoes.gov.br

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
ALTERAÇÃO DA NUMERAÇÃO DA EM

EM MC 00031 2013 Lagarto SE / Licit/FM foi arquivada por ter sido gerada no ano de 2013 e encaminhada para a PR no ano 2015.

Uma nova EM foi gerada para o ano de 2015 e encaminhada para a Presidência: EM MC 00240 2015 Lagarto SE / Licit/FM

EM nº 00240/2015 MC

Brasília, 6 de Agosto de 2015

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 048/2010- CEL/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município Lagarto, Estado de Sergipe.

2. A Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão, constituída pela Portaria nº 223, de 6 de junho de 2011, publicada no Diário Oficial da União do dia 7 subsequente e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e na legislação específica de radiodifusão, concluiu que a FM Tobias Barreto Almeida Reis Ltda (Processo nº 53000.041092/2010-24) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência. O ato de homologação do certame foi publicado no Diário Oficial da União de 12 de março de 2013, e a Portaria nº 106, de 19 de abril de 2010, publicada no D.O.U. do dia 23 de abril de 2013.

3. Contudo, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional. Portanto, solicito que seja encaminhado o referido ato outorga com cópia do processo em comento à Casa Legislativa para prosseguimento do feito.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ricardo Jose Ribeiro Berzoini

PARECER Nº 1905/2012/TFC/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU
CONCORRÊNCIA n.º 048/2010

PROCESSO PRINCIPAL: 53000.007417/2010

PROPONENTE VENCEDORA: FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA
PROCESSO N.º: 53000.041092/2010
LOCALIDADE: LAGARTO-SE

EMENTA: Análise do procedimento licitatório objeto do Edital de Concorrência n.º 048/2010-SSR/MC, levado a efeito com a finalidade de outorgar permissão para a exploração dos Serviços de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada na localidade de **Lagarto, no Estado de Sergipe**. Pela Homologação do certame, com adjudicação do objeto a licitante **FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA.**, declarada vencedora para a localidade de **Lagarto, no Estado de Sergipe**.

Senhor Coordenador-Geral,

1. A Comissão Especial de Licitação encaminha para exame e análise desta Consultoria Jurídica o processo em referência, contendo a documentação e a proposta das licitantes que participaram do procedimento licitatório, objeto do Edital da Concorrência n.º 048/2010-SSR/MC, para a localidade de Lagarto, no Estado de Sergipe.

2. O certame em epígrafe se encontra na fase de homologação e adjudicação, a qual corresponde à manifestação de concordância da autoridade competente. Essa concordância se refere a dois aspectos, a saber: legalidade dos atos praticados pela Comissão e conveniência de ser mantida a licitação.

3. No que tange à conveniência da manutenção da licitação, por ser aspecto afeto ao juízo da autoridade, ressaltamos que, caso se entenda pela inconveniência, deverá a licitação ser revogada, desde que preenchidos os requisitos estabelecidos pelo art. 49 da Lei n.º 8.666/93, "in verbis":

"Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

§ 1º A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei.

§ 2º A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei.

§ 3º No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

§ 4º O disposto neste artigo e seus parágrafos aplica-se aos atos do procedimento de dispensa e de inexigibilidade de licitação".

4. Deste modo, é importante observar que a revogação, nos termos da própria lei, somente será

possível se existir motivo superveniente suficiente a justificar tal conduta, nos termos do que preleciona MARÇAL JUSTEN FILHO:

"Ao determinar a instauração da licitação, a Administração realiza juízo de conveniência acerca do futuro contrato. Esse juízo é confirmado quando da elaboração e aprovação do ato convocatório. No momento final da licitação, após apurada a classificação, exercita-se novo juízo de conveniência. Não se trata, porém, do mesmo juízo. Exercita-se sobre suportes fáticos distintos. Vale dizer, a Lei reconhece um condicionamento à revogação. A Administração pode desfazer seus próprios atos, a qualquer tempo, tendo em vista avaliação de sua inconveniência. Tendo concluído que o ato é conveniente e determinado sua prática ou manutenção, a Administração se vincula a essa decisão. Poderá revê-la desde que existam circunstâncias novas, inexistentes ou desconhecidas à época anterior. Logo, não se admite que a Administração julgue, posteriormente, que era inconveniente precisamente a mesma situação que fora reputada conveniente em momento pretérito". (FILHO, Marçal Justen. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 8 ed. São Paulo, Dialética, 2001. p.481).

5. Entretanto, no que tange aos aspectos mencionados, interessa à análise desta Consultoria Jurídica o exame da legalidade dos atos praticados pela Comissão Especial de Licitação.

6. A licitante **FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA.**, foi declarada vencedora para a localidade de **Lagarto, no Estado de Sergipe**, conforme a publicação dos Resultados de Julgamentos das Concorrências (fl. 97 do processo principal).

7. Analisando a Concorrência nº 048/2010-SSR/MC para a localidade de Lagarto, no Estado de Sergipe, certifica-se que a referida Comissão observou as regras insculpidas no instrumento convocatório (edital), atendeu o rito procedimental do certame, bem como pugnou pelo cumprimento das exigências legais pertinentes a todo procedimento licitatório, no que tange à habilitação da licitante **FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA.**

CONCLUSÃO

8. Diante do exposto, opinamos pelo seguinte:

a) **homologação** do certame e a **adjudicação** da outorga dos serviços de radiodifusão sonora em Freqüência Modulada a empresa **FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA.** declarada vencedora para a localidade de Lagarto, no Estado de Sergipe.

2. à consideração do Sr. Ministro. E, após pelo retorno dos autos à Comissão Especial de Licitação para providências.

À consideração superior.

Brasília, 22 de novembro de 2012.

TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK

Advogada da União

Coordenadora Jurídica de Licitações de Radiodifusão e Assuntos Administrativos Diversos

DESPACHO Nº 7036/2012/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU

PROCESSO Nº 53000.007417/2010

ASSUNTO : Fase de homologação.

Aprovo o **PARECER Nº 1905/2012/TFC/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU**, da lavra da Advogada da União, Tatiane Flores Cavalcante Razuk.

Encaminhem-se os autos à apreciação pelo Sr. Consultor Jurídico.

Brasília, de de 2012.

DANIEL PEREIRA DE FRANCO

Advogado da União

Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica

DESPACHO Nº 7037/2012/JFB/GAB/CONJUR-MC/AGU

PROCESSO Nº: 53000.007417/2010

ASSUNTO : Fase de homologação.

Aprovo o **DESPACHO Nº 7036/2012/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU**, da lavra do Advogado da União, Dr. Daniel Pereira de Franco, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica, que aprovou o **PARECER Nº 1905/2012/TFC/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU**, de autoria da Advogada da União, Dra. Tatiane Flores Cavalcante Razuk.

Encaminhem-se os autos ao Gabinete da Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, em prosseguimento.

Brasília, de de 2012.

JOSÉ FLÁVIO BIANCHI

Consultor Jurídico

DESPACHO S/Nº

1. Tendo em vista que a devolução dos autos em questão se deu unicamente em razão da mudança de direção desta Pasta, reitero os termos da última manifestação desta Consultoria Jurídica, que conclui pela ausência de óbice jurídico para a submissão da Exposição de Motivos à Casa Civil da Presidência da República.
2. Encaminhem-se os autos ao Gabinete do Ministro, para as providências de estilo.

Brasília, 31 de julho de 2015.

| |
|---|
| Presidência da República
CODOC/PROTOCOLO |
| 18 AGO 2015 |
| Hora: 15:40 |
| Func.: <i>ctb</i> |

Alan Trajano
Consultor Jurídico

Assinado eletronicamente por: Alan Emanuel Cavalcante Trajano



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

EDITAL DE CONCORRÊNCIA 048/2010 - CEL/MC

SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

PERMISSÃO DE FM

Brasília (DF), _____ de _____ de 2010.

ÍNDICE

- 1 DO OBJETO
- 2 DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS
- 3 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL
- 4 DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
- 5 DOS REQUISITOS PARA A HABILITAÇÃO DAS PROPONENTES
- 6 DOS CRITÉRIOS PARA A ELABORAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA
- 7 DOS CRITÉRIOS PARA A ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA
- 8 DA APRESENTAÇÃO E RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS
- 9 DAS ATRIBUIÇÕES DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO E DAS SESSÕES
- 10 DA SESSÃO DE ABERTURA DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
- 11 DA ANÁLISE E JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
- 12 DA ABERTURA, ANÁLISE E JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA
- 13 DOS CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA
- 14 DA ABERTURA, ANÁLISE E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO
- 15 DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS
- 16 DA HOMOLOGAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO
- 17 DAS PENALIDADES
- 18 DOS RECURSOS, REPRESENTAÇÕES E IMPUGNAÇÕES (CONTRA-RAZÕES)
- 19 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
- 20 ANEXOS

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

EDITAL - CONCORRÊNCIA N.º 048/2010 – CEL/MC

O MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, neste ato representado pela Comissão Especial de Licitação instituída por meio da Portaria de n.º 432, de 24 de julho de 2009, e suas alterações, torna público que receberá dos interessados em participar desta Licitação, **EM DIA E LOCAL CONSTANTES DE AVISO A SER PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO**, simultaneamente, a Documentação de Habilitação e as Propostas Técnica e de Preço pela Outorga, doravante denominadas simplesmente Propostas, para a exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), na localidade a seguir indicada.

| UF | Localidade | Canal | Classe | Grupo | Preço Mínimo |
|----|------------|-------|--------|-------|--------------|
| SE | Lagarto | 230 | C | A | 146.420,37 |

A licitação, na modalidade Concorrência, objeto do presente Edital, será julgada pelo critério de maior valor da média ponderada da pontuação da Proposta Técnica e da Proposta de Preço pela Outorga.

A presente licitação reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, instituído pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962; pelo Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; pelo Regulamento Geral do Código Brasileiro de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 52.026, de 20 de maio de 1963; pelo Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963 e suas alterações; pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações e pela Lei 10.610, de 20 de dezembro de 2.002, assim como pelos Regulamentos Técnicos específicos do serviço.

1 DO OBJETO

1.1 O objeto desta Licitação é a outorga de permissão para a exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em horário ilimitado (execução durante 24 horas do dia), na localidade indicada no preâmbulo, pelo prazo de 10 (dez) anos.

2 DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

2.1 Quaisquer dúvidas sobre o conteúdo do presente Edital e de seus Anexos poderão ser dirigidas ao Presidente da Comissão Especial de Licitação, mediante requerimento, a ser protocolizado diretamente no Ministério das Comunicações, ou por intermédio de correspondência registrada, via postal, conforme a seguir indicado, até 30 (trinta) dias antes da data fixada para recebimento da Documentação de Habilitação e das Propostas:

Externamente:

Ao
Presidente da Comissão Especial de Licitação
LICITAÇÃO N.º ____/____ - CEL

Esplanada dos Ministérios – Bloco “R” – Sala 104 – Sobreloja
Edifício Sede do Ministério das Comunicações
70044-900 – Brasília – DF

Internamente:

- a) identificação e qualificação da requerente;
- b) objeto do requerimento, com a indicação clara dos itens questionados;
- c) fundamentação das questões a serem esclarecidas;
- d) data, nome e assinatura.

2.2 A Comissão Especial de Licitação responderá às consultas em até (5) cinco dias antes da data fixada para recebimento da Documentação e das Propostas, fazendo publicar no Diário Oficial da União o local e as condições pelas quais os interessados poderão obter cópias dos esclarecimentos. As consultas e respostas formuladas estarão disponibilizadas ao público em geral na sala de vistas da Comissão e no sítio eletrônico do Ministério das Comunicações (<http://www.mc.gov.br>).

2.2.1 Independentemente da solicitação dos interessados, a Comissão poderá expedir esclarecimentos sobre o instrumento convocatório, comunicando àqueles que o tiverem adquirido e disponibilizando-os na Secretaria da Comissão Especial de Licitação e no sítio eletrônico do Ministério das Comunicações (<http://www.mc.gov.br>).

2.3 Antes do recebimento da Documentação de Habilitação e das Propostas, este Edital poderá ser alterado por razões de interesse público ou por exigência legal. Em qualquer caso, se a modificação a ser realizada afetar a apresentação dos Documentos de Habilitação e a formulação das Propostas, a Comissão Especial de Licitação fará publicar, no Diário Oficial da União, Aviso de Alteração do Edital, fixando nova data para apresentação dos referidos Documentos de Habilitação e Propostas, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido.

2.4 A anulação ou revogação da Licitação, ainda que parcial, é ato do Ministro de Estado das Comunicações. A revogação dar-se-á por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal decisão, e a anulação dar-se-á, de ofício ou por provocação de terceiros, por ilegalidade. Em ambos os casos, a decisão será antecedida de parecer da Consultoria Jurídica do Ministério.

2.4.1 A Comissão Especial de Licitação poderá tornar sem efeito seus próprios atos, em face de ilegalidade, desde que a fase em que praticados não esteja encerrada.

2.4.2 Da decisão de revogação ou anulação a licitação caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

2.4.3 Não caberá qualquer indenização às Proponentes em caso de revogação ou anulação do presente Edital.

2.5 Para efeito de contagem dos prazos estabelecidos neste Edital é excluído o dia do início e incluído o do vencimento.

2.5.1 Se na data marcada para o recebimento das propostas não houver expediente normal no Ministério das Comunicações, considerar-se-á transferido o evento para o primeiro dia útil seguinte.

2.6 A Proponente, executante ou não do serviço de radiodifusão, para fins dos limites a que se refere o artigo 12 do Decreto-lei n.º 236, de 28 de fevereiro de 1967, terá a quantidade de outorgas computadas a partir da assinatura dos respectivos contratos.

2.6.1 A superação àqueles limites em número de vitórias impedirá novas homologações para o mesmo tipo de serviço, até que os contratos respectivos sejam assinados, ficando os processos em que isto ocorra sobrestados.

3 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

3.1 Eventuais impugnações ao Edital serão recebidas até o quinto dia útil que anteceder a abertura dos envelopes contendo a Documentação de Habilitação.

3.2 O não oferecimento, no prazo do item 3.1, de impugnação ao Edital e a subsequente entrega da Documentação de Habilitação e das Propostas, pressupõe que a Proponente tem dele pleno conhecimento e que aceita incondicionalmente os seus termos, vedadas alegações posteriores de desconhecimento ou discordância de suas cláusulas ou condições, bem como das normas regulamentares pertinentes.

3.3 O não oferecimento de impugnação ao Edital no prazo estabelecido no subitem 3.1, ainda que a Proponente indique falhas ou irregularidades que o viciaram, implicará preclusão para quaisquer fins, inclusive recurso.

3.4 Acolhida a impugnação, e havendo alteração das disposições do Edital, substancial ou relevante para a apresentação da Documentação de Habilitação e formulação das Propostas, preceder-se-á conforme disposto no subitem 2.3.

4 DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 Somente poderão participar desta licitação pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras, com sede e administração no País, que tenham pelo menos 70% (setenta por cento) do capital total e do capital votante pertencentes, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

4.1.1 A participação de capital estrangeiro nas empresas a que se refere o subitem 4.1 deverá obedecer ao que prevê a Lei n.º 10.610, de 20 de dezembro de 2002.

4.2 É vedada a participação nesta licitação de pessoa jurídica enquadrada nas situações a seguir.

4.2.1 Que não tenha sido recadastrada conforme determinação contida na Portaria MC n.º 447, de 9 de agosto de 2007 (dispositivo aplicável somente a empresas executantes de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão).

4.2.1.1 Na ocorrência da situação indicada no subitem 4.2.1 a interessada deverá, até a data fixada para o recebimento da Documentação de Habilitação e Propostas, apresentar a documentação exigida para o cadastramento.

4.2.2 Que já detenha outorga, ou participe de concessionária/permissionária do serviço objeto deste Edital, nos limites estabelecidos no artigo 12 do Decreto-lei n.º 236, de 28 de fevereiro de 1967.

4.2.3 Cujos sócios e dirigentes participem dos quadros societário e diretivo de outras concessionárias/permissionárias do serviço objeto deste Edital, nos limites estabelecidos no artigo 12 do Decreto-lei n.º 236, de 28 de fevereiro de 1967.

4.2.4 Que execute o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da presente licitação.

4.2.5 Cujos sócios, administradores ou gerentes participem do quadro societário ou diretivo de outra executante do mesmo tipo de serviço na localidade objeto desta licitação.

4.2.6 Que tenha sido declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios, ou ainda, que esteja impedida ou com seu direito de licitar e contratar com a Administração suspenso.

4.2.7. Cujas falência haja sido declarada ou que esteja em regime de concordata ou recuperação judicial.

4.3 Não será admitida a inclusão de documento adicional pelas Proponentes ou a substituição ou ainda a alteração dos já entregues, qualquer que seja a justificativa apresentada, ressalvada a realização das diligências referidas no subitem 9.2.

4.4 Após o recebimento das Propostas não serão admitidas modificações no quadro diretivo e no controle societário das Licitantes.

4.4.1 Fica excetuada da vedação contida no subitem 4.4 a hipótese de transferência *causa mortis*.

4.5 São vedadas, sob pena de desclassificação dos envolvidos, a representação (simultânea ou sucessiva) de mais de um licitante pelo mesmo procurador e a participação de licitantes com sócios (diretos e indiretos) em comum.

5 DOS REQUISITOS PARA A HABILITAÇÃO DAS PROPONENTES (CONJUNTO 1)

5.1 Para habilitar-se, a Proponente estará obrigada a satisfazer às exigências relativas à Habilitação Jurídica, Qualificação Econômico-Financeira e Regularidade Fiscal, devendo apresentar, em 1 (uma) via, no Conjunto nº 1, os documentos, certidões e declarações a seguir especificados, original ou cópia autenticada.

5.1.1 Ato constitutivo (estatuto ou contrato social) em vigor e suas alterações, ou sua consolidação, devidamente registrados na repartição competente, devendo a sociedade por ações encaminhar, também, a ata de eleição de seus atuais administradores e a relação de acionistas em que conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada acionista na data do recebimento da documentação e propostas.

5.1.1.1 No ato constitutivo da Proponente, ou em suas alterações, deverá constar, dentre os objetivos sociais, a atividade de execução de serviços de radiodifusão.

5.1.1.2 Em se tratando de Fundação, apresentar, além do estatuto, a ata de eleição de sua diretoria.

5.1.1.3 Caso a Proponente tenha em seu quadro societário sócio pessoa jurídica deverá apresentar o respectivo ato constitutivo de todos os sócios nessa condição que, direta ou indiretamente, participem do capital social, total e votante, da Proponente, até que se comprove a plena observância do art. 2º da Lei 10.610, de 20 de dezembro de 2002.

5.1.1.4 Para efeito do subitem 5.1.1.3, deverá ser apresentado qualquer dos documentos listados no subitem 5.1.2, referentes às pessoas físicas que indiretamente participem do capital social, total e votante, da Proponente.

5.1.2 Prova da condição de brasileiros, natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, ou de igualdade de direito civis para os portugueses, das pessoas físicas que sejam sócias da Proponente, feita mediante a apresentação de um dos seguintes documentos: certidão de nascimento, certidão de casamento, certificado de reservista, carteira profissional, carteira de identidade ou comprovante de naturalização ou, para os portugueses, comprovante de igualdade de direitos civis.

5.1.3 Declaração da Proponente de que não possui e nem manterá em seu quadro de pessoal empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (catorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme ANEXO I.

5.1.4 Declaração, conforme ANEXO II, firmada pelos dirigentes da Proponente.

5.1.5 Certidões expedidas pelas Justiças Estadual e Federal, quanto a feitos cíveis e criminais, bem como certidões dos Cartórios de Protestos de Títulos, todas dos locais de residência e de exercício de atividade econômica dos dirigentes nos últimos 05 (cinco) anos.

5.1.5.1 As certidões deverão ter validade na data prevista para recebimento da Documentação de Habilitação e Propostas. Caso a certidão não contenha data de validade serão aceitas aquelas expedidas nos 3 (três) meses anteriores à referida data.

5.1.5.2 A menção “positiva” em qualquer das certidões referidas no subitem 5.1.5 implica a obrigatoriedade de apresentação de certidão de objeto e pé da ação respectiva ou de documento equivalente que revele sua situação processual.

5.1.5.3 A Proponente, em decorrência das certidões a que se refere o subitem 5.1.5 será inabilitada:

- a) em caso de omissão em sua apresentação;
- b) se não apresentar os documentos referidos no subitem 5.1.5.2;
- c) diante do trânsito em julgado de sentença penal condenatória;

d) se os débitos a que se referirem os títulos protestados superarem o valor mínimo previsto pela outorga do serviço, desde que não estejam sendo contestados judicialmente;

e) se a sentença de natureza cível for de improbidade administrativa com sentença condenatória não mais sujeita a recurso com efeito suspensivo;

f) diante de execução não embargada cujo valor ultrapasse o valor mínimo previsto pela outorga do serviço.

5.1.6 Prova de que os dirigentes estão quites com suas obrigações eleitorais, mediante certidão fornecida pela Justiça Eleitoral.

5.1.7 Alvará de Funcionamento da Proponente ou documento congênere.

5.2 A Proponente deverá comprovar sua qualificação econômico-financeira mediante:

5.2.1 Para as Proponentes em atividade, apresentação do Balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentadas na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, admitindo-se as demonstrações financeiras do exercício imediatamente anterior, caso não tenha transcorrido, ainda, o prazo legal de sua divulgação.

5.2.2 Para as Proponentes inativas ou constituídas há menos de 1 (um) ano, a apresentação do balanço de abertura em conformidade com todos os requisitos da legislação societária e comercial.

5.2.3 Comprovante relativo à garantia de manutenção de proposta, válida para as três etapas, equivalente a 1% (um por cento) do valor mínimo previsto pela outorga, podendo a Proponente optar por uma das seguintes modalidades de garantia: a) carta de fiança bancária; ou b) caução.

5.2.3.1 Quando a Proponente optar por carta de fiança bancária, esta deverá ser emitida em favor da Proponente por banco comercial, de investimento ou múltiplo.

5.2.3.1.1 A carta de fiança deverá ter prazo de validade de 24 (vinte e quatro) meses, a partir da data de entrega dos Documentos e das Propostas.

5.2.3.2 A comprovação de garantia de manutenção de proposta na forma de caução deverá ser feita junto à Caixa Econômica Federal, em formulário específico, conforme dispõe o Decreto-lei n.º 1.737, de 20 de dezembro de 1979.

5.2.4 A garantia de manutenção de proposta será devolvida às Proponentes, mediante a apresentação de recibo, conforme segue:

a) às Proponentes inabilitadas, em até 15 (quinze) dias após a comunicação formal da inabilitação, desde que não tenha havido recursos, ou após seus julgamentos.

b) à Proponente vencedora, em até 15 (quinze) dias após a assinatura do Contrato.

c) às Proponentes com propostas classificadas, em até 15 (quinze) dias após a homologação do certame.

5.2.5 A Proponente será considerada em boa situação financeira e, portanto, apta a assumir os compromissos decorrentes da execução do serviço objeto desta licitação, quando:

a) apresentar a garantia a que se refere o subitem 5.2.3:

b) o exame de seu balanço patrimonial e de suas demonstrações contábeis ou do seu balanço de abertura resultar na verificação, pela Comissão Especial de Licitação, do Índice de Solvência maior ou igual a 1,0 (um vírgula zero) segundo a fórmula abaixo:

$$IS = AT \div (PC + ELP) \geq 1,0$$

onde:

IS : Índice de Solvência

AT : Ativo Total

PC : Passivo Circulante

ELP : Exigível a Longo Prazo

Se $PC + ELP = 0$, será considerado o fator 1 como divisor

5.3 Apresentação de certidão negativa de pedido de falência, recuperação judicial e concordata, expedida pelos distribuidores da sede da Proponente ou da comarca a que pertença, com data não anterior a 3 (três) meses da data prevista para o recebimento da Documentação de Habilitação e Propostas.

5.4 A Proponente deverá comprovar sua regularidade fiscal mediante:

a) Prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes - CNPJ/MF;

b) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

c) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

d) Certidões Negativas de Débito ou Certidões Positivas com Efeito de Negativas de Débitos para com as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal.

5.4.1 Os documentos exigidos nas alíneas do subitem 5.4 deverão ter validade na data de recebimento da Documentação e Propostas.

5.4.2 Caso os documentos mencionados nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem 5.4 não contenham data de validade, serão aceitos aqueles expedidos nos 3 (três) meses anteriores à data prevista para recebimento da Documentação de Habilitação e Propostas.

6 DOS CRITÉRIOS PARA A ELABORAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

6.1 Para fins de pontuação, a Proponente deverá elaborar e apresentar a Proposta Técnica conforme ANEXO III deste Edital, informando:

6.1.1 Tempo total diário proposto para transmissão de programas jornalísticos, educativos e informativos de caráter geral, preenchendo o item 1 (um) do ANEXO III (T1).

6.1.1.1 No preenchimento do item 1 (um) do ANEXO III a Proponente deverá desconsiderar o tempo a que se refere o subitem 6.1.3.

6.1.2 Tempo total diário proposto para o serviço noticioso de caráter geral, preenchendo o item 2 (dois), do ANEXO III (T2).

6.1.2.1 No preenchimento do item 2 (dois) do ANEXO III a Proponente deverá desconsiderar o tempo mínimo de 5% (cinco por cento) de serviço noticioso fixado no art. 38, alínea “h” do Código Brasileiro de Telecomunicações, aprovado pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962.

6.1.3 Tempo total diário proposto para transmissão de programas culturais, artísticos e jornalísticos, produzidos e gerados no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga, preenchendo o item 3 (três) do ANEXO III (T3).

6.1.5 O prazo, em meses, para início da execução do serviço em caráter definitivo, a partir da vigência da outorga, preenchendo o item 4 (quatro) do ANEXO III (T4).

6.2 A Proposta Técnica deverá ser datada e assinada pelo representante legal da Proponente.

6.3 A Proposta Técnica apresentada pela Proponente vencedora será anexada ao Contrato ou Termo de Adesão, conforme o caso, constituindo-se parte integrante dele.

7 DOS CRITÉRIOS PARA A ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA

7.1 A Proposta de Preço pela Outorga deverá ser apresentada na forma do ANEXO IV.

7.2 A Proponente deverá indicar o valor da importância que se propõe a pagar pela outorga, por extenso, em moeda corrente do País, em 2 (duas) parcelas iguais, preenchendo o ANEXO IV.

7.3 O valor ofertado não poderá ser inferior ao Preço Mínimo fixado para a Outorga.

8 DA APRESENTAÇÃO E RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS

8.1 A Proponente deverá apresentar a Documentação de Habilitação e Propostas, conforme detalhamento indicado nos itens a seguir.

8.2 Os Documentos de Habilitação e as Propostas deverão ser entregues, pessoalmente, pelo(s) dirigente(s) ou procurador(es) da Proponente, na forma indicada no preâmbulo deste Edital, sendo vedada sua remessa via postal ou por qualquer outra forma que não a prevista neste Edital.

8.2.1 O(s) dirigente(s) das Proponentes ou seu(s) procurador(es), detentor(es) de poderes suficientes, deverão comprovar suas qualificações por meio da apresentação:

a) de documento de identidade;

b) da documentação prevista no subitem 5.1.1 deste Edital;

c) de instrumento público ou particular de mandato com firma reconhecida, em se tratando de procurador, conforme Modelo constante do ANEXO VI, a ser entregue em separado no ato de apresentação da Documentação de Habilitação e das Propostas, que será juntado ao processo.

8.2.2 A não exibição no ato dos documentos indicados no subitem 8.2.1 implicará no não recebimento dos Documentos de Habilitação e as Propostas da Proponente.

8.3 A Documentação de Habilitação e as Propostas deverão ser apresentadas separadamente, em invólucros distintos, indevassáveis, opacos, fechados e rubricados em todas as partes coladas, designados como CONJUNTO 1, CONJUNTO 2 e CONJUNTO 3, contendo na parte externa, obrigatoriamente, os seguintes dizeres:

| |
|--|
| CONJUNTO 1 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
Edital da Concorrência nº ____/____ – CEL/MC
SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO |
| Localidade de Prestação do Serviço: <i>(indicar a localidade de interesse)</i> |
| Razão Social da Proponente: <i>(indicar a Razão Social)</i> |
| <u>Conteúdo:</u>
<u>Conjunto 1</u> – Documentação de Habilitação:
Habilitação Jurídica;
Qualificação Econômico-Financeira;
Regularidade Fiscal. |

| |
|---|
| CONJUNTO 2 – PROPOSTA TÉCNICA
Edital da Concorrência nº ____/____ – CEL/MC
SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO |
| Localidade de Prestação do Serviço: <i>(indicar a localidade de interesse)</i> |
| Razão Social da Proponente: <i>(indicar a Razão Social)</i> |
| <u>Conteúdo:</u>
<u>Conjunto 2:</u>
Proposta Técnica. |

| |
|---|
| CONJUNTO 3 - PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA
Edital da Concorrência nº ____/____ – CEL/MC
SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO |
| Localidade de Prestação do Serviço: <i>(indicar a localidade de interesse)</i> |

| | |
|-----------------------------|--------------------------|
| Razão Social da Proponente: | (indicar a Razão Social) |
|-----------------------------|--------------------------|

| |
|-------------------------|
| <u>Conteúdo:</u> |
|-------------------------|

| |
|---------------------------|
| <u>Conjunto 3:</u> |
|---------------------------|

| |
|--|
| Proposta de Preço pela Outorga. |
|--|

8.3.1 A inclusão de qualquer elemento, entre os Documentos de Habilitação e Propostas, que implique violação do sigilo acarretará a desclassificação da Proponente.

8.3.2 Será recusado o invólucro que não contiver a indicação externa de seu conteúdo, conforme estabelecido no subitem 8.3.

8.3.3 Recomenda-se que, na elaboração dos Documentos de Habilitação e das Propostas, os aspectos essenciais e os quesitos formulados nos itens e subitens do presente Edital constem de um índice visando facilitar sua localização.

8.4 Entregues os invólucros, não será admitida a inclusão de documento adicional, substituição ou alteração dos já entregues, qualquer que seja a justificativa apresentada pela Proponente.

8.5 Todos os documentos, incluindo as declarações, deverão conter a qualificação do(s) seu(s) signatário(s) e a descrição dos fatos ou identificação dos eventos que comprovem o atendimento das exigências formuladas.

8.6 A Proposta Técnica e a Proposta de Preço pela Outorga não poderão conter rasuras, emendas ou entrelinhas, mesmo que ressalvadas, e deverão ser preferencialmente datilografadas ou impressas em papel tamanho A4, com até 44 linhas por página e letras no tamanho 12 pontos.

8.7 O conteúdo dos Conjuntos dos Documentos de Habilitação e Propostas, será apresentado em 1 (uma) via, rubricada pelo representante legal da Proponente no rodapé de cada folha, devendo preferencialmente cada uma das folhas estar numerada seqüencial e continuamente, por CONJUNTO, no ângulo superior direito.

9 DAS ATRIBUIÇÕES DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO E DAS SESSÕES

9.1 As atribuições da Comissão Especial de Licitação, bem como os trabalhos a serem por ela desenvolvidos, estão estabelecidas na Portaria de n.º 432, de 24 de julho de 2009, além daquelas constantes deste Edital.

9.2 Cabe ao Presidente da Comissão Especial de Licitação, ou a quem ele designar, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução da licitação, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da Documentação de Habilitação e das Propostas.

9.3 De todas as sessões da Comissão, públicas ou não, será lavrada ata que, lida e aprovada, será assinada obrigatoriamente por seus membros e, no caso de sessão pública também pelos representantes legais das Proponentes presentes.

9.4 Nas sessões públicas da Comissão, o Presidente solicitará aos representantes legais das Proponentes que assinem a lista de presença, na qual indicarão a pessoa jurídica que representam e a respectiva qualificação, aferindo os documentos exibidos no ato.

9.4.1 Somente um representante legal de cada Proponente poderá manifestar-se em seu nome e assinar a ata, exceto quando a ocorrência de fatos supervenientes, durante a sessão, obrigar a sua substituição.

9.4.1.1 Os invólucros fechados e documentos serão rubricados pelo representante legal de cada Proponente.

9.4.2 Nas sessões públicas da Comissão, por determinação do Presidente, as eventuais manifestações dos representantes legais das Proponentes serão reduzidas a termo para anexação à ata da sessão.

9.4.3 Os representantes das Proponentes não poderão interromper a leitura de qualquer documento, devendo solicitar a palavra, pela ordem, ao Presidente da Comissão, não sendo admitido aparte nem discussão paralela entre os representantes das Proponentes.

9.4.4 O Presidente fará as advertências cabíveis e solicitará a retirada daqueles que estiverem, de qualquer forma, dificultando o bom andamento dos trabalhos.

10 DA SESSÃO DE ABERTURA DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1 Aberta a sessão, serão recebidas, em invólucros distintos, a Documentação de Habilitação e as Propostas, que serão rubricados em todas as partes coladas pelos representantes legais das Proponentes, verificando a identificação dos invólucros, bem como a de seus respectivos representantes.

10.2 O Presidente anunciará o nome de cada Proponente estabelecendo o critério para a abertura do CONJUNTO 1 (Documentação de Habilitação) e determinará o acondicionamento dos CONJUNTOS 2 (Proposta Técnica) e CONJUNTO 3 (Proposta de Preço) em invólucros fornecidos pela Comissão que serão lacrados e depositados no cofre disponível na sala da Comissão.

10.3 Aberto o CONJUNTO 1 e rubricados os Documentos de Habilitação pelos membros da Comissão e por um representante de cada Proponente, a sessão será encerrada.

10.4. O resumo dos atos praticados durante a sessão constará de ata que será assinada pelos membros da Comissão e por um representante de cada Proponente presente.

10.5 Encerrada a sessão, o Presidente determinará o recolhimento de toda a Documentação de Habilitação para fins de organização, autuação e remessa dos autos à Comissão Especial de Licitação para análise.

10.6 Os Proponentes terão acesso à Documentação de Habilitação após a análise da Comissão Especial de Licitação.

11 DA ANÁLISE E JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

11.1 A Comissão Especial de Licitação analisará, em sala reservada, a conformidade dos Documentos de Habilitação com os termos do Edital e legislação específica, procedendo à

publicação dos conceitos **“HABILITADA”** e **“NÃO HABILITADA”**, conforme o caso, no Diário Oficial da União, abrindo prazo de 5 (cinco) dias úteis para a interposição de recursos.

11.2 Decorrido o prazo para a interposição dos recursos a Comissão Especial de Licitação intimará os interessados, abrindo prazo de 5 (cinco) dias úteis para impugnação (contra-razões).

11.3 A(s) Proponente(s) julgada(s) inabilitada(s) fica(m) impedida(s) de participar das fases subsequentes da licitação.

11.3.1 Encerrada a fase de habilitação as Proponentes inabilitadas serão intimadas para resgate de suas Propostas, devidamente lacradas, no prazo de 30 (dias) dias.

11.3.1.1 O não atendimento da intimação no prazo estabelecido autoriza a Administração a incinerar os documentos em referência.

11.4 Ultrapassada a fase de Habilitação, as Proponentes não serão mais desclassificadas por motivo relacionado à Habilitação Jurídica, Qualificação Econômico-financeira e Regularidade Fiscal, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após a Habilitação.

11.5 A previsão contida no subitem 11.4 não afasta o poder de autotutela do Ministério das Comunicações.

12 DA ABERTURA, ANÁLISE E JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA.

12.1 Encerrada a fase de Habilitação a Comissão convocará com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis a sessão pública para abertura das Propostas Técnicas.

12.1.1 No local, dia e hora marcados, a Comissão procederá à abertura das Propostas Técnicas (CONJUNTO 2) das Proponentes habilitadas.

12.2 Após a abertura do CONJUNTO 2 e rubrica dos documentos relativos às Propostas Técnicas pelos membros da Comissão e por um representante legal de cada Proponente, a sessão será mantida em aberto pelo Presidente, que disponibilizará a documentação dos Proponentes para verificação.

12.3. O resumo dos atos praticados durante a sessão constará de ata que deverá ser assinada pelos membros da Comissão e por um representante de cada Proponente presente à sessão.

12.4 A Comissão Especial de Licitação analisará a conformidade das Propostas Técnicas com os requisitos do Edital e atribuirá pontuação a cada uma delas conforme estabelecido no item 13.

12.5 A Comissão Especial de Licitação elaborará ficha de avaliação das Propostas Técnicas, lavrando a correspondente ata, procedendo à publicação dos conceitos **“CLASSIFICADA”** e **“NÃO CLASSIFICADA”**, conforme o caso, no Diário Oficial da União, abrindo prazo de 5 (cinco) dias úteis para a interposição de recursos.

12.6 Será desclassificada a Proposta Técnica apresentada em desconformidade com o presente Edital e seus Anexos.

13 DOS CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

13.1 Será atribuída à Proposta Técnica a seguinte pontuação:

13.1.1 A pontuação P1, relativa ao percentual do tempo total diário proposto para a transmissão de programas jornalísticos, educativos e informativos de caráter geral (%T1), conforme a fórmula e condições a seguir:

$$P1 = 65,0 \times [(\%T1 - 5) / (\%T1 + 5)], \text{ para } 5\% \leq T \leq 8\%$$

- Condição Mínima: %T1 = 5

- Condição Máxima: %T1 = 8

Legenda:

$$\%T1 = T1 \times 100 / 1440$$

T1 = valor preenchido no item 1 do ANEXO III.

13.1.2 A pontuação P2 relativa ao percentual de tempo total diário proposto para serviço noticioso de caráter geral (%T2), conforme a fórmula e condições a seguir:

$$P2 = 65,0 \times [(\%T2 - 5) / (\%T2 + 5)], \text{ para } 5\% \leq T \leq 8\%$$

- Condição Mínima: %T2 = 5

- Condição Máxima: %T2 = 8

Legenda:

$$\%T2 = T2 \times 100 / 1440$$

T2 = valor preenchido no item 2 do ANEXO III.

13.1.3 A pontuação P3 relativa ao percentual do tempo total diário proposto para programas culturais, artísticos e jornalísticos, produzidos e gerados no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga (%T3), conforme a fórmula e condições a seguir:

$$P3 = 130 \times [(\%T3 - 5) / (\%T3 + 5)], \text{ para } 5\% \leq T \leq 8\%$$

- Condição Mínima: %T3 = 5

- Condição Máxima: %T3 = 8

Legenda:

$$\%T3 = T3 \times 100 / 1440$$

T3 = valor preenchido no item 3 do ANEXO III.

13.1.4 A pontuação P4 relativa ao prazo em meses (T4) para iniciar a execução do serviço em caráter definitivo, conforme a fórmula e condições a seguir:

$$P4 = 10 + 50 \times [(36 - T4) / (36 + T4)], \text{ para } 9 \leq T4 \leq 36$$

- Condição Mínima: T4 = 36 meses

- Condição Máxima: T4 = 9 meses

Legenda:

T4 = valor preenchido no item 4 do ANEXO III.

13.1.5 A valoração da Proposta Técnica da Proponente (PT), será obtida pela soma dos pontos resultantes da verificação do enquadramento da mesma no disposto em cada quesito constante do subitem 13.1, conforme a seguir:

$$PT = (P1 + P2 + P3 + P4) \text{ pontos.}$$

13.2 Serão classificadas as Propostas Técnicas que obtiverem o mínimo de 50 (cinquenta) pontos para os serviços enquadrados no grupo A, 60 (sessenta) pontos para os serviços enquadrados no grupo B e 70 (setenta) pontos para os serviços enquadrados no grupo C, conforme estabelecido no § 4º do art. 16 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com as alterações do Decreto nº 2.108, de 26 de dezembro de 1996.

13.3 O prazo de validade das Propostas é de 24 (vinte e quatro) meses, findo o qual estas serão automaticamente revalidadas por períodos sucessivos de 6 (seis) meses.

13.3.1 Não pretendendo a Proponente manter sua proposta deverá se manifestar, por escrito, em até 5 (cinco) dias antes do transcurso de cada período.

14 DA ABERTURA, ANÁLISE E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO

14.1 Encerrada a fase de análise e julgamento das Propostas Técnicas, a Comissão convocará, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, sessão pública para abertura das Propostas de Preço pela Outorga e intimará as Proponentes desclassificadas para devolução de suas Propostas.

14.1.1 No local, dia e hora marcados, a Comissão procederá à abertura das Propostas de Preço pela Outorga (CONJUNTO 3) das Proponentes classificadas.

14.2 Após a abertura do CONJUNTO 3 e rubrica dos documentos relativos às Propostas de Preço pela Outorga pelos membros da Comissão e por um representante legal de cada Proponente, a sessão será mantida em aberto pelo Presidente, que disponibilizará a documentação para verificação.

14.3. O resumo dos atos praticados durante a sessão constará de ata que deverá ser assinada pelos membros da Comissão e por um representante de cada Proponente presente à sessão.

14.4 A Comissão Especial de Licitação analisará a conformidade das Propostas de Preço pela Outorga com os requisitos do Edital e atribuirá pontuação a cada uma delas conforme estabelecido no subitem 14.5.

14.4.1 Será desclassificada a Proposta de Preço pela Outorga em desconformidade com o Edital e seus Anexos, em especial a de valor inferior ao mínimo estabelecido.

14.5 A pontuação das Propostas de Preço pela Outorga será calculada de acordo com a fórmula a seguir:

$$PP = 50 + 50 \times [(Vof - Vmin) / Vof] \quad (\text{Grupo de enquadramento A})$$

$$PP = 60 + 40 \times [(Vof - Vmin) / Vof] \quad (\text{Grupo de enquadramento B})$$

$$PP = 70 + 30 \times [(Vof - Vmin) / Vof] \quad (\text{Grupo de enquadramento C})$$

Legenda:

PP = Pontuação da Proposta de Preço pela Outorga

Vof = Valor do Preço ofertado pela Outorga

Vmim = Valor Mínimo fixado para a Outorga

15 DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

15.1 Será considerada vencedora da Licitação a Proponente habilitada e classificada nas fases anteriores que obtiver o maior valor expresso pela seguinte fórmula:

$VP = (0,90 PT + 0,10 PP)$ pontos (Grupo A)

$VP = (0,50 PT + 0,50 PP)$ pontos (Grupo B)

$VP = (0,10 PT + 0,90 PP)$ pontos (Grupo C)

Ledenda:

VP : Valor ponderado das pontuações da Proposta Técnica e da Proposta de Preço pela Outorga da Proponente.

PT : Valor da pontuação da Proposta Técnica da Proponente.

PP : Valor da pontuação da Proposta de Preço pela Outorga da Proponente.

15.2 Ocorrendo empate entre duas ou mais Proponentes, será declarada vencedora a que tiver oferecido maior preço pela outorga. Persistindo o empate será realizado sorteio.

15.3 Concluída a fase de julgamento, o resultado final constará de ata e será publicado no Diário Oficial da União.

15.3.1 Transcorrido o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a interposição de recursos e julgados os eventuais recursos interpostos a Comissão Especial de Licitação enviará os autos à Consultoria Jurídica para manifestação.

15.4 Em se tratando de localidade constante da relação de Municípios Brasileiros da Faixa de Fronteira, publicada pela Diretoria de Geociências do IBGE, nos termos do art. 9º do Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980, antes de remessa dos autos à Consultoria Jurídica, a Proponente será intimada para apresentar no prazo de 90 (noventa) dias a documentação necessária para obtenção de Assentimento Prévio.

15.4.1 Em caso de negativa de assentimento por parte do órgão encarregado, a licitação será retomada e convocada a segunda colocada no certame e, assim, sucessivamente.

16 DA HOMOLOGAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

16.1 O Ministro de Estado das Comunicações, à vista do Parecer da Consultoria Jurídica, decidirá acerca da homologação da licitação por despacho que será publicado no Diário Oficial da União.

16.2 Transcorrido o prazo de 10 (dez) dias úteis da publicação do despacho de homologação da licitação sem manifestação dos interessados, o Ministro das Comunicações assinará a portaria de outorga da permissão para a exploração do serviço licitado, ou encaminhará Exposição de

Motivos ao Presidente da República, acompanhada da minuta do decreto de outorga de concessão para a exploração do serviço.

16.3 O Contrato ou o Termo de Adesão a ser firmado entre o Ministério das Comunicações, representando a União, e a concessionária/permissionária, será assinado após a aprovação do ato de outorga pelo Congresso Nacional.

16.4 O Ministério das Comunicações, no prazo de 10 (dez) dias, contados da publicação do decreto legislativo, convocará a entidade para a assinatura do Contrato ou Termo de Adesão, em data que fixará, observado o prazo do item 16.5.

16.5 A concessionária/permissionária terá o prazo de até 60 (sessenta) dias para a assinatura do Contrato ou Termo de Adesão, ocasião em que deverá comprovar o pagamento da primeira parcela pelo preço da outorga.

16.5.1 O valor da primeira parcela pelo preço da outorga será corrigido pelo IPCA-E mensal, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, desde a data de publicação da decisão de homologação da licitação.

16.5.2 O valor correspondente ao pagamento referido no subitem 16.5 será recolhido em favor do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações em Guia de Recolhimento da União (GRU) que deverá ser retirada na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica.

16.5.3 A concessionária/permissionária, no prazo a que se refere o subitem 16.5, poderá efetuar o pagamento integral do preço pela outorga.

16.5.4 O prazo para pagamento da parcela a que refere o subitem 16.5 somente será prorrogado por motivos de força maior, ou caso fortuito, devidamente comprovados.

16.7 Assinado o Contrato ou o Termo de Adesão, a concessionária/permissionária providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, no prazo de 20 (vinte) dias.

16.8 O pagamento da segunda parcela pelo preço da outorga deverá ser realizado em até 1 (um) ano, contado da data de publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União, observado o que prevêm os subitens 16.5.1 e 16.5.2.

17 DAS PENALIDADES

17.1 Na eventualidade de não comparecimento da concessionária/permissionária para assinar o Contrato ou Termo de Adesão até o último dia do prazo de que trata o subitem 16.5, ou se não efetuar o recolhimento do valor correspondente às parcelas do preço da outorga, será ela considerada desistente.

17.2 Qualquer que seja a hipótese apontada no subitem 17.1 ficará caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida, ocasionando a remessa de cópia dos autos ao órgão competente da Advocacia-Geral da União para propositura de ação de cancelamento de outorga, sem prejuízo da aplicação das seguintes penalidades:

a) cominação de pena equivalente o valor da primeira parcela do preço da outorga;

b) impedimento de a entidade participar de licitação e de contratar com o Ministério das Comunicações por um período de 2 (dois) anos.

17.3 Na ocorrência das situações descritas no subitem 17.2, a concessionária/permissionária terá o direito à ampla defesa e ao contraditório, em processo administrativo próprio.

17.4 O não cumprimento de qualquer compromisso assumido pela concessionária/permissionária em sua Proposta Técnica implicará imposição de multa de até 5% (cinco) por cento do valor da outorga, em processo administrativo próprio.

17.4.1 O descumprimento reiterado dos compromissos assumidos pela concessionária/permissionária em sua Proposta Técnica ensejará a adoção de providências objetivando o cancelamento da outorga.

17.5 Ocorrendo o cancelamento do ato de outorga considerar-se-á o Contrato ou Termo de Adesão automaticamente rescindido.

18 DOS RECURSOS, REPRESENTAÇÕES E IMPUGNAÇÕES (CONTRA-RAZÕES)

18.1 Dos atos da Comissão Especial de Licitação cabem:

I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

a) habilitação ou inabilitação da Licitante;

b) julgamento das propostas;

c) anulação ou revogação da licitação.

II - representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação de que não caibam recurso.

18.2 Os recursos, representações e impugnações (contra-razões) serão sempre dirigidos ao Presidente da Comissão Especial de Licitação, ainda que se trate de decisão proferida pelo Ministro de Estado das Comunicações, mediante petição, apresentados no Protocolo Geral do Ministério das Comunicações em Brasília, devendo conter, sob pena de não conhecimento:

a) identificação e qualificação da Proponente interessada;

b) o nome do signatário, que deverá ser dirigente ou procurador da Proponente;

c) objeto da petição, com a indicação clara dos atos e documentos questionados;

d) pedido e sua fundamentação.

18.3 A intimação dos atos referidos no subitem 18.1, inciso I, será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo se presentes os prepostos das Proponentes no ato em que foi adotada a decisão, quando poderá ser feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

18.3.1 Nas hipóteses não previstas no subitem 18.1, inciso I, as intimações poderão ser feitas por meio eletrônico (*e-mail*), desde que haja a disponibilidade de meios técnicos, ou por outro meio idôneo.

18.3.1.1 As intimações por meio eletrônico serão consideradas recebidas por seu destinatário no dia posterior à sua remessa, sendo que o prazo respectivo passará a fluir no primeiro dia útil subsequente.

18.4 Interposto recurso ou representação, o Presidente da Comissão Especial de Licitação cientificará as demais Proponentes que poderão apresentar impugnação (contra-razões) no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

18.5 Em todos os casos, os autos estarão à disposição dos interessados no primeiro dia útil seguinte ao da intimação, na Secretaria da Comissão Especial de Licitações.

18.6 Os recursos previstos no subitem 18.1, inciso I, alíneas “a” e “b”, terão efeito suspensivo, podendo o Presidente da Comissão Especial de Licitações, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir eficácia suspensiva aos demais recursos.

18.7 Nas hipóteses do subitem 18.1, inciso I, a Comissão Especial de Licitação, apresentadas as impugnações ou transcorrido o prazo respectivo sem manifestação das interessadas, poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazer subir o recurso devidamente informado à Consultoria Jurídica para fim de emissão, no prazo de 15 (quinze) dias, salvo norma especial ou comprovada necessidade de maior prazo, de parecer prévio ao julgamento a ser proferido pelo Ministro de Estado das Comunicações.

18.7.1 Nas hipóteses não previstas no subitem 18.1, inciso I, o Presidente da Comissão Especial de Licitação, apresentadas as impugnações ou transcorrido o prazo respectivo sem manifestação das interessadas, encaminhará à Consultoria Jurídica para fim de emissão, no prazo de 15 (quinze) dias, salvo norma especial ou comprovada necessidade de maior prazo, de parecer prévio ao julgamento a ser proferido pelo Ministro de Estado das Comunicações.

18.8 O Ministro de Estado das Comunicações proferirá decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento dos autos.

18.9 A autoridade administrativa poderá deixar de conhecer manifestações impertinentes, ressalvados o contraditório e a ampla defesa, bem como os recursos previstos em lei. Em alguns casos poderá, inclusive, haver desclassificação superveniente da manifestante, com fulcro no artigo 43, § 5º, da Lei n.º 8.666/93.

18.9.1 Serão consideradas impertinentes as manifestações que:

- a) deduzirem pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso;
- b) alterarem a verdade dos fatos;
- c) usarem do processo para conseguir objeto ilegal;
- d) opuserem resistência injustificada ao andamento do processo;
- e) procederem de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo;

f) provocarem incidentes manifestamente infundados;

g) interpuserem recurso com intuito manifestamente protelatório.

18.10 Os interessados terão vistas dos autos na Comissão Especial de Licitação ou na Consultoria Jurídica, conforme o caso, vedada, em qualquer hipótese, a retirada em carga dos processos.

19 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1 A Licitante se obriga a manter atualizado seu cadastro junto à Comissão Especial de Licitação.

19.2 A Comissão Especial de Licitação atenderá o público externo nos dias úteis, no horário das 9 às 11 horas e das 15 às 17 horas.

19.3 No resultado dos cálculos previstos neste Edital, considerar-se-ão 5 (cinco) decimais à direita da vírgula, arredondando-se a quinta casa, para cima, quando a sexta for maior ou igual a 5 (cinco).

19.4 A concessionária/permissionária somente poderá pleitear aumento da potência de seus transmissores após o transcurso do prazo a que se refere o art. 1º da Portaria de n.º 61, de 6 de março de 2008.

19.5 A Comissão Especial de Licitação decidirá os casos omissos, com base na legislação que rege a matéria.

20 ANEXOS

20.1 ANEXO I – Modelo de Declaração referente a trabalho de menores.

20.2 ANEXO II - Modelo de Declaração referente aos sócios e dirigentes da entidade Proponente.

20.3 ANEXO III - Modelo de Proposta Técnica, por localidade de execução do serviço.

20.4 ANEXO IV - Modelo de Proposta de Preço pela Outorga, por localidade de execução do serviço.

20.5 ANEXO V - Minuta do Contrato de Concessão.

20.6 ANEXO VI - Modelo de Procuração (particular).

Brasília (DF), _____ de _____ de 2010.

ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente

ERIKO MENDES DOMENICI
Vice-Presidente

EDMAR FREITAS MACHADO
Titular

JOSÉ ADILSON BEZERRA TORQUATO
Titular

ANEXO I

Modelo de Declaração

Ref.: Concorrência _____/_____-CEL/MC

....., inscrito no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade no..... e do CPF no, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz () .

.....

(data)

.....

(representante legal)

ANEXO II

Modelo de Declaração

O(s) abaixo assinado(s), dirigente(s) da _____, declara(m) que:

a) a entidade não possui autorização para explorar o mesmo tipo de serviço, na localidade _____, Estado _____, e que não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso venha a ser contemplada com a outorga.

b) a entidade não se encontra declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, do dos Municípios e do Distrito Federal, ou ainda, não está com o direito de licitar e contratar com o Ministério das Comunicações suspenso;

c) nenhum sócio integra o quadro societário de outra entidade exploradora do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade objeto deste Edital, nem de outras entidades exploradoras de serviços de radiodifusão em localidades diversas, além dos limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

d) nenhum dirigente está no exercício de mandato eletivo, que lhe assegure imunidade parlamentar, nem exerce cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial;

e) nenhum dirigente participa da direção de outra entidade executante de serviço de radiodifusão, nem de outras empresas de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites fixados no art.12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, mesmo que a Proponente venha a ser contemplada com a outorga.

_____, _____
(local e data)

(nome(s) e assinatura(s) do(s) dirigente(s) e respectivo(s) CPF)

ANEXO III

Modelo de Proposta Técnica

Edital Concorrência n.º _____/_____

Localidade: _____ UF: _____

Razão Social da Proponente: _____

CNPJ: _____ Data: ____/____/____.

1. Programas jornalísticos, educativos e informativos:

| Programas jornalísticos, educativos e informativos de caráter geral | Tempo dos programas em minutos (T1) | (%T1)
$T1 \times 100 / 1440$ |
|---|-------------------------------------|---------------------------------|
| | | |

2. Serviço noticioso:

| Programas de serviço noticioso de caráter geral | Tempo dos programas em minutos (T2) | (%T2)
$T2 \times 100 / 1440$ |
|---|-------------------------------------|---------------------------------|
| | | |

3. Programas culturais artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga:

| Programas culturais, artísticos e jornalísticos de caráter local | Tempo dos programas em minutos (T3) | (%T3)
$T3 \times 100 / 1440$ |
|--|-------------------------------------|---------------------------------|
| | | |

4. Prazo, em meses, para execução do serviço em caráter definitivo:

| Prazo, em meses, para execução do serviço em caráter definitivo (T4) | Quantidade de meses (T4) |
|--|--------------------------|
| | |

5. Local, data e assinatura do(s) representante (s) legal (is)

ANEXO IV

Modelo de Proposta de Preço pela Outorga

Proposta sintética do Preço pela Outorga.

1. Razão Social da Proponente:

2. CNPJ/MF: _____

3. Edital da Concorrência: nº _____-CEL/MC

4. Serviço _____

5. Localidade: _____ UF: _____

6. Valor Proposto: R\$ _____
algarismo e por extenso

1ª Parcela: R\$ _____
algarismo e por extenso:

2ª Parcela: R\$ _____
algarismo e por extenso:

Local e Data

Nome e assinatura do Representante Legal da Empresa Proponente

ANEXO V

Minuta de Termo de Adesão

TERMO DE ADESÃO CELEBRADO ENTRE A UNIÃO
E A _____ PARA EXPLORAR O SERVIÇO DE
RADIODIFUSÃO _____, NA CIDADE D
_____ ESTADO D _____.

Aos ____ dias do mês de _____ do ano de _____, o Ministro das Comunicações _____, representando a União, e _____, CNPJ nº _____, representada por seu _____, assinam o presente Termo de Adesão, decorrente da permissão outorgada à supramencionada entidade, pela Portaria n.º _____, de ____ de _____ de _____, publicada no Diário Oficial da União do dia _____, aprovada pelo Decreto Legislativo nº _____, publicado no Diário Oficial da União de ____ de _____ de _____, para explorar o serviço de _____, na cidade de _____, Estado de _____, regendo-se referida permissão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas Cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira - Fica assegurado à _____ o direito de explorar, sem exclusividade, na cidade d _____, Estado de _____, o serviço de radiodifusão _____, com finalidades educativas e culturais, visando aos superiores interesses do País.

Parágrafo único - A execução do serviço sob consideração é vinculada aos termos do Edital de Concorrência nº ____/___- CEL/MC e às Propostas Técnica e de Preço pela Outorga, apresentadas na Licitação, pela permissionária, documentos esses que acompanham o presente Contrato como Anexos V e VI, dele fazendo parte integrante.

Cláusula Segunda - A presente permissão é outorgada pelo prazo de 10 (dez) anos e entrará em vigor a partir da data de publicação do presente Contrato no Diário Oficial da União.

Cláusula Terceira – O preço ofertado pela permissionária pela outorga objeto do presente Contrato foi de R\$ _____ (_____), em duas parcelas de igual valor, corrigidas nos termos do Edital, da seguinte forma:

a) O pagamento da primeira parcela no valor de R\$ _____ (_____) foi pago concomitantemente à assinatura do presente Contrato, recolhida em favor do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações.

b) A segunda parcela no valor de R\$ _____ (_____) deverá ser paga em até 1 (um) ano, contado da data de publicação do extrato do presente termo de adesão no Diário Oficial da União.

Cláusula Quarta - A permissionária é obrigada a executar o serviço segundo as condições técnicas constantes do Plano Básico de Distribuição de Canais de _____, bem como a:

- a) destinar, diariamente, um mínimo de 5% (cinco) por cento de seu tempo total de programação para transmissão de serviço noticioso, em cumprimento à exigência constante da alínea 'h' do art. 38 do Código Brasileiro de Telecomunicações, além dos tempos indicados na Proposta Técnica objeto do ANEXO III do Edital de Concorrência;
- b) admitir, como técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores, somente brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, devidamente registrados e inscritos na entidade profissional competente. Poderá ser permitida, em caráter excepcional e com autorização expressa do Ministério das Comunicações, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contratos, conforme estabelecido no item 6 do art. 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão;
- c) obedecer, na organização dos quadros de pessoal da entidade, às qualificações técnicas e operacionais fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme estabelecido no item 14 do art. 28 do mesmo Regulamento;
- d) não empregar menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem empregar menor de dezesseis anos, sendo permitida a admissão a partir dos quatorze anos, apenas na condição de aprendiz.
- e) não permitir que seus sócios integrem o quadro societário de outra entidade executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, nem que seus administradores façam parte do quadro diretivo de entidade na mesma situação;
- f) manter o seu quadro societário constituído na forma da Constituição Federal;
- g) solicitar prévia aprovação do Ministério das Comunicações para constituir procurador com poderes para a prática de atos de gerência e administração;
- h) ter a sua diretoria ou gerência constituída por brasileiros, na forma da Constituição Federal, os quais não poderão tomar posse nos cargos antes de estarem aprovados pelo Poder Concedente, nem exercer mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar, nem, tampouco, ocupar cargo de supervisão, direção ou assessoramento na administração pública, do qual decorra foro especial;
- i) comunicar ao Ministério das Comunicações a efetivação das alterações contratuais ou estatutárias que não impliquem alteração dos objetivos sociais ou modificação do quadro diretivo e as cessões de cotas ou ações ou aumento de capital social que não resultem em alteração de controle societário, no prazo de sessenta dias a contar da realização do ato;
- j) solicitar prévia autorização do Ministério das Comunicações para efetivar alteração dos objetivos sociais, modificação do quadro diretivo, transferência do controle societário e a transferência direta da concessão.
- l) manter, durante a vigência da concessão, as condições observadas por ocasião da Habilitação e qualificação exigidas no Edital;
- m) observar as normas fixadas pelo Ministério das Comunicações para a execução do serviço;
- n) obedecer, na organização dos quadros de pessoal da entidade, às qualificações técnicas e operacionais fixadas pelo Ministério das Comunicações;

o) criar, através da seleção de pessoal e de normas de trabalho, na estação, condições eficazes para evitar a prática das infrações previstas na legislação específica de radiodifusão;

p) submeter-se aos preceitos estabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexos, aprovados pelo Congresso Nacional, bem como a todas as disposições contidas em leis, decretos, regulamentos, portarias, instruções ou normas que existam ou venham a existir, referentes ou aplicáveis ao serviço;

p) facilitar a fiscalização, pelo Ministério das Comunicações e pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, das obrigações contraídas e das condições técnicas estabelecidas, prestando todas as informações que lhe forem solicitadas;

q) suspender o serviço, no todo ou em parte, pelo tempo que for determinado, tão logo seja notificada pela autoridade competente, fazendo cessar as transmissões imediatamente após o recebimento da notificação, sem que, por isso, lhe assista direito a qualquer indenização;

r) submeter à aprovação do Ministério das Comunicações o projeto de instalação da emissora no prazo de 6 (seis) meses, prorrogável uma única vez, no máximo, por igual período, e contado da data da publicação do extrato do contrato de concessão/termo aditivo;

s) manter 5 (cinco) horas semanais de programas educacionais, conforme previsto no artigo 28, item 12, alínea “e” do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

Cláusula Quinta - Na organização da programação, a permissionária deverá:

a) subordinar os programas de informação, divertimento, propaganda e publicidade às finalidades educativas e culturais da radiodifusão;

b) manter um elevado sentido moral e cívico, não permitindo a transmissão de espetáculos, trechos musicais cantados, quadros, anedotas ou palavras contrárias à moral familiar e aos bons costumes;

c) não transmitir programas que atentem contra o sentimento público, expondo pessoas a situações que, de alguma forma, redundem em constrangimento, ainda que seu objetivo seja jornalístico;

d) limitar ao máximo de 25% do tempo diário de funcionamento da emissora à publicidade comercial;

e) transmitir os programas semanais educacionais obrigatórios, conforme estabelecido pela legislação aplicável;

f) retransmitir diariamente, das 19 (dezenove) às 20 (vinte) horas, exceto aos sábados, domingos e feriados, o programa oficial de informações dos Poderes da República; **(Este item não se aplica ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens (TV));**

g) integrar gratuitamente as redes de radiodifusão, quando convocada pela autoridade competente;

h) obedecer às instruções baixadas pela Justiça Eleitoral, referentes à propaganda eleitoral;

i) não irradiar identificação da emissora utilizando denominação de fantasia, sem que esteja previamente autorizada pelo Ministério das Comunicações;

j) irradiar o indicativo de chamada e a denominação autorizada de conformidade com as normas baixadas pelo Ministério das Comunicações;

l) irradiar, com indispensável prioridade, e a título gratuito, os avisos expedidos pela autoridade competente, em casos de perturbações da ordem pública, incêndio ou inundação, bem como os relacionados com acontecimentos imprevistos;

m) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico;

n) manter em dia os registros da programação;

Cláusula Sexta - A frequência consignada à entidade não constitui direito de propriedade e ficará sujeita às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre esta frequência o direito de posse da União.

Cláusula Sétima - O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a permissionária de serviço de radiodifusão atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo técnico-científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.

Cláusula Oitava - O Ministério das Comunicações reserva-se, a qualquer tempo, o direito de restringir o emprego de nova frequência, tendo em vista evitar interferência e tirar o melhor proveito das que já tenham sido consignadas.

Cláusula Nona - O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão ou substituição das frequências consignadas, por motivo de ordem técnica, de defesa nacional ou de necessidade dos serviços federais.

Parágrafo Único - A substituição de frequência poderá se dar, ainda, a requerimento da entidade, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras concessionárias, permissionárias ou autorizadas.

Cláusula Décima - A permissionária deverá cumprir as obrigações assumidas em sua Proposta Técnica nas condições compromissadas no ANEXO III do Edital da Concorrência, sob pena de imposição multa de até 5% (cinco por cento) do valor pago pela outorga.

Cláusula Décima Primeira - O descumprido reiterado dos compromissos assumidos pela permissionária ensejará a adoção de providências objetivando o cancelamento da outorga.

Cláusula Décima Segunda - O não cumprimento das leis, regulamentos e disposições normativas aplicáveis ao serviço de que trata o presente Contrato, sujeita a entidade às penalidades estabelecidas na legislação vigente.

Cláusula Décima Terceira - Ocorrendo o cancelamento do ato de outorga pelo Ministério das Comunicações, a pedido da permissionária, ou o seu cancelamento, por decisão judicial, considerar-se-á este Contrato automaticamente rescindido, sem prejuízo do cumprimento das obrigações pecuniárias dele decorrentes.

Cláusula Décima Quarta - Findo o prazo da outorga, se não houver renovação, será a permissão declarada perempta, sem que a entidade tenha direito a qualquer indenização.

Cláusula Décima Quinta - As partes elegem o foro de Brasília - DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste Contrato.

Cláusula Décima Sexta - Fazem parte integrante do presente Contrato, como se nele estivessem transcritos, os seguintes anexos:

Anexo 1: Edital de Concorrência nº ____ / __ - CEL/MC;

Anexo 2: Proposta Técnica;

Anexo 3: Proposta de Preço pela Outorga.

E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Contrato, em 3 (três) vias de igual teor e forma, que contém _____ folhas todas numeradas e rubricadas, com exceção da última, que vai assinada, perante duas testemunhas, sendo os 3 (três) - ANEXOS, compostos de _____ folhas, todas também numeradas e rubricadas.

Ministro das Comunicações

Permissionária

Testemunhas:

ANEXO VI

Modelo de Procuração

(Denominação ou razão social da pessoa jurídica, endereço da sede, nº de inscrição no CNPJ), nomeia e constitui seu bastante procurador (nome, qualificação, documento de identidade nº do CPF) a quem outorga poderes para representá-la em todos os atos da Concorrência nº ____/___-CEL/MC, promovida pelo Ministério das Comunicações, podendo apresentar Documentação de Habilitação, Proposta Técnica e Proposta de Preço pela Outorga, passar recibo, rubricar documentos, apresentar impugnações, assinar lista de presença e atas, desistir de prazo recursal, interpor recursos e impugná-los, ter vista dos autos, bem como praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato.

(local e data)

(identificação do(s) representante(s) legal(is) da Proponente que assinarem a procuração, com a indicação de sua(s) função(ões) na pessoa jurídica.)

OBS.: A procuração só será aceita se contiver firma reconhecida do signatário.